

DENIS PEREIRA TAVARES

**O TOMBAMENTO DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO DE SÃO  
JOÃO DEL-REI: NEGOCIAÇÃO E CONFLITO ENTRE PROJETOS DE  
APROPRIAÇÃO E USO DO PATRIMÔNIO CULTURAL (1938-1967)**

Belo Horizonte  
2012

DENIS PEREIRA TAVARES

**O TOMBAMENTO DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO DE SÃO  
JOÃO DEL-REI: NEGOCIAÇÃO E CONFLITO ENTRE PROJETOS DE  
APROPRIAÇÃO E USO DO PATRIMÔNIO CULTURAL (1938-1967)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: História Social da Cultura

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Regina Helena Alves da Silva

Belo Horizonte  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Universidade Federal de Minas Gerais  
2012

981.51 Tavares, Denis Pereira  
T231t O tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João del-Rei  
2012 [manuscrito] : negociação e conflito entre projetos de apropriação e uso do  
patrimônio cultural (1938-1967) / Denis Pereira Tavares - 2012.

186 f.

Orientadora: Regina Helena Alves da Silva

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade  
de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Brasil. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2. História -  
Teses. 3. Patrimônio cultural – Teses 4. São João del Rei (MG) – História - Teses.  
I. Silva, Regina Helena Alves da . II. Universidade Federal de Minas Gerais.  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Dissertação defendida e aprovada, em 05 de março de 2012, pela banca examinadora constituída pelos professores:

---

Profa. Dra. Regina Helena Alves da Silva – Orientadora  
Universidade Federal de Minas Gerais

---

Prof. Dr. José Newton Coelho de Meneses  
Universidade Federal de Minas Gerais

---

Prof. Dr. José Neves Bittencourt  
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
Universidade Federal de Ouro Preto

Ao Flavinho.

## AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é fruto de contribuições, diálogos e compreensões daqueles que acompanharam direta ou indiretamente sua elaboração.

Agradeço à Lena, pela orientação, troca de ideias e pelo carinho com que sempre me tratou.

Aos professores José Newton Coelho Meneses e José Neves Bittencourt, pelas sugestões e comentários durante a qualificação do trabalho.

Aos professores, técnicos e colegas do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG.

Ao Programa Pró-Cultura da Capes/Minc, por ter me concedido bolsa de pesquisa, sem a qual esse trabalho dificilmente seria realizado.

Aos colegas de sala de aula e aos professores do Departamento de História da UFSJ, em especial Danilo Zioni Ferretti, Afonso de Alencastro Graça Filho e Wlamir Silva, pelas conversas, disciplinas e trocas de experiências acadêmicas.

Sou grato também aos camaradas do NINJA (Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental) da UFSJ, principalmente ao professor Eder Jurandir Carneiro, pela convivência, pelas reuniões de trabalho e pelas leituras e discussões de textos, que certamente ampliaram minha perspectiva e leitura do mundo social.

O processo de escrita e produção de dissertação envolve sempre um certo grau de aborrecimento. E, nesses momentos, pude contar com a compreensão, o apoio e o cuidado da minha querida Fernanda Luiza, que me socorreu nessas ocasiões mais delicadas. Sou grato pelo seu carinho.

Agradeço, também, aos amigos Luiz Felipe, Tatiane, Jackeline, Carlos Henrique e Maria Francisca por terem acompanhado parte dos “bastidores” da escrita da dissertação, ouvindo com atenção minhas queixas e dificuldades durante esse percurso.

Devo, ainda, grande parte desse trabalho à minha mãe Ivanete, ao meu pai Divino e à minha avó Laudelina, pelo ensinamento, carinho e o apoio que precisei ao longo da minha formação.

*Na verdade, porém, ilhas de calma no turbilhão agitado da história, a quase totalidade de nossos “museus de cidade” recompõe, num passado mítico e nostálgico, a ordem no caos urbano, oferece pressurosamente a leitura simplificadora e monovalente das contradições históricas - e assim educam. Nos museus de cidade, a sociedade se representa a si mesma como coisa já feita, acabada, pronta, portanto estável e imune a mudanças... (Ulpiano T. Bezerra de Meneses, 1984).*



## RESUMO

O objetivo deste trabalho é descrever e elucidar as tensões decorrentes do tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João del-Rei entre os anos de 1938 e 1967, em uma conjuntura de transformação acelerada da paisagem urbana da cidade. Procuramos investigar como se deu a implementação e condução das políticas de preservação do patrimônio cultural em São João del-Rei, assim como a relação entre os atores envolvidos com essa prática, no caso, os técnicos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e os agentes sociais locais reunidos em torno do espaço relacional da Associação Comercial de São João del-Rei. Partimos da premissa de que a seleção dos itens a serem tombados e consagrados como patrimônio cultural é uma operação política que envolve sempre tensões, negociações e conflitos de interesses. Nessa perspectiva, assinalamos a emergência de um campo de conflito em torno das fronteiras e formas de uso, apropriação e posse dos bens simbólicos da cidade de São João del-Rei. Nesse campo, os atores com projetos distintos de apropriação e uso da cidade disputaram o próprio poder de definição dos objetos que poderiam ser legitimamente sancionados como “patrimônio” e, portanto, dignos de ser transmitido às gerações futuras.

**Palavras-chave:** São João del-Rei, Sphan, identidade nacional, patrimônio cultural.

## **ABSTRACT:**

The aim of this paper is to describe and elucidate the tensions arising from the preservation of the architectural and urban joint of São João del-Rei between the years 1938 and 1967, in an environment of accelerated transformation of the city's urban landscape. We sought to investigate how was the implementation and conduct of policies for the preservation of cultural heritage in São João del-Rei, as well as the relationship between the actors involved with this practice, in this case, the technicians of the Department of National Historical and Artistic Heritage (SPHAN) and the local social workers gathered around the relational space of the Commercial Association of São João del-Rei. Our premise is that the selection of items to be preserved and defined as a cultural heritage is a political operation that always involves tensions, negotiations and conflicts of interest. From this perspective, we note the emergence of a field of conflict over borders and forms of use, ownership and possession of symbolic goods in the city of São João del-Rei. In this field, actors with different projects of appropriation and use of the city have disputed the very definition of the power of objects that could legitimately be sanctioned as "heritage" and thus worthy of being transmitted to future generations.

**Keywords:** São João del-Rei, Sphan, national identity, cultural heritage.

## LISTA DE IMAGENS

Figura 1 – Estação Estrada de Ferro Oeste de Minas .....	26
Figura 2 – Rua Getúlio Vargas e Igreja do Carmo .....	39
Figura 3 – Desenho de Antônio Rocha .....	40
Figura 4 – Rua Santo Antônio .....	53
Figura 5 – Praça Severiano Resende .....	56
Figura 6 – Planta da Cidade de São João del-Rei .....	59
Figura 7 – Edifício João Lombardi .....	61
Figura 8 – Vista Panorâmica da Igreja de São Francisco de Assis .....	93
Figura 9 – Demolição do Sobrado à Praça Severiano Resende (a) .....	111
Figura 10 – Demolição do Sobrado à Praça Severiano Resende (b) .....	111
Figura 11 – Recantos Pitorescos do Brasil .....	114
Figura 12 – Manifesto .....	139
Figura 13 – Frente e Lateral do Casarão à Rua Artur Bernardes e Marechal Deodoro .....	160
Figura 14 – Lateral do Casarão à Rua Artur Bernardes e Marechal Deodoro (a) .....	160
Figura 15 – Lateral do Casarão à Rua Artur Bernardes e Marechal Deodoro (b) .....	161

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	12
<b>Capítulo 1 – Leituras de São João del-Rei: experiências temporais e expectativas espaciais da modernidade</b> .....	19
1.1. São João del-Rei, uma cidade em transformação .....	19
1.2. São João del-Rei: moderna, industrial e progressista .....	25
1.3. O futuro-presente em São João del-Rei .....	34
1.4. Cidades-mortas .....	41
1.5. Cidade higiênica e civilizada .....	46
1.6. Práticas de intervenções urbanas .....	55
1.7. Os modernistas em São João del-Rei .....	63
<b>Capítulo 2 – Políticas de Patrimônio e Conflito: o caso do tombamento de São João del-Rei</b> .....	70
2.1. O patrimônio em evidência .....	70
2.2. O Sphan em Minas Gerais .....	78
2.3. O campo do patrimônio .....	86
2.4. O tombamento do conjunto urbano de São João del-Rei .....	89
2.5. “São João del-Rei não se fixará no passado” .....	101
<b>Capítulo 3 – O Perímetro de Tombamento da Cidade: um patrimônio negociado</b> .....	120
3.1. Batalhas de definições do patrimônio .....	120
3.2. Estratégias de mobilização da opinião pública .....	133
3.3. Projeção nacional do conflito .....	145
3.4. O perímetro de tombamento .....	154
<b>Considerações Finais</b> .....	166
<b>Fontes e Referências Bibliográficas</b> .....	171
<b>Anexo</b> .....	184

## INTRODUÇÃO

No início dos anos de 1990, o então prefeito de São João del-Rei Nivaldo Andrade executou um projeto de asfaltamento de todas as ruas do centro da cidade, abrangendo sua área tombada, fato que provocou um intenso conflito entre Prefeitura Municipal e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sendo tal projeto embargado por este órgão mediante a presença da polícia federal. Além de sinalizar a relação tensa entre a condução das políticas de preservação do patrimônio e os projetos de desenvolvimento urbano, esse evento evidenciou uma cisão da cidade entre habitantes que defendiam o empreendimento e habitantes que o rejeitavam decisivamente. Na mesma conjuntura, surgiu uma intensa mobilização de alguns setores da cidade, basicamente setores médios da população, elites políticas e econômicas, donos de restaurantes e de hotéis do centro histórico, promotores culturais e empresas de publicidade e de pacotes turísticos, defendendo a viabilidade de investimentos no turismo como forma de superação da recessão econômica local. Esses setores se espelhavam no mesmo exemplo da cidade de Tiradentes, onde o turismo se tornou o carro-chefe da economia local. Eles promoveram amplas campanhas<sup>1</sup> convocando a população são-joanense a colaborar com esse projeto de investimento na criação de uma imagem e de uma logomarca para São João del-Rei, visando promovê-la como um território simultaneamente atrativo para os negócios e para as atividades ligadas ao turismo, inserindo a cidade no competitivo mercado das cidades turísticas.<sup>2</sup>

A preocupação na delimitação do objeto da pesquisa surgiu, então, quando vimos a necessidade de analisar os conflitos de interesses em torno da preservação de determinados bens simbólicos na paisagem urbana de São João del-Rei.

---

<sup>1</sup> As campanhas “Valorizar o patrimônio para melhorar o turismo” e “Revitalização de São João del-Rei: adote uma atitude”, iniciadas em 1997 pela “Sociedade de Arte e Cultura” de São João del-Rei, tinham como um dos seus principais objetivos a elaboração de um Plano Diretor, como instrumento para nortear o turismo na cidade. Posteriormente, em setembro de 1998, o “Plano Diretor Para o Desenvolvimento do Turismo de São João del-Rei”, de iniciativa da Universidade Federal de São João del-Rei, em parceria com a Embratur, reafirmava as mesmas preocupações de forjar mecanismos que planejem, organizem e orientem as ações de interferência sobre o espaço urbano da cidade. Esse plano foi, então, revisto em 2003. UFSJ/IPHAN. Plano para o desenvolvimento turístico de São João del-Rei, 2003. In: [www.pdturismo.ufsj.edu.br](http://www.pdturismo.ufsj.edu.br) (acesso em 06 de fevereiro de 2012).

<sup>2</sup> Para uma análise do esforço atual de reconfiguração material e simbólica do território são-joanense, ver: CARNEIRO, Eder Jurandir; TAVARES, Denis Pereira; LEITE, Dayse de Sousa. Conflitos ambientais, construção de territórios urbanos e estratégias de empresariamento urbano da “Capital Brasileira da Cultura”. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (orgs.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

A partir das considerações acima, neste trabalho, visamos descrever e elucidar as tensões decorrentes do tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João del-Rei entre os anos de 1938 e 1967, em uma conjuntura de transformação acelerada da paisagem urbana da cidade. Procuramos investigar como se deu a implementação e condução das políticas de preservação do patrimônio cultural em São João del-Rei, assim como a relação entre os atores envolvidos com essa prática, no caso, os técnicos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e os agentes sociais locais reunidos em torno do espaço relacional da Associação Comercial de São João del-Rei.

Partimos da premissa de que a seleção dos itens a serem tombados e consagrados como patrimônio cultural é uma operação política que envolve sempre tensões, negociações e conflitos de interesses. Conforme salienta Gilberto Velho, “estamos lidando, ao examinarmos as políticas públicas de patrimônio, com complexas questões que envolvem emoções, afetos, interesses os mais variados, preferências, gostos e projetos hegemônicos e contraditórios.”<sup>3</sup>

Nessa perspectiva, assinalamos a emergência de um campo de conflito em torno das fronteiras e formas de uso, apropriação e posse dos bens simbólicos da cidade de São João del-Rei. Nesse campo, os atores com projetos distintos de apropriação e uso da cidade disputaram o próprio poder de definição dos objetos que poderiam ser legitimamente sancionados como “patrimônio” e, portanto, dignos de ser transmitido às gerações futuras.<sup>4</sup> A análise da estrutura desse “campo do patrimônio” facilita ao trabalho desvelar os conflitos de interesses em relação ao devir da paisagem urbana da “histórica” São João del-Rei.

A conformação do espaço urbano na cidade é resultado do trabalho de agenciamento humano sobre a superfície terrestre. O espaço manifesta sempre a historicidade das relações humanas de uso, apropriação, exploração e gestão do território. Entendemos o conceito de território como a extensão da superfície espacial usada, transformada e apropriada por determinados

---

<sup>3</sup> VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *Maná*, Rio de Janeiro, vol. 12, n° 1, 2006, p. 245.

<sup>4</sup> “A noção de patrimônio implica um conjunto de posses que devem ser identificadas como transmissíveis; ela mobiliza um grupo humano, uma sociedade, capaz de reconhecê-las como sua propriedade, além de demonstrar sua coerência e organizar sua recepção; ela desenha, finalmente, um conjunto de valores que permitem articular o legado do passado à espera, ou a configuração de um futuro, afim de promover determinadas mutações e, ao mesmo tempo, de afirmar uma continuidade.” POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009, p. 203.

agentes sociais através de práticas que lhe atribuem significados. A conceituação de território implica ainda, conforme salienta Rogério Haesbaert, no entrecruzamento das dimensões jurídico-política, econômica e simbólico-cultural, que reciprocamente relacionadas efetivam um território.<sup>5</sup> Nas palavras de Claude Raffestin, “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um signatário (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (...) o ator ‘territorializa’ o espaço.”<sup>6</sup> Desse modo, a territorialidade constitui-se em uma das dimensões da construção da diferença.

Enfocamos os arranjos políticos que permeiam as configurações espaciais da cidade, tendo em vista que o tecido urbano expressa, na rugosidade das suas formas, as marcas de indivíduos e grupos específicos que travaram suas batalhas em torno do controle e gestão de legados, acervos, coleções, patrimônios, etc., modificando, inclusive, os próprios limites e fronteiras desse espaço. Os recursos espaciais são, portanto, ferramentas através das quais eles mantêm seu próprio status, afirmam valores e certificam sua identidade social. Como assevera Henri Lefebvre, “o espaço não é apenas organizado e instituído. Ele também é modelado, apropriado por este ou aquele grupo, segundo suas exigências, sua ética e sua estética, ou seja, sua ideologia.”<sup>7</sup>

Sandra Jatahy Pesavento aponta a possibilidade de se constituir uma análise das representações simbólicas<sup>8</sup> da cidade e de se chegar aos grupos “produtores de espaço” através das leituras que eles produzem de si e da realidade ao seu redor, na medida em que sempre deixam discursos, fragmentos e vestígios que indicam seus percursos, suas

---

<sup>5</sup> HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: Ed.UFF, 1997.

<sup>6</sup> RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993, p. 143.

<sup>7</sup> LEFEBVRE, Henri. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008, p. 82.

<sup>8</sup> A noção de representação que utilizamos remete à “re-apresentação de algo”, ou seja, denota sempre um esforço explicativo do mundo social, por parte dos indivíduos. Ela diz respeito ao modo pelo qual a experiência da realidade é apreendida e exposta. “Admite-se, de longa data, que toda realidade, como conhecimento, é uma representação. Consequentemente, os indivíduos organizam sua relação com o mundo mediante estruturas complexas de representação, que são utilizadas na comunicação.” SILVA, Helenice Rodrigues da. A História como ‘a representação do passado’: a nova abordagem da historiografia francesa. In: CARDOSO, Ciro F; MALERBA, J. *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000, p. 83.

motivações, seus projetos, ou mesmo demonstram a existência de um imaginário coletivo de uma época.<sup>9</sup>

Buscamos, nessa perspectiva, atentar para as formas de consciência do espaço, ou seja, para as leituras, reflexões e interpretações que os atores sociais fizeram do espaço construído, no intuito de apreender tanto as formas como a cidade de São João del-Rei foi representada, percebida, pensada e projetada, quanto as práticas, condutas e atuações dos grupos sociais nesse espaço. O estudo das representações espaciais viabiliza ao trabalho captar também a relação que grupos distintos estabeleceram com o território, os modos diferenciados de apropriação e uso, assim como as experiências temporais daqueles que vivenciaram o processo de transformação da paisagem urbana.

Portadora de um regime de historicidade, a categoria “patrimônio” adquiriu contornos específicos no contexto de formação dos Estados nacionais, quando estes assumiram a proteção legal de bens supostamente capazes de simbolizar a nação e de evocar certa ideia de pertencimento a uma “comunidade imaginada”.<sup>10</sup> Os Estados-Nação se apoiaram numa linguagem monumental e na pompa de seus símbolos como instrumentos de propaganda nacional e de liturgia do poder.<sup>11</sup> A proliferação de símbolos, acontecimentos, museus e monumentos comemorativos, celebrados enquanto “documentos de memória e de identidade”, foram fortemente valorizados como dispositivos de integração territorial e de nacionalidade.

A formulação das políticas de gestão do patrimônio expressa o empenho dos Estados na seleção e promoção de determinados bens simbólicos como representativos da identidade nacional. No Brasil, os exemplares artísticos e arquitetônicos do século XVIII, como igrejas, sobrados, chafarizes, casas de câmara e cadeia, fortes, palácios, fazendas e etc., foram oficialmente reconhecidos pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como símbolos da nação. Com isso, as edificações coloniais das cidades setecentistas e oitocentistas de Minas Gerais foram identificadas, nesse projeto de busca e construção das tradições mediadoras do nacional, como o lugar fundador da nação brasileira. E seus centros históricos

---

<sup>9</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n° 16, 1995.

<sup>10</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

<sup>11</sup> LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: *História e memória*. São Paulo: Unicamp, 2003.



passaram a ser tratados como local de grande concentração de monumentos excepcionais que comunicam as raízes artísticas e culturais genuinamente nacionais. Esse reconhecimento oficial da referência luso-brasileira implicou também na exclusão de outras manifestações como representativas da cultura brasileira.

Procuramos, com o estudo da promoção de um “patrimônio nacional”, assinalar os conflitos que o acompanham, bem como os modos distintos como os indivíduos e grupos atribuíram sentido à sua herança, privilegiando determinados símbolos da memória social em detrimento de outros. Como indica Néstor García Canclini, “ainda que o patrimônio sirva para unificar cada nação, as desigualdades na sua formação e apropriação exigem estudá-lo também como espaço de luta material e simbólica entre as classes, as etnias e os grupos.”<sup>12</sup> Buscamos, ainda, construir uma interpretação dos conflitos entre instituição de preservação e grupos locais, pensando-os como conflitos constitutivos do próprio universo cultural, ou seja, enquanto um conjunto de práticas historicamente construídas a partir de seleções, escolhas, valores, interesses, projetos, subjetividades etc., que evidenciam um campo de disputa.

Se o tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João del-Rei indica muito mais o embate, a discordância e o conflito, cabe desvelar as justificativas da emergência do “campo do patrimônio” na cidade, quais os meandros desse campo e os valores disputados neste espaço. Quais representações patrimoniais permeavam o imaginário social dos grupos em disputa? Quais bens simbólicos do passado poderiam ser preservados na cidade? Quem teria autoridade para classificá-los como patrimônio? O que fundamentaria, portanto, uma resistência local, ou mesmo certa rejeição do “patrimônio nacional”?

No intuito de explicar essas questões, recorreremos a fontes diversas como jornais, almanaques, fotos, mapas, desenhos, ofícios, cartas, processos de tombamentos, relatórios, procedimentos de intervenção e pareceres de obras públicas. Concentramos nossa atenção nos jornais, já que foram o principal meio de difusão do pensamento dos grupos locais. Procuramos, em cada anúncio, propaganda, crônica, poesia, enquete, fotografia, desenho, excerto de texto, etc., entender como esses espaços de produção de ideias constituíram um olhar para São João del-Rei. Focalizamos, portanto, as representações dos indivíduos que de alguma forma pensaram, interpretaram, imaginaram e desejaram essa cidade. Trabalhamos, nesse caso, de modo

---

<sup>12</sup> CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias de sair e entrar na modernidade*. São Paulo: Edusp, 2006, p. 195.

semelhante ao detetive: reunindo pistas, sinais, indícios e fragmentos que permitiram traçar um panorama analítico do nosso objeto de investigação.<sup>13</sup> Inferimos, a partir do exame dos dados coletados, que os jornais locais se empenharam na conformação de um imaginário urbano da cidade de São João del-Rei que serviu de baliza para as práticas de produção, intervenção e racionalização do espaço urbano são-joanense.

Através das fontes utilizadas na pesquisa, pretendemos abordar, entre outras coisas, os meandros da atuação do Sphan na cidade de São João del-Rei; o modo como intelectuais, em nome do Estado, conceberam uma identidade nacional; as negociações e conflitos de interesses na gestão e preservação do “patrimônio histórico e artístico nacional”; os modos como grupos distintos apreenderam a cidade de São João del-Rei; como pensaram, “leram”, desejaram e projetaram seus contornos espaciais; como construíram, atuaram e transformaram o espaço urbano são-joanense; à luz de quais valores decidiram sobre o devir da cidade e, sobretudo, como se empenharam na reutilização das formas espaciais herdadas, seja no sentido de apagá-las do presente, seja no sentido de destacá-las como ancoradouros de suas próprias narrativas, identidades, memórias e trajetórias neste espaço.

O recorte temporal proposto, 1938-1967, compreende um período de surto comercial e industrial em São João del-Rei e sinaliza também uma fase de intensas modificações na sua estrutura urbana. Buscamos, com isso, apreender essa conjuntura em que a cidade figura entre as mais desenvolvidas do Estado de Minas Gerais, assim como as experiências espaciais e as expectativas temporais daqueles que vivenciaram esse contexto de pujança econômica e de transformação acelerada na paisagem da cidade. O recorte compreende ainda a fase inicial de implementação das políticas de preservação e salvaguarda dos chamados “documentos de memória e identidade nacionais”, empreendidas pelo Sphan. Nesse período, houve uma concentração das práticas de tombamento em Minas Gerais e os conjuntos urbanos de suas cidades setecentistas e oitocentistas passaram por uma espécie de “regime especial de preservação”, baseado no rígido controle das fachadas de suas edificações e nas sucessivas ações de conservação e restauro executadas pela instituição. É nesse contexto também que surgem os principais questionamentos e as “vozes discordantes” do Patrimônio<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> GUINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.

<sup>14</sup> Utilizamos esta palavra com a inicial maiúscula para nos referir ao Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Cabe à pesquisa, nesse sentido, evidenciar a dimensão política da constituição dos patrimônios, assim como o empenho de grupos e indivíduos na seleção e controle de bens simbólicos do passado no presente. O estudo proposto pretende oferecer também uma contribuição a respeito das práticas de recepção, apropriação e interpretação do patrimônio por seus usuários, nesse caso, pelos próprios habitantes do conjunto urbano tombado, preenchendo, inclusive, lacunas a respeito da historicidade da gestão do patrimônio cultural no Brasil.

No primeiro capítulo, concentramos nossa análise nas leituras, percepções e significações construídas pelos grupos locais reunidos em torno da Associação Comercial, juntamente com suas práticas de produção, organização e racionalização que incidiram sobre a paisagem urbana da cidade. Traçamos um panorama da cidade e apontamos os principais elementos que conformaram uma espécie de imaginário urbano e que conduziram um projeto específico de apropriação da sua paisagem urbana. Procuramos ainda, cotejar esse “projeto de apropriação” dos grupos locais com outros olhares sociais que também procuraram fixar um sentido à paisagem são-joanense: os olhares dos escritores modernistas, em especial os paulistas e Mário de Andrade, em busca dos elementos constituintes da identidade nacional.

No segundo capítulo, procuramos, através do estudo de caso do tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João del-Rei, abordar não somente a produção das políticas de patrimônio, mas também a sua recepção, construção de sentido e interpretação por parte de seus usuários, no momento em que tais políticas entram no domínio público. Nesta parte do trabalho, destacamos a emergência de um campo de conflito de representações acerca do devir da paisagem urbana de São João del-Rei entre os grupos locais – que partilhavam do espaço de sociabilidade da Associação Comercial de São João del-Rei – e os intelectuais do Sphan – responsáveis por levar a cabo as políticas federais de patrimônio.

No terceiro capítulo, procuramos analisar a complexa trama de negociações e disputas entre os agentes sociais locais e os técnicos do Sphan em torno da interpretação, definição e classificação do patrimônio legítimo da cidade de São João del-Rei. Buscamos, ainda, apreender o significado conferido aos bens urbanos da cidade por esses grupos que se empenharam na seleção e produção de legados no presente e que os reivindicaram como parte integrante do seu patrimônio.

# CAPÍTULO I

## LEITURAS DE SÃO JOÃO DEL-REI: EXPERIÊNCIAS TEMPORAIS E EXPECTATIVAS ESPACIAIS DA MODERNIDADE

### **1.1 - São João del-Rei: uma cidade em transformação**

Procuramos, nesse capítulo, evidenciar a historicidade da produção e organização do espaço são-joanense entre os anos de 1938 e 1967. Para tanto, analisamos as leituras, percepções e significações construídas pelos grupos locais reunidos em torno da Associação Comercial, juntamente com suas práticas de apropriação e uso que incidiram sobre a paisagem urbana da cidade. Traçamos um panorama da cidade e apontamos os principais elementos que conformaram uma espécie de imaginário urbano e que conduziram um projeto específico de apropriação da sua paisagem urbana.

O recorte temporal proposto (1938-1967), faculta ao trabalho aprender uma conjuntura em que São João del-Rei figura entre as mais desenvolvidas do Estado de Minas Gerais<sup>15</sup>, assim como as experiências espaciais e as expectativas temporais daqueles que vivenciaram esse contexto de pujança econômica e de transformação acelerada na sua paisagem urbana. Demarcamos o ano de 1938 por ser o ano da comemoração do centenário de elevação de São João del-Rei à categoria de cidade; conjuntura de reflexão sobre a trajetória da cidade que suscitou uma variedade de discursos que cotejaram o “antes” e o “depois”, exaltando o “salto qualitativo” impresso na sua paisagem urbana. Esse ano é apresentado na imprensa local como um marco simbólico ilustrativo da consolidação de um “novo tempo radioso” na cidade. Esforçamo-nos em investigar o recorte proposto, até meados de 1967, com vistas a trazer à tona o período em que São João del-Rei viveu um processo de industrialização significativo, assentado nos setores industriais de base, tendo os têxteis como “carro-chefe”. Contudo, flexibilizamos esse recorte em nosso trabalho, já que transitamos durante toda a primeira

---

<sup>15</sup> De acordo com dados do Anuário de Municípios de 1957, durante a década de 1940 o município de São João del-Rei possuía cerca de 45.335 habitantes e, durante a década de 1950, 51.600 habitantes. Considerando os índices de desenvolvimento comercial, industrial e populacional, podemos depreender, a partir da leitura do Anuário, que São João del-Rei figurou durante esse período (1940-1950) entre as dez cidades mais desenvolvidas de Minas Gerais (FERREIRA, Jurandyr Pires. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Vol. XXIV. Rio de Janeiro: IBGE, 1957-1964). O jornal Diário do Comércio situou a cidade entre as cinco mais desenvolvidas do Estado, precedida de Belo Horizonte, Juiz de Fora, Uberaba e Uberlândia. Diário do Comércio, 8 de dezembro de 1942, n° 1433. Matéria: “8 de dezembro de 1942”.

metade do século XX no sentido de captar as ideias que alimentaram e conformaram as práticas de gestão e uso do espaço urbano são-joanense. Esse tipo de abordagem focada na história do próprio local<sup>16</sup> nos fornece elementos e evidências para alcançarmos um outro objetivo da pesquisa: o de entender as justificativas da emergência de um campo de conflito do patrimônio em São João del-Rei logo após o tombamento do seu conjunto arquitetônico e urbanístico em 1938.

Rubia Soraya Ribeiro<sup>17</sup>, em análise das representações fotográficas de São João del-Rei contidas nos almanaques “Álbum da cidade de São João del-Rei”, “São João del-Rei, Minas” e “Almanaque de São João del-Rei”<sup>18</sup>, afirma que a cidade passou por constantes transformações urbanas ao longo da primeira metade do século XX, influenciadas pelos ideais de modernidade. Segundo a autora, tais almanaques, além de registrar mudanças importantes no perfil urbano, incitavam também um “olhar” para a cidade, apontando, sobretudo, para uma constante caminhada de São João del-Rei em direção ao progresso.

A noção de progresso, que foi articulada nesse momento como orientador temporal, referia-se a um processo contínuo e crescente de aperfeiçoamento tanto material, no caso das transformações do espaço físico, quanto do espírito, sinalizando novas experiências sociais nunca antes experimentadas daquela maneira, possibilitando também a emergência de um novo horizonte de expectativa marcado pela valorização da mudança e pela confiança no futuro.

“As ruas são calçadas e muito arborizadas. As praças largas e enriquecidas de templos majestosos. As avenidas largas, retas, compridas e bem arborizadas.”<sup>19</sup> Através dos almanaques mencionados, os grupos locais se esforçavam em dar sentido às mudanças impressas na paisagem urbana da cidade. O calçamento a paralelepípedo em substituição aos

---

<sup>16</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *História, região e globalização*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

<sup>17</sup> RIBEIRO, Rubia Soraya. *As fotografias de André Bello (1879-1941): imagem da modernidade em São João del-Rei*. Belo Horizonte: Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

<sup>18</sup> BRAGA, Tancredo. *Álbum da cidade de São João del-Rei*, em comemoração à data de 8 de dezembro de 1913. São João del-Rei, s/ed., 1913; CAPRI, Roberto & BELLO, André (orgs.). *São João del-Rei, Minas*. São Paulo: Pocaí & Comp., 1918; CARVALHO, Horácio (org.). *Almanaque de São João del-Rei*. São João del-Rei: s/ed., 1924.

<sup>19</sup> CAPRI, Roberto; BELLO, André (orgs.). Op. Cit. p. 19.

“pés-de-moleque”, a implantação de praças ajardinadas, a abertura de ruas e avenidas “largas, retas e compridas” e a construção de edifícios “modernos” foram consagrados nestes espaços como símbolos de um novo tempo na cidade.

Os jornais locais A Tribuna (1914-1938), O Correio (1926-1963) e o Diário do Comércio (1938-1964) procuraram cumprir o mesmo propósito de registro e propagação das transformações na fisionomia urbana da cidade.<sup>20</sup> São João del-Rei foi então apresentada pelos mesmos como um verdadeiro canteiro de obras.

É verdadeiramente notável a intensificação que, nos últimos tempos, têm tido os serviços públicos empreendidos pela patriótica municipalidade local. Assim é que, em vários pontos da cidade, se notam muitas obras da Câmara, em andamento. O número de operários multiplica-se. E por toda parte se sente aquela febre de úteis reformas, destinadas ao modernamento da vetusta “Princesa do Oeste”.<sup>21</sup>

De acordo com Bernard Lepetit, as transformações urbanas implicam nas próprias relações cidadinas e incidem nos usos e nas modalidades de apropriação material e simbólica do espaço. Durante o processo de reestruturação urbana, a cidade é também “presentificada” pelos atores sociais, ou seja, ela é atualizada, acompanhada de novos sentidos e formas de interpretação por parte de seus habitantes. “Pode-se escrever que é a prática social do momento que constrói o limite entre o passado e o presente e que realiza nesse quadro a redistribuição dos objetos em que se apóia.”<sup>22</sup> Nesse caso, antigas formas são reutilizadas e reapropriadas, seus usos são redefinidos e adquirem novas configurações de acordo com valores, projetos e distinções feitas no presente. “O espaço social está repleto das formas passadas (normas, instituições, objetos), cujo sentido é renovado pelo uso no presente.”<sup>23</sup>

---

<sup>20</sup> Estes jornais constituíram um lugar de fala sobre a cidade, divulgando representações políticas e participando efetivamente no debate e formação da opinião pública. Eles estiverem vinculados, como veremos mais adiante, à Associação Comercial de São João del-Rei, espaço relacional que reunia em seu núcleo autoridades municipais, eclesíásticas, comerciantes, industriais, intelectuais e setores médios da população são-joanense. Estes jornais contaram, portanto, com o apoio das principais lideranças da cidade e procuraram conferir legitimidade e coesão aos seus projetos políticos. Selecionamos esses jornais em nossa pesquisa em função da própria disponibilidade de consulta ao seu acervo e da sua constante e expressiva periodicidade de publicação. Os jornais A Tribuna e O Correio mantiveram publicação semanal, e o Diário do Comércio, uma publicação diária. Deixamos de analisar outros jornais, como O Porvir (1922-1938) e A Voz da Escola (1931-1941) em virtude da irregularidade de suas publicações e/ou porque mantiveram publicações temáticas. Deixamos de analisar também aqueles que não se enquadravam em nosso recorte temporal.

<sup>21</sup> A Tribuna, 11 de setembro de 1924. Matéria: “Obras municipais”; editorial.

<sup>22</sup> LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Ed. USP, 2001, p. 181.

<sup>23</sup> *Idem*, p. 179.

Através desse processo de “atualização” da cidade, procuramos compreender as mutações nos usos e nas práticas de apropriação das configurações espaciais herdadas por São João del-Rei, já que o território é também feito de reinterpretações das formas do passado. Tais práticas de transformação urbana podem indicar, entre outras coisas, os modos de afirmação do presente e dos preceitos modernos que demarcam no espaço certo distanciamento temporal em relação ao passado, de forma a não reproduzi-lo, ou mesmo, negá-lo.

“Grande é o número de construções e reconstruções de prédios que se mostram trajados da moda, despidos das velhas indumentárias coloniais; calçam-se a paralelepípedos ruas e praças e serão realizados notáveis melhoramentos.”<sup>24</sup> As reformas urbanas ao longo das primeiras décadas do século XX apresentam como marca principal a crença na positividade da República e da modernidade e, via de regra, se afirmaram em oposição ao próprio passado colonial das cidades. Nessa perspectiva, ruas irregulares, becos, esquinas e casarões coloniais cederam lugar a largos corredores e avenidas “fisicamente limpos” e “ordenados”. Como depreendemos do excerto acima, São João del-Rei também fora impactada por esse ideário de mudança e modernização da cidade à luz de preceitos científicos e tecnológicos.

Quem observa São João del-Rei do presente, tendo conhecido a São João del-Rei do passado, nota uma transformação geral, que pode parecer evolução, se o observador para, apenas, na contemplação do físico das coisas. O aformoseamento da cidade, o desaparecimento das vielas do passado, o banho de atualização nas suas ruas batidas pelos séculos, pode encantar aos olhos sedentos de renovação.<sup>25</sup>

As representações da cidade veiculadas nos jornais assinalam a emergência de um salto qualitativamente diferente em relação ao estado anterior, um progresso contínuo impresso na paisagem urbana.

Quem conheceu São João del-Rei, há anos, e a revê hoje não pode deixar de proclamar bem alto o elaborado surto de progresso da bela, encantadora e culta cidade, que “de roceirinha bonita de seu natural”, se transformou em dama formosa e elegante. (...) As indústrias surgem como por encanto, os bairros se povoam, novas ruas são abertas, dilatando-se assim a área da cidade. Notam-se em cada um dos seus trechos belas e luxuosas edificações de construção moderna.<sup>26</sup>

---

<sup>24</sup> O Correio, 9 de Julho de 1932, n° 301. Matéria: “Melhoramentos locais”; editorial.

<sup>25</sup> A Tribuna, 17 de Março de 1935, n° 1267. Matéria: “Uma questão de estatísticas”; Agostinho de Azevedo.

<sup>26</sup> O Correio, 9 de março de 1939. Matéria: “São João del-Rei”; editorial.

A paisagem expressa a sedimentação das práticas sociais de uso, ocupação e agenciamento do espaço ao longo do tempo.<sup>27</sup> Como assevera Milton Santos, uma paisagem revela diferentes momentos do desenvolvimento de uma sociedade. “A paisagem é resultado de uma acumulação dos tempos. Para cada lugar, cada porção do espaço, essa acumulação é diferente: os objetos não mudam no mesmo lapso de tempo, na mesma velocidade ou na mesma direção.”<sup>28</sup> A noção de paisagem que utilizamos engloba tanto os processos de uso e gestão do espaço, de modo mais “concreto” e “funcional”, quanto as formas de percepção e construção de significado desse espaço, inspirando uma apropriação mais “simbólica” e “afetiva”, fundamental nos processos de identificação e estabelecimento de vínculos a partir de referentes espaciais. Nesse caso, tomamos o espaço como produto de inter-relações, e como parte integrante da constituição de subjetividades.

O cronista do Diário do Comércio Christovam Braga destacou certa “simbiose” de estilos que se operava na cidade, “onde se vêem entrelaçados o passado e o presente, na mistura da antiga com a arte moderna; no fusionamento das velhas e silenciosas ruas com novas, elegantes e retas avenidas; no desafio do estilo colonial aos mais variados da atualidade.”<sup>29</sup> O “novo” e o “moderno” associados aos estilos arquitetônicos das edificações em São João del-Rei referia-se, nesse período, às soluções em “estilo” eclético, *art deco* e neocolonial.<sup>30</sup> A percepção de uma cidade que se renova foi apresentada também pelo então prefeito Antônio Viegas: “A cidade cresce a olhos vistos; cada rua ou logradouro que se abre exige, desde logo, melhoramentos como sejam: luz, calçamento e escoamento. (...) São João del-Rei marcha para a frente.”<sup>31</sup>

---

<sup>27</sup> “Quer tomemos um ponto de vista histórico, quer tomemos um ponto de vista estrutural, a paisagem é claramente uma ordem espacial imposta ao ambiente – construído ou natural. Portanto, ela é sempre socialmente construída: é edificada em torno de instituições sociais dominantes (a igreja, o latifúndio, a fábrica, a franquia corporativa) e ordenada pelo poder dessas instituições.” ZUKIN, S. Paisagens pós-modernas. In: Arantes, A. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000, p. 84.

<sup>28</sup> SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 37.

<sup>29</sup> Diário do Comércio, 6 de março de 1938, nº 1. Matéria: “São João del-Rei”; Christovam Braga.

<sup>30</sup> PEREIRA, Honório Nicholls. *Permanências e transformações nas cidades-monumento: teatro social e jogos de poder* (São João del-Rei, 1937-1967). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, 2009.

<sup>31</sup> Diário do Comércio, 6 de setembro de 1940, nº 753. Matéria: “Ouvindo o Sr. Prefeito”; Antônio Viegas (Prefeito de São João del-Rei durante o período de 1936 e 1946).



A emergência de uma nova paisagem urbana foi ufanada nos periódicos como reflexo do surto de progresso em todos os setores, desde a vida política, passando pelo comércio, até as indústrias. “Será impossível deter essa marcha da evolução porque é ela orgânica e sucessiva. É um imperativo da vida moderna a que não podemos fugir.”<sup>32</sup> Imaginava-se o mundo em termos de sequências históricas. A ideia da marcha linear do tempo encontrava seu referente nas próprias transformações do espaço físico sinalizando as diferenças e distanciamentos entre passado e futuro. Dessa forma, a cidade constituiu-se em *locus* privilegiado de implantação e “materialização” das experiências da modernidade.

De acordo com Marshall Berman, a modernidade é caracterizada pela aceleração das mudanças sociais, isto é, pela emergência de um turbilhão de novas experiências que entram em constante tensionamento com as estruturas tradicionais. Inovação tecnológica, modernização econômica e, sobretudo, a reorganização sistemática do espaço urbano conformam as peças-chave do mundo moderno.<sup>33</sup> A experiência da modernidade é fundamentalmente urbana. O agenciamento sobre a superfície espacial ajuda, entre outras coisas, a reforçar a utopia moderna da vitória da técnica e da ciência e, portanto, do próprio “projeto racional” de domínio da capacidade humana sobre a natureza. Nessa perspectiva, o espaço está sempre sendo feito, está sempre aberto ao futuro, porque vinculado à esfera da criatividade e da possibilidade humana de (re)fazer o ambiente onde vive à luz da razão.

O dinamismo de São João del-Rei no campo das construções e do ordenamento de seu espaço esteve marcado, portanto, por essa constante tensão na articulação entre passado e futuro, como salienta Ralf José Castanheira Flores.<sup>34</sup> A cidade traz as marcas dos conflitos e coexistência do mundo colonial com o mundo moderno.

---

<sup>32</sup> Diário do Comércio, 20 de julho de 1939, n° 410. Matéria: “Cooperação”; editorial.

<sup>33</sup> BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

<sup>34</sup> FLORES, Ralf José Castanheira. *São João del-Rei: tensões e conflitos na articulação entre o passado e o progresso*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2007.

## 1.2 - São João del-Rei: moderna, industrial e progressista

Como destaca Afonso de Alencastro Graça Filho<sup>35</sup>, a solidez da atividade comercial e agropecuária garantiu à cidade a possibilidade de superar as dificuldades econômicas decorrentes do fim do Ciclo do Ouro. São João del-Rei, sede da Comarca do Rio das Mortes, afirmou-se ao longo do século XIX como um importante pólo de influência política e econômica de Minas Gerais. Tal dinamismo foi fomentado pela sua posição de centro administrativo, comercial atacadista e financeiro. Dada a proximidade com o Rio de Janeiro, São João del-Rei desempenhou um importante papel como entreposto comercial, especializado na apropriação do excedente de gêneros alimentícios produzidos na região circunvizinha, como toucinho e couro, panos e outras mercadorias que eram escoadas para a capital federal.

Em São João del-Rei, enquanto praça mercantil centralizadora, formou-se uma poderosa elite polivalente de negociantes que acumularam capitais através do financiamento aos produtores rurais. No final do século XIX, em uma conjuntura de diversificação da economia, tais negociantes converteram parte de suas riquezas acumuladas na industrialização da cidade. São exemplos: a criação da Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas, em 1881 – ligando São João del-Rei à ferrovia D. Pedro II, que leva ao Rio de Janeiro – a fundação, em 1891, da Companhia Industrial Sanjoanense, no setor têxtil, e a formação, também em 1891, da Cia. Agrícola Industrial Oeste de Minas. Ainda no final do século, “outras indústrias leves apareciam, como a Destilaria Castelo, de Zuquim, Silva e Cia (1890), as fábricas de cervejas Miller (1891) e a Adriática, da Marchetti e Cia (1892).”<sup>36</sup>

A peculiaridade econômica de São João del-Rei repercutiu também na sua formação urbana e, além das indústrias, tais negociantes aplicaram também parte de seus capitais na construção de imóveis luxuosos de padrões estéticos franceses, como os de estilo eclético.<sup>37</sup>

---

<sup>35</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*: São João del-Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002.

<sup>36</sup> Idem, p. 47.

<sup>37</sup> São exemplos desse movimento de reprodução do ecletismo na cidade nas últimas décadas do século XIX e virada para o século XX os edifícios da Estação Ferroviária de São João del-Rei, o Teatro Municipal, a Prefeitura Municipal, o Colégio N. Sra. Das Dores, o Ginásio São Francisco, dentre outros.

Quanto à inauguração da Estrada de Ferro Oeste de Minas, a primeira companhia ferroviária de Minas Gerais, Pablo Luiz de Oliveira Lima<sup>38</sup> comenta sobre o êxtase dos cidadãos com os motores arrebatando o espaço. A máquina, condutora do progresso e símbolo de um novo tempo em São João del-Rei, atraía os olhares dos habitantes e prometia possibilidades inéditas, prometia abolição do tempo e do espaço pela mediação crescente da velocidade: “São João del-Rei, cidade sonora, cidade feliz! Quem ama o presente tem o presente vivo no tumultuar das ruas, no Klaxon das buzinas e das locomotivas.”<sup>39</sup>

Na fotografia abaixo, o edifício da Estação Ferroviária Oeste de Minas aparece ao fundo de uma extensa fila de automóveis, dando a impressão de movimento, com pessoas, mercadorias e veículos chegando e saindo o tempo todo. Esta representação procura mostrar então uma dinâmica moderna para a porta de entrada da cidade.



**Figura 01:** Estação Estrada de Ferro Oeste de Minas (1930) – Disponível no site: <http://trilhosdoeste.blogspot.com> (acessado em 05/10/2011)

---

<sup>38</sup> LIMA, Pablo Luiz de Oliveira. *A máquina, tração do progresso*. Memórias da ferrovia no Oeste de Minas: entre o sertão e a civilização (1880-1930). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

<sup>39</sup> Diário do Comércio, 7 de Abril de 1938, n° 28. Matéria: “Variações sentimentais sobre um tema musical”; Altivo Sette.

Era fato que desde a virada do século XIX para o século XX, São João del-Rei já vinha reduzindo seu raio de influência, em virtude da ascensão de outros centros mineiros como Belo Horizonte e Juiz de Fora<sup>40</sup>. Contudo, como salienta Antônio Gaio Sobrinho, a cidade viveu um significativo processo de industrialização que se prolongou até meados da década de 1960, baseado em “setores tradicionais” como as atividades de fiação, produção de têxteis, bebidas, calçados de couro, laticínios, sabão, etc.<sup>41</sup> Gaio Sobrinho fala, inclusive, sobre um “otimismo comercial” e industrial presente durante a década de 1930, quando a cidade se afirma como pólo de produção de têxteis. Além da Companhia Industrial Sanjoanense (1891), somou-se à cidade a Fábrica Brasil Fiação e Tecelagem (1911), com sede inclusive no Rio de Janeiro, a Fábrica de Tecidos Matosinhos S/A (instalada em meados de 1936), a Tecelagem Dom Bosco Ltda (1937) e a Fiação e Tecelagem São João (1947).

As indústrias são apontadas como motivo de orgulho, como manifestação de prosperidade de São João del-Rei, servindo também como sinal de distinção e projeção da cidade entre as mais desenvolvidas do Estado.<sup>42</sup>

Cinco fábricas de Fiação e Tecelagem, sendo uma em construção; 2 de banha; 7 de móveis e colchões; 1 de tinteiros e tintas; 4 de gelo, sorvetes, e doces gelados; 4 de preparos medicinais e para toalete; 1 de meias; 2 de massas alimentícias; 2 de malas e arreios; 1 de artefatos de mármore; 2 de artefatos de ferro; 4 de artefatos de folhas de Flandres; 2 de gorros e bonés; 3 serrarias; 2 cerâmicas; 9 panificações; fabricas de balas e biscoitos; 1 fabrica de laticínios; e engenhos de beneficiamento de cereais. Todas essas indústrias são urbanas.<sup>43</sup>

Destacamos, nesse contexto de “otimismo” comercial e industrial, o esforço dos jornais locais no sentido de estimular uma nova imagem e compreensão de São João del-Rei em virtude das adaptações da cidade aos preceitos modernos:

---

<sup>40</sup> JUNIOR, Willian James. Impressões sobre a cidade: a urbanização vista pelos jornais. Diamantina e Juiz de Fora, 1884-1914. In: Douglas Colle Libby (org.). *Cortes, cidades, memórias: trânsitos e transformações na modernidade*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 2010.

<sup>41</sup> GAIO SOBRINHO, Antônio. *História do comércio de São João del-Rei*. São João del-Rei: Ed. Indep., 1997.

<sup>42</sup> É importante atentarmos para o fato de que São João del-Rei passou por um surto de industrialização significativo se tivermos o contexto nacional como referência que, até o final da década de 1930 esteve direcionado por setores industriais de base, como os têxteis. Já quando tomamos o quadro geral da economia de Minas Gerais como referência, os setores de base ocuparam lugar de destaque por um maior período, perdendo espaço em meados da década de 1950 para os dinâmicos setores da metalurgia e siderurgia. DINIZ, Clélio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1981.

<sup>43</sup> Diário do Comércio, 6 de março de 1938, nº 1. Matéria: “São João del-Rei”; Christovam Braga.

O surto de progresso que São João del-Rei apresenta nos últimos tempos e eloquentemente demonstrado pela construção de prédios de valor, obedecendo aos dispositivos estéticos modernos e pela remodelação das antigas habitações, de modo a apresentarem uma face mais de acordo com a evolução progressista, que vai fazendo sentir por toda a parte; surto de progresso revelado também pelo estabelecimento de novas indústrias e pela adoção de calçamento moderno em nossas vias públicas.<sup>44</sup>

Os jornais desempenharam o papel político de construção e difusão de uma representação de São João del-Rei enquanto cidade industrial, moderna e progressista, destacando os “ajustes espaciais” na fisionomia da mesma através dos chamados “planos de melhoramento e embelezamento urbanos”, procurando sempre se desfazer da representação de “cidade do passado” parada e estagnada no tempo. Buscaram demarcar um lugar para São João del-Rei no rol das cidades modernas que se ajustaram ao espírito do “novo tempo”. Isso implicava também, de certo modo, em descolar-se da imagem de cidade vinculada exclusivamente ao passado colonial, haja vista que as cidades coloniais foram identificadas nas primeiras décadas do século XX como um retrato do Brasil rural, arcaico e atrasado. Por isso, há sempre nos enunciados dos jornais o cuidado de distinguir São João del-Rei das demais cidades coloniais mineiras, demarcando assim uma fronteira simbólica entre “nós” e “eles” e fortalecendo a ideia da transposição da imagem de cidade colonial e pitoresca para a de cidade moderna e industrial.

A sua evolução é exclusivamente própria. Felizmente não se estiola como tantas outras com o chegar da velhice, ao contrário, quanto mais se lhe sobem os janeiros tanto mais se reveste das galas da juventude, aformoseando-se e alentando-se mais rápidos surtos.<sup>45</sup>

Os editoriais dos jornais se esforçaram no intuito de tornar São João del-Rei mais conhecida, seja por meio do diálogo com correspondentes da “imprensa de fora”, seja a partir das impressões de “visitantes ilustres” realçando o cunho “progressista” e “moderno” que tanto a singulariza. Aliás, os testemunhos de visitantes confirmando as especificidades do progresso material da cidade foram largamente reproduzidos nos espaços e primeiras páginas dos jornais: São João del-Rei, “que já era relativamente adiantada, surge, neste momento, grande e bela ante os meus olhos pasmos de encanto, na contemplação sublime do seu evidente

---

<sup>44</sup> A Tribuna, 23 de outubro de 1932, n° 1142. Matéria: “Luz e força”; editorial.

<sup>45</sup> Diário do Comércio, 6 de março de 1939, n° 300. Matéria: “A alma da cidade”; editorial.

desenvolvimento.”<sup>46</sup> Destarte, predomina nas propagandas impressões de uma cidade que percorre de maneira acelerada os caminhos do progresso e da modernização:

Cidade ideal. Onde tudo se desenvolve. Onde tudo cresce. (...) A indústria avança, assustadoramente, representada nas dezenas de fábricas espalhadas pela cidade e seus subúrbios. O comércio honesto e sólido, dá a “urbs” o aspecto movimentado e alegre que aos visitantes encanta.<sup>47</sup>

Gustavo Barroso, intelectual que esteve à frente da criação do Museu Histórico Nacional em 1922 e da Inspetoria dos Monumentos Nacionais em 1934, ficou entusiasmado com o cunho “progressista e moderno” de São João del-Rei:

Variado parque industrial, sobressaindo-se cinco grandes fábricas de tecido, fábricas de massas alimentícias, tipografias, curtume, usina de beneficiamento de leite e uma das maiores estamparias e litografias da América do Sul. (...) Eu esperava encontrar em São João del-Rei uma cidade morta, como Carcassone [cidade medieval francesa], Galêra [cidade medieval espanhola] ou Ouro Preto (...). Com verdadeira surpresa, achei uma cidade moderna, viva, movimentada e progressista!<sup>48</sup>

Em 1938, ano do centenário de elevação de São João del-Rei à categoria de cidade, proliferaram reflexões nesse sentido, que procuraram ressaltar as especificidades, singularidades e particularidades da cidade que a distinguiam das demais “históricas”<sup>49</sup> mineiras.

O viajante, que depois de percorrer o Oeste de Minas, desembarca em São João del-Rei, sente-se surpreso diante do panorama deslumbrante que lhe oferece a cidade centenária. Como Mariana, Ouro Preto, Sabará, etc. ele pensava encontrar uma

---

<sup>46</sup> Diário do Comércio, 26 de maio de 1938, n° 69. Sem Título; Alcides Maia.

<sup>47</sup> Diário do Comércio, 20 de janeiro de 1939, n° 263. Matéria: “Obra de espírito e de coração”; Antônio Ribeiro de Avelar.

<sup>48</sup> Diário do Comércio, 16 de agosto de 1938, n° 129. Matéria: “São João del-Rei”; de Gustavo Barroso. Intelectual que articula a preservação do patrimônio sob uma perspectiva tradicionalista e patriótica; figura emblemática pelo seu posicionamento integralista.

<sup>49</sup> Usamos a expressão entre aspas para ressaltar que toda cidade possui seu regime de historicidade. “As cidades memorizam tempos distintos e diversos em sua paisagem. Mas elas não são apenas paisagens: são lugares, são territórios. Isso significa que elas compõem-se de materialidades edificadas e de relações humanas ricas e diversas que traduzem tempos históricos (não apenas cronológicos) dignos de interpretação. Elas são *physis* e são manifestações simbólicas construídas e re-construídas no tempo. São pedra e cal argamassadas por vidas e por representações sociais.” MENESES, José Newton Coelho. Memória e historicidade dos lugares: uma reflexão sobre a interpretação do patrimônio cultural das cidades. In: AZEVEDO, Flavio Lemos Mota de; CATÃO, Leandro Pena; FERREIRA, João Ricardo (orgs.). *Cidadania, memória e patrimônio: as dimensões o museu no cenário atual*. Belo Horizonte: Crisálida, 2009, p. 34.

cidade relíquia do passado em cujo frontispício a patina do tempo cravara indelevelmente a passagem. (...) Mas, desembarcando o viajante se surpreende.<sup>50</sup>

De acordo com os periódicos, São João del-Rei se aproximava das cidades coloniais exclusivamente sob o ponto de vista da tradição, entendida como passado-presente que baliza e ilumina os projetos de futuro. A tradição constitui, nesse momento, parâmetro de conduta. É por meio dela que os grupos sociais se orientam e estabelecem os nexos e as distinções entre o passado, o presente e o futuro.<sup>51</sup> Ainda assim, a “tradição” veiculada nos discursos e enunciados da cidade serve também como recurso de distinção, ou seja, é acionada para demarcar uma fronteira simbólica que separa São João del-Rei das demais cidades coloniais. Consideramos, portanto, que se trata de um processo de construção e afirmação de uma identidade territorial através da delimitação de referentes espaciais que separam “nós”, São João del-Rei, dos “outros”, no caso, das cidades coloniais mineiras.

Ouro Preto, Pitanguí, Sabará  
e São João del-Rei em todas está.  
A tradição, renovando o passado,  
na grande opulência que lhes tem dado,  
o renome, celebridade e gloria  
que as fazem memoráveis na história.  
Mas São João del-Rei das outras difere  
por algo que a nossa mente sugere.  
Entre as congêneres, louçã, catita,  
É de todas, talvez, a mais bonita.  
As suas lendas ela assim as canta,  
**E em seu plano urbanístico já encanta.**<sup>52</sup>

Não obstante a esse paralelo entre São João del-Rei e as demais cidades coloniais no que tange a tradição, suas adaptações aos preceitos modernos se espelham e indicam muito mais afinidades aos modelos de intervenções urbanas das grandes capitais brasileiras. Mais adiante mostraremos as peculiaridades da recepção em São João del-Rei desse ideário de construção da paisagem de um Brasil moderno.

---

<sup>50</sup> Diário do Comércio, 17 agosto de 1938, nº 130. Matéria: “São João del-Rei e o seu centenário”; J. do Carmo Barbosa.

<sup>51</sup> “A tradição é um modo de integrar a monitoração da ação com a organização tempo-espacial da comunidade. Ela é uma maneira de lidar com o tempo e o espaço, que insere qualquer atividade ou experiência particular dentro da continuidade no passado, presente e futuro, sendo estes por sua vez estruturados por práticas sociais recorrentes. A tradição não é inteiramente estática, porque ela tem que ser reinventada a cada nova geração conforme esta assume sua herança cultural dos precedentes.” GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 1991, p. 44.

<sup>52</sup> O Correio, 1 de janeiro de 1941, nº 824. Matéria: “São João del-Rei”; Jacinto Guimarães (grifo nosso).

As representações e percepções da cidade produzidas pelos grupos sociais influenciam as práticas de uso, apropriações e as próprias relações cidadinas. Em outras palavras, as formas de ver e entender a cidade conformam também modos de habitá-la. Como assevera Roger Chartier, as representações articuladas pelos grupos sociais não são neutras, além de esforço humano de compreensão do mundo social, constituem-se em ferramenta política para a intervenção na realidade deste mundo. Desse modo, a representação se relaciona complexa e dialeticamente com a prática. Ela veicula sempre códigos, comportamentos e formas de atuação na própria realidade social.<sup>53</sup>

Os jornais, por exemplo, vistos como veículos de representação e enunciação da cidade, interferem de forma decisiva nos seus usos e sentidos, através do estímulo à imaginação coletiva do que deve ou não conter o espaço urbano. Eles não se limitam a “refletir” ou “reproduzir” a cidade, mais do que isso, contribuem ativamente para criar e produzi-la, através da difusão e padronização de hábitos que quando socialmente compartilhados tem implicações na própria configuração de seu espaço. Os jornais

são os principais agentes construtores do sentido urbano, os que selecionam e combinam as referências emblemáticas. São eles também que fazem com que alguns cidadãos participem do debate sobre o que a cidade é ou poderia ser e depois propõem aos demais suas opiniões e demandas como síntese imaginária do sentido da cidade e do que significa ser cidadão.<sup>54</sup>

Entendemos os jornais como “lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva”, “espaço de sociabilidade” e de difusão e amadurecimento de projetos políticos.<sup>55</sup> Os jornais são ferramentas na mão dos grupos de pressão capazes de estimular a imaginação coletiva, modelar comportamentos e influenciar a opinião pública.<sup>56</sup> Dito isso, lançamos um olhar sobre os mesmos no sentido de situar o lugar social da produção dos discursos, haja vista que o discurso é sempre realizado a partir de condições de produção específicas.

---

<sup>53</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1990.

<sup>54</sup> CANCLINI, Néstor García. Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação. *Opinião Pública*, Campinas, Vol. 8, n° 1, 2002, p. 44.

<sup>55</sup> SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996, p. 249.

<sup>56</sup> BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (org.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1985.



Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e distribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e terrível materialidade.<sup>57</sup>

O jornal O Correio de São João del-Rei, periódico de circulação semanal criado em setembro de 1926, esteve composto entre os anos de sua fundação e meados da década de 1950 pelos redatores oficiais Dr. Herculano Velloso, advogado e industrial; João de Assis Viegas, professor e diretor de redação; Asterack Germano de Lima, confrade; Mozart Novaes, industrial; Luiz Ávila, industrial e gerente do jornal. Todos os cronistas mencionados participaram e/ou ocuparam cargos na direção da Associação Comercial de São João del-Rei, espaço de discussão política e filosófica, de articulação e defesa de interesses, principalmente os de comerciantes e industriais da cidade, ressaltando que esta associação também reunia setores médios da população são-joanense, intelectuais e políticos em sua composição.<sup>58</sup>

O Diário do Comércio de São João del-Rei destaca-se, como o próprio nome indica, por ser um jornal de circulação diária, criado em março de 1938 como “reflexo do desenvolvimento comercial e industrial da cidade”, pela própria Associação Comercial. Esta comprou todos os materiais gráficos do jornal A Tribuna – periódico semanal que finalizou sua circulação em janeiro de 1938 – e incorporou seus principais redatores no espaço do Diário do Comércio, como por exemplo, José Belline dos Santos, gerente do jornal; Christovam Braga, advogado; A. de Freitas Carvalho, advogado; e Antônio Rocha, professor. Além destes nomes, sendo o intelectual José Belline dos Santos nomeado diretor, a redação do Diário do Comércio esteve composta, entre os anos de 1938 e 1950, por Dr. Pedro de Sousa, redator esportivo; o juiz municipal Dr. Tomaz Wolney de Almeida, humorista; o Mons. José Maria Fernandes, redator da seção católica; e pelo Dr. José Vitor Barbosa, redator da seção agrícola.<sup>59</sup>

De acordo com José Belline dos Santos, o Diário do Comércio assumiu a firme e decidida vontade de trabalhar pelo progresso da cidade e teve o compromisso de “ser, apenas, porta

---

<sup>57</sup> FOUCAUT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996, p. 8-9.

<sup>58</sup> O dr. Herculano Velloso, por exemplo, foi um dos principais personagens à frente da organização da Associação Comercial em 1916, assumindo o cargo de consultor da mesma.

<sup>59</sup> O Diário do Comercio contou ainda com um número expressivo de colaboradores em sua redação, como por exemplo, João B. de Assis Viegas (farmacêutico), Lara Resende (professor), José do Nascimento Teixeira (industrial), Manoel de Almeida Neto (industrial), Fidelis Guimarães (industrial), Agostinho de Azevedo (industrial), Antônio Ribeiro Avelar (professor), Dr. Mateus Salomé de Oliveira (político e empreendedor urbano), entre outros.

voz das legítimas aspirações das classes conservadoras desta abençoada terra.”<sup>60</sup> O jornal marcou então uma posição das autoridades municipais, eclesiásticas, industriais, comerciantes, intelectuais e setores médios da população são-joanense, as tais “classes conservadoras”, que procuravam organizar e dar sentido à cidade através do canal da imprensa.

A Associação Comercial de São João del-Rei apareceu, portanto, como denominador comum desses jornais, como espaço de sociabilidade e de discussão política e filosófica que aglutinou as ditas “classes conservadoras” da cidade, mencionadas por José Bellini dos Santos. Para este, a Associação deveria ser vista como uma “associação cultural de classe”, o que remete a uma perspectiva de grupo, a uma estratificação social específica na cidade: “ela tem sido e será sempre uma sentinela avançada e portanto defensora dos interesses das classes laboriosas.”<sup>61</sup>

A Associação Comercial de São João del-Rei, criada em janeiro de 1903, apresentava como princípio básico discutir “questões que interessam à classe comercial e sobre ela representar aos poderes competentes, defendendo por todos os meios idôneos todos os seus interesses, em qualquer terreno e em esfera em que os mesmos se encontrem.”<sup>62</sup> Isso posto, a entendemos como espaço de mediação do jogo político em São João del-Rei por reunir as elites culturais, políticas e econômicas em torno de discussões sobre a própria cidade, em função da comunicação estabelecida com governadores e outros políticos das capitais e em virtude do próprio poder de pressão e cobrança diretamente à Prefeitura e Câmara Municipais quanto às reformas e investimentos em infra-estrutura urbana para São João del-Rei.

“A diretoria [da Associação Comercial] terá de lutar para dar à Avenida Hermílio Alves maior embelezamento.”<sup>63</sup> Deprendemos, a partir do enunciado acima, o papel de protagonismo da Associação Comercial na planificação do tecido urbano são-joanense. Este espaço foi o principal responsável pela produção e difusão de representações de São João del-Rei na imprensa local e forânea: “com o louvável intuito de desenvolver a propaganda da nossa *urbs*,

---

<sup>60</sup> Diário do Comércio, 6 de março de 1939, nº 300. Matéria: “Aleluia”; José Bellini dos Santos.

<sup>61</sup> A Tribuna, 10 de janeiro de 1937, nº 1359. Matéria: “Associação Comercial”; editorial.

<sup>62</sup> CAPRI, Roberto; BELLO, André (orgs.). Op. Cit. p. 22.

<sup>63</sup> O Correio, 24 de janeiro de 1931, nº 222. Matéria: “Associação Comercial”; editorial.

a Associação Comercial houve por bem organizar um concurso fotográfico dos trechos e aspectos mais interessantes da nossa terra.”<sup>64</sup> Nesse evento, por exemplo, ela emerge como promotora e patrocinadora de um concurso fotográfico que tem a cidade como foco. Eventos como esse evidenciam o empenho da mesma na produção de um imaginário urbano apropriado às mudanças experimentadas pela cidade.

Cabe matizar que tanto os jornais quanto a Associação Comercial não se constituíam num todo monolítico, até porque as diferenças de posicionamento no interior daqueles espaços eram frequentes. No entanto, os grupos locais que partilhavam destes espaços de sociabilidade e de outros como o Café Rio de Janeiro, o Athletic e o Minas Clube, mantinham afinidades quanto ao objetivo de dotar São João del-Rei de suportes e ajustes espaciais em conformidade com os preceitos modernos e se sentiam também responsáveis pelo desenvolvimento da cidade. Isso demonstra que a produção de um território é também acompanhada de formas de percepção e simbolização que dão aos indivíduos e grupos que nele habitam a consciência de sua participação, da sua marca, da efetivação de seus projetos, em suma, da sua própria identidade territorial projetada e refletida em referentes espaciais.

### **1.3 - O futuro-presente em São João del-Rei**

Espaço e tempo são duas categorias de percepção complexas e indissociáveis que possibilitam ao historiador a apreensão da conjuntura histórica. Neste momento do trabalho, esforçamo-nos em captar a forma com que os cidadãos definem um regime de temporalidade em decorrência de suas próprias percepções, imaginações e experiências espaço-temporais. Partimos da ideia de que as experiências da modernidade em andamento influem diretamente na forma de se conceber o tempo e o espaço, e é a partir de tais experiências que os grupos procuram organizar o passado.<sup>65</sup>

Após leitura dos discursos veiculados nos jornais locais, observamos que há nas representações temporais um privilégio dado ao paradigma chamado “futuro-presente”, isto é,

---

<sup>64</sup> A Tribuna, 28 de fevereiro de 1937, n° 1366. Matéria: “Associação Comercial”; editorial.

<sup>65</sup> HARTOG, François. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. Revista de História, São Paulo, n° 148, 2003.

a um trato temporal orientado pela fé num “futuro radioso” e, concomitantemente, certa hipertrofia em relação às possibilidades do fenômeno moderno.

Segundo Reinhart Koselleck, a modernidade implica uma mudança acelerada na experiência histórica, haja vista que enseja um trato temporal próprio, inteiramente novo, marcado pelo alargamento do fosso entre passado (“campo de experiência”) e o futuro (“horizonte de expectativa”). A emergência desse “novo tempo” sinaliza, então, uma abertura do futuro e uma aceleração das próprias experiências sociais.<sup>66</sup>

A celebração do “novo” como reforço da ideia de que a humanidade avança em sequências rumo a um tempo qualitativamente melhor e diferente do anterior esteve muito presente na forma como os grupos locais conceberam a cidade. O ano de 1938, por exemplo, ano de comemoração do centenário de elevação de São João del-Rei à cidade, parece ser um marco simbólico ilustrativo da consolidação de um “novo tempo radioso” na cidade. Nessa conjuntura de reflexão sobre a trajetória da cidade, proliferou-se uma variedade de discursos que cotejaram o “antes” e o “depois”, exaltando o salto qualitativo impresso na paisagem urbana de São João del-Rei. O cronista Altivo Sette define mais precisamente esse crivo temporal orientado pela crença num futuro que avança velozmente sobre o passado: “o passado está morto, definitivamente passado. (...) O que precisamos agora é muito apetite para podermos seguir para frente, serenos e firmes.”<sup>67</sup> No tempo da aceleração, há um constante tensionamento entre passado e futuro e, concomitantemente, uma reivindicação qualitativa do novo tempo: a de ser não somente diferente, mas melhor do que o tempo anterior.<sup>68</sup> Além disso, o passado é convocado para o futuro e a partir do futuro. Nas palavras de Nicolau Sevcenko, o passado é “revisitado e revisto para autorizar a originalidade absoluta do futuro.”<sup>69</sup>

A forma como conceitos e verbetes são articulados em determinada época serve de indício para o historiador entender a racionalidade dos atores políticos, seus valores e projetos. Nessa

---

<sup>66</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; ed. Puc-Rio, 2006, p. 274.

<sup>67</sup> Diário do Comércio de 29 de março de 1938, n° 20. Matéria: “Formigas e abelhas”; Altivo Sette.

<sup>68</sup> KOSELLECK, Reinhart. Op. Cit.

<sup>69</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático na metrópole*: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Cia das Letras, 1992, p. 227-228.

chave-analítica, pensamos a recorrência de conceitos de movimento como coeficientes temporais que tratam das experiências e expectativas próprias da modernidade. Conceitos como, por exemplo, “progresso”, “desenvolvimento”, “evolução”, “novo” etc. sinalizam modos de agir, de pensar e de se situar no tempo, indicam concepções de mundo e formas de intervir na própria realidade deste mundo. Estas categorias constituem, portanto, sustentáculos de um *telos*, de um desejo de se alcançar um ideal, que é o de civilização.<sup>70</sup>

“Na marcha acelerada da civilização os que param são atropelados pela onda humana que avança, sempre para frente. Caminhemos com ela ou seremos arrasados.”<sup>71</sup> A ideologia do progresso, mencionada acima, indica uma concepção linear, absoluta e “objetiva” do tempo social, uma forma de “interpretação da história que considera que os homens avançam mais ou menos depressa (...) numa direção definida e desejável (implica, pois, como finalidade, a felicidade) e supõe a indefinida continuação desse progresso.”<sup>72</sup> O progresso aparece, portanto, como o próprio motor da história, ou seja, a medida de força que dita o ritmo do tempo.

São João del-Rei foi então retratada entre os cronistas pelos epítetos de “nova”, “tenra”, “bela”, “encantadora”, “cultura”, “formosa”, “elegante” etc., ou seja, a partir de feições antropomórficas de uma mulher que permanece sempre jovem. Nas narrativas, São João del-Rei adquiriu os títulos de “Princesa do Oeste”, “Formosa Odalisca”, “Cidade Ideal” e “Cidade Ultra-Civilizada” que se distingue das demais cidades coloniais justamente pelos seus atributos de “moça” que “não parou no tempo”. “Tudo mais nesta S. João del-Rei adorada denota grandeza, movimento e progresso.”<sup>73</sup> Destarte, a dimensão imaginária da cidade foi reiteradamente explorada na imprensa.

Como lembra Bronislaw Baczko, os imaginários sociais são sistemas de orientação simbólica, ou seja, um conjunto de representações, crenças, desejos e sentimentos pelos quais uma coletividade vê a realidade ao seu redor e a si mesma. Os imaginários constituem-se em

---

<sup>70</sup> JASMIM, Marcelo G. & FERES JR., João (org.). *História dos Conceitos*. Debates e perspectivas. Rio de Janeiro: PUC-Loyola-Iuperj, 2006.

<sup>71</sup> Diário do Comércio, 8 de março de 1938, nº 2. Matéria: “Comemorando o centenário de S. João del-Rei”; editorial.

<sup>72</sup> LE GOFF, Jacques. Progresso/reação. In: *História e memória*. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2003, p. 265.

<sup>73</sup> Diário do Comércio, 4 de setembro de 1938, nº 145. Matéria: “Tudo progride”; editorial.

balizas que guiam os comportamentos e canalizam as expectativas coletivas. Através dos imaginários sociais, por exemplo, “uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição de papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns.”<sup>74</sup> A produção, controle e difusão dos imaginários coletivos é, portanto, operação atravessada de projetos e finalidades políticas; procura sempre atuar nas relações sociais cidadinas e repercutir na própria conformação do tecido urbano na cidade, explorando ao máximo a dimensão simbólica, imagética e figurativa de seus contornos espaciais. Nesse caso, a cidade torna-se objeto do desejo e, por meio da compreensão imaginária, os indivíduos e grupos projetam seus sonhos e invenções do que deve ou não conter o espaço urbano, procurando nele lugar de reconhecimento e de referência. Evidentemente, os imaginários urbanos transitam entre fronteiras tênues, nas quais os limites entre a “cidade real” e a “cidade ideal” nem sempre são precisos.

Os imaginários políticos também recorrem aos mitos fundadores como ferramenta de mobilização afetiva que transmite princípios, finalidades e reforça os valores identitários dos grupos sociais. O discurso mítico é caracterizado, principalmente, pelo seu dinamismo profético na compreensão do presente, pelo recorrente uso de fabulações na explicação do mundo social, vinculando o acontecimento sempre ao tempo imemorial das “origens” e da sua “fundação” no passado.<sup>75</sup>

Um *tópos* apresentado no jornal Diário do Comércio, pelo seu diretor de redação José Belline dos Santos, utilizou de uma das passagens bíblicas do livro do Gênesis para anunciar em tom profético o distanciamento temporal de São João del-Rei das demais cidades centenárias que, no caso, “imitaram a mulher de Ló” e por isso se “petrificaram no passado”. Já São João del-Rei se distinguiria destas, justamente por ter se projetado para o futuro, “marchando resoluta” na esteira da civilização.

Conta-nos o Velho Testamento na rudeza singela de seus capítulos que a mulher de Ló foi transformada em estátua de sal por ter olhado para trás – para o passado. As cidades velhas não olham para o futuro, fazem como a mulher de Ló: voltam-se para o passado e nele se petrificam. E enquanto essas cidades jazem inanes e o vento dos séculos lhe arrebatou o último átomo de grandeza, a centenária S. João del-Rei continua vigorosamente de pé – velha e moça – num contraste que não cansa, cultuando o seu passado e acompanhando a febricitante vibração da era em que vivemos. (...) São João del-Rei não imitou a mulher de Ló. Não se petrificou no

---

<sup>74</sup> BACZKO, Bronislaw. Op. Cit. p. 309.

<sup>75</sup> GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

passado. Neste ano do centenário da sua elevação à cidade podemos constatar a grande caminhada que deu em todos os setores das atividades humanas, o seu desenvolvimento, o seu progresso, tudo em torno da grande sentença – ‘de pé, em marcha e para cima’ – em zelo do qual S. João del-Rei atira-se, assim, resoluta, pela subida gloriosa do seu esplendoroso futuro. São João del-Rei não olhou para trás!<sup>76</sup>

A narrativa acima procurou comparar São João del-Rei com as demais cidades coloniais justamente no intuito de demarcar uma posição daquela. Pensamos essa narrativa como um empreendimento de construção de uma identidade territorial de São João del-Rei em contraste com as demais cidades coloniais. Nessa crônica, José Belline dos Santos, ao qual o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais atribuiu o título de historiador de São João del-Rei<sup>77</sup>, se refere ao passado a partir de dois sentidos distintos. Em um primeiro momento, ele indica um passado depreciado que deve ser rompido, porque remete à estagnação e à decadência das “cidades velhas” que “ficaram para trás” e se “petrificaram” no tempo. Já num segundo momento, o passado é articulado no sentido de conferir respaldo histórico às ações do presente. Nesse caso, o passado ufanado é aquele que serve de baliza aos projetos de futuro, que se refere aos grandes feitos, fatos e heróis. Os legados do passado que compõem esse enredo “exemplar” – como as igrejas, os casarões de inconfidentes, as pontes de pedra e alguns edifícios públicos da cidade – constituem a memória de São João del-Rei, e são, portanto, passivos de preservação como “verdadeiros relicários” da História e da arte, como “atestados vivos de uma época”:

Esse povo, consciente da real glória de sua terra, cuida esmeradamente de suas particularidades históricas, conservando avaramente resguardadas aquelas coisas que são o seu relicário. Guardam, com cuidado, os seus templos, suas construções antigas, assim como elementos teóricos de sua força histórica.<sup>78</sup>

Apresentamos na figura 2 um trecho da rua Getúlio Vargas (antiga rua Direita), com vista de frente para a fachada da Igreja do Carmo, um dos principais pontos da cidade veiculado nas fotografias e cartões postais como símbolo da “força histórica” de São João del-Rei. Vemos que o trecho conta com equipamentos de iluminação para realçar os detalhes do templo de Nossa Senhora do Carmo, ao fundo, e de um Passo, localizado à lateral esquerda, símbolos da

---

<sup>76</sup> Diário do Comércio, 16 de agosto de 1938, n° 129. Matéria: “A cidade que não olhou para trás”; José Belline dos Santos.

<sup>77</sup> “Trabalhador infatigável pela grandeza de São João del-Rei e um defensor destemido das relíquias de arte, José Belline adquiriu já um nome conhecido no mundo dos que não só gostam da sua terra, mas, daqueles que fazem questão do seu progresso e, sobretudo, do seu encantamento.” A Tribuna, 21 de março de 1937, n° 1369. Matéria: “José Belline dos Santos”; editorial.

<sup>78</sup> Diário do Comércio, 4 de maio de 1938, n° 50. Matéria: “São João del-Rei”; J. Resende R. Oliveira.

tradição presente no cotidiano da cidade. Na mesma rua onde a tradição está inegavelmente inscrita nos objetos e nas configurações urbanas, onde os pedestres caminham lentamente como um ato de devoção, percebemos também ao fundo um automóvel, símbolo da aceleração espaço-temporal da modernidade.



**Figura 2:** Rua Getúlio Vargas e Igreja do Carmo – Arquivo do Museu Regional de São João del-Rei (s/d)

Nessa ótica, não se trata simplesmente de uma “tábula rasa”, no sentido de ruptura radical com o passado, permitindo sua destruição e superação completa, assim como a criação de “algo novo” a partir de uma superfície lisa na cidade. Trata-se de uma (re)significação e seleção de elementos da tradição, enquanto referenciais de identidades e trajetórias nesse espaço social do presente.

“São João, a cidade do progresso (...) sabe velar pelas suas relíquias históricas e caminhar vigorosamente de mãos firmes no leme evolutivo da civilização.”<sup>79</sup> É com base nessa crença da marcha linear da humanidade que os agentes sociais locais, reunidos em torno do espaço de sociabilidade da Associação Comercial, procuram tecer a escrita da História da cidade, de modo a situá-la no tempo e no espaço, dando inteligibilidade tanto às transformações

---

<sup>79</sup> Diário do Comércio, 15 de abril de 1941, nº 936. Matéria: “Recordando e Revivendo”; Bico de Lacre (pseudônimo).



aceleradas quanto às permanências de valores tradicionais, destacando sempre nesse processo o panteão local, seus feitos épicos e fatos memoráveis:

Testemunha e teatro dos gloriosos feitos dos paulistas na luta com os emboabas, berço de Tiradentes, a alma da Inconfidência e o precursor da Republica, relicário das obras prodigiosas do Aleijadinho, o Quasimodo brasileiro, perpetuados em suntuosos templos que são maravilhas de artes, pátria de Bárbara Heliodora, tipo em que se encarnam a rigor toda a bondade, toda a energia, toda a sinceridade afetiva e todos os talentos e virtudes da mulher mineira – a linda e velha cidade estaria ao certo destinada a contar entre os seus naturais heróis e poetas, artistas e sábios.<sup>80</sup>

A figura abaixo, por exemplo, traz um conjunto de símbolos identificados como expressão da “força histórica” da cidade, passando pela representação das igrejas, mineração, pontes de pedra, prédios novos e “modernos”, chaminés das fábricas e, pela figura de Tiradentes. A alegoria partilha de elementos da linguagem republicana como a valorização do domínio da técnica, das indústrias e do progresso, assim como dos ideais de liberdade. Na República, os símbolos, relíquias e lembranças dos “grandes feitos” e dos “grandes heróis” do passado são acionados no sentido de despertar uma certa consciência cívica em seus cidadãos.



**Figura 3:** Alegoria de Antônio Rocha – Jornal O Correio, 1930

<sup>80</sup> Diário do Comércio, 17 de agosto de 1938, n° 130. Matéria. “São João del-Rei”; Lindolfo Gomes.

Destacamos o empenho cívico de historiadores locais como José Belline dos Santos<sup>81</sup> e Augusto das Chagas Viegas<sup>82</sup> que procuraram instruir a opinião pública e direcionar um olhar sobre o passado e sobre a História de São João del-Rei. Estes dois “intelectuais orgânicos”<sup>83</sup> da Associação Comercial passaram a desenvolver em seus trabalhos uma concepção “moderno-iluminista” de história, isto é, uma leitura teleológica da história da humanidade que define o tempo social como uma sucessão regular de fatos, articulando passado, presente e futuro num processo linear orientado pela noção de progresso.<sup>84</sup> Na perspectiva destes intelectuais, a mudança é valorizada como sintoma da aceleração da marcha do espírito em direção à liberdade, progresso e civilização. A destruição “racional” e “criativa” é desejada, e remete a um *telos*, ou seja, a um estado de perfeição que avança sobre o “passado morto” como um salto qualitativo. Em síntese, a destruição reforça a ideia de movimento, de mudança e de que a civilização evolui. O processo histórico é, portanto, autofágico, marcado por saltos qualitativos rumo ao progresso e, nesse quadro, os resíduos arcaicos devem ser eliminados.

Podemos considerar que as manifestações públicas de negação das formas antigas e as decisões de se apagar do presente os objetos indexados no passado estão, portanto, pautadas nesta concepção “moderno-iluminista” de história.

#### **1.4 - Cidades-mortas**

Durante as festas de comemoração do centenário de elevação de São João del-Rei à cidade, o jornal “A Ofensiva”, do Rio de Janeiro, ao publicar matéria sobre esse evento, construiu uma caricatura das cidades coloniais de Minas Gerais. Ironizou: “E aquelas tranquilas cidadezinhas

---

<sup>81</sup> SANTOS, José Belline dos. *São João del-Rei: a cidade que não olhou para trás*. São João del-Rei: Gráfica do Diário do Comércio, 1949.

<sup>82</sup> VIEGAS, Augusto das Chagas. *Notícias de São João del-Rei*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1942. Irmão do prefeito Antônio Viegas, Augusto das Chagas Vieras foi eleito deputado estadual pelo PSD em 1945.

<sup>83</sup> De acordo com Antônio Gramsci, os “intelectuais orgânicos” são aqueles que conferem coesão aos grupos sociais, mantendo-os conscientes de suas posições, objetivos e finalidades políticas. GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

<sup>84</sup> Sobre a versão “moderno-iluminista” da história ver: REIS, José Carlos. Da história total à história em migalhas: o que se ganha e o que se perde? In: *História e teoria, historicismo, modernidade, temporalidade, verdade*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

do interior que vivem mais do esplendor do passado do que da vida do presente vão se reanimar. Repicados de todos os sinos dos velhos templos católicos. Salvas de dinamite. Alvoradas com bandas de músicas. Haverá bandeirolas nas ruas.”<sup>85</sup>

Enquadrar São João del-Rei como cidade vinculada estritamente ao passado colonial, como fez o jornal “A Ofensiva”, fora considerado um insulto ao “progressismo” local. Episódio digno de nota, o editorial do Diário do Comércio responde à ofensiva:

São João del-Rei não vive somente do esplendor do seu passado. A energia e o patriotismo de seus filhos construíram e vêm melhorando cada vez mais uma cidade moderna e progressista, onde as torres de nossos templos seculares se emparelham às altas chaminés das nossas fábricas.<sup>86</sup>

No excerto acima, “cidade moderna e progressista”, “torres dos nossos templos seculares” e “altas chaminés das nossas fábricas” servem de recurso semântico para contrapor à representação de “cidadezinha do interior” que vive “mais do esplendor do passado do que da vida presente”. Nessa luta de representações, a redação do Diário do Comércio contestava também a própria imputação a São João del-Rei do epíteto de “cidade-morta”.

Sabemos que a representação de “cidade-morta”, que traz consigo um indicativo temporal, se difunde no Brasil na virada do século XX como lugar-comum do retrato das cidades coloniais. São identificadas como mortas, paradas no tempo, decadentes e estagnadas porque já não respondem mais à dinâmica da estrutura produtiva nacional como nos séculos anteriores. Então, as “cidades-mortas” são tomadas como expressão de um Brasil rural, arcaico e atrasado. Refletem o estado de miséria nacional, constituindo um entrave ao projeto de construção de uma civilização moderna, urbana e industrial.

As “cidades-mortas” representam a imagem do Brasil colonial e atrasado e, portanto, a antítese das promessas republicanas de instalação de uma nova ordem a partir dos ideais de liberdade, progresso e civilização. “Quantas cidades mortas se nos apresentam típica, exclusivamente coloniais. Esquecidas pela nossa civilização, de há muito cessaram de contar na economia nacional. São pedaços desvitalizados do território nacional.”<sup>87</sup>

---

<sup>85</sup> A Ofensiva, Rio de Janeiro, 06 de março de 1938. Matéria também reproduzida no Diário do Comércio, 12 de março de 1938, nº 6, intitulada: “Uma nota infeliz”; editorial.

<sup>86</sup> Diário do Comércio, 12 de março de 1938, nº 6. Matéria: “Uma nota infeliz”; editorial.

Monteiro Lobato é um dos principais expoentes dessa versão que toma as “cidades-mortas” como retrato das mazelas do Brasil<sup>88</sup> e suas ideias também tiveram ressonância em São João del-Rei. O livro “Cidades Mortas”, por exemplo, compõe uma série de contos que representam a decadência das cidades do Vale do Paraíba com a queda do ciclo do café. De acordo com Lobato, o progresso – “nômade” e sujeito a “paralisias súbitas” – migrou daquela região e desde então estas “cidades moribundas” passaram a “chorar as saudosas grandezas de antes”. Seus palacetes estão em “ruínas”, condenados pelo “bolor da velhice”. Por isso, as “cidades-mortas”, onde “tudo é pretérito”, se desviaram da civilização.<sup>89</sup>

Podemos notar que esta noção de “cidade-morta” esteve permeada dos preceitos higienistas e sanitaristas e, no bojo deste ideário, a redenção do Brasil – constituição de uma nação moderna, urbana e industrial – se daria fundamentalmente por meio de medidas disciplinadoras de ordem social e moral que resultassem na assepsia e combate às “endemias” das tais “cidades-mortas”. Estas deveriam sofrer intervenções cirúrgicas à luz de métodos racionais e científicos da engenharia sanitária, apresentados como o único recurso para regeneração de seu tecido urbano. O tema da reforma urbana e sanitária entrou, portanto, na agenda pública como promessa de retirada e cura do “organismo doente” dessas cidades.<sup>90</sup>

Ouro Preto, por exemplo, logo após a transferência do título de capital de Minas Gerais à Belo Horizonte, fora estigmatizada como lugar do atraso, identificada como “cidade-morta”, imperial, rural e decadente. “Até os anos 20 e 30, quando veio a ser descoberta pelos intelectuais modernistas, Ouro Preto era mais uma das tantas ‘cidades mortas’ – na expressão de Monteiro Lobato – existentes no Brasil.”<sup>91</sup>

---

<sup>87</sup> Diário do Comércio de 20 de novembro de 1938, n° 210. Matéria: “Turismo e cidades mortas”; Constantino Campos Fraga.

<sup>88</sup> LAMARÃO, Sérgio. Os Estados Unidos de Monteiro Lobato e as resposta ao ‘atraso’ brasileiro. Lusotopie, Paris, v. 1, 2002.

<sup>89</sup> LOBATO, Monteiro. *Cidades mortas*. 3 ed. São Paulo: Monteiro Lobato, 1921.

<sup>90</sup> HOCHMAN, Gilbert. *A era do saneamento*. As bases da política de saúde no Brasil. São Paulo. Huitec/Anpocs, 1998.

<sup>91</sup> GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1998, p. 272.

Reiteramos que os jornais locais recorreram à estratégia de tornar São João del-Rei mais conhecida na imprensa por meio de propagandas que ressaltam seu progresso material e suas adaptações aos preceitos modernos para então desfazer dessa impressão de “cidade-morta”.

São João del-Rei... Contrariamente ao que possam muitos supor, a “Princesa do Oeste” nada tem de perfeitamente idêntico com as suas irmãs: Sabará, Mariana ou Ouro Preto. (...) A melancolia não é a sua atmosfera nem, de seu casario (...). Nada de ruínas históricas e nem vastos lajedos em ruas desertas, nem paredões esborcinados a se adornarem dos líquens e das madressilvas, a indefectível floração das ruínas. São João del-Rei é diferente! De comum com as velhas irmãs, talvez apenas os majestosos templos de um mirífico barroco, um ou outro beco, um ou outro sobrado, de corredores e varandas em projeção à maneira das construções de antanho. Fora isso, dir-se-ia que a cidade se remoçou ou nunca envelheceu...<sup>92</sup>

Essa distinção entre “nós” progressistas e “eles” atrasados serve para demarcar uma identidade territorial e para destacar São João del-Rei das demais cidades coloniais mineiras, fortalecendo a ideia da transposição da sua imagem de cidade colonial para cidade moderna e industrial. De acordo com a imprensa local, São João del-Rei era, sobretudo, um atestado dos “melhoramentos” que uma cidade do interior podia receber dos tempos modernos. “Aqui, não somente se evoca e se mostra o passado; mas vive-se intensamente a época que passa e se constrói promissoramente o futuro. Por tudo isso é mister tornar S. João del-Rei mais conhecida.”<sup>93</sup>

Na enquete da comemoração do centenário de elevação de São João del-Rei à cidade, o cronista Agostinho de Azevedo assinalou que as festas e feiras de exposições expressavam a pujança comercial e industrial da cidade. E acrescentou que os indivíduos “pouco líricos” não conhecendo São João del-Rei “acham que essas veneráveis terras fedem a mofo e bolor”<sup>94</sup>. Fica nítida a preocupação do grupo Associação Comercial, do qual ele é porta-voz<sup>95</sup>, em apagar de vez essa impressão de São João del-Rei enquanto cidade colonial, estagnada no tempo, morta e decadente na sua estrutura urbana e produtiva.

---

<sup>92</sup> O Correio, 2 de novembro de 1938, nº 705. Matéria: “São João del-Rei”; dr. Wilson Mello Silva.

<sup>93</sup> Diário do Comércio, 12 de abril de 1938, nº 32. Matéria: “A nossa propaganda”; editorial.

<sup>94</sup> Diário do Comércio, 10 de março de 1938, nº 4. Matéria: “Centenário”; Agostinho de Azevedo.

<sup>95</sup> Decerto indivíduos podem representar coletividades inteiras, assumir a sua ética, seus projetos, em resumo, a sua ideologia.

Nesse caso, a polarização entre “cidade-morta” versus “cidade viva”, progressista e movimentada serve para fortalecer a crença de que São João del-Rei já não se enquadra naquela representação do Brasil pitoresco difundida pelos viajantes nos séculos XVIII e XIX, mas sim na do Brasil moderno, urbano e industrial que participa do circuito das nações civilizadas:

Na vertiginosa carreira do progresso mundial, com os albos novos do século vinte, São João del-Rei marca lugar proeminente de destaque no desenvolvimento e na transformação para o complexo, para o perfeito e para o atual, entre as cidades modernas e ultra civilizadas. (...) Não é apenas o passado que ali se respira, e sim a vida mineira e brasileira bem viva e bem presente, bem ativa e bem consciente da sua força e do seu destino. As coisas do passado, ali, parecem ter apenas lugar que devem ter em nossa vida, nenhum romantismo, nenhum saudosismo. São João del-Rei não vive do seu passado. Vive com ele. São João del-Rei é uma cidade que não envelheceu.<sup>96</sup>

Como fica evidente no enunciado acima, o passado é visitado a partir de valores e experiências próprios da modernidade – que apontam para uma concepção linear, absoluta e “objetiva” do tempo social – e de certa maneira ele tem o sentido de ressaltar as possibilidades do próprio presente, conferindo respaldo ao ideário da marcha evolutiva da humanidade.

Ao mesmo tempo em que procuravam reverter essa legenda, os grupos locais concentrados em torno do espaço da Associação Comercial, a partir de uma leitura muito atenta da cartilha de Monteiro Lobato, atribuíam esse epíteto de “cidade-morta” à vizinha Tiradentes, condenada como símbolo do atraso, afastada do binômio progresso-civilização. Para estes, a cidade de Tiradentes dormia um sono profundo e só acordava durante a festa de Santíssima Trindade. “Tiradentes acorda uma vez no ano, põe um traço na sua agonia e se engalana para o culto da Santíssima Trindade, com aquele bulício das festas do seu ontem.”<sup>97</sup> De acordo com José Belline dos Santos, não se ouve nesta cidade nem o barulho da passagem rápida do automóvel – símbolo da compressão espaço-temporal da modernidade – rumo a outras cidades “mais felizes”. “Nada mais ouviria ali além do badalar compassado e soturno do sino da velha matriz.”<sup>98</sup>

---

<sup>96</sup> Diário do Comércio, 6 de março de 1938, nº 1. “São João del-Rei, cidade contraste”; editorial.

<sup>97</sup> A Tribuna, 30 de maio de 1937, nº 1379. Matéria: “A festa da Trindade”; editorial.

<sup>98</sup> Diário do Comércio, 15 de outubro de 1940, nº 785. Matéria: “Tiradentes, cidade em agonia”; José Belline dos Santos.

A fórmula veiculada por esse espaço para reverter esse ranço de “cidade-morta”, assim como toda impressão de “imobilismo”, foi a da “ruptura dos horizontes”, ou seja, a valorização da prática de intervenção e modernização da paisagem urbana como parte de um processo de afirmação de um “novo tempo” na cidade.

Não consintamos nunca que a nossa terra ofereça o triste espetáculo de decadência que apresentam as velhas cidades, que não souberam ou não puderam manter a opulência de outrora. Façamos por manter sempre acesa a flama desse entusiasmo que nos tem animado até agora, e há de nos levar à conquista de novas glórias.<sup>99</sup>

### **1.5 - Cidade higiênica e civilizada**

O postulado da produção racional do espaço urbano não é neutro, mas imbuído de valores, intencionalidades e práticas políticas. “O espaço é um instrumento político intencionalmente manipulado, mesmo se a intenção se dissimula sob as aparências coerentes da figura espacial.”<sup>100</sup> Nesta chave de entendimento, a afirmação de um projeto arquitetônico e urbanístico é indissociável de um projeto político de significação e apropriação desse espaço. Nessa perspectiva, procuramos, nessa parte do trabalho, desvelar as ideias que ajudaram a criar, difundir e padronizar hábitos de uso e apropriação da cidade. Atentamos para as especificidades históricas e urbanas da recepção dos ideais de progresso e modernidade em São João del-Rei.

A leitura de Walter Benjamin em relação ao ideal urbanístico de Haussmann evidencia, por exemplo, como o plano de modernização de Paris, durante o Segundo Império, impulsionado pela imagética do novo, dado como objetivo e como garantidor da ordem social pelo discurso técnico-científico, se insere numa lógica política mais abrangente de um urbanismo autoritário que favorece o capital financeiro, a especulação imobiliária e o controle das “classes perigosas”, empurradas para as periferias da cidade. “Os contemporâneos batizam esse empreendimento de *‘embelissement stratégique’* (embelezamento estratégico).”<sup>101</sup>

---

<sup>99</sup> Diário do Comércio, 8 de março de 1938, nº 2. Matéria: “Comemorando o centenário de São João del-Rei”; editorial.

<sup>100</sup> LEFEBVRE, Henri. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008, p. 44.

<sup>101</sup> BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In: *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1991, p. 42.

Para David Harvey, o Barão de Haussmann – figura de destaque da planificação moderna que esteve à frente do plano de racionalização, embelezamento, reconstrução e assepsia urbana de Paris – queria “fazer de Paris uma capital moderna digna da França, ou mesmo, da civilização ocidental.”<sup>102</sup> A planificação urbana encetada por Haussmann procurou incidir sobre a imagem da cidade, anulando as “barreiras espaciais” em escala macro de atuação, ou seja, com a preocupação de intervir em totalidade do tecido urbano.

A abertura de linhas retas, longas avenidas e largos corredores para circulação e a estetização dos monumentos napoleônicos – por intermédio da criação de uma perspectiva para o olhar – se deve a uma escala de “destruição criativa” também nunca antes vista.<sup>103</sup> A implantação do modelo haussmanniano de interferência no espaço desencadeou a destruição maciça de ruas e bairros inteiros em nome dos valores da modernidade. Quarteirões que “impediam a entrada de luz e a circulação do ar” foram condenados à obsolescência e riscados do mapa sem deixar maiores vestígios, dando lugar aos longos e largos corredores “fisicamente limpos” e “ordenados”.

O espaço urbano se constitui, então, como *locus* das experiências de modernidade. O modelo haussmanniano de planificação do espaço encontrou terreno fértil nas cidades latino-americanas, a partir do final do século XIX e ao longo da primeira metade do século XX. Estas passaram por transformações aceleradas em sua fisionomia, acelerando também “as tendências que procurariam apagar o passado colonial para instaurar as formas da vida moderna.”<sup>104</sup>

Evidentemente tal modelo de concepção do espaço não foi “transplantado” da Europa para a América Latina e aplicado tal qual, mas “filtrado”, “traduzido” de acordo com as especificidades históricas e urbanas das cidades.<sup>105</sup> No entanto, o modelo de destruição

---

<sup>102</sup> HARVEY, David. *París, capital de la modernidad*. Madrid: Akal, 2008, p. 146.

<sup>103</sup> De acordo com David Harvey, no contexto da acumulação, o aperfeiçoamento e a superação das barreiras espaciais (“anulação do espaço pelo tempo”) demandam, paradoxalmente, a configuração de novas estruturas físicas e imóveis para acelerar o tempo de rotação dos capitais. Nessa linha de pensamento, a constante criação e destruição de territórios constituem um dos principais imperativos para a própria sobrevivência do sistema capitalista. HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

<sup>104</sup> ROMERO, José Luis. *América Latina: as cidades e as ideias*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004, p. 283.

<sup>105</sup> SILVA, Regina Helena. *A invenção da metrópole*. Tese de Doutorado do Programa de História Social da Universidade de São Paulo, 1997.



maciça das “barreiras espaciais” de Paris, levado a cabo por Haussmann, influenciou culturalmente as elites latinas, como modelo de intervenção moderna, como princípio catalisador de um ideal de progresso e de civilização.

O exemplo do barão de Haussmann e de seu impulso demolidor alimentou a decisão das novas burguesias que queriam apagar o passado, e algumas cidades começaram a transformar a sua fisionomia: uma suntuosa avenida, um parque, um passeio de coches, um luxuoso teatro, uma arquitetura moderna revelaram essa solução mesmo quando não conseguiram com frequência extinguir o fantasma da velha cidade.<sup>106</sup>

Buenos Aires e Montevideú, por exemplo, adotaram um perfil urbano cosmopolita com a adoção dos princípios haussmannianos. A modernização acelerada das cidades foi também acompanhada de uma transformação no estilo de vida urbano, ou seja, na própria cultura urbana das suas sociedades. Georg Simmel, no final do século XIX, já apontava as consequências das transformações urbanas sobre os costumes e sensibilidades de seus contemporâneos. Para Simmel, o crescimento vertiginoso das cidades incide sobre a “vida mental” dos indivíduos e implica na formação de novos hábitos e sociabilidades marcados pela impessoalidade, racionalização e predomínio da economia do dinheiro sobre as relações sociais.<sup>107</sup>

No bojo desse movimento de implantação da modernidade também estão implícitos os preceitos higienistas que combinam as técnicas da medicina com a engenharia sanitária no combate e correção dos “problemas” da cidade.<sup>108</sup> Os discursos higienistas e sanitaristas pautados nos imperativos da estética urbana, higiene, moralidade e progresso forneceram suporte para intervenção sistemática no espaço urbano herdado, justificando os “golpes de picareta” e desencadeando numa série de derrubadas dos “traços coloniais”.

“As reformas urbanas dessa época se destinavam a organizar e limpar o espaço urbano. A justificativa do porque elas deveriam servir para qualquer lugar era sempre um discurso técnico da eficiência da organização.”<sup>109</sup> Perseguir a sujeira que desafia a ordem, atacando-a

---

<sup>106</sup> ROMERO, José Luis. Op. cit. p. 285.

<sup>107</sup> SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

<sup>108</sup> ARMUS, Diego. O discurso da regeneração: espaço urbano, utopias e tuberculose em Buenos Aires, 1870-1930. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n° 16, 1995.

através da racionalização do ambiente: estas foram as palavras de impacto nesse período que impulsionaram a adaptação do espaço a um ideal de civilização.

As preocupações com as questões de salubridade e higiene nas cidades brasileiras, principalmente no início da República, levaram uma série de problemas que transformaram essas preocupações em intervenções, visando à reestruturação dessas cidades. Inúmeras cidades passaram a promover reformas e a urbanização neste momento é entendida como higienização e limpeza para melhoria das condições de habitabilidade.<sup>110</sup>

Como destaca Regina Helena Alves da Silva, as cidades foram “antropomorfizadas” como paciente doente pelo discurso técnico-competente do médico sanitário, arquiteto e engenheiro, cabendo aos mesmos a apresentação do diagnóstico e correção dos “sintomas” urbanos. Via de regra, o tratamento era o mesmo, dependia da retirada do “tumor” do passado colonial.

A adaptação compulsória do Rio de Janeiro aos preceitos da *Belle Époque*, por volta de 1904, por exemplo, levou ao “bota abaixo” um sem número de cortiços, casarões, ruas sinuosas e estreitas. “No Rio de Janeiro, foi necessário demolir setecentas casas para abrir a Avenida Central, depois chamada de Rio Branco, da Praça Mauá até o Obelisco. Todo centro urbano velho mudou.”<sup>111</sup> A reforma do Rio de Janeiro, encetada por Pereira Passos, assumiu o objetivo explícito de criar uma nova imagem da cidade, projetando-a nas “exposições universais” como vitrine e espelho de um Brasil civilizado.

A racionalização do espaço urbano de São Paulo, nas primeiras duas décadas do século XX, também transformou abruptamente a fisionomia da cidade. “Os últimos vestígios da arquitetura paulista do período colonial e monárquico eram demolidos às pressas, para dar lugar a uma cidade de perfil nitidamente diverso.”<sup>112</sup> De acordo com Nicolau Sevcenko, São Paulo constantemente se refazia, como numa “compulsão autofágica”.

A própria construção da nova capital de Minas Gerais em meados de 1894 esteve pautada pela tônica dos princípios higienistas, pelos ideais de progresso e modernidade. A cidade de Belo

---

<sup>109</sup> SILVA, Regina Helena. Op. cit. p. 19-20.

<sup>110</sup> SILVA, Regina Helena. Op. cit. p. 21.

<sup>111</sup> ROMERO, José Luis. Op. cit. p. 311.

<sup>112</sup> SEVCENKO, Nicolau. Op. Cit. p. 118.

Horizonte se estabelece como símbolo da modernidade e da República, construída à luz dos métodos tecnológicos e científicos de ordenamento de seu traçado urbano, ela foi planejada para ser “cosmopolita, racional, e contrastar com a antiga capital, Ouro Preto, expressão do passado colonial, imperial, rural e arcaico.”<sup>113</sup>

No estado de Minas Gerais, em fins do século XIX, propõem-se a criação de uma nova cidade, uma nova capital, ao invés de reformar a antiga. Belo Horizonte teve as linhas básicas de seu traçado definidas antes mesmo da escolha de seu local. Esta nova cidade viria como que para se contrapor à antiga capital, Ouro Preto, lugar condenado por ser a imagem do Brasil colonial e por não poder comportar, diziam na época, as exigências urbanísticas de uma cidade moderna. (...) Belo Horizonte é apresentada, pelo discurso dos políticos mineiros favoráveis à mudança da capital, como um novo símbolo para a República. Uma cidade que nasceria livre dos problemas de saneamento, livre das doenças, com regras para abertura de ruas e construções, enfim uma cidade que pudesse prever todas as necessidades de seus habitantes e, além disso, ser um pólo irradiador de progresso para o estado de Minas Gerais.<sup>114</sup>

Guardadas suas especificidades, São João del-Rei também foi impactada por esses ideais de afirmação da modernidade, fundamentalmente, os de racionalização, embelezamento e higienização do espaço urbano, princípios, inclusive, comuns às reformas dos grandes centros urbanos e às experiências de construção da paisagem de um Brasil moderno. Os chamados “planos de melhoramento”, empreendidos pelos poderes municipais, por exemplo, se espelhavam nas intervenções e na estética urbana das grandes capitais brasileiras como parâmetro de cidade progressista e civilizada. O editorial do Diário do Comércio cita alguns exemplos das etapas de higienização social e de modernização da infra-estrutura urbana do país, e comenta que se não fosse o método racional de organização do espaço:

O Recife não teria sido totalmente reformado e seria ainda a cidade de casarões de três andares soturnos, ruas estreitas (...). Jamais circulariam pelas ruas os caminhões de açúcar e algodão, que substituíram as antigas carroças de bois. Nesse correr, a cidade de Salvador seria também famosa pelos “negros por todos os lados e lama por todos os cantos”. O Rio não se transformaria com Passos, Frontin e Sampaio. (...) A picareta, a escovadeira e o cimento armado preparem o Brasil do presente e do futuro, com casas para morar e ruas onde circule o carro a motor, símbolo da vida real.<sup>115</sup>

O enunciado acima toma as intervenções urbanas como um bem em si que contribui para a instauração de uma nova ordem no espaço social assentada nos valores de higiene e

---

<sup>113</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura é patrimônio*: um guia. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008, p. 57.

<sup>114</sup> SILVA, Regina Helena. Op. cit. p. 19-26.

<sup>115</sup> Diário do Comércio, 19 de maio de 1946, nº 2451. Matéria: “Progresso, tradição e casa velha”; editorial.

progresso. Em outras palavras, veicula a utopia da cidade ideal, ordenada e saneada à luz dos métodos científicos e tecnológicos. As intervenções permitiriam então a “racionalização” da cidade e resultariam na abertura de linhas geométricas em seu traçado urbano, oferecendo caminho para a circulação do objeto-rei, o automóvel, símbolo da aceleração espaço-temporal na modernidade.

O tema da reforma urbana e sanitária entrou na agenda pública da cidade e, via de regra, foi articulado como recurso semântico para legitimar as práticas de intervenção no seu tecido urbano. Destacamos que a própria noção de “cidade-morta” dialoga profundamente com este ideário. No contexto local, é possível perceber a junção deste postulado com certa leitura do positivismo de Augusto Comte. Tal imbricação resulta na ideia de que as “disfunções urbanas” devem ser corrigidas a partir da utilização de critérios científicos e racionais, porque denotam conforto, vida higiênica e progresso. Aliás, a crença depositada nos valores cientificistas como sinal de bem-estar e felicidade constitui-se num dos pilares de afirmação do republicanismo juntamente com os discursos de modernidade. Nessa perspectiva, ser moderno e civilizado implica, fundamentalmente, em participar do progresso da ciência e das inovações tecnológicas.

A higiene, a sanidade e o embelezamento dos centros de habitação atraem cada vez mais o homem civilizado, bem mais exigente do que o homem das cavernas ou mesmo da idade média. O homem de hoje não se contenta apenas com trabalhar, comer e dormir; mesmo o modesto operário almeja possuir um “bangalô”, um jardim, um rádio e até um automóvel; isso, para não falar em confortos que já se habituou: luz elétrica, banheiro, água filtrada, leite pasteurizado, cinema, etc.<sup>116</sup>

Uma questão central é que esses princípios do urbanismo sanitarista colocam em pauta de discussão a via da demolição como forma de se adaptar o ambiente a uma ideia de espaço e de cidade civilizados: “Quando um prédio ou parte de um prédio, terreno ou lugar, não satisfazem às exigências [higiênicas e sanitárias] (...), quando os vícios e falhas forem insaciáveis, deve nesta hipótese ser demolido.”<sup>117</sup> Este discurso proferido pelo chefe do Centro de Saúde, Henrique Furtado Portugal, concebe a cidade como laboratório das experiências sanitaristas. No caso, um especialista prescreve a demolição como medida de contenção do “organismo doente”, antes que todo corpo espacial seja “contaminado”. Demolir

---

<sup>116</sup> A Tribuna, 8 de março de 1936, nº 1315. Matéria: “O desenvolvimento da cidade”; editorial.

<sup>117</sup> Diário do Comércio, 8 de agosto de 1944, nº 1927. Matéria: “100 casas com alcovas removidas. Atestado evidente de educação sanitária”; Henrique Furtado Portugal (Chefe do Centro de Saúde).

para melhorar as condições de habitabilidade, circulação, beleza e conforto. Demolir para fazer “maior e mais bonito”. Todas essas justificativas também foram incorporadas ao discurso técnico-competente, dado como neutro e objetivo, porque vinculado ao domínio da ciência.

Não somos, absolutamente, apologistas da demolição total das casas velhas. Somos pela sua conservação desde que as mesmas sejam submetidas à severa vistoria e perfeitamente adaptadas às necessidades do momento quer nas condições higiênicas, quer no seu conforto. Não se justifica, entretanto, que velhos e arruinados edifícios fiquem atentando contra a estética da cidade. E se fosse só contra a estética! Esses casarões, com suas fachadas enegrecidas e de aspecto desolador, emprestam às nossas ruas um ambiente de decadência e ruína não condizentes com o que realmente se passa. Urge uma providência. Providências enérgicas por parte dos poderes públicos. **Que os proprietários destruam ou vendam essas velhas carcaças, se não quiser reformá-las.** São João precisa de casas para a sua maior expansão comercial. Casas arejadas, higiênicas e confortáveis.<sup>118</sup>

Nesta linha de pensamento, “carcaças enjambradas”, “pardieiros de fachada enegrecida”, “casarões infectos”, “foco de bolores e endemias”, “casebres perigosos”, “ruas e becos tortuosos” deviam ser varridos do mapa, porque atentavam contra a moralidade, a higiene, a estética e aos foros de cidade “civilizada e higiênica”. Mais do que isso, constituíam uma ameaça a estrutura “orgânica” do tecido urbano e as intervenções cirúrgicas na cidade permitiriam então a regeneração e cura do seu “organismo doente”.

“Não seria fora de propósito que a Prefeitura determinasse o fechamento definitivo daquele beco infecto, tortuoso e sem serventia pública que liga a rua Direita à rua Marechal Deodoro. Com isso lucrariam a estética urbana, a higiene e a moralidade.”<sup>119</sup> Não raro, encontramos a imprensa local partindo para o ataque aos becos, elemento marcante nas ruas irregulares das cidades coloniais. Estes deveriam passar por reformas públicas dando dar lugar às simétricas fileiras, aos largos e longos corredores. Na figura 4 vemos uma imagem de rua irregular e estreita, uma das principais marcas no traçado das cidades coloniais. Estas imagens foram sendo veiculadas como forma de mostrar a cidade que deveria ser morta, a cidade que deveria desaparecer. Uma imagem de aparente desalinho, sem calçadas, com calçamento impróprio para o progresso que vem chegando com os automóveis.

---

<sup>118</sup> Diário do Comércio, 7 de julho de 1939, nº 400. Matéria: “Não se justifica”; editorial (grifo nosso).

<sup>119</sup> Diário do Comércio, 14 de setembro de 1943, nº 1662. Matéria: “Aquele beco...”; editorial.



**Figura 4:** Rua Santo Antônio (s/d) – Disponível no site: <http://www.saojoaodelreitransparente.com.br> (acessado em 05/07/2011)

Para se contrapor a esta imagem de ruas tortas, sem racionalidade, a cidade é concebida sob a ótica simetrizadora das normas “racionais” e “positivas”, à luz da competência técnica da organização espacial. A palavra “ordem” torna-se, portanto, tema recorrente no léxico urbanístico são-joanense, sendo repetida e aplicada a cartilha de ordenar o ambiente, colocando cada “coisa em seu lugar”.

De fato, pode-se definir a modernidade como época, ou estilo de vida, em que a colocação em ordem depende do dismantelamento da ordem ‘tradicional’, herdada e recebida; em que ‘ser’ significa um novo começo permanente. (...) Cada ordem tem suas próprias desordens; cada modelo de pureza tem sua própria sujeira que precisa ser varrida.<sup>120</sup>

Nesse caso, valores de uma “nova ordem republicana” entram em constante conflito e procuram dismantelar princípios políticos e estéticos execrados da “velha ordem imperial”: “as remodelações internas de certos prédios defeituosos agora se processam. (...) São João del-Rei quer realmente livrar suas residências de anacronismos coloniais, ali remanescentes.”<sup>121</sup> Aliás, a ideologia republicana se afirmou como desejo de mudança e ruptura com o passado colonial escravista. Valores ambivalentes como liberdade/escravidão,

<sup>120</sup> BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 20.

<sup>121</sup> Diário do Comércio, 15 de agosto de 1944, n° 1933. Matéria: “Casas com alcovas removidas”; editorial.

progresso/atraso, urbano/rural, República/Império estiveram, portanto, em jogo no processo de seleção e atualização das configurações herdadas por São João del-Rei.

E suas casas caducas, recordando as silhuetas esguias do Império, que moravam no seu ventre, entortam-se todas, desalinhadas (...). Algumas já cansadas de viver, debruçam-se anêmicas nas muletas. (...) No sobrado do comendador, outrora o prédio mais querido da rua, moram morcegos vampirescos, dormem corujas agoureiras, trabalham aranhas peçonhentas, brincam escorpiões antropófagos e é o quartel general, no dizer de toda a gente da rua, da mula sem cabeça, do lobisomem, do saci, do negrinho pé de cabra e de todas as almas penadas da cidade que a noite vem banquetear-se com a carne tenra dos anjinhos.<sup>122</sup>

Além dos imperativos de ordem da estética urbana, higiene e moralidade, a “retórica da demolição”, acionada na cidade, incorpora a questão do “risco” de desabamento iminente como um quarto elemento de justificação. Nessa ótica, as “casas velhas” devem ser destruídas porque a qualquer momento podem ruir, em virtude da própria “ação corrosiva do tempo”, constituindo uma ameaça à integridade física dos moradores, vizinhos e transeuntes. “É justo que se afaste o perigo e que as picaretas demolidoras entrem em ação pondo abaixo um prédio que cairá por certo.”<sup>123</sup> Desse modo, o processo histórico é concebido enquanto um salto qualitativo e evolutivo rumo ao progresso e possibilita uma destruição “racional e criativa” do “passado-morto”. Cabe, então, ao morador ou ao poder público deixar entrever com as picaretas, “para que não haja vítimas”.

As casas velhas da cidade continuam a não resistir à ação destruidoramente implacável do tempo. Idosas e cansadas vão se curvando pejudadas de rugas e corpos alquebrados, até ruírem fragorosamente por terra. Debalde são as tentativas de salvamento. Injeções canforadas de estacas e maquilagens bonitas de reformas na fachada, com pinturas berrantes, não conseguem reanimar nem sustentar em pé essas velhas carcaças minadas pela irremediável doença da velhice. Mas a esperança é a última coisa que se perde. E os esperançosos proprietários desses casaréis centenários vão aplicando panacéias inúteis de reformas deficientes e exteriores até que os mesmos desçam com armas e bagagens sobre a indefesa integridade física dos seus moradores. (...) As casas velhas de São João del-Rei precisam de uma vistoria. Vistoria quanto à sua solidez. Vistoria quanto ao seu conforto. E vistoria quanto a sua higiene. Fachadas reformadas, bem pintadas e bonitinhas, não sustentam arcabouços podres e carcomidos pelo caruncho.<sup>124</sup>

O desabamento, portanto, desempenha a mediação simbólica entre linhagem e experiência e tem como objetivo reforçar uma impressão de verdade. Quando universalizado, apresenta consequências no campo das práticas sociais cidadinas e na rugosidade do espaço urbano.

<sup>122</sup> A Tribuna, 1 de dezembro de 1935, nº 1301. Matéria: “A Rua velha”; Antonio Rocha.

<sup>123</sup> Diário do Comércio, 25 de julho de 1941, nº 1020. Matéria: “O que nem todos vêem”; editorial.

<sup>124</sup> Diário do Comércio, 31 de dezembro de 1938, nº 246. Matéria: “Continuam os desabamentos”; editorial.

## 1.6 - Práticas de intervenções urbanas

As “representações” que os grupos elaboram do espaço social que os cercam se relacionam complexa e dialeticamente com suas “práticas”, condutas e atuações na própria estrutura desse espaço. Neste ponto, esforçamo-nos em apreender a relação entre as “representações” de São João del-Rei veiculadas pelos poderes locais com suas práticas de interferência, produção e organização do espaço urbano são-joanense. Partimos do pressuposto de que o postulado da planificação racional do espaço é também permeado de imaginações sociais, ideologias<sup>125</sup>, mitos fundadores e projetos políticos que se dissimulam sob a aparência da neutralidade e coerência espacial. “No espaço do poder, o poder não aparece como tal; ele se dissimula sob a ‘organização do espaço’. Ele elide, ele alude, ele evacua.”<sup>126</sup> As ideologias constituem-se como ferramentas através das quais os grupos políticos se orientam e procuram atingir suas finalidades. Como assevera Antônio Carlos Robert de Moraes, as ideologias espaciais alimentam “tanto as concepções que regem as políticas territoriais (...), quanto a autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito de seu espaço e da sua relação com ele.”<sup>127</sup> Elas são substância das representações coletivas e ajudam a criar, difundir e padronizar hábitos que refletem decisivamente nas ações de apropriação e uso do território.

São João del-Rei passou por transformações importantes na sua fisionomia urbana durante o início e ao longo da primeira metade do século XX, sobretudo em decorrência do surgimento de praças ajardinadas como a Severiano Resende, do calçamento a paralelepípedo em substituição dos “pés-de-moleque”, do prolongamento de antigas ruas como a Pe. José Maria e da abertura de “novas artérias”, grandes e retas avenidas como a Rui Barbosa, a Hermílio Alves e a Tiradentes.<sup>128</sup>

---

<sup>125</sup> Entendemos a noção de ideologia como sistema de representação, conjunto de crenças que os grupos sociais lançam mão para a promoção e legitimação dos seus interesses. EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Unesp/Boitempo, 1997.

<sup>126</sup> LEFEBVRE, Henri. *La producion de l' espace*. 4 éd. Paris: Antropos, 2000, p. 370.

<sup>127</sup> MORAES, Antônio Carlos Robert. *Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005, p. 44.

<sup>128</sup> MALTOS, Roberto. *Formação urbana de São João del-Rei*. São João del-Rei: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Escritório Regional de São João del-Rei, 1997 (mimeo.).





**Figura 5:** Praça Severiano Resende – Jornal A Tribuna (1930)

Nessa conjuntura, em meados de 1920 observamos um processo acelerado de intervenções cirúrgicas no tecido da cidade norteadas pelos ideais de progresso, modernização, assepsia, embelezamento e racionalização do espaço urbano são-joanense. Nas décadas posteriores, sobretudo nos anos de 1930 e 1940, tais práticas de “aformoseamento” da cidade se intensificam, principalmente em função da expansão comercial e industrial da cidade. Os periódicos locais chegam a falar numa espécie de programa de “remodelação urbana” em andamento, num “projeto urbanístico” em conformidade com os preceitos modernos para São João del-Rei, o que se configura, nesse caso, num projeto político mais amplo em que a cidade é discutida, imaginada e desejada na prancheta e nos croquis dos “empreendedores urbanos” locais. A figura 5 apresenta uma imagem da Praça Severiano Resende no ano de 1930. Percebemos que a intervenção nesta praça reproduziu uma concepção cartesiana da disposição e simetria de seu traçado.

A Prefeitura e Câmara Municipais assumem papéis de protagonismo na urbanização da cidade, fomentando desde prolongamento, retificação e alinhamento de vias públicas, como no caso da Getúlio Vargas (antiga Rua Direita) em meados de 1930 e da Avenida Osvaldo

Cruz em 1945; passando pela construção de jardins e praças, como, por exemplo, a Praça das Mercês e dos Andradas em 1941; até intervenções pontuais como o alinhamento e retificação de casas, não raro seguido de sua desapropriação e demolição.

O dr. Antônio Viegas, ilustre e dinâmico prefeito desta cidade, em prosseguimento ao seu **programa de remodelação urbana**, vai modificar a frente de dois velhos sobrados localizados na praça Severiano Resende, nas proximidades da ponte do Rosário, afim de recuá-los para o alinhamento. Aquela artéria onde se ostenta o mais lindo jardim da cidade, e um grupo de casas modernizadas, estava realmente sendo prejudicada na sua estética pelos antigos sobrados. A deliberação do dr. Antônio Viegas vem, pois, beneficiar aquela praça não só no tocante ao alinhamento como também pela reforma dos velhos prédios que há muito já se destoavam do conjunto estético da modernizada artéria.<sup>129</sup>

As obras públicas procuravam, sobretudo, criar uma nova imagem da cidade em conformidade com os modelos estéticos ditos modernos. Depreendemos do excerto acima que a cidade fora impactada por uma constante renovação de seu centro, traçando, portanto, um perfil urbano marcado pelo contraste entre a estética colonial e estilos diversos como o eclético, *art deco* e o neocolonial. A partir da leitura dos processos de requerimento à Prefeitura Municipal referentes ao período de 1941 a 1946, constatamos um intensificado processo de atualização do eixo central da cidade. Dos 61 requerimentos encontrados, que se referem à aprovação de planta para reconstrução de fachada, para reforma geral de imóvel e para licença de demolição de imóvel, 44 se remetiam a solicitações de intervenção em imóveis do centro da cidade, o que corresponde a mais de 70% dos requerimentos em um curto intervalo de tempo.<sup>130</sup>

O panorama apresentado é de um cenário de mudança acelerada e de “atualização” da cidade: “Há ruas que se desfibram e se transformam à maneira das páginas que rompem; há edifícios que tombam como uma queda de séculos para dar lugar à beleza nova.”<sup>131</sup> Os chamados “planos de melhoramento urbano” foram ufanados pelos jornais como recurso de disrupção com aquilo que destoava na cidade, abrindo espaço então para a “dimensão da criatividade”:

S. João del-Rei vai se desintegrando do seu meio e fugindo aquela melancolia cismativa (...). Desintegra-se de seu meio para viver a vida nova de ação e de

---

<sup>129</sup> Diário do Comércio, 13 de dezembro de 1938, n° 229. Matéria: “Melhoramentos locais”; editorial. (grifo nosso).

<sup>130</sup> Segue-se a tabela de requerimentos em anexo.

<sup>131</sup> Jornal Diário do Comércio, 6 de março de 1943, n° 1506. Matéria: “Sinos da minha terra”; José Belline dos Santos.

inovações (...). E assim, inevitavelmente nesse passo do pretérito para o presente, de ontem para hoje, tem assistido a martelada para uns cruel e herética, para outros prazerosa e oportuna, do instrumento renovador, que para cumprir sua obra, destrói tudo que não lhe condiz. É por isso que hoje já não mais encontramos em S. João del-Rei aquelas ruazinhas tortas, tão gostosamente ao feitio da época em que foram levantadas displicentemente pelo homem de antanho, com a construção de seus casebres toscos de taipa (...). O seu encanto primitivo foi substituído por outro que lhes deu o compasso simetrizador dos tempos de agora. E também os casebres toscos de adobe e taipa como os velhos casarões de antes (...) da cidade antiga, já não mais são encontrados também, porque o conforto que o presente pode oferecer promoveu sem dúvida o seu desaparecimento, para que em seu lugar se levantassem novas moradas, modificadoras da paisagem local, porque não se limitaram ao centro, mas foram tocar todos os recantos da cidade. Por isso, a mudança toda se vai operando e a cidade antiga desaparecendo, substituída por uma nova, rejuvenescida, dona de uma outra beleza e de um outro encanto ao feitio da nossa cidade.<sup>132</sup>

Reiteramos a ideia de que, na modernidade, o espaço está sempre sendo (re)feito, está sempre aberto ao futuro, porque vinculado à esfera da criatividade e da possibilidade humana de transformar o ambiente onde se vive à luz da razão. No caso em voga, há uma organização do espaço em termos de sequências temporais e o passado é convocado para e pelo futuro, atestando assim o postulado de que a civilização evolui e o que foge a ela deve ser suprimido.

A figura 6 traz a planta de São João del-Rei em 1948. Um aspecto marcante nessa representação cartográfica é a própria expansão do perímetro urbano da cidade e a intensificação do parcelamento de seu espaço a partir da instalação de vilas e loteamentos. Percebemos que a cidade atravessa uma fase de movimentada atividade construtora.

---

<sup>132</sup> Diário do Comércio, 18 de agosto de 1938, nº 131. Matéria: “Templos, velhos templos”; Paulo de Assis.





**Figura 6:** Planta da Cidade de São João del-Rei (1948) – Arquivo da Prefeitura Municipal

“Construções modernas surgem diariamente em cada rua, novos bairros, como o de Santa Teresinha, aparecem de improviso como sob o influxo da vara mágica de alguma fada.”<sup>133</sup> Essa metáfora do “passe de mágica” sugere a própria rapidez dos processos de intervenção e agenciamento do espaço urbano da cidade. A paisagem vai se alterando, “enchendo de casas suas várzeas ondulantes e espreado-se pelos elevados morros que a circulam.”<sup>134</sup> O povoamento das ditas “várzeas” e morros é inclusive incentivado pelo poder público através de prática de aforamento e concessão de terras em “zonas rurais” e regiões limites do perímetro urbano da cidade, por exemplo, em locais como São Geraldo, Águas Férreas, Águas Gerais, Rua do Ouro, Gameleiras, Senhor dos Montes, Alto das Mercês, Bonfim, Caieiras, Chagas Dória, entre outros, que absorveram grande parte do contingente de mão-de-obra das regiões circunvizinhas para as indústrias de São João del-Rei.

Além do povoamento destas regiões, os principais eixos de crescimento atestados são via Tejuco, Matosinhos e Av. Leite de Castro, sendo estes dois últimos os locais onde estavam

<sup>133</sup> Diário do Comércio, 2 de agosto de 1938, nº 120. Matéria: “Higiene urbana”; editorial.

<sup>134</sup> Diário do Comércio, 18 de novembro de 1938, nº 208. Matéria: “Dois veículos de difusão”; João Daqui (pseudônimo).

instaladas as principais indústrias da cidade. Em Matosinhos, por exemplo, as chácaras dão lugar a outro cenário. “De arrabalde pitoresco e pacato que era passou a ser um centro intenso de trabalho, uma verdadeira colméia.”<sup>135</sup> Dada a proximidade das fábricas, tais locais constituíram também um filão de investimento do mercado imobiliário e logo surgiram as vilas de operários, como a Dom Helvécio e a Bela Vista, nas proximidades da Av. Leite de Castro; e as vilas Cel. Alberto Magalhães e Santa Teresinha, situadas em Chagas Dória/Matosinhos. Em diversos pontos da cidade outros terrenos eram parcelados e ofertados no mercado imobiliário como as chácaras do Segredo, a Vila São Bento (Tejuco) e os loteamentos do Bonfim.

Ótimo negócio: Dos 270 lotes da Vila cel. Alberto Magalhães restam apenas 80 situados no bairro de Chagas Dória, bem localizados na melhor zona industrial da cidade, a margem da E. F. Oeste de Minas e servidos por linha de ônibus, já nivelados e prontos para receber construção. Ligados a futura Vila Operária. Ver e tratar com o proprietário Sr. João Lombardi.<sup>136</sup>

João Lombardi, citado na propaganda acima, esteve envolvido em uma diversidade de transações imobiliárias, desde o parcelamento de loteamentos, passando pela construção e venda de casas aos operários das indústrias, até destruições e construções de prédios no centro da cidade.<sup>137</sup>

Você é alto e novo e forte e belo,  
Ó Arranha-Céu Lombardi!  
Alto como as nuvens serenas, novo como Você mesmo,  
forte e belo como os ferros sonoros e os cimentos rígidos  
e os dínamos que rodam eletrizando formidáveis.<sup>138</sup>

---

<sup>135</sup> Diário do Comércio, 14 de maio de 1938, nº 59. Matéria: “Apelo à direção da R.M.V.”; editorial.

<sup>136</sup> Propaganda que circulou praticamente em todas as edições do Diário do Comércio e do O Correio durante o ano de 1938 e 1939.

<sup>137</sup> João Lombardi, esteve envolvido também com a criação da Fábrica de Tecidos Matosinhos; a Sociedade Mercantil Lombardi Ltda., empresa de serviços de montagem de usinas hidroelétricas; a Garagem e Oficina São João, oficina de automóveis; a Serraria e Carpintaria Oeste, loja de matérias de construção; com a construção do Estádio do Minas, na cidade, entre outros.

<sup>138</sup> A Tribuna, 29 de outubro de 1933, nº 1194. Matéria: “Arranha-céu Lombardi”; L. Crotius.



**Figura 7:** Edifício João Lombardi – Jornal A Tribuna (1933)

As imagens de determinados trechos da cidade, difundidas na imprensa, procuraram mostrar uma dinâmica moderna para São João del-Rei, em contraste com as demais cidades coloniais, identificadas como “mortas”, paradas e estagnadas em sua estrutura urbana. Além disso, elas serviram para destacar o empenho de determinados atores que concorreram para dotar a cidade de uma feição “moderna”.

A imprensa local destacou sempre o “espírito empreendedor” daqueles que trabalhavam para o “engrandecimento” e operavam “melhoramentos” na fisionomia da cidade. Como fica patente nos versos acima, João Lombardi, então conselheiro fiscal da Associação Comercial, ocupou lugar de destaque entre os empreendedores urbanos responsáveis por dotar a cidade de transformações à luz das ideias de progresso e modernidade. Lançamos um olhar sobre a recorrente articulação dessa expressão de “empreendedor”, acionada sempre durante as transações imobiliárias. Eram, portanto, chamados de “empreendedores urbanos” aqueles indivíduos que investiram seus capitais na transformação, produção e planificação do espaço urbano são-joanense, que se empenharam seja no parcelamento do solo, na destruição e construção de casas, seja dotando seus terrenos e proximidades de suportes para o mercado da habitação.

Poderíamos listar uma gama de “empreendedores urbanos” – representados pela imprensa local, defensora dos interesses das “classes conservadoras da cidade” – que obtiveram ganhos diretamente com o mercado imobiliário e com a transformação da cidade, por exemplo, Luis Bacarini, construtor, proprietário da loja de materiais de construção chamada Luiz Bacarini e Irmãos e chefe do Departamento de Obras Públicas da Prefeitura (1936-1946); Rosino Bacarini, construtor; Mário Lombardi, proprietário da Serraria e Carpintaria Oeste; Luis Ávila, gerente de “O Correio” e diretor-tesoureiro da Fábrica de Tecidos Matosinhos S/A; Floriano Hugo Bassi, construtor/empreiteiro e proprietário da firma Bassi e Cia. Materiais de Construção; Carlos Alberto Alves, presidente da Associação Comercial e sócio da firma Alves, Neto e Cia. Materiais de Construção; dr. Mateus Salomé de Oliveira, advogado, deputado estadual em 1947 pela UDN e acionista majoritário da Companhia Construtora Predial Sanjoanense; Onofre Arcanjo das Neves, construtor e também acionista da Predial.

Além desses nomes, é possível perceber a proeminência de um grupo específico de “empreendedores urbanos” que foram constantemente arrolados nos jornais locais e nos processos de requerimentos à Prefeitura<sup>139</sup> por imprimirem um novo perfil ao espaço público são-joanense de acordo com os preceitos modernos. Foram os industriais do setor têxtil que articularam seus ganhos da indústria com aplicações no mercado imobiliário. Podemos citar, por exemplo, o Cel. José do Nascimento Teixeira, ex-prefeito da cidade (1930-1936) e diretor da Fábrica Brasil Fiação e Tecelagem; José do Nascimento Teixeira Filho, diretor da Tecelagem Dom Bosco Ltda.; João Lombardi, diretor-presidente da Fábrica de Tecidos Matosinhos S/A; Tancredo de Almeida Neves, advogado e consultor jurídico da Associação Comercial, diretor-secretário da Fiação Matosinhos S/A, diretor-presidente da Fiação e Tecelagem São João e deputado estadual em 1947 pelo PSD; Antônio Otoni Sobrinho, gerente da Cia. Industrial Sanjoanense; e Manoel de Almeida Neto, acionista da Fiação Matosinhos S/A. Com exceção de José do Nascimento Teixeira e José do Nascimento Teixeira Filho, todos estes outros industriais se reuniram em torno da criação em 1946 da Construtora Interestadual de Melhoramentos Urbanos e Obras S/A (CIMOSA), construtora com escritório inclusive no Rio de Janeiro. A Cimosa contou ainda com os engenheiros Luiz Bacarini, chefe do Departamento de Obras Públicas da Prefeitura, e o dr. Aziz F. Elias,

---

<sup>139</sup> Trata-se de pedidos de aprovação de planta, alinhamento, nivelamento, colocação de pena d’água e de canalização de esgoto para construção de imóveis.

construtor e empreiteiro. Esta construtora assumiu papel de destaque nas sucessivas obras de intervenção e agenciamento do espaço urbano de São João del-Rei, promovendo desde demolições de imóveis, passando pela construção de prédios na cidade, até a execução de grandes obras de pavimentação em ação conjunta com a Prefeitura Municipal.

Hoje podemos adiantar que a pujante organização [a Cimosá] já iniciou as suas atividades, comprando o velho sobrado situado na rua Artur Bernardes n° 103 para ser demolido e no local construir um majestoso arranha céu de 10 andares, destinado a apartamentos e escritórios comerciais.<sup>140</sup>

Em suma, estes empreendedores urbanos, por vezes em ações articuladas entre si e/ou conjuntas com os poderes públicos, alimentaram e levaram à diante o que chamamos de projeto político de “modernização” de São João del-Rei, isto é, um projeto de adaptação da cidade aos ideais de progresso, higiene, embelezamento e civilização. Tais empreendedores se sentiam responsáveis pela transformação e desenvolvimento do tecido urbano da cidade e, desse modo, pensaram, discutiram, desejaram e projetaram São João del-Rei a partir de valores e experiências próprios da modernidade.

Procuramos, até o momento, mostrar a articulação entre as leituras que os grupos locais fizeram da cidade juntamente com suas práticas de produção, organização e racionalização que incidiram sobre a rugosidade do espaço urbano são-joanense. Traçamos um panorama da cidade e apontamos os principais elementos que conformaram uma espécie de imaginário urbano e que conduziram um projeto específico de apropriação da paisagem urbana de São João del-Rei. Pretendemos, agora, cotejar esse “projeto de apropriação” dos grupos locais com outros olhares sociais que também procuraram fixar um sentido à paisagem são-joanense.

### **1.7 - Os modernistas em São João del-Rei**

Além das construções de sentido feitas pelos grupos locais, outros olhares sociais também significaram São João del-Rei: os olhares dos escritores modernistas, em especial os paulistas e Mário de Andrade, em busca dos elementos constituintes da identidade nacional.

No estudo “Arte Religiosa do Brasil”, publicado em 1920, Mário de Andrade – um dos principais idealizadores da Semana de Arte Moderna (1922) – constituiu um olhar sobre o

---

<sup>140</sup> Diário do Comércio, 16 de março de 1946, n° 2399. Matéria: “A CIMOSA inicia suas atividades”; editorial.



passado colonial mineiro do século XVIII, vislumbrando na arquitetura religiosa de São João del-Rei, Ouro Preto, Mariana e Congonhas o momento fundador da arte brasileira. Para Andrade, estariam, na arquitetura barroca destas cidades, a primeira manifestação da cultura nacional e a expressão máxima de brasilidade. “Em Minas, vamos deparar a suprema glorificação da linha curva, o estilo mais característico, duma originalidade excelente.”<sup>141</sup>

O barroco mineiro é revisto<sup>142</sup> como matriz estética autêntica e genuína que não se limita a mera reprodução e “transplante” do barroco de Portugal. De acordo com Mário de Andrade, o isolamento das cidades mineiras em relação aos centros litorâneos possibilitou a emergência de uma arte autóctone, a “mais característica arte religiosa do Brasil.”

Foi nesse meio oscilante de inconstâncias [de Minas Gerais] que se desenvolveu a mais característica arte religiosa do Brasil. A igreja pôde aí, mais liberada das influências de Portugal, proteger um estilo mais uniforme, mais original, que os que aborhavam podados, áulicos, sem opinião própria nos dois outros centros [Rio de Janeiro e Bahia]. Estes viviam de observar o jardim luso que a miragem do Atlântico lhes apresentava continuamente aos olhos: em Minas, se me permitires o arrojado da expressão, o estilo barroco estilizou-se. As igrejas construídas quer por portugueses mais aclimatados ou por autóctones algumas, provavelmente, como o Aleijadinho, desconhecendo até o Rio e a Bahia, tomaram um caráter mais bem determinado e, poderíamos dizer, muito mais nacional.<sup>143</sup>

Na passagem acima, Mário de Andrade destacou a figura de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, como precursor da nacionalidade, como artífice que foi capaz de “traduzir” e adaptar a herança recebida. Suas obras foram tidas como primeira manifestação artística da genialidade brasileira e Minas Gerais, depositária dessa arte, passou a ser vista, então, como berço da civilização brasileira.

Nessa interpretação do nacional, a monumentalidade barroca mineira é valorizada como arte de expressão universal que sinaliza as “origens” e insere o Brasil no rol das nações civilizadas. Nas palavras de Márcia Chuva, “estavam sendo forjadas uma ancestralidade e uma herança que permitiriam à nação prosseguir acompanhando, sincronicamente, a partir de então, a evolução da ‘arte universal’.”<sup>144</sup>

---

<sup>141</sup> ANDRADE, Mário de. *A arte religiosa no Brasil*. São Paulo: Experimento/Giordano, 1993, p. 50.

<sup>142</sup> Trata-se de um movimento de releitura do barroco, estilo considerado ao longo do século XIX e início do XX como rudimentar, excêntrico, extravagante e de mau gosto estético, que passou a ser valorizado pelos modernistas como arte de expressão nacional.

<sup>143</sup> ANDRADE, Mário de. Op. Cit. p. 78.

A década de 1920, período em que aconteceram as comemorações do centenário da Independência do Brasil e intensas transformações sociais do próprio país, sinalizou também uma conjuntura de novos questionamentos acerca do nacional. Nesse contexto de busca da “essência” do Brasil, os modernistas estimularam um olhar para dentro do país, destacando os traços “primitivos” da nossa cultura. Como salienta Renato Ortiz<sup>145</sup>, a peculiaridade do modernismo está na valorização da “tradição”<sup>146</sup> como elemento central da constituição de um Brasil moderno. “A força do modernismo reside justamente no enfrentamento e na tarefa de construir representações da nação em conformidade com os processos de modernização em curso.”<sup>147</sup> Desse modo, os modernistas avocaram para si o compromisso de interpretar uma identidade nacional e, ao mesmo tempo, forjar uma nação. Nesse projeto, “ser moderno” é, principalmente, voltar-se ao passado, às “raízes” da cultura nacional.

Durante a chamada “viagem de descoberta do Brasil” de 1924, os modernistas paulistas foram às cidades mineiras com o objetivo de encontrar a “tradição”, o “histórico”, o “popular” e a arte “primitiva”. Segundo Antônio Gilberto de Nogueira, tais modernistas se aventuraram no deslocamento pelas cidades setecentistas e oitocentistas mineiras no intuito de revelar, registrar, catalogar e expor os elementos constituintes da cultura brasileira.

A viagem de 1924, às Minas Gerais, é, sob muitos aspectos, o divisor de águas das narrativas modernistas. Coincide com ou possibilita colocar na agenda membros da “caravana paulista” – composta por Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, D. Olívia Guedes Penteadó, Paulo Prado, entre outros, quando da chegada do poeta Blaise Cendrars – a questão da brasilidade.<sup>148</sup>

Os modernistas paulistas encontraram na paisagem colonial das cidades mineiras o cenário ideal dessa fusão entre signos modernos e tradição, em outras palavras, a matéria-prima da

---

<sup>144</sup> CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, 2003, p. 326.

<sup>145</sup> ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

<sup>146</sup> “A tradição, entendida como passado que se faz presente, servia para legitimar a nação moderna, que desejava se auto-representar e, para tanto, buscava-se sua essência, o que a diferenciava das demais nações exatamente na tradição.” OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008, p. 87.

<sup>147</sup> NOGUEIRA, Antonio Gilberto. Arte patrimonial como base para o patrimônio imaterial. *UNESP-FCLAS-CEDAP*, São Paulo, v. 4, n. 1, 2008, p. 2-3.

<sup>148</sup> NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Inventário do patrimônio cultural no Brasil. *História*, São Paulo, v. 26, n. 2, 2007, p. 260.

construção de uma nação moderna e do seu passado. Os conjuntos arquitetônicos coloniais de São João del-Rei, Tiradentes, Mariana, Ouro Preto e Sabará são interpretados como modelos de brasilidade legítimos; são identificados como expressão de uma arte autêntica, genuinamente nacional.

Para os poetas presentes na excursão e para Tarsila, o roteiro seria revelador de raízes históricas, étnicas e culturais de que eles andavam ávidos para consubstanciar o seu acento modernista. Dessas viagens derivariam as impressões, estímulos e margens que motivariam o empenho de fusão entre as linguagens modernas e a temática nacional.<sup>149</sup>

Os viajantes da “caravana paulista” vislumbraram na arquitetura barroca do século XVIII dessas cidades os vestígios de uma tradição que se manteve “pura” e que não sucumbiu ao progresso e às transformações urbanas aceleradas do país. “Senti um deslumbramento diante das decorações populares das casas de moradia de São João del-Rei, Tiradentes, Mariana, Congonhas do Campo, Sabará, Ouro Preto e outras cidades de Minas, cheias de poesia popular. Retorno à tradição, à simplicidade”<sup>150</sup>, comentou Tarsila do Amaral quanto ao seu mergulho na “alma primitiva do Brasil”. Segundo Tarsila, nestas cidades “pitorescas”, tudo parecia evocar o passado: “Estas cidades tradicionais, onde os arranha-céus ainda não se implantaram com o seu espírito de progresso mecanizado, são o espelho da alma primitiva do Brasil.”<sup>151</sup>

Valorizava-se um cenário repleto de tradições, religiosidades, festas populares e monumentos como símbolos de unidade e coerência temporal da nação. Essa linha de interpretação e construção do nacional contribuiu para reforçar o mito da centralidade de Minas enquanto lugar fundador da civilização brasileira. Além disso, cabe matizar que esse projeto de construção de um “acervo de brasilidade” através da integração das tradições a um projeto de nação se afirmou a partir da teatralização e estetização das práticas cotidianas locais, que foram reificadas como peças de museu, destituídas de valor de uso e expostas à fruição efêmera. Nessa perspectiva, costumes sociais cotidianos perdem sua conexão com o presente,

---

<sup>149</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático na metrópole*: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Cia das Letras, 1992, p. 295.

<sup>150</sup> AMARAL, Tarsila do. Apud. AMARAL, A. Aracy. *Tarsila: sua obra e seu tempo*. São Paulo. Edusp, 2003, p. 149-150.

<sup>151</sup> AMARAL, Tarsila do. Apud. FLORES, Ralf José Castanheira. *São João del-Rei: tensões e conflitos na articulação entre o passado e o progresso*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2007, p. 113.

porque monumentalizados e transformados em “reliquias” do passado expostas ao olhar do visitante.

Uma relíquia não tem conexão efetiva com a área em que ela existe, mas é produzida como um ícone para observação de qualquer pessoa que deseje visitá-la. Como outras peças de museu, pode estar no lugar em que foi originada, mas este fato tem pouca importância para a sua natureza, que é como de um significante da diferença. Uma relíquia é como um vestígio da memória despojado de suas estruturas coletivas.<sup>152</sup>

São João del-Rei, por exemplo, foi representada por Oswald de Andrade como o retrato do Brasil “tradicional”, “primitivo”. Predomina em seus versos as impressões de uma cidade bucólica, pitoresca, cuja paisagem se vincula essencialmente ao passado colonial.

São João del-Rei  
A fachada do Carmo  
A igreja branca de São Francisco  
Os morros  
O córrego do lenheiro

Ide a São João del-Rei  
De trem  
Como os paulistas foram  
A pé de ferro.<sup>153</sup>

Enquanto os modernistas concebem uma São João del-Rei quase que cristalizada no tempo e selecionam na sua paisagem os vestígios “íntactos” e “puristas” da tradição, enquanto lançam um feixe de luz sobre os bens arquitetônicos do passado colonial como totens de permanência e perenidade da nação, os grupos locais se apropriam da cidade de outra forma, destacando o “novo”, as promessas da modernidade, as transformações e o progresso impresso no seu traçado urbano.

Godofredo da Silva Teles, também integrante da “caravana paulista”, nos fornece mais indícios para pensarmos os diferentes modos de atribuição de significado da cidade. Ele afirmou que embora a paisagem de São João del-Rei evocasse ao passado, o seu povo seguia cheio de confiança no futuro. “A população local queria mostrar os prédios mais recentes, a parte nova da cidade (...) quando a nós só interessava a cidade histórica.”<sup>154</sup>

---

<sup>152</sup> GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS et al. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Unesp, 1997, p. 126.

<sup>153</sup> ANDRADE, Oswald. *Poesias reunidas*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966, p. 120.

De um lado, o olhar que só se interessa pela “cidade histórica” é aquele olhar da obsessão pelas origens que procura enxergar as raízes da “civilização brasileira” no passado. De outro lado, essa vontade de apresentar a dita “parte nova da cidade” também indica muito em termos de significação da cidade, já que essa atitude dos grupos locais vem marcada pela ideologia do progresso e pela imagética do “novo” que concebe a transformação, o embelezamento e o aperfeiçoamento do espaço como um movimento natural da evolução social e histórica. Nesta linha de pensamento, a “civilização” não está no passado em si, mas no próprio processo contínuo e crescente de progresso.

Inferimos, nesse caso, a partir do panorama de São João del-Rei apresentado nas páginas precedentes, que não se trata simplesmente de diferença de enfoque dado a espaços pontuais cidade, mas de modos distintos de apropriação e significação do território são-joanense. Para usar a acepção de Jacques Rancière<sup>155</sup>, trata-se de um “recorte do mundo sensível”, que faz com que se vejam dois mundos num só.

Demonstraremos, no segundo capítulo, que esses “mundos sensíveis”, ou esses modos de apropriação e consumo do território são-joanense, se revelam litigiosos durante o tombamento de São João del-Rei, porque apresentam práticas distintas de uso e significações da paisagem urbana da cidade. Essas práticas, por sua vez, demarcam fronteiras simbólicas que evidenciam e reafirmam as diferenças desses grupos no espaço social. Em síntese, pensamos que é justamente aquele projeto de transformação urbana acelerado – profundamente vinculado aos ideais de progresso e de modernidade, e aos preceitos higienistas e sanitaristas – que colide com outro projeto político para São João del-Rei: o projeto de salvaguarda das “raízes” artísticas e culturais “genuinamente” nacionais encampado pelos intelectuais do Serviço de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), sob a égide do Estado Novo.

Adiantamos que o tombamento do conjunto urbano de São João del-Rei em 1938 não obteve respaldo nos setores da população local, no caso, nos grupos reunidos no espaço relacional da Associação Comercial de São João del-Rei, fato que culminou em vários desentendimentos

---

<sup>154</sup> TELES, Godofredo da Silva. Apud. AMARAL, Aracy A. *Blaise Cendrars no Brasil e os modernistas*. São Paulo: Ed. 34/Fapesp, 1997, p. 74.

<sup>155</sup> RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Ed. 34, 2009.

políticos entre esses agentes locais e os intelectuais envolvidos na condução das políticas federais de patrimônio.

## CAPÍTULO 2

### POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO E CONFLITO: O CASO DO TOMBAMENTO DE SÃO JOÃO DEL-REI

#### 2.1 – O patrimônio em evidência

A prática de preservação, em sua dinâmica social e política é atravessada por disputas entre grupos que se querem hegemônicos, por negociações e acordos históricos entre projetos de uso, apropriação e significação da herança cultural. Ela evidencia os modos distintos de subjetivação no espaço social, já que um mesmo corpo patrimonial pode encarnar múltiplos significados, inclusive antagônicos, o que contribui ainda mais para o acirramento das tensões e conflitos relativos a esse processo. A prática de preservação implica em um trabalho seletivo que permite integrar os objetos em um conjunto ordenado segundo regras, princípios e padrões de uso. Esse processo representa, sem dúvida, as escolhas, os gostos e as preferências de indivíduos e grupos que se empenharam na reconstrução e destruição do passado, no presente.<sup>156</sup>

No entanto, esse trabalho de institucionalização e consagração do patrimônio não é automático. Existe uma distância considerável entre o contexto da sua produção e o da sua recepção, do mesmo modo em que há sempre um intervalo entre o texto que o autor propõe e a apropriação que o leitor faz dele. A recepção não é passiva, é, acima de tudo, uma operação inventiva e criadora que pode, inclusive, contrariar, deslocar e reelaborar a intenção do autor.<sup>157</sup> Conforme assevera Néstor García Canclini, os consumidores podem ler entre aspas, de maneira irônica e criativa ao receberem um produto cultural.<sup>158</sup> Nessa perspectiva, procuramos, ao longo desse capítulo, analisar a produção das políticas de patrimônio, e também a sua recepção e construção de sentido por parte de seus intérpretes, no momento em que tais políticas entram no domínio público. O estudo de caso do tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João del-Rei faculta ao trabalho esse duplo movimento de

---

<sup>156</sup> ARANTES, Antônio Augusto. *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Editora Brasiliense/Condephaat, 1984.

<sup>157</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

<sup>158</sup> CANCLINI, Néstor García. *Leitores, espectadores e internautas*. São Paulo: Iluminuras, 2008.

evidenciar a historicidade tanto da produção quanto dos processos de recepção associados às políticas de patrimônio.

Da viagem da “caravana modernista” às cidades setecentistas e oitocentistas mineiras sobressaiu a ideia da valorização de Minas Gerais como lugar fundador da civilização brasileira. Seus conjuntos coloniais barrocos passaram a ser vistos, nesse projeto de construção de uma cultura nacional, como “lugares de memória”<sup>159</sup> e de identidade nacionais. A defesa dessa herança cultural assenta-se, então, no postulado da preservação de um passado que transcende às mudanças e assegura a unidade, continuidade e estabilidade temporal da nação.

O encontro dos modernistas paulistas com o barroco mineiro evidenciou, portanto, a questão da preservação desses símbolos do passado nacional contra a fragmentação e perda. Como comenta Aracy Amaral, logo após a viagem a Minas Gerais, os modernistas elaboraram “um plano para a formação de uma Sociedade dos Amigos das Velhas Igrejas de Minas. O objetivo seria a preservação e conservação das igrejas”<sup>160</sup> de arte barroca. Ainda que esse plano não tenha sido efetivado, o tema da preservação do patrimônio cultural, levantado pelos modernistas, tornou-se assunto recorrente e “configurou-se como matriz fundadora da concepção teórica e das práticas das ações preservacionistas no Brasil.”<sup>161</sup> Na assertiva de Antônio Gilberto de Nogueira,

O contato da ‘caravana modernista’ com os políticos e literários de Minas, além de inserir o Estado na rota da modernidade, sensibilizou as autoridades locais para a necessidade de estabelecer mecanismos legais para a proteção do patrimônio, visto agora como símbolo da nacionalidade. Como a iniciativa do deputado federal mineiro Augusto de Lima Junior de apresentar à Câmara um projeto de criação de um Serviço do Patrimônio, em outubro de 1924, e da comissão de juristas encabeçadas por Jair Lins, em 1925, de estudar um projeto de lei sobre o assunto a pedido do então presidente estadual mineiro Melo Viana.<sup>162</sup>

---

<sup>159</sup> De acordo com Pierre Nora, a expressão “lugares de memória” remete-se aos lugares investidos de “aura” simbólica, isto é, aos lugares de materialização da memória que comunicam identidades. O discurso que costuma justificar a proteção desses “lugares de memória” se pauta sempre na defesa da manutenção de certa linha de continuidade entre passado e presente contra a “fragmentação” e “perda”. NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Revista Projeto História, São Paulo, v. 10, 1993.

<sup>160</sup> AMARAL, Aracy A. *Blaise Cendrars no Brasil e os modernistas*. São Paulo: Ed. 34/Fapesp, 1997, p. 85.

<sup>161</sup> NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. *Por um inventário dos sentidos*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005, p. 234.

<sup>162</sup> Idem, p. 97.



Neste segundo projeto, por exemplo, o jurista José Lins comentou que a preservação do patrimônio histórico e artístico era uma medida adotada pelos países civilizados contra o extravio e perda de seus bens. “Ninguém nega o interesse que tem a sociedade na conservação deste patrimônio, tanto mais digno de proteção quanto uma vez perdido não é mais susceptível de reconstituir-se.”<sup>163</sup> As denúncias de abandono, arruinamento, extravio e perda dos tais “acervos de memória da nação” constituíram-se no tema central das narrativas preservacionistas e das ações de proteção do patrimônio cultural no país.

No Brasil, a temática do patrimônio – expressa como preocupação com a salvação dos vestígios do passado da Nação e, mais especificamente, com a proteção de monumentos e objetos de valor histórico e artístico – começa a ser considerada politicamente relevante, implicando o envolvimento do Estado, a partir da década de 1920. (...) A partir de denúncias de intelectuais sobre o abandono das cidades históricas e sobre a dilapidação do que seria um ‘tesouro’ da Nação, perda irreparável para as gerações futuras, pela qual as elites e o Estado seriam chamados a responder, inclusive perante as nações civilizadas, o tema passou a ser objeto de debates nas instituições culturais, no Congresso Nacional, nos governos estaduais e na imprensa.<sup>164</sup>

Estes primeiros esforços de envolvimento do Estado na questão da preservação do patrimônio resultaram na criação de Inspetorias Estaduais de Monumentos Históricos em Minas Gerais (1926), na Bahia (1927) e também em Pernambuco (1928). Contudo, tais inspetorias tiveram ações bastante restritas, já que propunham a via da desapropriação dos bens, entrando em choque, então, com prerrogativas do direito individual à propriedade privada.<sup>165</sup>

Outros desdobramentos dessas discussões em torno da preservação de um “patrimônio nacional” implicaram na elevação de Ouro Preto à categoria de monumento nacional – decreto-lei nº 22.928 de 12 de julho de 1933 – e, logo em seguida, na criação da Inspetoria dos Monumentos Nacionais – decreto-lei nº 24.735 de 14 de julho de 1934. Estes foram,

---

<sup>163</sup> Esboço de anteprojeto de lei federal elaborado pelo jurista José Lins na qualidade de organizador da Comissão designada em julho de 1925, por Mello Vianna, governador do Estado de Minas Gerais, para organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico. In: SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (SPHAN). *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: Mec/Spahan/Pró-Memória, 1980, p. 35.

<sup>164</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ; Minc-Iphan, 2005, p. 81

<sup>165</sup> O condicionamento do direito de propriedade à sua função social é promulgado a partir da constituição de 1934. RABELLO, Sonia. *O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

portanto, os primeiros envolvimento do Governo Federal nas ações de proteção e conservação do patrimônio cultural.

A Inspetoria dos Monumentos Nacionais, dirigida por Gustavo Barroso<sup>166</sup>, também apresentou ações pontuais, circunscritas à restauração de Ouro Preto. O projeto de patrimônio de Gustavo Barroso – norteado pela perspectiva tradicionalista e patriótica de culto aos “grandes heróis” da História do Brasil<sup>167</sup> – fora então preterido na disputa com os modernistas pela gestão do patrimônio histórico e artístico nacional. Nesse caso, pensamos essa disputa pela gestão federal do patrimônio também como um embate entre intelectuais pelo poder e hegemonia de expor suas ideias a respeito das questões nacionais. Como destaca Helena Bomeny, os intelectuais foram largamente incorporados na burocracia estatal dos anos de 1930, participaram e deram suporte na formulação de projetos políticos do Estado Novo. “Foi extensa a participação de intelectuais na montagem dos projetos de ação política para diversas áreas (educação, cultura e patrimônio), na formulação de todo um sistema doutrinário de legitimação do Novo Estado.”<sup>168</sup>

Em 1936, Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde, deixou a cargo de Mário de Andrade a formulação de um anteprojeto que serviu de base para a criação do órgão federal de patrimônio, o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Gustavo Capanema assumiu então papel de destaque na promoção de uma política oficial de patrimônio, haja vista que coube a ele a escolha dos modernistas na organização e estruturação do Sphan. Este Ministro privilegiou, ainda, o modernismo na arquitetura, delegando aos arquitetos de vertente modernista a construção da nova sede do Ministério da Educação e Saúde.<sup>169</sup>

Em 1936, com a escolha para a construção da sede do MES e para constituírem a equipe do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, lograram os modernos serem considerados os mais aptos a erigir os novos monumentos do

---

<sup>166</sup> Principal ideólogo e diretor do Museu Histórico Nacional (1922); intelectual que aderiu à Ação Integralista Brasileira (1933) e fez parte da sublevação dos integralistas contra o governo Vargas.

<sup>167</sup> ABREU, Regina. O museu histórico nacional e a nostalgia de um império idealizado. In: HEIZER, Alda; VIEIRA, Antônio Augusto Passos. *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

<sup>168</sup> BOMENY, Helena. Infidelidades eletivas: intelectuais e política. In: *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001, p. 21.

<sup>169</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. A invenção do patrimônio e a memória nacional. In: BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

Estado, assim como são considerados “dignos” pelo Estado para tornarem “digna”, em seu nome, a produção do passado que será por ele protegida para a posteridade. Na implantação do “modernismo” como dominante de uma política cultural, conseguem realizar o sonho de todo revolucionário: deter as rédeas da edificação do futuro e da reconstrução do passado ou, em outras palavras, escrever simultaneamente o mapa astral e a árvore genealógica do país.<sup>170</sup>

O Sphan começou a funcionar em 1936, em caráter provisório, sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade<sup>171</sup>. Em janeiro de 1937, este Serviço de Patrimônio foi então atrelado ao Ministério da Educação e Saúde – lei nº 378 de janeiro de 1937. E em 30 de novembro do mesmo ano, foi promulgado o decreto-lei nº 25, que regulamentava as atribuições do Sphan e instituía o tombamento como instrumento da gestão do patrimônio nacional. A partir do decreto-lei nº 25/1937 o Estado brasileiro assumiu a obrigação constitucional de proteger e conservar os bens nacionais e elaborou medidas concretas para esse fim, já que o tombamento tem efeito de restrição do direito de propriedade privada.

O Sphan foi criado, portanto, no bojo do projeto cultural do Estado Novo. Projeto este encampado por um Estado autoritário, centralizador, que manteve uma política de estímulo à formação de uma consciência nacional através da valorização da cultura como instrumento de unidade nacional e como peça-chave para a construção de uma nação moderna. O regime varguista carregou a bandeira do nacionalismo como política de Estado, articulando o passado no sentido de despertar certo espírito cívico e de inculcar na coletividade referências comuns de pertencimento à nação.<sup>172</sup>

As políticas de institucionalização da preservação e salvaguarda do “patrimônio histórico e artístico nacional” remontam ao contexto de surgimento e afirmação dos Estados nacionais. Os Estados-Nação se apoiaram numa linguagem monumental e na pompa de seus símbolos como instrumentos de propaganda nacional e de liturgia do poder.<sup>173</sup> Talvez os

---

<sup>170</sup> CAVALCANTI, Lauro. *Modernistas, arquitetura e patrimônio*. In: PANDOLFI, Dulce (org.). Rio de Janeiro. Ed. FGV, 1999, p. 182.

<sup>171</sup> Jornalista, escritor e advogado, o mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade assumiu o cargo de diretor-geral do Sphan durante os anos de 1936 e 1967. Ele fez parte da rede mineira de intelectuais modernistas, composta por nomes como Gustavo Capanema, Carlos Drummond de Andrade, Afonso Arinos de Melo Franco, Pedro Nava, entre outros que se reuniam na Rua da Bahia, de Belo Horizonte, e que foram incorporados nas áreas de educação e cultura do Estado do pós-30. BOMENY, Helena. *Guardiães da Razão: modernistas mineiros*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

<sup>172</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA & DELGADO (orgs.). *O Brasil republicano 2 – O tempo do nacional estadismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

monumentos<sup>174</sup> foram os que mais serviram como ancoradouro dessas narrativas dos Estados nacionais, que procuraram no passado a estabilidade espaço-temporal da fundação mítica da nação.<sup>175</sup> A proliferação de símbolos, acontecimentos, museus e monumentos comemorativos, celebrados como “documentos de memória da nação”, foi fortemente valorizada como dispositivo de integração territorial e de nacionalidade.

Uma nação é uma alma, um principio espiritual. (...) A nação, assim como o indivíduo, é resultado de um longo processo de esforços, de sacrifícios e de devotamentos. O culto aos antepassados é, entre todos, o mais legítimo; os antepassados nos fizeram o que somos. Um passado heróico, grandes homens, a glória (se entende a verdadeira), eis aí o capital social sobre o qual se assenta uma ideia nacional. Ter glórias comuns no passado, uma vontade comum no presente; ter feito grandes coisas juntos, querer seguir fazendo-as, eis aí as condições essenciais para ser um povo.<sup>176</sup>

A nação é, então, apresentada sob o ponto de vista de seus ideólogos como um *continuum* temporal e como uma unidade objetiva.<sup>177</sup> Celebram-se “o patrimônio histórico constituído pelos acontecimentos fundadores, os heróis que o protagonizaram e os objetos fetichizados que os evocam. Os ritos legítimos são os que exercem o desejo de repetição e perpetuação da ordem.”<sup>178</sup>

Monumentos abertos a projetos políticos nacionais e a discursos de memórias se afirmaram no interior de uma lógica “comunitária” de forte apelo afetivo à formação de uma consciência cívica e de fortalecimento dos laços de coesão da “família nacional”. Os monumentos

---

<sup>173</sup> LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: *História e memória*. São Paulo: Unicamp, 2003.

<sup>174</sup> “Chama-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças.” CHOAY, Françoise. *Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006, p. 18.

<sup>175</sup> “A construção do monumento poderia ser interpretada como momento específico do percurso histórico da ‘invenção das tradições’ a partir do lugar do exercício do poder.” OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles de. Museu Paulista: Espaço celebrativo e memória da independência. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. *Memória e (re)sentimento*. Campinas: Unicamp, 2004, p. 203

<sup>176</sup> RENAN, Ernest. O que é uma nação? Conferência realizada na Sorbonne, em 11 de março de 1882, documento, p. 10.

<sup>177</sup> Benedict Anderson no seu estudo sobre a origem e difusão do nacionalismo demonstrou que a nação existe enquanto uma “comunidade política imaginada” e, portanto, como uma construção historicamente situada, não como objeto natural. ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

<sup>178</sup> CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias de sair e entrar na modernidade*. São Paulo: Edusp, 2006, p. 163.

desempenharam, portanto, a função de transmitir a essência da nação através de seus “suportes materiais” tidos como atestados capazes de conferir concretude e profundidade histórica à nação e de comunicar identidades.

Krzysztof Pomian afirma que as coleções estiveram presentes desde a antiguidade clássica, período marcado inclusive pelas práticas de certa tradição antiquária de proteção e conservação de objetos mantidos parcialmente ou definitivamente fora do circuito econômico, mas expostos ao olhar do público. Objetos de prestígio e ostentação, relíquias e tesouros foram mantidos em regime de proteção especial, tendo o seu valor de uso alterado e investido de valor simbólico – objetos semióforos que estabelecem uma mediação entre o visível e o invisível.<sup>179</sup> Contudo, a constituição de patrimônios históricos e artísticos nacionais, vistos como herança coletiva pertencente à nação, é prática característica dos Estados modernos, nascida no final do século XVIII, no bojo do processo de formação dos Estados nacionais.

A política de institucionalização e salvaguarda do patrimônio no Brasil é tributária ao modelo francês, sobretudo no que se refere à atenção especial do Estado na proteção legal dos bens culturais.

A noção de patrimônio adquire contornos específicos a partir de 1789, no contexto da Revolução Francesa. Desde esse período o “sentimento patrimonial” tem caminhado junto com o “sentimento nacional”.<sup>180</sup>

Durante o processo de “vandalismo revolucionário” na França, isto é, no contexto de secularização, profanação e destruição política de igrejas, castelos, monumentos e outras simbologias vinculadas ao despotismo do Antigo Regime, houve também um esforço de amplos setores da sociedade, sobretudo de intelectuais iluministas que partilhavam de certa tradição antiquária, no sentido de incorporar os bens eclesiásticos, da monarquia e dos emigrados aos domínios nacionais.<sup>181</sup>

---

<sup>179</sup> POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Enciclopédia Einadi*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984.

<sup>180</sup> CHASTEL. André. La notion de patrimoine. In: NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984.

<sup>181</sup> De acordo com Françoise Choay, o caráter pioneiro da França deve-se fundamentalmente à mobilização preservacionista de amplos setores da sociedade como, por exemplo, os comitês liderados por intelectuais como Vitor Hugo, Alexandre Lenoir e François Guizot – “porta-vozes” do patrimônio que dirigiram a campanha contra o “vandalismo” e destruições de monumentos no país – e à construção de um arcabouço legal e institucional, a partir da criação da Comissão dos Monumentos Históricos de 1790.

Esse processo de confiscação e transferência de propriedade dos bens da Igreja, da Coroa e dos emigrados marca, então, um “efeito de nacionalização” do patrimônio e concomitantemente uma ampliação semântica do próprio termo. Nesse caso, o bem patrimonial que até então tinha seu significado no espaço social vinculado à herança privada, transmitida de pai para filho segundo os princípios jurídicos do direito romano antigo, definido de acordo com seu valor de troca no mercado, passa a designar, portanto, a herança coletiva da nação. Como destaca André Chastel, esse processo enseja um sentimento novo de “bem comum” em que o patrimônio passa a ser visto como “tesouro público” essencial à consciência nacional. Nas palavras de Françoise Choay, “fazendo dos monumentos históricos propriedade, por herança, de todo o povo, os comitês revolucionários dotavam-nos de um valor nacional preponderante e lhes atribuíam novos usos, educativos, científicos e práticos.”<sup>182</sup>

Além do valor nacional, os monumentos históricos foram identificados como patrimônio – herança coletiva – segundo critérios de valor cognitivo, valor artístico, valor de ancianidade e valor econômico. E sua preservação seguia, então, a fórmula, “pátria-patrimônio”, isto é, a capacidade de instrução moral, cívica e de evocação a certa identidade nacional de cada bem. Os patrimônios funcionaram, portanto, como “introdução a uma pedagogia geral do civismo: os cidadãos são dotados de uma memória histórica que terá o papel efetivo de memória viva, uma vez que mobilizará o sentimento de orgulho e superioridade nacionais.”<sup>183</sup>

A patrimonialização oficial na França, elaborada a partir da Revolução, serviu de modelo para a expansão do patrimônio no Ocidente, conforme salienta Dominique Poulot. Através da fórmula “pátria-patrimônio” os Estados nacionais procuravam se inserir no concerto das nações civilizadas. “Em toda parte da Europa, os liberais descobriram e, em seguida, celebraram a preservação das antiguidades nacionais como dever patriótico.”<sup>184</sup> Evidentemente, cada país manteve suas especificidades no processo de preservação dos bens culturais, uma vez que o “espelho patrimonial” expressa a forma como cada sociedade se relaciona com a sua memória e com o seu passado, procurando nele lugar de reconhecimento

---

<sup>182</sup> CHOAY, Françoise. Op. Cit. p. 119.

<sup>183</sup> CHOAY, Françoise. Op. Cit. p. 117.

<sup>184</sup> POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009, p. 26.

e também de distinção.<sup>185</sup> Espelho este, como vimos, conformado através de camadas ideológicas e afetivas.

Françoise Choay nos informa que esse movimento de expansão e consagração do patrimônio, sobretudo entre os anos de 1820 e 1960, esteve ligado diretamente ao próprio advento da Revolução Industrial. Segundo a autora, o advento da era industrial e suas implicações na transformação do espaço urbano e na compreensão do tempo social também forneceram elementos no sentido de “generalizar e acelerar o estabelecimento de leis visando à proteção do monumento histórico.”<sup>186</sup>

## 2.2 – O Sphan em Minas Gerais

Com a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Minas Gerais tornou-se objeto de atenção especial deste órgão. Seus bens artísticos e arquitetônicos do século XVIII foram, então, oficialmente reconhecidos como “patrimônio nacional”. Segundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, entende-se por “patrimônio histórico e artístico nacional” os “documentos de identidade” da nação brasileira, representados pelo “espólio dos bens materiais móveis e imóveis aqui produzidos por nossos antepassados, com valor de obras de arte erudita e popular, ou vinculados a personagens e fatos memoráveis da história do país.”<sup>187</sup> Essa noção, um tanto quanto imprecisa, e ancorada na ideia da “excepcionalidade” dos bens culturais, é também encontrada no artigo 1º do decreto-lei nº 25, de 30 novembro de 1937, que diz:

Constitui patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis ou imóveis, existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, que por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, biográfico ou artístico.

---

<sup>185</sup> JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

<sup>186</sup> CHOAY, Françoise. Op. Cit. p. 127.

<sup>187</sup> ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. Aula Proferida no Instituto Guarujá-Bertioga (29/11/1961). Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades: Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Os intelectuais do Sphan<sup>188</sup> vislumbravam nas edificações barrocas das cidades setecentistas e oitocentistas de Minas Gerais esse valor de “patrimônio nacional”. Em outras palavras, encontraram o cenário ideal repleto de heróis, monumentos e objetos fundadores da arte e identidade nacionais. Celebrava-se um passado colonial mineiro “exemplar”, composto de tradições, religiosidade, arte barroca e de ideais de liberdade, tidos como referência da formação histórica e cultural brasileira:

Tendo sido Minas o cenário mais importante de nossa história colonial e de quase todo o passado histórico do país, é natural que esta preponderância, incluindo beneficemente em todos os setores de atividade, tenha construído do nosso estado uma espécie de relicário dos grandes feitos e das grandes realizações nacionais. As importantes obras de arte e os monumentos deixados pelos antepassados ficaram aqui testemunhando a vitalidade de outras gerações, lembrando fatos de todos os séculos.<sup>189</sup>

Segundo Lúcio Costa – arquiteto e diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos – a arquitetura do século XVIII de Minas Gerais se destacava como “boa arquitetura”, uma manifestação efetivamente brasileira que se manteve pura de excessos ou da transposição direta para o país da arquitetura de Portugal.<sup>190</sup> Sylvio de Vasconcellos – arquiteto e chefe do 3º Distrito do Sphan, que correspondia a Minas Gerais – corroborou a mesma posição daquele:

O barroco em Minas Gerais ele corresponde à primeira manifestação própria da criatividade nacional. (...) São manifestações culturais mineiras que criam as bases da sensibilidade brasileira: a capacidade de absorver e de adaptar influências alienígenas; o amor à ordem e ao progredir que aparecem na bandeira nacional como lema; a tendência à simplificação e ao esquematismo. (...) Com o espírito barroco o Brasil expandiu-se territorialmente, promoveu sua unidade e estabeleceu-se firmemente como um país independente.<sup>191</sup>

Os modernistas do Serviço de Patrimônio, encarregados de selecionar, restaurar e conservar os bens culturais da nação, construíram também uma linha evolutiva da arquitetura brasileira, que foi do barroco ao estilo moderno. “Esses mesmos arquitetos modernistas que

---

<sup>188</sup> Além de Rodrigo Melo Franco, o Sphan contou com a participação de Carlos Drummond de Andrade, Judite Martins, Mário de Andrade (em São Paulo), Gilberto Freyre (em Pernambuco); com os arquitetos, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Sylvio de Vasconcellos (em Minas Gerais), Renato Soeiro, Alcides da Rocha Miranda e Paulo Thedim Barreto; além dos colaboradores, Afonso Arinos de Melo Franco, Manuel Bandeira, Prudente de Moraes Neto e Sérgio Buarque de Holanda, entre outros.

<sup>189</sup> ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. Apud. NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Op. Cit. p. 236

<sup>190</sup> PESSOA, José (org.). Lucio Costa. *Documentos de trabalho*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Iphan, 2004.

<sup>191</sup> VASCONCELLOS, Sylvio de. O barroco no Brasil. p. 19-24. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades: Sylvio de Vasconcellos.



participavam da seleção da arquitetura colonial brasileira como merecedora do título de ‘patrimônio nacional’ investiram na nomeação da sua própria arquitetura.”<sup>192</sup> Nessa perspectiva, o estilo moderno se afirma como o único herdeiro da chamada “boa arquitetura”. Nas palavras de Lauro Cavalcanti, “a singularidade do Modernismo brasileiro reside na ação concomitante e dialética de nossos intelectuais no desejo de construção utópica de um passado e de um futuro para a arte e para o próprio país.”<sup>193</sup>

Com o trabalho de tombamento, iniciado em 1938, seis “cidades históricas” de Minas Gerais foram eleitas, ainda naquele ano, como “patrimônio nacional”. Os conjuntos arquitetônicos e urbanísticos de São João del-Rei, Ouro Preto, Tiradentes, Mariana, Diamantina e Serro, foram tombados<sup>194</sup> e nomeados oficialmente como “patrimônio histórico e artístico nacional”. Nas décadas seguintes foram incluídos nos livros do Tombo também os conjuntos de Congonhas (1941) e Sabará (1965).

Silvana Rubino destaca a concentração de tombamentos em Minas Gerais. Segundo a autora, a maioria dos tombamentos feitos entre os anos de 1938 e 1967, período que compreende a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade à frente do Sphan, foi de bens situados neste Estado. “Do conjunto mineiro, 123 bens constam como sendo do século XVIII, que foi o século mais preservado pela ação do Sphan.”<sup>195</sup> Os tombamentos consagraram os bens de “pedra e cal”<sup>196</sup>, sobretudo, os de arquitetura religiosa do século XVIII como documentos de identidade da nação dignos de proteção do Estado.

---

<sup>192</sup> CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009, p. 97.

<sup>193</sup> CAVALCANTI, Lauro (org.). *Modernistas na repartição* – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Minc-Iphan, 2000, p. 9.

<sup>194</sup> “Tombar” ou “inventariar” significa que os bens “excepcionais” integrantes do patrimônio histórico e artístico nacional serão objetos de proteção via inscrição em um dos quatro Livros do Tombo: Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas-Artes; Livro do Tombo das Belas Artes Aplicadas.

<sup>195</sup> RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: Iphan, nº 24, 1996, p. 102.

<sup>196</sup> “Objetos de arte e arquitetura (igrejas, fortes, palácios, casas de câmara e cadeia, conjuntos arquitetônicos e urbanísticos), o chamado patrimônio em ‘pedra e cal’, substituto do bronze, material próprio das narrativas épicas, são itens fortemente valorizados.” GONÇALVES, José Reginaldo. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002, p. 118.

O valor de patrimônio mantinha-se vinculado a características estético-estilísticas da arquitetura. Aspectos visuais, “fachadistas” e de monumentalidade seguiam em primeiro plano nos critérios de seleção e restauração dos bens patrimoniais.<sup>197</sup> Buscava-se a unicidade da obra de arte, o que havia de original, autêntico e genuíno em cada objeto. Nesse sentido, os “centros históricos” foram idealizados, pelos “intérpretes” do Patrimônio, como áreas de grande concentração de monumentos excepcionais. Os “centros históricos” passaram, portanto, pelo rígido controle dessa instituição, que buscava manter certa ambiência e harmonização do entorno dos sítios urbanos.

Do ponto de vista mais prático os agentes do poder público, no exercício da administração de um país ou de uma região, a necessidade de conservação de um sítio urbano se impõe ou pelos antecedentes e a significação histórica excepcional do lugar, ou pelo valor também excepcional de seu conjunto arquitetônico-paisagístico. (...) As medidas de proteção que terão de ser tomadas deverão visar ao mesmo objetivo; conservar os elementos e as características originais da área interessada.<sup>198</sup>

A manutenção da uniformidade dos conjuntos coloniais, salvaguardados das pressões de modernização e progresso, expressaria, então, a permanência de valores que transcendem às mudanças sociais. Em outras palavras, representaria a permanência da unidade e identidade nacionais ao longo do tempo. “Torna-se realmente inadmissível (...) que a unidade e a harmonia de seu conjunto arquitetônico e paisagístico sejam quebradas ou prejudicadas pela intrusão de construções novas (...) ou pela alteração de aspecto peculiar dos logradouros,”<sup>199</sup> comenta Rodrigo Melo Franco de Andrade quanto às “boas práticas” de gestão do patrimônio nos conjuntos urbanos tombados. Sua fala traz, de modo implícito, uma leitura atenta dos preceitos da Carta de Atenas, que já em 1931 recomendava a preservação do aspecto “tradicional” dos conjuntos e também de sua ambiência como forma de valorizar a “excepcionalidade” dos monumentos a eles pertencentes.<sup>200</sup>

---

<sup>197</sup> MOTTA, Lia. As cidades mineiras e o IPHAN. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

<sup>198</sup> ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. Relatório: Conservação dos Conjuntos Urbanos. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades: Rodrigo Melo Franco de Andrade.

<sup>199</sup> Idem.

<sup>200</sup> “A conferência recomenda respeitar, na construção dos edifícios, o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais. Em certos conjuntos, algumas perspectivas particularmente pitorescas devem ser preservadas. Deve-se também estudar as plantações e ornamentações vegetais convenientes a determinados conjuntos de monumentos para lhe conservar o caráter antigo.” Carta de Atenas, 1931. Disponível em: [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br)

Ouro Preto, por exemplo, tornou-se uma espécie de laboratório das práticas de proteção empreendidas pelo Sphan. Práticas estas marcadas sempre pela obsessão da manutenção de características uniformes e pela busca de pureza e originalidade em relação ao conjunto tombado. Segundo Lia Motta, as sucessivas ações de conservação e restauro executadas pelo Patrimônio trataram a cidade como uma expressão estético-estilística, desconsiderando, inclusive, a historicidade do sítio urbano. O Serviço de Patrimônio investiu na promoção de uma imagem do Brasil tradicional, concentrando-se na fiscalização e controle das fachadas das edificações. E essa aplicação de normas “fachadistas”, isto é, o emprego do estilo e da estética colonial nas fachadas, implicou na descaracterização urbanística e paisagística de Ouro Preto. Lia Motta destaca ainda que as experiências de intervenção do Serviço de Patrimônio nessa região serviram de referência para a elaboração de conceitos e critérios das práticas de preservação no Brasil.<sup>201</sup> “É possível dizer que a identificação de problemas e a formulação de conceitos e métodos relativos à preservação urbana (...) tiveram Ouro Preto como laboratório.”<sup>202</sup> Ouro Preto, lida pelos modernistas como síntese acabada do passado colonial e como modelo exemplar para se pensar a cultura brasileira, torna-se, então, paradigma das experiências de gestão dos bens urbanos do passado e, desse modo, palco de suma importância para a afirmação do projeto modernista de patrimônio.

De acordo com José Reginaldo Gonçalves, os discursos oficiais da preservação do patrimônio cultural no Brasil encontravam assentados na “retórica da perda”, isto é, na ideia do risco iminente de destruição, fragmentação e desaparecimento dos objetos que dão “concretude” à nação, os chamados “documentos de identidade e de memória”. As políticas de patrimônio são movidas então pela “retórica da perda”, qual seja: a nação está ameaçada pela perda de seu patrimônio cultural, em virtude dos processos de industrialização, urbanização e progresso. Nessa linha de pensamento, a modernidade é caracterizada, portanto, como um processo inexorável de corrosão e destruição da “aura” dos objetos únicos, autênticos, originais. Estes tendem a desaparecer com a reprodutibilidade técnica e com a transitoriedade de valores próprios da era moderna. “O interminável jogo entre fragmentos e totalidade, destruição e reconstrução, coerência e desintegração é simbolicamente usado para fazer com que as pessoas vejam e identifiquem-se com a nação enquanto entidade a ser protegida e

---

<sup>201</sup> MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília: Iphan, n° 22, 1987.

<sup>202</sup> MOTTA, Lia. Ouro Preto: de monumento nacional a patrimônio mundial. In: SORGINE, Juliana. *Salvemos Ouro Preto: a campanha em benefício de Ouro Preto, 1949-1950*. Rio de Janeiro: Iphan, Copedoc, 2008, p. 12.

preservada.”<sup>203</sup> As medidas legais de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural visam, desse modo, redimir a nação da perda de sua memória e identidade:

A iniciativa do chefe da Nação tem a finalidade prática relevante, que é a de dotar o Brasil de uma legislação adequada a impedir que se arruinem ou se dispersem os bens de notável valor artístico e histórico existente no país. (...) O que o projeto governamental tem em vista é poupar a Nação o prejuízo irreparável do perecimento e da evasão do que há de mais precioso no seu patrimônio. Grande parte das obras de arte mais valiosas e dos bens de maior interesse histórico, de que a coletividade brasileira era depositária, tem desaparecido ou arruinado irremediavelmente, em consequência da inércia dos poderes públicos ou da ignorância, da negligência e da cobiça de particulares. (...) A poesia de uma igreja brasileira do período colonial é, para nós, mais comovente do que a do Parthenon. E qualquer das estátuas que o Aleijadinho recortou na pedra-sabão para o adro do Santuário de Congonhas nos fala mais à imaginação que o Moisés de Michelangelo.<sup>204</sup>

Dito isso, os intelectuais do Serviço do Patrimônio assumiram a missão de salvar tanto o “patrimônio nacional” como a própria nação da ruína e da destruição. Maria Cecília Londres Fonseca destaca o empenho desses intelectuais na condução dos trabalhos de restauração, conservação e salvaguarda das edificações urbanas, assim como a luta dos mesmos pela atribuição de valores nacionais aos bens patrimonializados. Segundo Fonseca, essas ações de preservação empreendidas durante a fase inicial do Sphan (1937-1967), alcançaram um certo grau de eficácia simbólica na promoção desses “bens nacionais”.<sup>205</sup> Contudo, esse “poder simbólico” dos patrimônios nacionais permanece um tanto quanto restrito e limitado, se levarmos em conta não somente o circuito específico de sua produção, mas também o da sua recepção e apropriação por parte do conjunto da população, que conferia valores os mais diversos e, inclusive, opostos às intenções preservacionistas. Desse modo, entendemos que o grande desafio enfrentado pelos representantes do Patrimônio foi no sentido de se implantar uma consciência preservacionista no país.

Esses “mediadores culturais” entre Estado e sociedade adotaram uma espécie de “missão civilizadora” no sentido de incutir e despertar um certo sentimento de conservar os bens objetificados como “patrimônio nacional”. Buscavam-se consentimento e adesão à “causa” do

---

<sup>203</sup> GONÇALVES, José Reginaldo. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002, p. 114.

<sup>204</sup> ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. O Jornal do Rio de Janeiro (30/05/1936); Matéria: “A defesa do nosso patrimônio histórico e artístico.” Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades: Rodrigo Melo Franco de Andrade.

<sup>205</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo...* Op. Cit.

Patrimônio. Por isso, o objetivo principal passou a ser o da instrução e conscientização da população, sobretudo, a dos conjuntos tombados, quanto à objetividade do “patrimônio histórico e artístico nacional”, assim como a importância de preservá-lo. Nas palavras de Rodrigo Melo Franco de Andrade,

O anteparo em verdade eficaz, contra os riscos de danos de qualquer origem a que está sujeito o patrimônio histórico e artístico nacional do Brasil, só pode ser levantado com a elucidação progressiva da opinião nacional. A população brasileira, precisa adquirir a compreensão viva e atuante do valor inestimável do acervo cultural que possui e de que não se deve deixar despojar. Nenhuma campanha será mais decisiva em favor de qualquer causa de interesse coletivo do que, para a defesa do espólio herdado de nossos maiores, a criação, aqui, de um espírito público iluminado e resolutivo.<sup>206</sup>

Rodrigo Melo Franco de Andrade levantou a bandeira da educação e instrução pública como meio de conscientização acerca de valores intrínsecos ao “patrimônio nacional”. Segundo ele, a população precisava conhecer seu patrimônio para então valorizá-lo. “Em seus artigos, conferências e entrevistas, ele se dirige a uma audiência concebida como supostamente “ignorante” ou “indiferente” em relação à “causa” do patrimônio.”<sup>207</sup> Essa “ignorância” ou “indiferença” implicam, portanto, num dos principais empecilhos e condicionantes dos trabalhos de proteção e salvaguarda empreendidos pelo Serviço de Patrimônio. Por isso, Andrade ressaltava a necessidade de uma ação articulada da repartição federal juntamente com população e os poderes locais na preservação dos bens urbanos do passado, classificados como patrimônio:

Entregue o encargo exclusivamente aos funcionários de uma única repartição, sem o apoio na opinião popular e sem o concurso ativo dos demais agentes do poder público, nem o de outras entidades influentes, os resultados não poderão deixar de ser restritos e transitórios. Entretanto, desde que principie a ser inculcada em nossos conterrâneos a noção que cada cidadão brasileiro é de algum modo condômino dos bens de valor histórico e artístico existentes no país, diminuirão com celeridade os riscos a que se acha exposto o patrimônio.<sup>208</sup>

Em suma, o Sphan procurou institucionalizar uma fala da preservação sempre convocando o conjunto da população a colaborar com a “causa nacionalista do patrimônio”. Seus técnicos

---

<sup>206</sup> ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. Relatório. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades: Rodrigo Melo Franco de Andrade.

<sup>207</sup> GONÇALVES, José Reginaldo. Op. Cit. p. 47.

<sup>208</sup> ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. Discurso proferido por ocasião da entrega do título de doutor honoris causa outorgado pela Universidade de Minas Gerais. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades: Rodrigo Melo Franco de Andrade.

figuraram nesses enunciados como defensores do interesse público que assumiam a tarefa hercúlea de salvaguardar os bens culturais da nação contra as destruições em nome do progresso. Esses discursos preconizavam que a devoção à “causa coletiva da preservação” deveria sempre preceder os “interesses particulares” e os “anseios de renovação urbana”, opostos às motivações cívicas. “Pior ainda que a ação do tempo e dos elementos eram as intervenções ineptas e intempestivas de modernizadores, destruídos de capacidade para compreender as coisas belas que iam mutilando e desfigurando”<sup>209</sup>, comenta Rodrigo Melo Franco de Andrade sobre a situação de “abandono” dos bens de “valor artístico” de Minas Gerais, motivada pela “falta de esclarecimento” e pela “indiferença” da população local. Nesse prisma, deveriam ser coibidas as práticas de danificação, arruinamento, agressão ou espólio aos bens edificados do passado, porque representavam atos de “ignorância” ou “indiferença”, constituindo um verdadeiro atentado contra a própria nação.

O Serviço de Patrimônio buscou estruturar também um conhecimento especializado do passado, através da promoção de pesquisas de catalogação e registro de bens culturais – recorrendo, inclusive, a investigação em arquivos, bibliotecas, museus, etc. Segundo Mariza Veloso Mota Santos, essas pesquisas apresentam sempre o intuito de demonstrar a originalidade do objeto a ser tombado, assim como a objetividade dos critérios de seleção aplicados. Desse modo, o Sphan se empenhou em tecer um discurso “técnico-competente” acerca da existência de um patrimônio “científico”, em oposição a meras formulações “românticas” e “sentimentais”.

O Sphan como instituição torna-se verdadeiramente uma ‘academia’, ou seja, é a institucionalização de um lugar da fala, que permite a emergência de uma formação discursiva específica, cuja dinâmica simbólica é dada pela permanentemente tematização do significado de categorias de histórico, de passado, de estético, de nacional, de exemplar, tendo como eixo articulador a idéia de patrimônio.<sup>210</sup>

Conforme assevera Mariza Veloso Mota Santos, da “academia Sphan” partiam proposições discursivas em torno de concepções sobre história, passado, arte, identidade, memória nacional, etc. Esse espaço especializado no pronunciamento de veredictos acerca do “patrimônio nacional” procurava, portanto, estruturar um discurso “eficaz” da preservação a

---

<sup>209</sup> ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. *Jornal Diário do Comércio de São João del-Rei* (24/10/1940). Matéria: “defesa do patrimônio artístico”.

<sup>210</sup> SANTOS, Mariza Veloso Mota. *Nasce a academia Sphan*. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília: Iphan, nº 24, 1996, p. 77.

partir da objetificação e naturalização das categorias mencionadas. Certamente, enunciados e formulações discursivas pretendem incidir sobre a realidade do espaço social e operar transformação nas próprias fronteiras desse espaço. Mais ainda, os discursos do patrimônio são empreendimentos de construção de “identidades” e de “memórias”.<sup>211</sup> Por meio de modalidades discursivas os agentes da “academia Sphan” buscaram assegurar o domínio simbólico dos princípios da realidade que construíram. Em outras palavras, lutaram pelo poder simbólico, ou seja, o poder de construção do dado pela enunciação, impondo uma ordem de compreensão e consagração aos bens culturais.<sup>212</sup>

### 2.3 – O campo do patrimônio<sup>213</sup>

Cabe ponderar que os bens culturais continuam sendo objeto de disputas sociais, uma vez que servem também como recurso para a reprodução de distinções, hegemonias e para a manutenção de relações de poder. Os bens culturais, aparentemente comuns, são apropriados pelos grupos sociais de maneiras distintas e desiguais, fato que evidencia muito mais a cisão, a diferenciação e o embate entre esses grupos, do que propriamente a sua unificação.<sup>214</sup>

As políticas de valorização do patrimônio como elemento integrador da nacionalidade procuram incidir justamente no campo da apropriação, isto é, na forma pela qual os grupos se apoderam dos bens culturais, de modo a organizar e diluir as diferenças entre esses grupos. “A ideologia nacionalista é uma ideologia de exclusão das diferenças culturais.”<sup>215</sup> Ela pressupõe a continuidade histórica da nação a partir de um tempo vazio, homogêneo e sem conflitos.<sup>216</sup> Contudo, determinados esforços de gestão da herança cultural com vistas à promoção de uma

---

<sup>211</sup> GONÇALVES, José Reginaldo. *Monumentalidade e cotidiano...* Op. cit. p.111.

<sup>212</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

<sup>213</sup> A noção de “campo” que utilizamos se refere basicamente a um espaço de disputa material e simbólica onde os agentes especializados entram em competição pelo poder de reconhecimento e legitimidade de suas representações, valores e esquemas de percepção do mundo social. Nessa perspectiva, procuramos pensar o patrimônio como um campo, um espaço de luta concorrencial onde se confrontam discursos, sentidos e projetos distintos de uso, apropriação e significação dos bens culturais. Para uma discussão sobre o conceito de “campo”, ver: BOURDIEU, Pierre. Op. cit.

<sup>214</sup> CANCLINI, Néstor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Nacional*. Brasília: Iphan, n. 23, 1994.

<sup>215</sup> CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. 2. ed. Bauru: Edusc, 2002, p. 188.

<sup>216</sup> BENJAMIM, Walter. Sobre o conceito da história. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

identidade nacional e legitimação de projetos do próprio Estado podem não obter ressonância no conjunto da sociedade e adquirir, inclusive, contornos distintos ou até mesmo diametralmente opostos àqueles esperados, apontando assim suas inflexões, fragilidades e limites na construção do nacional.

Os marcos culturais de pedra e cal, antigas estruturas arquitetônicas em paisagens urbanas, corporificam conflitos políticos e ideológicos mais do que acordos (...). Eles celebram realizações políticas e estéticas, sempre sujeitas à reelaboração pela cultura vernacular, conseguida na luta pela legitimação de interesses práticos, valores estéticos e visões de mundo. Eles são, além disso, resultados de processos que transformam “espaços” em “lugares”, isto é, em sítios habitados por pessoas que vivem de formas determinadas e que consideram como algo que lhes pertence ou no mínimo lhes diz respeito.<sup>217</sup>

A seleção dos itens a serem tombados e consagrados como patrimônio cultural é uma operação política que envolve sempre tensões, negociações e conflitos de interesses.<sup>218</sup> Ela é necessariamente arbitrária, pois envolve algum nível de exercício de poder, uma vez que os bens culturais não são neutros, com sentidos fixos ou estáveis, mas são sempre interpretados com valor nas relações dos homens entre si.

Conforme salienta Gilberto Velho, “estamos lidando, ao examinarmos as políticas públicas de patrimônio, com complexas questões que envolvem emoções, afetos, interesses os mais variados, preferências, gostos e projetos hegemônicos e contraditórios.”<sup>219</sup> Dessa maneira, os conflitos são constitutivos das políticas de patrimônio. Eles evidenciam os modos distintos como os grupos sociais se auto-representam e narram sua trajetória, procurando no “espelho patrimonial” lugar de reconhecimento e também de distinção.

Na assertiva de Néstor García Canclini, o patrimônio entendido como um fato social configura-se essencialmente em um “campo”, isto é, um espaço de disputa material e simbólica onde os grupos sociais lutam pelo poder de definição, nomeação e classificação legítima da herança cultural. No campo do patrimônio, por exemplo, estão localizadas as disputas tanto pela consagração quanto pela rejeição dos bens simbólicos do passado. Mais do que isso, está em jogo, nesse espaço, a hegemonia e o monopólio do direito de dizer o

---

<sup>217</sup> ARANTES, Antonio Augusto. Patrimônio cultural e nação. In: ARAÚJO, Ângela Maria (org.). *Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira*. São Paulo: Scritta, 1997, p. 288.

<sup>218</sup> VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *Maná*, Rio de Janeiro, vol. 12, n° 1, 2006.

<sup>219</sup> *Idem*, p. 245.



patrimônio. Do campo do patrimônio partem proposições acerca do passado-futuro, arte, identidade, memória nacional, etc. Nesse lugar os “agentes especializados” disputam o poder de nomear territorialidades e assegurar o domínio simbólico dos princípios da nomeação que construíram. Não obstante, é nesse espaço também que as diferenças se explicitam e se enfrentam.

O tombamento – ação específica do Estado no sentido de proteger os bens eleitos como documentos de identidade e memória nacionais – por exemplo, pode ser entendido, fundamentalmente, como um ato de territorialização, isto é, um empreendimento de definição e classificação do que deve ou não conter o espaço através da imposição de regras de uso e apropriações do mesmo. A prática do tombamento procura alterar, em um só tempo, as fronteiras do espaço e incidir nos próprios comportamentos sociais, criando um fato novo no universo cultural. O objeto tombado é então promovido “de simples objeto imerso no anonimato para objeto aurático”<sup>220</sup>, monumentalizado. Aos seus usos cotidianos são acrescentados, portanto, novos valores.

Ainda assim, retomando as contribuições de Antônio Augusto Arantes, esses valores patrimoniais estão sempre sujeitos à reelaboração e deslocamento, podendo ser tanto integrados quanto recusados por seus usuários. Em síntese, não basta que o Estado proclame a importância de um bem para que ele seja inserido às práticas culturais. “A proteção oficial não lhe garante um lugar seguro no panteão institucional da cultura. Este é um desafio perene e estrutural que se coloca às instituições responsáveis pela proteção, conservação e uso desses tesouros oficialmente protegidos.”<sup>221</sup>

Dito isso, reiteramos que a constituição de referências – espaciais e temporais – implica em lutas sociais e políticas, visões de mundo, exercício de poder e formas de negociação. Projetos de demarcação de fronteiras e de “semantização de lugares” – via construção, seleção e preservação de monumentos – expressam ainda os embates de memórias pelo reconhecimento de subjetividades individuais e coletivas no espaço público. Como destaca Jacques Le Goff, a

---

<sup>220</sup> SANTOS, Mariza Veloso Mota. Op. Cit. p. 82.

<sup>221</sup> ARANTES, Antônio Augusto. Patrimônio cultural e cidade. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (orgs.). *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Almedina, 2009, p. 17.

memória é também instrumento e objeto de poder.<sup>222</sup> Ela pode ser motivo de conflitos e opor grupos que disputam a hegemonia e o poder de arbitragem, consagração e manifestação pública de suas memórias.<sup>223</sup> Nessa perspectiva, os patrimônios se constituem em peças-chave para a manifestação e afirmação de memórias, identidades e trajetórias no espaço público.

Os patrimônios culturais são estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo em que as transformam em “patrimônio”. (...) Os diálogos e as lutas em torno do que seja o verdadeiro patrimônio são lutas pela guarda de fronteiras, do que pode ou não pode receber o nome de “patrimônio”, uma metáfora que sugere unidade no espaço e continuidade no tempo no que se refere à identidade e memória de um indivíduo ou de um grupo. Os patrimônios são, assim, instrumentos de constituição de subjetividades individuais e coletivas, um recurso à disposição de grupos sociais e seus representantes em sua luta por reconhecimento social e político no espaço público.<sup>224</sup>

## 2.4 – O tombamento do conjunto urbano de São João del-Rei

Os estudos do patrimônio se mostram consistentes e elucidativos quando tangenciam os procedimentos de legitimação, produção e institucionalização do patrimônio cultural no Brasil, adotados pelo Estado, bem como quando tratam da atuação política de seus intelectuais como, por exemplo, Rodrigo Melo Franco, Lúcio Costa, Mário de Andrade, etc., no âmbito do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que se empenharam em assenhorear-

---

<sup>222</sup> A memória entendida como processo psíquico-social de reconhecimento, conservação de informações, organização de dados e atualização de impressões passadas, é operação seletiva caracterizada pela dialética “lembrar-esquecer”, nem tudo se registra ou fica retido na consciência. Certos aspectos do passado ganham relevo, são manifestados e iluminados no espaço social enquanto outros permanecem na obscuridade. Tanto a memória individual quanto a memória coletiva são passíveis de desvios de lembrança, de ameaça de confusão e de esquecimento total ou parcial das recordações – amnésia. Elas podem ser induzidas ou mesmo forjadas e, como tais, estão sempre sujeitas a (re)construções afetivas, (re)sentimentos do passado, anseios e valores. Enfim, ambas decorrem de construções humanas e sociais que se relacionam com o tempo e que procuram situá-lo. Segundo Paul Ricoeur, a memória (presença do ausente) dispõe da narrativa como forma de exteriorização e, através narrativa, jamais reproduz ou recupera o passado “tal qual”, mas estabelece uma mediação do passado pela experiência do presente. Nesse caso, o passado é sempre atualizado no presente e interpretado de acordo com as experiências do tempo presente. Enquanto narrativa, a memória é operação que seleciona, exclui, destaca, descarta, hierarquiza, cristaliza, ilumina, apaga, lembra, esquece e organiza o passado através de um esforço de ordenação temporal. A narrativa procura construir um sentido do passado, impor uma ordem de compreensão, enquadrando-o a um enredo discursivo que organiza as diferenças e os conflitos sociais. Ela busca apoio na retórica, na imaginação coletiva e no poder dos símbolos como forma de exteriorização. RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2003.

<sup>223</sup> LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e memória*. São Paulo: Unicamp, 2003

<sup>224</sup> GONÇALVES, José Reginaldo. *Monumentalidade e cotidiano...* Op. Cit. p. 121-122.

se do passado através do enquadramento da identidade e memória nacionais. No entanto, esses estudos ainda carecem de maior investimento no que se refere à recepção, apropriação e interpretação desse patrimônio por parte de seus usuários, assim como à eficácia simbólica dessa política de preservação. Ressalvamos que quando os estudos se pautam apenas na condução e consagração do patrimônio a partir do Estado, perdem de vista a malha fina das construções de sentido associadas a esse patrimônio justamente quando ele entra no domínio público. Perdem também a emergência de “micro-campos” de discordância, que sinalizam, inclusive, rejeições e falta de respaldo popular a tal modelo de patrimônio.

Nesse caso, procuramos, com o estudo do tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João del-Rei, oferecer também uma contribuição a respeito das práticas de recepção, apropriação e interpretação do patrimônio por seus usuários. A partir de uma leitura muito atenta de fontes variadas como jornais, ofícios, cartas, processos de tombamento, procedimentos e pareceres de intervenção em edificações urbanas, destacamos a emergência de um campo de conflito de representações acerca do devir da paisagem urbana de São João del-Rei entre os grupos locais, que partilhavam do espaço de sociabilidade da Associação Comercial de São João del-Rei, e os intelectuais do Sphan, responsáveis por levar a cabo as políticas federais de patrimônio. Tal “campo do patrimônio” expressa, portanto, a luta desses grupos pela definição, demarcação, classificação e apropriação de espaços simbólicos do passado legítimos na “histórica” São João del-Rei.

O tombamento de São João del-Rei se insere numa conjuntura mais ampla das ações de preservação dos bens culturais da nação, empreendidas pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no bojo do projeto cultural do Estado Novo. Contexto esse que José Neves Bittencourt caracteriza como uma manobra da “guerra de movimento”, isto é, como uma tomada de posição, expansão de fronteira e afirmação do projeto modernista sobre outros projetos de identidade nacional.<sup>225</sup> Como já comentamos nas páginas precedentes, Minas Gerais torna-se palco de suma importância para a articulação do projeto modernista de patrimônio e, sem dúvida, a principal área de concentração dos procedimentos de proteção desse órgão, durante a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Com isso, logo após a implementação do decreto-lei nº 25/1937, seis cidades “históricas” de Minas Gerais foram

---

<sup>225</sup> BITTENCOURT, José. Invenção do passado: assensos e descensos da política de preservação do patrimônio cultural (1935-1990). In: MENEZES, Lena Medeiro de (et alli). *Olhares sobre o político: novos ângulos, novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. UERG, 2002.

eleitas, no ano de 1938, como símbolo da nação e tombadas em seu conjunto arquitetônico e urbanístico. A arquitetura colonial de São João del-Rei, Ouro Preto, Tiradentes, Mariana, Diamantina e Serro foram consagradas no bojo desse projeto como primeira expressão genuinamente brasileira. São João del-Rei, por exemplo, foi a primeira cidade inscrita no Livro do Tombo. Em março de 1938 seu conjunto arquitetônico e urbanístico passa a ser objeto de proteção especial do Estado.<sup>226</sup>

O tombamento é um instrumento jurídico que incide sobre o direito de propriedade. Ao acioná-lo, o Estado assume a obrigação constitucional de proteger os bens materiais classificados como “patrimônio histórico e artístico nacional”. A prática do tombamento implica, pois, na imposição de condições de uso e conservação, como dispõe o artigo 17 do decreto-lei nº 25/1937: “As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa.” A mesma norma se aplica aos conjuntos urbanos, “ao se tombar o núcleo histórico de uma cidade, estarão sob a tutela do poder público os prédios, ruas, a vegetação que adere ao solo, os adereços afixados nos prédios, enfim, a paisagem urbana constituída de imóveis.”<sup>227</sup> Além do mais, foram acrescentados a eles uma espécie de “regime de conservação especial” baseado no próprio empenho pessoal dos técnicos desse Serviço visando à proteção dos sítios históricos e sua ambiência. Como comenta Sylvio de Vasconcellos, arquiteto e chefe do 3º distrito do Sphan que correspondia a Minas Gerais:

Nas cidades tombadas em seu conjunto a ação da repartição é ainda mais intensa, de vez que alcança também as iniciativas privadas, orientando as construções e as reformas de prédios particulares no sentido de evitar que seja alterado o conjunto arquitetônico da cidade. (...) Tem sido norma desta repartição, no caso de obras novas de pequeno vulto e que não chamem a atenção por si mesmas, fazê-las à maneira tradicional, dentro da maior simplicidade possível, de modo a não perturbar o conjunto.<sup>228</sup>

---

<sup>226</sup> Inscrição do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João del-Rei no Livro de Belas Artes, vol. 1, nº 1, Processo 68-T-38. Além do conjunto urbano foram tombados separadamente em São João del-Rei – durante a primeira fase do Sphan – as igrejas de N. Sra. do Carmo (1938), São Francisco de Assis (1938), N. Sra. do Pilar (1949), o Sobrado à Praça Severiano de Resende (1946) e o Passo das ruas Duque de Caxias e Getúlio Vargas (1949). Ver: IPHAN. *Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* – 4ª Ed. – Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.

<sup>227</sup> RABELO, Sonia. Op. Cit. p. 79.

<sup>228</sup> VASCONCELLOS, Sylvio de. Boletim de Assistência Técnica Aos Municípios. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades: Sylvio de Vasconcellos.

Com a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional houve em São João del-Rei uma enorme expectativa quanto ao potencial dos trabalhos deste órgão. A sua recepção na imprensa local foi, então, positiva, já que ela destacava, entre outras coisas, a projeção nacional que o Patrimônio daria aos monumentos da cidade.<sup>229</sup> As primeiras notícias de intervenções em bens pontuais também foram aplaudidas com certo entusiasmo nos periódicos, como a visita técnica do arquiteto do Sphan Epaminondas de Macedo à “Casa de Pedra” (gruta com formação geológica de calcário) e à Fazenda do Pombal (local onde nasceu Tiradentes), assim como as restaurações das igrejas do Carmo e de São Francisco de Assis, e a reforma do sobrado do inconfidente Padre Toledo, em Tiradentes. Durante a restauração da Igreja de São Francisco de Assis, por exemplo, o jornal Diário do Comércio fez questão de desmentir um boato de que os técnicos do Patrimônio estariam “enfeando” aquela igreja ao invés de destacar a sua beleza.

Ora, há poucos dias, correu pela cidade um boato sensacional. Uma quadrilha de depredadores esborcinava o monumental templo de São João del-Rei. Nada menos que uma quadrilha de depredadores, organizados, com andaime e tudo, para executar uma obra completa. (...) Imagine-se se é possível estar o Serviço do Patrimônio depredando os monumentos que lhe compete conservar!...<sup>230</sup>

Após essa restauração, o Sphan foi convidado ainda a constituir um parecer técnico se de fato o artífice Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, tinha projetado o templo franciscano. Aliás, essa questão ocupou lugar de destaque nos periódicos durante o ano de 1938 e o Patrimônio poderia investigá-la, já que havia quem negassem solenemente a participação de Aleijadinho na construção dessa igreja: “Lendário como foi esse Aleijadinho, é crível que o povo guardasse até nós a estranha história da sua presença, áspero e complicado, notável pela sua feiúra e pela sua esquisitice.”<sup>231</sup>

---

<sup>229</sup> A Tribuna, 1 de novembro de 1936, nº 1949. Matéria: “A defesa de nosso patrimônio artístico e histórico”; Rodrigo Melo Franco de Andrade.

<sup>230</sup> Diário do Comércio, 5 de novembro de 1939, nº 501. Matéria: “O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em São João del-Rei.”

<sup>231</sup> Diário do Comércio, 26 de abril de 1938, nº 43. Matéria: “O Aleijadinho”; Bico de Lacre (pseudônimo).



**Figura 8:** Vista Panorâmica da Igreja de São Francisco de Assis – Arquivo do Museu Regional de São João del-Rei (s/d)

Encontramos situações em que a visita técnica do Sphan na cidade foi inclusive demandada pelos setores locais. Nesses casos, a repartição foi cobrada a arcar com o ônus da preservação dos bens arquitetônicos religiosos, chamados pelos cidadãos como “relicários” da História e da arte:

O Patrimônio Artístico Nacional, que tem sob sua guarda e proteção os belíssimos templos desta cidade, há muito não manda aqui um seu representante para verificar o estado de conservação dos mesmos, e assim, não está sabendo que a Igreja matriz está precisando de urgentes reparos, com inúmeras goteiras, o mesmo acontecendo com o majestoso templo carmelino e o cemitério da mesma ordem. Quando chove, o que não tem faltado este ano é uma lastima: água, água e mais água...<sup>232</sup>

Contudo, tão logo houve um desgaste, ou mesmo um rompimento, nessa relação entre Sphan e poderes locais, com as primeiras notícias de embargos na execução de obras públicas e particulares na cidade, já nos primeiros anos da década de 1940.

O tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João del-Rei coincidiu, então, com o momento de surto comercial, industrial e de expansão de seu perímetro urbano, que abordamos ao longo do primeiro capítulo. Nele destacamos, entre outras coisas, a ocorrência de um projeto de “modernização urbana” acelerado na cidade, protagonizado tanto pelas intervenções do poder público no seu eixo central – mediante a construção de jardins,

<sup>232</sup> Diário do Comércio, 19 de julho de 1941, nº 1015. Matéria: “O que nem todos vêem...”; editorial.

alargamento de praças, demolição de casas, retificação, prolongamento e abertura de ruas – quanto pelas iniciativas particulares de “empreendedores urbanos” que investiram seus capitais na planificação do espaço urbano são-joanense e se empenharam seja no parcelamento do solo, na destruição e construção de casas, seja dotando seus terrenos e proximidades de suportes para o mercado da habitação. É exatamente nessa conjuntura de transformação na fisionomia da cidade, de mudança das “coisas ao redor” – para usar do próprio enunciado reiteradamente veiculado pela imprensa local – que o tombamento tornou-se objeto de intensas discussões e conflitos entre os grupos locais, reunidos em torno da Associação Comercial, e os intelectuais envolvidos na condução das políticas de patrimônio.

De um lado, o diretor-geral do Sphan, Rodrigo Melo Franco de Andrade, considerava que os empreendimentos públicos e particulares de grande vulto eram incompatíveis com a preservação do “aspecto peculiar”, “original” das áreas e dos bens culturais a elas pertencentes. E o tombamento, surgiria, então, como instrumento jurídico cautelar para se evitar maiores danos à “harmonia” do conjunto urbano e seu entorno, restringindo as tais “aspirações naturais de progresso” em favor da preservação de um “patrimônio comum”, pertencente a todos. Nesse caso, encontramos em sua fala uma forte polarização entre “desenvolvimento urbano” versus “preservação do patrimônio”:

Ora, são projetos das autoridades locais visando a alargamentos ou retificações de logradouros, a arruamentos novos, a reforma de pavimentação, a instalação de redes de transmissão de energia elétrica, de postes e aparelhos modernos de iluminação urbana, etc.; ora empreendimentos privados com o objetivo da execução de construções novas, de ampliação e modernização de edificações existentes, de demolição de obras de arquitetura antiga ou devastação de área de vegetação para fins utilitários, de introdução de cartazes e letreiros de publicidade, etc. (...) A experiência tem, aliás, mostrado que, na grande maioria dos casos, os danos produzidos como decorrência de reabilitação econômica da região, são mais graves que os estragos causados pela ação do tempo e pelo abandono.<sup>233</sup>

De outro lado, os grupos locais entendiam essas obras de interferência e racionalização do espaço urbano como um movimento positivo que contribuiria para a melhoria das condições de habitabilidade e para o “embelezamento” da cidade. Por isso, eles ressaltavam a viabilidade dos chamados “planos de melhoramento urbano”, como o prolongamento da rua Getúlio Vargas (rua Direita), o prosseguimento de abertura das ruas Paulo Freitas, Maria

---

<sup>233</sup> ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. Relatório: Conservação dos Conjuntos Urbanos. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades: Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Teresa e Gonçalves Dias, e o calçamento a paralelepípedo em substituição aos “pés-de-moleque” nas principais vias do eixo central.

Percebemos então que os valores e interesses dos grupos locais não eram os mesmos dos agentes da instituição de preservação. Temos, portanto, não somente um impasse entre modos de conceber a cidade, mas também a emergência de um campo de conflito entre distintos projetos de uso e apropriação do seu território. Nesse campo, os dois lados disputam a própria seleção e defesa de bens simbólicos do passado “legítimos” na paisagem de São João del-Rei.

Durante o primeiro ano do tombamento da cidade, fora difundido o pensamento de que as ações de preservação, conservação e restauro compreenderiam exclusivamente os bens móveis de arquitetura religiosa sem, contudo, abarcar e interferir nas obras públicas em curso, ou mesmo em residências particulares. Quando as ações da repartição federal alcançavam os imóveis privados, procurando regular todos os processos de intervenção sobre o centro histórico, surgia uma enxurrada de objeções ao tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João del-Rei.

Se temos aplaudido sem reservas à ação do Serviço do Patrimônio Histórico, isso não impede que hoje focalizemos o descontentamento geral contra o tombamento de toda a cidade feita por aquele órgão zelador da arte antiga. Força é ressaltar que a ser posta em prática as mesmas medidas pelo Serviço do Patrimônio Histórico assistiremos aos funerais do progresso são-joanense. Jamais aplaudimos a mutilação ou modernização dos nossos templos e monumentos coloniais. (...) **Ninguém contesta que os monumentos católicos, as pontes de pedra, a parte antiga da cidade e mesmo alguns prédios, cuja a vida se relaciona com fatos históricos são-joanenses ou mineiros, sejam, de fato protegidos e conservados como atestados vivos de uma época.** Mas daí não permitir abertura de novas ruas (...) seria criar inomináveis entraves ao progresso da cidade desejosa de vida e de evolução. Tão sombrias perspectivas, de um modo geral, o que se espera, no mínimo, é de reprodução do quadro angustioso predominantemente na vizinha cidade de Tiradentes. Estamos crentes de que há em tudo isso um possível excesso de zelo, algum mal entendido originário da longitude do ambiente, mesmo porque a missão do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é conservar, jamais matar.<sup>234</sup>

Essa crônica publicada no Diário do Comércio com o título de “São João del-Rei não quer fixar-se no passado” trouxe as primeiras “vozes discordantes” do tombamento da cidade. De maneira geral, ela questionava exatamente o poder de interferência do Patrimônio sobre o livre exercício da propriedade privada, alegando que tais medidas desta repartição, que

---

<sup>234</sup> Diário do Comércio, 17 de agosto de 1943, n° 1549. Matéria: “São João del-Rei não quer fixar-se no passado”; editorial (grifo nosso).



visavam a reprodução do “estilo Sphan”<sup>235</sup> em construções e reconstruções novas do conjunto tombado, se chocavam com o próprio desenvolvimento do tecido urbano. Evidentemente, o texto parte de uma perspectiva marcada pela crença no futuro e é sob o prisma da linearidade que o editorial do jornal procura estabelecer as distinções entre “passado morto” e “passado exemplar”. Dessa forma, Tiradentes, identificada como “cidade morta”, parada e estagnada no tempo, foi tomada como um anti-modelo urbano que não se desejava reproduzir em São João del-Rei. Já as igrejas, as pontes de pedra e as edificações que se vinculavam ao panteão local constituíam a História de São João del-Rei. A preservação desses legados exaltava, em certo sentido, as próprias possibilidades do progresso, sempre em marcha em direção à liberdade, civilização e aperfeiçoamento do espírito. Verificamos, portanto, no enunciado acima, uma leitura cívica, restritiva e regionalista do patrimônio, ou seja, apenas os legados que expressam um passado “pomposo”, “exemplar”, dos “grandes feitos” e dos “grandes ilustres” locais são passivos de preservação como “atestados vivos de uma época”.

Enquanto as representações patrimoniais dos grupos locais demarcam uma leitura regionalista e “tradicionalista”, o Sphan partilha de uma noção mais “abrangente” de patrimônio, que combate os regionalismos através da promoção de uma imagem coesa e homogênea da nação que diz ultrapassar as posturas sentimentais, românticas, morais, e/ou nostálgicas.<sup>236</sup> Esse “patrimônio nacional” foi então definido pela instituição a partir de estudos, trabalhos especializados e critérios de seleção como os de autenticidade, excepcionalidade, uniformidade e “harmonia” do sítio urbano. Ele representaria a própria ideia da unidade substancial dos brasileiros num todo unitário e tendencialmente harmônico. Mais adiante abordaremos as principais diferenças entre as representações patrimoniais veiculadas pelos grupos locais e pelos intelectuais do Sphan.

A crônica “São João del-Rei não quer fixar-se no Passado” teve repercussão tamanha que o próprio Rodrigo Melo Franco de Andrade fez questão de respondê-la. Ele ponderou a situação embaraçosa recorrendo tanto à figura do presidente da República Getúlio Vargas quanto à própria ideia da aspiração nacional da preservação dos bens culturais. Ambos os recursos tem o sentido de destacar a legitimidade da aplicação do decreto-lei n° 25/1937, em outras

---

<sup>235</sup> “Estilo Sphan” ou “estilo patrimônio” se refere às “construções contemporâneas que emulam velhas casas do século XVIII. Como se acreditava que a cidade não iria crescer muito, a atenção do Sphan voltava-se primordialmente para as fachadas.” CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 142.

<sup>236</sup> CAVALCANTI, Lauro. Op. Cit.

palavras, de afirmá-lo como não-arbitrário. Sua argumentação esteve então ancorada nos dispositivos da lei federal e foi com base nesse discurso legal que ele procurou naturalizar a decisão de inclusão de São João del-Rei no cânon do “patrimônio histórico e artístico nacional”.

O tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João del-Rei resultou da disposição do artigo nº 1 do referido estatuto, atendendo-se que a cidade em conjunto não só possui características de valor histórico-artístico excepcional, mas também se acha indubitavelmente vinculada a fatos memoráveis da história do Brasil. (...) E se de tal providencia decorreram certos efeitos, que importam em restrições a liberdade plena da execução de obras públicas e particulares na área da cidade alcançada pelo tombamento, isso não é conseqüente do arbítrio desta repartição e sim das determinações categóricas e inflexíveis da legislação em vigor.<sup>237</sup>

Essa nota do diretor-geral do Sphan só contribuiu para acirrar ainda mais o conflito em torno do tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João del-Rei. Encontramos na cidade, portanto, uma intensa mobilização política dos setores locais. A questão da preservação do patrimônio provocou, de fato, os ânimos e imaginações dos diversos grupos sociais, passando pelas autoridades municipais, eclesiásticas, comerciantes, industriais, intelectuais, setores médios – todos reunidos em torno do espaço relacional da Associação Comercial – e, muito provavelmente, pelas camadas mais baixas da população são-joanense. O clima de agitação política se estendeu pelas praças e ruas da cidade (com a circulação de abaixo-assinados), pelos clubes e organizações de classes (tendo o espaço de sociabilidade da Associação Comercial de São João del-Rei como eixo articulador das “vozes discordantes” do Patrimônio) e pelos jornais Diário do Comércio e O Correio (que veicularam em suas primeiras páginas as principais justificativas, reivindicações e fundamentos da resistência local às ações de interferência do Sphan na cidade).

A réplica à nota do diretor-geral do Sphan traduz, portanto, parte desse ambiente de mobilização da opinião pública em torno das posições e interesses dos setores locais:

Há uma emoção verdadeira nessa tarefa do registro dos acontecimentos que marcam ou afetam a vida da cidade. (...) O alargamento da rua, do “Passo” até a Igreja do Carmo, é um serviço que se impõe, não só para maior facilidade do tráfego, a rua Direita é uma das mais movimentadas dos transeuntes com a construção de “passeios” na ala esquerda e ainda por motivo preponderante: melhor descortino do majestoso Templo carmelino. Sem dúvida, esse recuo altera o conjunto arquitetônico da cidade, e daí conjecturar-se, sem precipitação gratuita,

---

<sup>237</sup> Diário do Comércio, 25 de agosto de 1943, nº 1646. Matéria: “São João del-Rei não quer fixar-se no passado”; Rodrigo Melo Franco de Andrade (réplica).

pela negativa do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na execução inadiável desse melhoramento, agora oportuno com a demolição ali de um velho prédio em ruínas. Convém ressaltar que no trecho em foco nada há digno de ser conservado. A maioria dos prédios está com as suas fachadas modernizadas. Aí está a justificação do nosso ponto de vista contrário ao tombamento integral da cidade por constituir ele “inominável entrave ao progresso da cidade”. (...) **Aplaudimos sem reservas, e podemos adiantar sem receio, e conosco toda a população são-joanense, o tombamento dos templos católicos, pontes, monumentos e prédios públicos e particulares, dignos de conservação e zelo pelo patrimônio histórico, cultural e cívico que representam. Esses sim, “noli tangeres” [não toquem]!** Mas o restante da cidade precisa evoluir e acompanhar o progresso da era em que vivemos. Discordamos profundamente do ilustre e digno diretor do Serviço do Patrimônio Histórico, e isso nos maltrata o coração, com as razões que o levaram a tombar S. João del-Rei por equipara-la as cidades de Ouro Preto, Mariana e Diamantina. Há nesse paralelo profundo desconhecimento do que é efetivamente S. João del-Rei nos dias que correm.<sup>238</sup>

Encontramos novamente um apelo contrário ao “tombamento integral da cidade”, isto é, do centro histórico e seu entorno. Como, até então, não havia uma delimitação precisa da área tombada, procurava-se preservar também todo entorno do sítio histórico, visando manter certa “ambiência” e “harmonia” do conjunto, livre das pressões urbanas e de possíveis “descaracterização” e “contagio profano”. O tombamento passou a ser visto então como “inominável entrave ao progresso da cidade”, nas palavras do próprio editorial, por entender que ele restringe e interfere no poder de execução de obras públicas e particulares, entrando em choque com projetos de apropriação e usos do espaço demarcados pelos setores locais. A crônica reitera os itens em condições de receber proteção especial e, em um só tempo, delimita também aqueles que não compõem a “lista do patrimônio”. Essa distinção dos itens que incorporam ou não “status patrimonial” é feita no presente. E como descrevemos no primeiro capítulo, é com base nas experiências e valores próprios da modernidade – sobretudo a crença na marcha linear do tempo, no progresso como o trem da História – que esses indivíduos de São João del-Rei avaliam a sua herança recebida e estabelecem os limites entre passado e presente. Como fica patente, trata-se de modos socialmente estruturados de ver, ocupar e usar certos espaços, distintos daqueles fixados pelas políticas oficiais do Estado.

De todo modo, deparamo-nos, assim, com uma característica essencial do campo do patrimônio: a disputa pelo direito de dizer o patrimônio. Quem tem legitimidade para determinar o que deve ou não ser preservado? Quem pode alterar as fronteiras simbólicas do próprio espaço social? Quais bens culturais devem ser transmitidos para as gerações futuras?

---

<sup>238</sup> Diário do Comércio, 26 de agosto de 1943, n° 1646. Matéria: “São João del-Rei não quer fixar-se no passado”; editorial.

Os conflitos em torno do patrimônio evidenciam distintas operações de significação, interpretação e apropriação da herança cultural.

Cabe destacar que essas questões foram colocadas pelos próprios cidadãos de São João del-Rei ainda nos primeiros anos de implementação das políticas de preservação. Lembramos que a formulação e condução dessas políticas, durante a primeira fase do Sphan, estiveram marcadas fundamentalmente pela exclusão da população desse processo. Nessa conjuntura, o Estado assume o papel de “produtor de cultura” e toma decisões unívocas e ortodoxas à revelia dos próprios habitantes dos conjuntos tombados. Um sintoma disso é que os tombamentos dos conjuntos arquitetônicos e urbanísticos mineiros não apresentam maiores justificativas que não estejam ancoradas em grandes abstrações como a “excepcionalidade” e “autenticidade” dos núcleos históricos. No caso das ações de preservação executadas pelo Patrimônio em Ouro Preto, por exemplo, Leonardo Barci Castriota deparou-se com a mesma situação: “o Estado assume a condição de ‘guardião local’ e o morador passa a ser visto como opositor da preservação e um virtual transgressor.”<sup>239</sup> Em São João del-Rei, observamos que os “não-computados” reivindicavam participar do próprio processo de configuração do patrimônio. Eles foram a público, se mobilizaram e lutaram pela seleção, interpretação e defesa do “passado legítimo” da cidade. Desse modo, o patrimônio constituiu-se, fundamentalmente, em ferramenta política de reconhecimento e afirmação de memórias, identidades e trajetórias de indivíduos e grupos no espaço público da cidade.

Para completar esse clima de animosidade em relação às práticas de interferência e embargo de empreendimentos públicos e particulares em São João del-Rei, Henrique Furtado Portugal, chefe do Centro de Saúde, proferiu um discurso em favor das obras de saneamento em curso na cidade, e, mais especificamente, das obras de saneamento domiciliar (como a retirada das alcovas do interior dos imóveis e instalação de venezianas para maior arejamento e circulação de ar). Como comentou Portugal, mais de 300 casas já tinham sido notificadas: “O prejuízo a esse saneamento que é urgente, resulta do ‘zum-zum’ de que o Patrimônio não estava de acordo em que fosse desfigurado o interior dos velhos prédios de S. João, com a colocação de venezianas.”<sup>240</sup> Nesse momento, o discurso de um agente de saúde, dado como neutro e

---

<sup>239</sup> CASTRIOTA, Leonardo Barci. Op. Cit. p. 146.

<sup>240</sup> Diário do Comércio, 28 de agosto de 1943, n° 1649. Matéria: “São João del-Rei não quer fixar-se no passado”; Henrique Furtado Portugal.

objetivo, porque vinculado ao domínio da ciência, empoderou os questionamentos e as ações políticas dos grupos locais.

Rodrigo Melo Franco de Andrade, recorrendo novamente às atribuições legais do decreto-lei nº 25/1937 e, agora, em tom conciliatório, respondeu às matérias da crônica “São João del-Rei não quer fixar-se no passado” dos dias 26 e 28 de agosto de 1943, destacando o papel que as autoridades municipais deveriam desempenhar na preservação da arquitetura “tradicional” da cidade. Ele argumentou a favor da conjugação de esforços entre o Serviço de Patrimônio e os poderes municipais para tornar efetiva a chamada “causa da preservação”. Tratava-se de reconhecer também os próprios limites da atuação do Sphan na tarefa da preservação dos bens culturais.

Em todas as cidades antigas encontramos o bom gosto e constatamos o esforço de nossos antepassados no sentido de realizar obra duradoura. E se eles puderam cuidar com tanto carinho da arquitetura das nossas cidades, cumpre aos da geração atual seguir este exemplo. (...) As casas antigas devem ser reconstruídas como foram feitas, de acordo com a arte contemporânea. (...) Não somente os prédios, mas também as praças e as ruas exigem a vossa atenção cuidadosa. Não devemos ter grande preocupação de traçar ruas retas; nas suas curvas às vezes está a beleza. O que é preciso é não desfingurar as nossas cidades tirando-lhes a harmonia e o encanto antigo.<sup>241</sup>

Como observamos no enunciado acima, os sítios urbanos tombados foram idealizados a partir do seu “valor artístico” enquanto áreas de grande concentração de monumentos “excepcionais”. As características estético-estilísticas estiveram então em primeiro plano nas ações de preservação, que consideravam os planos de modernização e desenvolvimento urbano incompatíveis e, até mesmo antagônicos à manutenção desses conjuntos. O tombamento emergiu, nessa política de preservação, como o principal, ou quase único, instrumento de proteção, além do próprio empenho pessoal dos técnicos do Patrimônio que procuravam evitar as ameaças de “descaracterização” e “contágio profano” do conjunto através de rígido controle na aprovação de projetos de reforma, demolição e introdução de novas edificações.

---

<sup>241</sup> Diário do Comércio, 7 de setembro de 1943, nº 1657. Matéria: “São João del-Rei não quer fixar-se no passado”; Rodrigo Melo Franco de Andrade (réplica).

## 2.5 – “São João del-Rei não se fixará no passado”

O tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João del-Rei implicou na restrição do direito de propriedade individual e na imposição de condições de uso e conservação do seu espaço urbano, haja vista que o estatuto do tombamento conferiu ao órgão Executivo o exercício do poder de polícia para a proteção dos bens eleitos como “patrimônio histórico e artístico nacional”. Uma consequência imediata desse ato – que procurou alterar as próprias fronteiras materiais e simbólicas do espaço – foi a criminalização de certas práticas na cidade, como a reforma, restauração, demolição e/ou construção de novos imóveis sem autorização formal e vistoria técnica do Patrimônio. Em caso de alteração física do bem tombado, por exemplo, estava previsto, conforme dispõe o artigo 17 do decreto-lei nº 25/1937, a imposição de multa ao proprietário, no valor de 50% do valor do dano imposto ao bem.

Contudo, a tutela e monopólio do Poder Executivo sobre os processos decisórios de parcelamento do espaço urbano da cidade fora logo contestada pelos grupos locais, fundamentalmente por aqueles reunidos em torno do espaço de sociabilidade da Associação Comercial, que se opunham à incorporação de suas residências particulares aos domínios do “patrimônio histórico e artístico nacional”. Essa reação contrária à aplicação das normas e critérios de preservação estabelecidos pelo Sphan esteve então ancorada nos princípios do liberalismo, basicamente o de não ingerência exterior na propriedade privada, considerada por estes um direito natural e, por isso, inviolável: “não é sem sentido filosófico que os juristas consideram o patrimônio como uma projeção da personalidade. É pois da natureza humana o desejo de ter, de possuir, de adquirir bens.”<sup>242</sup> Nessa passagem, por exemplo, a noção de patrimônio foi acionada na sua acepção tradicional como referência à “herança privada”, ou aos “bens familiares” transmitidos de pai para filho segundo os princípios jurídicos do direito romano antigo. Percebemos que mesmo com a ampliação da palavra “patrimônio”, que ao longo do tempo foi adquirindo outras qualidades semânticas – como a de “herança coletiva” – o seu domínio original se manteve, permanecendo também uma relação intrínseca entre “patrimônio” e “propriedade”. Em suma, valores complexos como os de “propriedade” e de “posse” também povoaram o imaginário dos grupos locais, bem como a relação destes com o espaço da cidade. Além disso, tais valores constituíram-se como balizas nesse processo de

---

<sup>242</sup> Diário do Comércio, 20 de agosto de 1939, nº 436. Matéria: “Direito de propriedade”; Agamêmnon Magalhães.

escolha e significação dos bens móveis como patrimônio, isto é, como algo que lhes pertence e lhes vincula ao “lugar São João del-Rei”<sup>243</sup>.

Como destaca José Reginaldo Gonçalves, cotidianamente “o proprietário de uma casa construída no século XVIII certamente a considera mais um patrimônio pessoal ou familiar do que um patrimônio ‘nacional’.”<sup>244</sup> Até porque, via de regra, os motivos que incluíam os bens no rol do “patrimônio histórico e artístico nacional” eram estranhos ao proprietário, que atribuía valores de outra ordem a sua propriedade, não necessariamente considerando-a como “reliquia do passado”, como faziam os especialistas do Patrimônio. A imposição de condições de conservação aos imóveis do núcleo tombado foi, portanto, identificada pelos grupos locais como um entrave ao direito de usufruto da propriedade, bem como à atividade construtora e às adaptações da cidade aos preceitos de progresso e modernidade, incidindo tanto no “valor de uso” quanto no “valor de troca” desses imóveis no mercado imobiliário:

Quer construir, meu amigo,  
Uma casinha elegante,  
Conforto e graça, ao abrigo  
Deste mau tempo reinante?

Ou remover o perigo  
De uma casa extravagante,  
Que há séculos traz consigo  
O que ela é neste instante?

“Não pode” – lhe diz o idôneo,  
O importante Patrimônio  
Que de há muito nos ajuda.

\_\_\_ “Modernismo é sempre um bem;  
E progresso e... não convém”.

Jesus Cristo nos acuda!<sup>245</sup>

Esses versos trazem à tona, portanto, um elemento marcante na política de preservação. Eles evidenciam os sucessivos conflitos entre interesses particulares e “interesses nacionais” envolvidos na preservação de um patrimônio comum. Os versos apontam ainda os dilemas da

---

<sup>243</sup> A noção de lugar que utilizamos aqui refere-se a demarcação física e/ou simbólica do espaço através de relações sociais de uso e apropriação que o qualificam, provocando nos grupos e indivíduos que desse processo participam o sentido de territorialidade – dimensão simbólico-afetiva da relação com o território. Segundo Marc Augé, os lugares apresentam pelo menos as seguintes características: são identitários, relacionais e históricos. AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Ed. Papirus, 1994.

<sup>244</sup> GONÇALVES, José Reginaldo. *A retórica da perda...* Op. Cit. p. 105.

<sup>245</sup> O Correio, 29 de setembro de 1946, nº 2072. Matéria: “São João del-Rei”; José A. da Costa.

alteração das fronteiras entre um domínio e outro no espaço. Por exemplo, se uma casa, no cotidiano, passa quase imperceptível por seu caráter familiar ou banal enquanto objeto de uso, com o tombamento ela ganha um novo estatuto: o de casa para exibição estética. O tombamento organiza os objetos de acordo com normas estéticas de gestão patrimonial, tornando-os apresentáveis. Desse modo, o tombamento pode ser considerado como um trabalho de investimento simbólico em que a única fórmula possível seria a do seu culto, conservação e preservação para a posteridade. Entretanto, trabalhos de investimento simbólico não são automáticos, requerem sempre apropriação e interpretação, podendo obter ou não sucesso entre seus receptores. Existe, portanto, um certo grau de contingência entre a sua produção e seu consumo cultural.

Um caso emblemático dessa política de rígido controle na aprovação de projetos de intervenção no conjunto tombado aconteceu quando os herdeiros do sobrado do Largo do Tamandaré, situado à Praça Severiano Resende, procuraram demoli-lo. Em novembro de 1944 eles enviaram um requerimento diretamente ao presidente da República pleiteando a demolição deste imóvel para a construção de um hotel no mesmo local. Esse pedido de intermediação ao então presidente Getúlio Vargas nos oferece uma dimensão privilegiada do litígio entre proprietários e Sphan. Aqueles solicitaram a intervenção direta do presidente da República, dispensando o canal de negociação com o Sphan e recorrendo às prerrogativas do decreto-lei nº 3866, de 29 de novembro de 1941 – que dispõe sobre o cancelamento do tombamento de bens do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pelo chefe do executivo. Contudo, Vargas solicitou um parecer técnico junto ao Sphan e este órgão optou pelo aproveitamento da edificação, pedindo a conservação das características externas da sua fachada. Desde então, os proprietários, em sucessivas ocasiões, se esforçaram em executar a demolição do sobrado, a despeito de parecer contrário do Patrimônio. Essa disputa em torno da demolição do sobrado do Largo Tamandaré entrou na agenda pública da cidade através da imprensa, mobilizando os poderes locais em favor da execução desse empreendimento.<sup>246</sup>

Ressaltamos que, ao longo dos anos de 1940, tornaram-se recorrentes questionamentos contrários ao “tombamento integral” da cidade, isto é, do centro histórico e seu entorno. Como até então não havia um perímetro de preservação definido, essa política do Patrimônio

---

<sup>246</sup> Para uma discussão sobre o litígio em torno do sobrado do Largo Tamandaré, ver: FLORES, Ralf Castanheira. *São João del-Rei: tensões e conflitos na articulação entre o passado e o progresso*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2007.



de rígido controle na aprovação de projetos urbanos procurava abranger todo o entorno do sítio tombado, visando manter suas características “originais” livres das pressões imobiliárias. Tais questionamentos aventavam, então, a hipótese de um detalhamento mais preciso de imóveis, zonas e áreas que receberiam proteção especial. A extensa crônica que se segue, que decidimos transcrevê-la praticamente na íntegra pela riqueza de detalhes, toca justamente na questão da imprecisão da área de abrangência do tombamento:

Vivendo numa cidade (...) sujeita à tutela do “Patrimônio”, mandamos ao diabo essas intenções puras e estimaríamos, que para nosso sossego os referidos respeitáveis funcionários dessa Repartição “tombassem” logo de uma vez (mas, por escrito para evitar dúvida) aquilo que no entender de S.S. deve aqui representar o passado e nos deixassem meter a picareta em muito mostrengo arquitetônico que ainda vive escorado nessa muleta oficial. (...) Eles, a lei, vozes legais, ora tonitruantes, ora melífluas, com esse círculo e essas palavras sustam o progresso (...). Nada pode ser alterado, da pintura das fachadas aos canos íntimos da rede de esgoto, e a senhora a que a lei e seus executores infundem pavor, não toca sequer nas frangas gordas postadas aos fundos do galinheiro para o ajantarado pacífico do domingo. O Exmo. funcionário Classe J [a expressão “Classe J” refere-se a carreira administrativa em um dos Ministérios], (...) veste-se o seu impecável guarda pó e nos deixa aqui com nosso passado, o nosso barroco (...) e, chegando no Rio mete-se no edifício do Ministério da Educação, de tão adiantadas linhas modernas. Por esnobismo, pois o Classe J adora o Rio novo, de perturbadoras linhas e de incrível sorriso Kolinos: Vim de Minas, daquelas cidades velhas cheias de encantos, de becos e de sinos. Como é suave e consolador o Brasil de ontem! Os bárbaros queriam estragar a paisagem, mas impedimos esse atentado! **Não queremos aqui o Classe J com (...) a sua interpretação. Isso não conserva a fisionomia da cidade, nem o edifício supostamente histórico, ou interpretativamente “nacional”.** Vamos dividir o queijo. É razoável que admitamos um e outro edifício cujas linhas representam o tipo de construção que fazia o Brasil de ontem; mas becos e prédios, si bem que antigos, mas que de modo nenhum representam a época, devem ser demolidos à bem da estética e da higiene. A cidade não pode tolerar mais ruelas e alcovas, prédios úmidos, sem ar sem luz, que parecem bem ao funcionário Classe J. Vamos inventariar o que temos, classificar o aproveitável, restaurar esse aproveitável e passar uma vassoura higiênica no resto, dando ao descendente do homem colonial, que se fixou aqui nestes desvãos de serra, onde o Classe J bebe, de passagem, o bocado de pitoresco que reclama o seu esnobismo, uma morada limpa, onde entrem ar e luz e o dourado do sol. (...) Ninguém define os limites do que está “tombado” e qualquer Zé da Rua, que é do “contra” põe obstáculos...<sup>247</sup>

Essa crônica, publicada no Diário do Comércio em março de 1945, sintetiza grande parte dos questionamentos e discordâncias em relação à atuação do Patrimônio em São João del-Rei. Ela usa de sarcasmo como recurso semântico para se contrapor tanto às normas e critérios de uso e conservação das edificações, quanto ao próprio tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade, identificado como uma intromissão no direito individual de propriedade e, portanto, como um entrave ao progresso de São João del-Rei. Para o cronista, o

---

<sup>247</sup> Diário do Comércio, 6 de março de 1945, n° 2097. Matéria: “O Classe J”; O Velho da Terra (pseudônimo), grifo nosso.

tombamento do conjunto urbano na sua totalidade não se justificava, mas sim o de monumentos específicos na cidade “cuja linha representa o tipo de construção que fazia o Brasil de ontem”. Desse modo, ele se mostrou incisivo quanto a necessidade de um detalhamento preciso da área tombada e reclamava inclusive uma “lista” dos bens classificados pela repartição federal como “patrimônio nacional”. Ele ponderou, ironicamente: “mas, por escrito para evitar dúvida”. Nesse caso, o “por escrito” informaria aos grupos locais os limites e as possibilidades de intervenção sobre o espaço urbano da cidade, já que o tombamento se trata de uma operação seletiva que estabelece os itens “classificados” como dignos de receber proteção especial do Estado e, em um só tempo, sinaliza também aqueles “desclassificados” que ficam de fora desse processo. O cronista desferiu ainda uma crítica contundente ao gosto estético do “Classe J”, isto é, do técnico do Patrimônio – responsável pelo pronunciamento de veredictos acerca dos bens nacionais – que “adora o novo”, o “moderno” e as “inovações tecnológicas” do Rio de Janeiro, representados aqui pelas “adiantadas linhas modernas” do edifício do Ministério da Educação e Saúde (MES), edifício sede do Sphan, construído por uma equipe de arquitetos de vertente modernistas sob a direção de Lúcio Costa e orientação de Le Corbusier. Aliás, o edifício do MES tornou-se um dos marcos do reconhecimento oficial da arquitetura modernista no Brasil.

O que se questiona, a partir desse exemplo do edifício do MES, é que se, por um lado, os próprios representantes do Patrimônio concorreram para dotar o Rio de Janeiro de ajustes espaciais em conformidade com os preceitos modernos, por outro lado, os mesmos impunham a preservação do passado às cidades coloniais mineiras – onde só “bebem de passagem o bocado de pitoresco que reclamam” – subtraindo delas a mesma possibilidade de “abertura espacial” e/ou de auto-transformação. A crônica demarca, então, uma fronteira simbólica entre “nós”, habitantes da cidade, por isso o cronista se auto-intitula “o velho da terra”, e “eles”, agentes da instituição de preservação distantes que só estão de passagem e que não tem relação com o “lugar”. Essa demarcação simbólica traz à tona os modos distintos de significação e os projetos conflitantes de apropriação e uso da paisagem urbana da cidade. E quando essa diferença é exteriorizada, quando ela entra no domínio público, torna-se uma importante ferramenta de enfrentamento político. Nesse clima de animosidade em relação ao tombamento e a atuação do Patrimônio na cidade, o cronista “o velho da terra” chegou a falar que a prática da preservação suscita a interpretação, ou seja, ela abre espaço para julgamentos, preferências, gostos, subjetivações e etc.. Essa afirmação põe, portanto, em xeque o postulado da neutralidade, objetividade e cientificidade do “patrimônio”, presente nos discursos oficiais

dos membros da “academia Sphan”, instrumentalizando assim as reivindicações e discordâncias dos grupos locais.

O ano de 1945 sinalizou uma conjuntura de enrijecimento do conflito em torno do patrimônio em São João del-Rei. Os jornais locais passaram a publicar periodicamente em seus espaços chamadas quanto à urgência de consertos e reparos, sobretudo, nas igrejas da cidade, mas também em imóveis particulares. Evidentemente, essa foi uma estratégia política, uma forma de pressionar o Patrimônio para que este arcasse com o ônus da preservação, destituindo o morador dessa obrigação. Nessa ótica, a contrapartida da repartição federal deveria ser tanto técnica quanto financeira.

A Matriz de N. S. do Pilar está necessitando de consertos sérios, como aliás, todos os prédios de nossa cidade não dispensam isso de tempos em tempos. Como existe no Rio o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), ocupando “modernamente” o 8º pavimento do “piramidal” edifício do Ministério da Educação e que é hoje o “zelador” das coisas históricas e artísticas do país, e como tal ele fez em 1938 o tombamento desta cidade, e ainda como tal deve ser ele, vez por outra, pelo menos, o “pagante” das despesas que se tornem necessárias à preservação daquilo que serviu e serve de único motivo para sua existência...<sup>248</sup>

Como depreendemos da passagem acima, os grupos locais procuravam se cercar quanto a não-imputação ao proprietário do ônus da conservação do imóvel tombado. Está implícita, nesse tipo de argumento, uma leitura atenta do decreto-lei nº 25/1937 por parte dos grupos locais, uma vez que o dispositivo legal não se refere diretamente à obrigação do proprietário em arcar com os custos da conservação e reparação da coisa tombada. O artigo 19 diz somente que “o proprietário da coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requer, levará ao conhecimento do Sphan a necessidade das obras mencionadas.” Contudo, como afirma Sônia Rabelo, na prática, essa verificação da disponibilidade de recursos pode ser de difícil avaliação, já que, “em alguns casos, essas obras podem ser de grande monta, inviabilizando o dispêndio dos recursos por parte do proprietário.”<sup>249</sup>

O engenheiro Artur Arcuri, representante do 3º Distrito do Sphan, que correspondia a Minas Gerais, em uma reunião com o prefeito da cidade, chegou a cogitar a possibilidade de a Prefeitura Municipal intimar os proprietários das casas tombadas em mau estado de

---

<sup>248</sup> Diário do Comércio, 23 de agosto de 1945, nº 2236. Sem título; editorial.

<sup>249</sup> RABELO, Sonia. Op. Cit. 119.

conservação para as conservarem por sua própria conta. Entretanto, o prefeito informou-lhe que a municipalidade não possuía qualquer lei que lhe permitisse exercer tal autoridade. Esperava-se uma articulação de esforços entre poderes locais, estaduais e a esfera federal na “causa da preservação”, quando na prática o que se encontrava era um conflito permanente entre essas instâncias administrativas. Conforme destacou Carlos Drummond de Andrade, o Sphan se via às turras com “prefeitinhos de bigodinhos enfadonhos que a tudo queriam demolir”<sup>250</sup>. Comentando sobre o desfecho dessa reunião, Arcuri observou que os proprietários dos imóveis tombados da cidade preferiam destruí-los que reformá-los.<sup>251</sup> No nosso entendimento, essa situação limite de resistência à reforma dos imóveis fora também acionada como um instrumento de pressão política e de questionamento quanto aos critérios de classificação dos mesmos como “patrimônio histórico e artístico nacional”.

O fato é que, em diversos momentos, o Sphan se viu sem recursos correspondentes e sem técnicos suficientes para o investimento na tarefa da preservação. Como destacou Rodrigo Melo Franco de Andrade, “o Sphan criado por lei federal em janeiro de 1937 procurou estender desde logo sua ação a todo o país, mas nunca lhe foram concedidos para esse efeito senão meios insuficientes.”<sup>252</sup> No caso da igreja de Nossa Senhora do Pilar, por exemplo, esperava-se sua reforma imediata, contudo, conforme indicou o editorial do Diário do Comércio, o diretor-geral do Sphan informou, via telegrama, que a instituição não dispunha de recursos suficientes para executar os reparos naquele momento. Essa situação só contribuiu para acirrar ainda mais o desgaste da relação entre o Serviço de Patrimônio e os grupos locais:

Em São João del-Rei, no curto prazo de 200 anos a população tomou a seu cargo a conservação dos verdadeiros monumentos de arquitetura aqui existentes, isto é, as igrejas. O Zé Pedreiro e o João Carpina davam jeito nos telhados e nas paredes e o que é de fato é que as igrejas, escora daqui, remenda d’acólá, ainda aí estão, mais ou menos como foram feitas. (...) **O serviço do SPHAN, este resolveu a coisa à moda “Estado-novo”**: tombou as cidades velhas. Tombar uma cidade, como faz o Patrimônio, sem lhe dar indispensável assistência técnica e financeira para conservar a fisionomia colonial, é medida, como aqui se vê, contraproducente (...). Para o caso da Matriz, que demanda obras urgentes de segurança, diz o SPHAN: não há verba. Porque, que diabo, não dão verba ao SPHAN?<sup>253</sup>

<sup>250</sup> ANDRADE, Carlos Drummond de. Apud SANTOS, Mariza Veloso Mota. Op. Cit. p. 81.

<sup>251</sup> ARCURI, Artur. Correspondência do dia 18 de julho de 1949. São João del-Rei: Conjunto Urbano. Arquivo Permanente da 13ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Belo Horizonte.

<sup>252</sup> ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. Anexo nº 18. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades: Rodrigo Melo Franco de Andrade.

<sup>253</sup> Diário do Comércio, 24 de agosto de 1945, nº 2237. Sem Título; editorial (grifo nosso).

Percebemos que o discurso da preservação fora também acionado pelos grupos locais como mecanismo de enfrentamento político que permitiu expor as próprias inflexões, as brechas e os limites do projeto cultural do Estado Novo de valorização do patrimônio como instrumento de integração das particularidades locais sob o rótulo da unidade nacional.

Se, por um lado, o período de 1937 em diante é caracterizado como uma das manobras da “guerra de movimento”, ou seja, como uma tomada de posição, expansão de fronteira e afirmação do projeto modernista de patrimônio, a conjuntura do pós-1945, que coincide com a saída de Getúlio Vargas da presidência da República, sinaliza, na perspectiva de José Neves Bittencourt, que o Sphan passou da conquista de posições à “guerra de trincheira”, assumindo uma posição defensiva no flanco de batalha. Nas palavras de Bittencourt, “o Sphan sobreviveu precariamente, depois de 1945, quando as instituições culturais que tinham sido ligadas ao Estado Novo passaram a ser vistas com desconfiança.” A “guerra de trincheira” deixou a “repartição e seus combatentes sendo obrigados a freqüentes e vergonhosos recuos.”<sup>254</sup>

Essa proposição de Bittencourt colide com a “história oficial” do Sphan que advoga em favor de uma pretensa autonomia deste órgão e de seus intelectuais em relação ao regime autoritário do Estado Novo. Ítalo Campofiorito, contribuindo com esta visão, afirma que os técnicos do Patrimônio assumiram um trabalho hercúleo de salvaguarda dos bens nacionais sem, contudo, serem “flagrados em compromisso com a copa e a cozinha ou a propaganda pessoal do ditador.”<sup>255</sup> Clara Emília Sanches Monteiro de Barros Malhano reitera a mesma versão, acrescentando que o fim do Estado Novo sequer impactou na política federal de preservação, já que se manteve o mesmo dirigente e, portanto, a mesma orientação até a década de 1960.<sup>256</sup> Em consonância com Bittencourt, entendemos que estas avaliações soam como certo corporativismo que mistifica a realidade e dificulta o avanço das investigações sobre as especificidades das ações de proteção do patrimônio no Brasil, já que o Sphan foi criado no bojo do projeto cultural do Estado Novo, ou seja, tanto recebeu os suportes necessários para

---

<sup>254</sup> BITTENCOURT, José Neves. Op. Cit. p. 202.

<sup>255</sup> CAMPOFIORITO, Ítalo. As primeiras árvores. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília: Iphan, n. 26, 1997, p. 16.

<sup>256</sup> MALHANO, Clara Emília Sanches Monteiro de Barros. *Da materialização à legitimação do passado: a monumentalidade como metáfora do Estado (1920-1945)*. Rio de Janeiro: Lucerna: FAPERJ, 2002, p. 17.

assentar suas bases legais, quanto contribuiu ativamente para a implementação do sistema doutrinário de um Estado autoritário, centralizador, mantendo uma política de valorização da cultura como instrumento de unidade nacional. Conforme assevera Márcia Chuva, o Sphan participava “das redes de nacionalização do regime varguista, que, espalhadas pelo país, integravam paulatinamente grupos diversos, enquadrando-os em padrões nacionais.”<sup>257</sup> Ademais, nem mesmo o “capital político” do mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade, mantido sob a direção do Sphan, foi suficiente para evitar que setores da sociedade civil fizessem uma associação direta da imagem do órgão com o autoritarismo varguista, ainda na conjuntura de protestos contra o fim do regime, como vimos na postagem do Diário do Comércio de São João del-Rei do dia 24 de agosto de 1945. Na época, os próprios intelectuais do Sphan foram forçados exercer seu poder de réplica publicamente, com vistas a desfazer qualquer associação difundida entre o órgão e o autoritarismo estadonovista.

Em São João del-Rei, por exemplo, com a queda do Estado Novo (outubro de 1945), o decreto-lei nº 25/1937 passou a ser identificado entre os grupos locais como produto da ditadura. Nessa perspectiva, o próprio tombamento da cidade não teria validade plena, porque viria de um regime de exceção que suprimia as liberdades democráticas.

A cidade ou o seu povo tem todo o direito de reclamar e gritar contra os excessos que vem caminhando o tombamento da cidade por parte do SPHAN. **A lei que instituiu o SPHAN é de 30 de novembro de 1937, sendo, portanto, uma lei da ditadura. Não tem assim sanção popular a dar-lhe validade plena.** E entre os grandes absurdos que a lei contém está a de conceder poderes ao seu diretor para tombar cidades, e o que foi feito com S. João em fevereiro de 1938. (...) Um ato desses, assinado na noite da ditadura, se pretende estagnar na claridade democrática de 1946, uma cidade de 5 mil prédios, 30 mil habitantes (...). Ao protesto e a resistência, povo de São João! A cidade tem 233 anos e o SPHAN tem apenas 8.<sup>258</sup>

Como fica patente, esse paralelo Sphan/ditadura só contribuiu para a fermentação dos protestos contra o tombamento e a atuação do Patrimônio na cidade. “Já circula entre o independente povo de nossa terra o refrão que irá para a história: não queremos o ‘Patrimônio’!”<sup>259</sup> A imprensa local, em especial o Diário do Comércio, promoveu, portanto,

---

<sup>257</sup> CHUVA, Márcia. Op. Cit. p. 288.

<sup>258</sup> Diário do Comércio, 27 de abril de 1946, nº 2434. Matéria: “São João del-Rei não quer fixar-se no passado”; editorial (grifo nosso).

<sup>259</sup> Diário do Comércio, 28 de abril de 1946, nº 2435. Matéria: “São João del-Rei não quer fixar-se no passado”; editorial.

uma intensa campanha incitando os cidadãos a subverter as regras dadas, a resistir às normas de conservação e de uso do “patrimônio nacional” estabelecidas pelo Sphan.

SPHAN são as letras designativas do Serviço do Patrimônio Histórico Nacional. Sugere um leitor que com essas letras seja formada uma frase que simbolize a resistência do povo de nossa terra às obsoletas determinações daquele Serviço do Ministério da Educação e Saúde. Estas colunas estão à disposição dos leitores para as sugestões. Por hoje aqui vão três: **Sem Patrimônio Haveremos de Agir Naturalmente. Sempre Poderá Haver Ânimo Nativista. Sem Patrimônio Haverá Ascendência Nacional.**<sup>260</sup>

Uma consequência imediata dessa campanha feita pela imprensa local relaciona-se à nova tentativa de demolição do sobrado do Largo do Tamandaré, a despeito do parecer técnico do órgão federal prescrevendo o aproveitamento das características externas da edificação. Os herdeiros do sobrado venderam o imóvel à empresa imobiliária Companhia de Melhoramentos Urbanos e Obras/SA (CIMOSA). A Cimosa iniciou então o processo de demolição do sobrado nos primeiros dias de abril de 1946, deixando a edificação em um estado avançado de ruína, como se verifica na figura 9, que apresenta uma perspectiva panorâmica dessa edificação, e figura 10, que apresenta uma dimensão da sua fachada lateral, respectivamente.

---

<sup>260</sup> Diário do Comércio, 24 de Abril de 1946, nº 2431. Sem Título (grifo nosso).



**Figura 9:** Demolição do Sobrado à Praça Severiano Resende (a) – (S/d) – Arquivo do Museu Regional de São João del-Rei



**Figura 10:** Demolição do Sobrado à Praça Severiano Resende (b) – (S/d) – Arquivo do Museu Regional de São João del-Rei



No entanto, ainda no dia 11 de abril de 1946, esse empreendimento fora embargado mediante a intervenção do Ministério Público Federal, a pedido do Sphan. Procurando se cercar quanto à manutenção dessa edificação, o Serviço do Patrimônio promoveu o seu tombamento compulsório específico.<sup>261</sup>

Na impugnação ao tombamento do sobrado, Tancredo de Almeida Neves<sup>262</sup> argumentou que aquele “pardieiro infecto” estava em estado avançado de demolição e causava, portanto, riscos aos vizinhos e transeuntes. Na sua avaliação, a edificação não constituía uma obra de “valor excepcional”, já que os técnicos do Sphan não a haviam reformado ou tampouco tombado antes separadamente, manifestando interesse na sua preservação somente após a execução da obra. E acrescentou: “nunca serviu, o sobrado em questão, de centenário ou de palco a qualquer fato de nossa história.”<sup>263</sup> Como fica evidente, o próprio direito de dizer o patrimônio “histórico” e “artístico” esteve em disputa nesse campo. E modos distintos de apropriação e interpretação de um mesmo bem entram competição. Mais adiante, no terceiro capítulo, pretendemos elucidar os meandros dessa batalha de definições do patrimônio legítimo de São João del-Rei.

Outro episódio emblemático que ilustra a relação conflituosa entre instâncias administrativas diz respeito à decisão da Prefeitura Municipal de embargar uma reforma realizada pelos próprios técnicos do Serviço do Patrimônio em um imóvel da rua Getúlio Vargas (antiga rua Direita) anexo a um “Passo”. Segundo relatos, como a repartição federal não havia formalizado um requerimento diretamente à Prefeitura Municipal, ou sequer informado ao proprietário do imóvel quanto à execução da reforma, o poder municipal resolveu embargá-la, alegando que aquela forma de ingerência externa nos assuntos da cidade afrontava os princípios da autonomia municipal: “Dadas as circunstâncias que cercam o presente embargo,

---

<sup>261</sup> Processo 0361-T-46. Sobrado à Praça Severiano de Resende, esquina com a rua Marechal Deodoro, nº 12 (Escritório Técnico de São João del-Rei/IPHAN; Museu Regional de São João del-Rei; Livro de Belas Artes, Volume 1, Folha 65, Inscrição 310 de 01 de agosto de 1946 e Livro Histórico, Volume 1, Folha 41, Inscrição 244 de 01 de agosto de 1946). Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro.

<sup>262</sup> Diretor vice-presidente da empresa imobiliária Cimoso. Ele era ainda, advogado e consultor jurídico da Associação Comercial de São João del-Rei, diretor-secretário da Fiação Matosinhos S/A., diretor-presidente da Fiação e Tecelagem São João, e foi eleito deputado estadual em 1947 pelo PSD. Tancredo Neves, em janeiro de 1985 foi eleito presidente da República.

<sup>263</sup> O Correio, 9 de julho de 1946, nº 2066. Matéria: “A Pedido”; Tancredo de Almeida Neves.

pode ele ser considerado um revide às extravagâncias do Sphan.”<sup>264</sup> Foi necessário uma ampla negociação entre as partes envolvidas para que os técnicos do Sphan continuassem a execução desse empreendimento. E após acordos políticos e negociações, os “Passos” da rua Duque de Caxias e Getúlio Vargas foram também tombados separadamente, tendo um desfecho semelhante ao caso do sobrado à Praça Severiano de Resende.<sup>265</sup> Esses dois episódios sugerem o ápice do enfrentamento dos grupos locais à implantação das normas preservacionistas estabelecidas pelo decreto-lei nº 25/1937 e empreendidas pelo Sphan.

Nesse clima de mobilização da opinião pública, o editorial do Diário do Comércio, além da publicação das matérias “São João del-Rei não quer fixar-se no passado”, que desembocaram em réplica e tréplica do próprio diretor-geral do Sphan, criou duas enquetes como espaço para as “vozes discordantes” do Patrimônio, conclamando a população a manifestar sua resistência às determinações do órgão federal. A primeira em tom imperativo intitulada “São João del-Rei não se fixará no passado” e a segunda, também sugestiva quanto ao ambiente animosidade em relação às práticas de interferência do Patrimônio na cidade, chamada de “A opinião da população sobre o tombamento feito pelo Sphan”.

Atentamos aqui para o fato de as matérias que integram a coluna “São João del-Rei não quer fixar-se no passado” terem assumido um caráter imperativo a partir do título “São João del-Rei não se fixará no passado” e terem sido promovidas ao status de enquete, o que implica em um grau maior de sistematicidade e meticulosidade por parte do corpo editorial. A roupagem imperativa representa o próprio endurecimento e desgaste da relação entre órgão federal e grupos locais. Em síntese, a enquete “São João del-Rei não se fixará no passado” reitera a versão de que o tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade, juntamente com as medidas de rígido controle na aprovação de projetos de reforma, demolição e introdução de novas edificações, constituem um entrave ao progresso de São João del-Rei. A prática de preservação torna-se, portanto, indesejada quando passa a abranger não apenas bens pontuais, mas todo centro histórico e seu entorno, incluindo no rol do “patrimônio histórico e artístico nacional” bens alheios aos próprios cidadãos.

---

<sup>264</sup> Diário do Comércio, 12 de maio de 1946, nº 2445. Matéria: “São João del-Rei não quer fixar-se no passado”; editorial.

<sup>265</sup> Processo 410-T-49. Passos das ruas Duque de Caxias e Getúlio Vargas. Livro de Belas Artes, Volume 1, Folha 71, Inscrição 343 de 06 de dezembro de 1949; e Livro Histórico, Volume 1, Folha 14, Inscrição 78 de 15 de julho de 1938. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro.

A enquete demarca, então, uma posição dos grupos locais reunidos em torno do espaço da Associação Comercial, qual seja: a cidade não pode “ficar estacionada para admiração de pseudo-turistas e representantes do Sphan”<sup>266</sup>. Esta sentença traz ainda uma crítica implícita à forma de apropriação e significação da cidade feita pelos técnicos do Serviço do Patrimônio, que a consideram uma “reliquia do passado”, ou seja, um ícone para a exibição espetacular. Uma “reliquia”, no caso, tem o seu valor de uso drenado, sendo esvaziado também a sua conexão efetiva com o presente.<sup>267</sup> Na impressão da cidade deixada por Ronaldo Tecles – arquiteto do 3º Distrito do Sphan – durante visita técnica, prevalece, por exemplo, o cenário de um Brasil pitoresco que acaba de ser descoberto, em outras palavras, prevalece a dimensão de “reliquia” do passado: “Velha São João, minha curiosidade meteu-se por toda parte. Minha modesta Kodak apoderou-se de múltiplos aspectos teus, reminiscências do teu passado. Eu ainda não havia sentido a tua alma pretérita.”<sup>268</sup>



**Figura 11:** Recantos Pitorescos do Brasil. O Jornal, Rio de Janeiro, 04/05/1947 – São João del-Rei: Diversos. Arquivo Permanente da 13ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Belo Horizonte.

<sup>266</sup> Diário do Comércio, 16 de maio de 1946, nº 2448. Enquete: “São João del-Rei não se fixará no passado”; editorial.

<sup>267</sup> GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS et al. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Unesp, 1997.

<sup>268</sup> Diário do Comércio, 13 de fevereiro de 1940, nº 582. Matéria: “Variações em tom menor”; Eduardo Tecles.

Apresentamos, na figura 11, um desenho de alguns trechos de São João del-Rei difundidos na imprensa nacional como retrato do Brasil “pitoresco”, colonial, repleto de tradições, religiosidade e de monumentalidade barroca, conforme narrado pelos modernistas paulistas durante visita à cidade na Semana Santa de 1924. Supomos que a “Kodak” de Ronaldo Tecles também tenha focalizado alguns desses trechos da cidade, já que ele a considera, basicamente, uma “reliquia” do passado.

Sendo assim, as medidas de conservação da fisionomia “tradicional” da cidade são apresentadas pelo editorial do Diário do Comércio como fruto do “capricho” estético de um órgão autoritário, intransigente e distante, que desconhece a dinâmica social, econômica e histórica da cidade. Nos enunciados desse espaço foi recorrente a ideia de que os técnicos do Serviço do Patrimônio não conheciam São João del-Rei de fato, somente ouviram falar dessa cidade e, no máximo, coletaram fotos e informações através de poucas visitas técnicas: “Talvez a colaboração popular propriamente dita só viria quando o SPHAN deixasse de ser uma repartição distante, sem um regulamento claro, quando o Patrimônio considerasse S. João uma cidade que não admite estacionamento.”<sup>269</sup>

Evidentemente, trata-se de um campo, isto é, um espaço de disputa material e simbólica onde os atores sociais lutam pelo direito de exercer autoridade cultural, mais exatamente pelo direito de interpretar, imprimir e assegurar o “devir” da paisagem urbana da cidade. E o que a enquete promove é o reforço dessa fronteira simbólica que separa modos particulares e contraditórios de apropriação e uso do território são-joanense. Ela busca afirmar a quem pertence esse “lugar” específico, e, portanto, quem pode agenciá-lo.

Em outra frente de atuação, a enquete “A opinião da cidade sobre o tombamento feito pelo Sphan” reitera os mesmos argumentos difundidos nas matérias da coluna “São João del-Rei não quer fixar-se no passado” e na enquete “São João del-Rei não se fixará no passado”, mas de um modo particular, pois reúne os dizeres contrários ao tombamento da cidade proferidos por indivíduos com elevado prestígio social como, por exemplo, representantes locais das indústrias, comércio, do poder municipal e eclesiástico, empreendedores urbanos, intelectuais e setores médios da população, todos reunidos no núcleo da Associação Comercial de São

---

<sup>269</sup> Diário do Comércio, 22 de maio de 1946, nº 2453. Enquete: “São João del-Rei não se fixará no passado”; editorial.

João del-Rei. Pretendeu-se, portanto, com a circulação da enquete, uma ampla mobilização da opinião pública, já que autoridades, ou melhor, indivíduos “autorizados” a debater a cidade e discutir o sentido da mesma vão à cena pública guardar suas fronteiras e demarcar uma posição contrária ao tombamento. A enquete evidencia assim as proximidades e os laços tecidos por esses indivíduos no interior desse espaço relacional da Associação Comercial, que emerge nesse contexto como lugar de mediação do jogo político na cidade, assumindo o papel de orientadora e mobilizadora da opinião pública, agrupando também em seu seio os dois mais expressivos jornais em circulação, o O Correio e o Diário do Comércio, sendo esse último propriedade da mesma. Como organização da sociedade civil, ela contribuiu diretamente para estruturar as tomadas de posições e as decisões sobre o futuro da cidade.

Carlos Alberto Alves, presidente da Associação Comercial e proprietário da firma Alves, Neto e Cia. Materiais de Construção, respondendo à questão colocada pela enquete: “Qual a sua opinião sobre o tombamento da cidade pelo Serviço de Patrimônio Artístico Nacional?”, afirmou que o tombamento tornou-se um “crime de lesa-progresso”, pois não se limitou à salvaguarda de bens pontuais como, por exemplo, os monumentos religiosos, as pontes de pedra da Cadeia e do Rosário, respectivamente, os edifícios públicos e algumas propriedades particulares como o sobrado onde morou Bárbara Heliodora e a Fazenda do Pombal, local onde nasceu Tiradentes.<sup>270</sup> Nesse campo de disputa pela interpretação legítima da cidade, suas palavras constituem-se como “guarda de fronteira” que estabelece o que entra ou não no cânon do “patrimônio”. Elas evidenciam a problemática da representatividade, qual seja: “o que representa o que” e, principalmente, “o que representa a quem”. Trata-se, portanto, de uma operação de auto-definição desses bens culturais como expressão pública da identidade daquela coletividade, na qual Carlos Alberto Alves se coloca como “guardião”, ao selecionar, classificar e os interpretar como seu “patrimônio”.

Mozart Novaes, industrial e jornalista de O Correio, reforçou a sentença de que o tombamento, juntamente com as ações da repartição federal de conservação e restauro, estaria enfeando a cidade, deixando-a com o aspecto de “cidade-morta”, na mesma acepção usada por Monteiro Lobato, ou seja, como o retrato do Brasil colonial, rural e atrasado, na medida em que impedia a demolição de casarões de “valor vulgar” e sem “perspectiva histórica”,

---

<sup>270</sup> Diário do Comércio, 25 de abril de 1946, n° 2432. Enquete: “A opinião da cidade sobre o tombamento feito pelo Sphan”; Carlo Alberto Alves.

como no caso do “pardieiro” situado à Praça Severiano Resende.<sup>271</sup> O empreendedor urbano e industrial Antônio Otoni Sobrinho acrescentou que São João del-Rei não poderia ficar parada no tempo, tolhida pelo Patrimônio. Luiz Ávila, também industrial e gerente de O Correio, disse ser contrário ao tombamento da cidade porque ele representava o maior obstáculo a uma terra que se desenvolvia em ritmo acelerado. Para ele, a intervenção do Sphan na cidade desenvolvia-se de forma arbitrária, sem o consentimento de seus habitantes, representando, então, a “morte de uma terra que não parou no tempo como coisa arcaica.”<sup>272</sup>

Vislumbramos, assim, as pressões de modernização ocupando lugar de destaque nas primeiras páginas do jornal local de circulação diária, o Diário do Comércio. Percebemos, também, que quanto mais se avolumam essas pressões, aumentam também os antagonismos entre grupos locais e intelectuais do Serviço de Patrimônio, bem como as contestações àquela política de preservação.

Na enquete “A opinião da cidade sobre o tombamento feito pelo Sphan”, o médico Freitas Carvalho afirmou que o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional não teria autoridade para intervir nos assuntos da cidade, já que na própria capital federal demoliram-se um sem número de casarões, semelhantes ao sobrado à Praça Severiano Resende, inclusive, para a abertura da Avenida Getúlio Vargas, destruindo templos como o de Senhor Bom Jesus do Calvário (1942) e de São Pedro dos Clérigos (1944), sem que esse Serviço impedisse tal “profanação”. “Os templos de São Pedro e do Senhor Bom Jesus do Calvário do Rio de Janeiro não escaparam ao martelo da destruição ante os olhos dos cariocas.”<sup>273</sup>

Essa grande intervenção na paisagem urbana do Rio de Janeiro, realizada na década de 1940, destinava-se a limpar os últimos resquícios da cidade colonial. As aberturas das avenidas Getúlio Vargas, Brasil e Edson Passos resultaram ainda na demolição do morro de Santo Antônio e da Praça Onze – território do samba, do carnaval, de cultos afro-brasileiros e de sociabilidade de judeus, conforme salienta Lúcia Silva.<sup>274</sup>

---

<sup>271</sup> Diário do Comércio, 26 de abril de 1946, n° 2433. Enquete: “A opinião da cidade sobre o tombamento feito pelo Sphan”; Mozart Novaes.

<sup>272</sup> Diário do Comércio, 27 de abril de 1946, n° 2434. Enquete: “A opinião da cidade sobre o tombamento feito pelo Sphan”; Antonio Otoni Sobrinho, Luiz Ávila, Manoel de Almeida Neto (industrial e comerciante), e Dr. Freitas Carvalho (médico).

<sup>273</sup> O Correio, 21 de julho de 1946, n° 2062. Sem título; editorial.

Outras personalidades também deram sua contribuição direta para a enquete “A opinião da cidade sobre o tombamento feito pelo Sphan”, como por exemplo, dr. Asterak de Lima, confrade e correspondente de O Correio; dr. Cristovão Braga, advogado e jornalista do Diário do Comércio; Domingos Horta, professor do Colégio Santo Antônio; Agostinho de Azevedo, comerciante, industrial e jornalista do Diário do Comércio; José do Carmo Barbosa, presidente do Sindicato dos Varejistas; João Batista Lopes, industrial; José Américo da Costa, inspetor regional de ensino; José Belline dos Santos, intelectual e diretor de redação do Diário do Comércio; Guilherme Luiz Guedes, funcionário da Prefeitura; Altivo Sette, intelectual e correspondente do Diário do Comércio; e Mateus Salomé de Oliveira, advogado e empreendedor urbano.<sup>275</sup> Desse modo, constatamos que as “diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses.”<sup>276</sup> Esses indivíduos forneceram a erudição de sua escrita, sua influência e seu prestígio nos diferentes setores da sociedade são-joanense para demarcar uma posição contrária ao tombamento da cidade, constituindo assim um bloco de oposição às políticas de patrimônio.

Essa mobilização em torno de um programa comum denota ainda as proximidades e os vínculos estabelecidos por esses indivíduos no interior do espaço relacional da Associação Comercial. Seus membros mantinham afinidades quanto ao objetivo de dotar São João del-Rei de suportes e ajustes espaciais em conformidade com os preceitos modernos e se sentiam também responsáveis pelo desenvolvimento da cidade. Isso demonstra que a produção de um território é também acompanhada de formas de percepção e simbolização que dão aos indivíduos e grupos que nele habitam a consciência de sua participação, da sua marca, da efetivação de seus projetos, bem como da sua própria identidade territorial projetada e refletida em referentes espaciais. Sendo assim, concluímos que as decisões assumidas por esses indivíduos estão relacionadas tanto às posições que ocupam no espaço social, quanto às “estruturas mentais através das quais eles apreendem esse espaço.”<sup>277</sup> As percepções desses

---

<sup>274</sup> SILVA, Lúcia. *Luzes e sombras na cidade: no rastro do Castelo e da Praça Onze (1920-1945)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 2006.

<sup>275</sup> Os discursos desses indivíduos estão fartamente documentados na enquete “A opinião da cidade sobre o tombamento feito pelo Sphan”, publicada nos dias, 25, 28 e 30 de abril, 1, 4 e 7 de maio, e 16 de julho de 1946.

<sup>276</sup> BOURDIEU, Pierre. Op. Cit. p. 11.

atores acerca da paisagem urbana da cidade contribuíram não só para representá-la, mas também para instituí-la.

Em suma, procuramos, ao longo do capítulo, apontar a contingência e a dimensão política da produção dos patrimônios. Nosso esforço foi justamente no sentido de apresentar o patrimônio como um fato social resultante de negociações e conflitos entre agentes sociais locais e técnicos da instituição de preservação. Através do caso do tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de São João del-Rei, buscamos contribuir para as discussões sobre as práticas de recepção, construção de sentido e interpretação das políticas de patrimônio por parte de seus usuários, no momento em que tais políticas entram no domínio público.

A seleção patrimonial envolve todo um trabalho de enquadramento e interpretação do passado que se quer preservar visando manter a coesão, as referências e as posições, um tanto quanto irredutíveis, dos grupos no espaço social. Essa prática de seleção do passado pode ser entendida também, conforme indica Dominique Poulot, como um “trabalho de posteridade”, pois implica sempre em mediações de interesses, projetos de apropriação e visões de mundo conflitantes com intentos de futuro. “O apelo ao futuro é que serve de justificativa para a preservação desses materiais.”<sup>278</sup>

No campo do patrimônio, os bens culturais podem adquirir múltiplos significados, para além das intenções e objetivos das políticas oficiais, apontando assim os próprios limites e inflexões do Estado enquanto “produtor” e árbitro cultural. A afirmação do ponto de vista contrário à patrimonialização traz à tona, portanto, as apropriações, as subjetividades, os interesses e os valores distintos conferidos aos itens culturais por seus intérpretes, por seus “guardiões de fronteira”, que reivindicam, no presente, o direito de definir, selecionar, interpretar e usar seu “patrimônio legítimo”.

---

<sup>277</sup> BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 26.

<sup>278</sup> POULOT, Dominique. Op. Cit. p. 232.



### CAPÍTULO 3

## O PERÍMETRO DE TOMBAMENTO DA CIDADE: UM PATRIMÔNIO NEGOCIADO

### 3.1 – Batalhas de definições do patrimônio

A seleção dos itens a serem tombados e consagrados como patrimônio é uma operação política que envolve sempre negociações, tensões e conflitos entre práticas distintas de apropriação e uso dos bens culturais. A produção do patrimônio depende, então, da mediação de interesses e de acordos entre visões de mundo conflitantes, que precisam ser constantemente renovados, recriados e defendidos. Nesse capítulo, procuramos abordar as complexas negociações e as disputas entre os agentes sociais locais e os técnicos do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em torno da interpretação, definição e classificação do patrimônio legítimo da cidade de São João del-Rei. Buscamos, ainda, apreender, através de periódicos e da documentação produzida pela própria instituição federal de preservação, o significado conferido aos bens urbanos da cidade por esses grupos que se empenharam na seleção e produção de legados<sup>279</sup> no presente e que os reivindicaram como parte integrante do seu patrimônio.

O campo do patrimônio é lugar de disputa pelo monopólio do direito de dizer o patrimônio, de interpretá-lo como legítimo ou legal. Nesse campo há atores profissionalizados no trabalho de enquadramento do passado. Podemos chamá-los de “intelectuais orgânicos”<sup>280</sup>, uma vez que participam ativamente da vida social mantendo a coesão interna dos grupos e se posicionam como verdadeiros “guardas de fronteiras” entre um domínio e outro no espaço, empregando seus capitais acumulados nas lutas pela imposição de uma determinada ordem de compreensão dos bens simbólicos. Esses atores, com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, entram em competição pelo direito de dizer a quem pertence aquele espaço particular e, principalmente, quem pode agenciar seus recursos materiais e simbólicos.

---

<sup>279</sup> HEYMANN, Luciana. De “arquivo pessoal” a “patrimônio nacional”: reflexão acerca da produção de legados. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005.

<sup>280</sup> De acordo com Antônio Gramsci, os “intelectuais orgânicos” são aqueles que conferem coesão aos grupos sociais, mantendo-os conscientes de suas posições, objetivos e finalidades políticas. GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

Ao lutarem pelo poder de nomeação do patrimônio, estão disputando, antes de tudo, o próprio poder de enunciação pública da memória, trajetória e identidade de indivíduos e grupos dos quais eles mesmos representam e se reconhecem. Conforme assevera Pierre Bourdieu, “nestas lutas pelos critérios de avaliação legítima, os agentes empenham interesses poderosos, vitais por vezes, na medida em que é o valor da pessoa enquanto reduzida socialmente à sua identidade social que está em jogo.”<sup>281</sup> As lutas de representação do patrimônio expressam, portanto, os diferentes interesses em jogo no processo de seleção e “defesa” do passado.

Em relação aos conflitos atinentes à implantação das políticas de patrimônio em São João del-Rei, um elemento marcante desse processo foi o empenho dos grupos locais em dizer quais legados da cidade poderiam ou não ser incluídos no rol do “patrimônio histórico e artístico nacional.” Com isso, esses agentes sociais se colocam como “guardiões” que estabelecem os nexos entre herança cultural e sua transmissão. Posicionar-se como intérprete dos bens culturais da cidade significa, no jogo da luta política, se afirmar também como herdeiro legítimo que avalia a sua herança e decide quanto à sua conservação e/ou transformação no presente.

Entendemos que esse poder de escolha, classificação e significação do patrimônio, advindo desses agentes sociais locais, poderia colocar em risco um dos pilares fundamentais da política federal de preservação: o estatuto do tombamento. Cabe destacar que nessa política marcada pelo autoritarismo, pois excluía a própria população dos processos decisórios de gestão do patrimônio, o tombamento seria o único instrumento de reconhecimento e, ao mesmo tempo, instituinte de “valor cultural”. Nessa ótica, a “autenticação” do bem cultural como patrimônio viria única e exclusivamente dos especialistas do âmbito da “academia Sphan”, mais exatamente dos membros do seu Conselho Consultivo. E a recusa ou contestação desse patrimônio pesaria como um ato de subversão das regras estabelecidas, sendo, então, passível de sanção. Sendo assim, os grupos locais lançavam um forte desafio a essa política de preservação, já que reclamavam participar do próprio processo de configuração do patrimônio, tornando-se assim “intérpretes” do legado que reivindicavam como seu, seja junto ao Estado, seja em oposição a ele.

---

<sup>281</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 124.

Verificamos então uma disputa simbólica entre os “intérpretes culturais” locais, indivíduos que partilhavam do espaço relacional da Associação Comercial de São João del-Rei, e os agentes da instituição federal de preservação, no sentido de impor uma determinada ordem de compreensão dos bens simbólicos da cidade. Nesse campo de disputa pelo significado dos objetos, categorias como de “história”, “memória coletiva”, “patrimônio”, “arte”, “monumentalidade”, “excepcionalidade”, e etc., estiveram em jogo.

Ao atentarmos para as representações de “história” e de “patrimônio” veiculadas por esses dois grupos em disputa, percebemos que os legados de uma mesma cidade tomam significados diferentes. Propomos, então, pensar que o acirramento desse conflito está centrado no desentendimento quanto ao próprio sentido de “história” e de “patrimônio” defendido por esses dois grupos, que articulavam e se apropriavam destas categorias de maneiras distintas.

De um lado, observamos que as representações patrimoniais dos grupos locais estiveram pautadas numa temporalidade histórica moderno-iluminista, isto é, uma temporalidade marcada pela crença na razão e no futuro, fundada na linearidade. Essa perspectiva, que articula passado, presente e futuro num processo linear, legitima a mudança como símbolo da marcha da humanidade em direção à liberdade, progresso e civilização. A mudança é então desejada, pois reforça a ideia de que a civilização evolui através de saltos qualitativos rumo ao futuro.

Dito isso, encontramos entre os grupos locais uma noção cívica, moral e “tradicionalista” de patrimônio em consonância com a concepção clássica de história dominante na Europa desde o Renascimento até o Iluminismo, que “privilegiou a reunião de histórias excepcionais, extraordinárias, exemplares, em suma, capazes de fornecer orientação e sabedoria, numa direção ética e pedagógica.”<sup>282</sup> Entre os agentes sociais locais, essa concepção toma a seguinte forma: apenas os bens simbólicos que denotam um passado “monumental”, “exemplar”, dos “grandes feitos” e que se relacionam com o “panteão local” constituem a História de São João del-Rei e, por isso, são passivos de preservação como legados do passado que estabelecem os nexos entre continuidade e mutações, servindo como balizas para iluminar os projetos de futuro.

---

<sup>282</sup> ABREU, Regina. *A fabricação do imortal*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996, p. 147.

De outro lado, os intelectuais do Sphan partilhavam de alguns elementos dessa temporalidade moderno-iluminista. Mas com uma diferença marcante: eles concebiam a história como um processo inexorável de destruição, fragmentação e perda dos bens culturais da nação. Nessa perspectiva, os bens “únicos”, “autênticos” tendem a desaparecer com os perigos decorrentes da reprodutibilidade técnica e com a transitoriedade de valores próprios da modernidade. As narrativas preservacionistas oficiais procuram, então, a partir dessa ideia da perda, apontar para as consequências dos processos de industrialização, urbanização e progresso sobre o “patrimônio nacional”.<sup>283</sup>

Conforme adiantamos no segundo capítulo, enquanto as representações patrimoniais dos grupos locais demarcam uma leitura regionalista e “tradicionalista”, o Sphan partilha de uma noção mais “abrangente” de patrimônio, que combate os regionalismos através da promoção de uma imagem coesa e homogênea da nação que diz ultrapassar as posturas sentimentais, românticas, morais, e/ou nostálgicas.<sup>284</sup> Esse “patrimônio nacional” é então definido pela instituição a partir de estudos, trabalhos especializados e critérios de seleção como os de “autenticidade”, “excepcionalidade”, “uniformidade” e “harmonia” do objeto cultural. Ele representaria a ideia da unidade substancial dos brasileiros num todo unitário e tendencialmente harmônico.

A publicação do Diário do Comércio do dia 24 de maio de 1946 reivindicava a redução da área tombada na cidade e dizia que as razões para tal reclamação eram as de ordem econômica, higiênica, de progresso e, inclusive, histórica.<sup>285</sup> Esta publicação evidencia, portanto, a carga subjetiva e os valores conflitantes de uso, apropriação e significação que permeiam o processo de configuração de um patrimônio. Como o patrimônio não tem valor em si, ele carece sempre de interpretação, significação e explicação por parte de seus usuários.

Nesse contexto de luta de representações pelo monopólio da fala legítima sobre o passado de São João del-Rei, um tema recorrente difundido pela imprensa foi que os são-joanenses

---

<sup>283</sup> GONÇALVES, José Reginaldo. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.

<sup>284</sup> CAVALCANTI, Lauro (org.). *Modernistas na repartição – 2*. Ed. – Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Minc-IPHAN, 2000.

<sup>285</sup> Diário do Comercio, 24 de maio de 1946, nº 2455. Enquete: “São João del-Rei não se fixará no passado”; editorial.

sabiam avaliar o seu próprio legado, tanto que o preservavam antes mesmo da fundação do Sphan: “Muito antes do ‘Patrimônio’ ser instituído no Brasil, já o são-joanense cuidava com carinho das obras de arte.”<sup>286</sup> José Belline dos Santos, historiador local e diretor de redação do Diário do Comércio, em correspondência enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade, tocou justamente nesse ponto de que os são-joanenses têm zelo e amor às “coisas do passado”, sabendo avaliar e conservar o patrimônio herdado das gerações pretéritas. Contudo, ponderou que seu povo só cuida e conserva o que for realmente digno disso.<sup>287</sup>

“Não somos iconoclastas, nem estamos atacados de tal insanidade para por abaixo todas as velhas construções da cidade. É uma injustiça que nos arroga, atribui-nos uma fúria destruidora, chocante e aberrante dos cuidados dispensados aos nossos monumentos durante quase dois séculos.”<sup>288</sup> Através desse desabafo, José Belline reivindicava o reconhecimento dos habitantes da cidade como únicos defensores do seu legado. Este porta-voz dotado do direito de falar e agir em nome dos interesses locais procurava ainda resguardar a sua imagem e a dos grupos sociais dos quais ele representa contra o estigma de vândalos destruidores do “patrimônio nacional”. Aliás, nesse contexto de implementação de uma política cultural autoritária, os interesses divergentes à patrimonialização eram logo estigmatizados e combatidos no debate público. “Os Senhores do Patrimônio, na imprensa, em entrevistas e em discursos, nos atiram epítetos de ignorantes”<sup>289</sup>, comentou o jornalista e industrial Mozart Novaes. O estigma é acionado então como uma estratégia política para desqualificar e retirar a legitimidade da fala do “outro”. Com a imposição da doxa – efeito de objetificação e naturalização do poder – proposições diferentes da “oficial” são rapidamente suprimidas, de modo a mantê-la inquestionável.

De acordo com Domingos Horta, professor do Colégio Santo Antônio, o Serviço de Patrimônio tinha uma única finalidade em São João del-Rei, a de ser o guarda das suas tradições históricas e artísticas, de seu passado opulento e glorioso. Porém, ele considerava

---

<sup>286</sup> O Correio, 28 de julho de 1946, n° 2063. Sem Título.

<sup>287</sup> SANTOS, José Belline dos. Carta enviada em 7 de julho de 1946. Bens Tombados/Processo 0361-T-46. Sobrado à Praça Severiano de Resende, esquina com a rua Marechal Deodoro, n° 12 (Escritório Técnico de São João del-Rei/IPHAN; Museu Regional de São João del-Rei; Livro de Belas Artes, Volume 1, Folha 65, Inscrição 310 de 01 de agosto de 1946 e Livro Histórico, Volume 1, Folha 41, Inscrição 244 de 01 de agosto de 1946). Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro.

<sup>288</sup> Idem.

<sup>289</sup> O Correio, 26 de maio de 1946, n° 2064. Matéria: “Ainda o Serviço do Patrimônio”; Mozart Novaes.

que o órgão já vinha perdendo esse objetivo, uma vez que estaria impedindo “a demolição de pardieiros que não tem nenhum valimento para a História, nem para a Arte.”<sup>290</sup> Suas palavras questionaram então os próprios critérios de seleção, classificação e inclusão dos bens edificados da cidade no cânon do “patrimônio nacional”.

Mozart Novaes, redator de O Correio, foi mais além quanto à finalidade do Sphan para a cidade. Para ele, desde quando começaram os embargos na execução de obras públicas e particulares essa instituição tornou-se “anacrônica” por sua orientação “obsoleta” e “prejudicial”. Nessa perspectiva, a instituição de preservação estaria desvirtuando as datas, os fatos e os acontecimentos históricos da cidade: “Essa gente atrabiliária, apoiada em terreno resvaladiço, forçando o conceito artístico e desvirtuando os fenômenos históricos, foge da realidade para os domínios da fantasia, em devaneios literários, e faz lenda ao invés de afirmar e confirmar os fatos da história.”<sup>291</sup>

Quando Mozart Novaes diz que a instituição de preservação tornou-se “anacrônica”, ou seja, avessa aos usos e costumes do tempo correspondente, ele reivindica também um sentido à história, um ordenamento “objetivo” e “absoluto” do tempo social. Quando sinaliza ainda que essa instituição estaria desvirtuando a história da cidade, ele se posiciona como um “guarda de fronteira” que entra em luta pela defesa da memória “apropriada” da cidade.

Percebemos então que os bens patrimoniais são motivo de disputa e podem opor grupos que lutam pelo poder de seleção e consagração desses bens no espaço público. Certos indivíduos e grupos pretendem assenhorear-se da significação passado. Eles se empenham no trabalho de organização e enquadramento da memória coletiva, criando unidade naquilo que está disperso e dividido, destacando os grandes heróis, os grandes feitos, seus vestígios materiais e simbólicos, seja como mecanismo de reforço dos laços de coesão e de promoção das referências comuns, seja como recurso para distingui-los dos “outros”. Nesse caso, o patrimônio configura-se como ferramenta estratégica para a afirmação das diferenças entre os grupos sociais. Nas palavras de Márcia Chuva,

---

<sup>290</sup> Diário do Comércio, 30 de abril de 1946, n° 2436. Enquete: “A opinião da cidade sobre o tombamento feito pelo Sphan”; Domingo Horta.

<sup>291</sup> O Correio, 26 de maio de 1946, n° 2064. Matéria: “Ainda o Serviço do Patrimônio”; Mozart Novaes.

Por patrimônio cultural pode-se entender aquilo que se dá pela diferença, que um grupo social considera como cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de outros grupos, incluindo-se aí a identificação com os bens físicos, tradições, modos de usar os bens e os espaços físicos e de organizar no espaço físico-social, que se constitui e se transforma no tempo.<sup>292</sup>

Em suma, os bens patrimoniais expressam os valores e as experiências históricas dos indivíduos e grupos que o interpretam e o reivindicam como seu. Tais bens são, portanto, decisivos nos processos de formação de modalidades de autoconsciência individual e coletiva, conforme assevera José Reginaldo Gonçalves, pois tanto demarcam posições sociais, quanto orientam os imaginários coletivos, permitindo que “os indivíduos e os grupos percebam e experimentem subjetivamente suas posições e identidades como algo tão real e concreto quanto os objetos materiais que os simbolizam.”<sup>293</sup>

Consideramos, portanto, esse esforço dos grupos locais em dizer o que é e, ao mesmo tempo, o que não é patrimônio, basicamente como um esforço de auto-definição do patrimônio como aquilo que lhes orienta e lhes confere personalidade. Suas queixas trazem à tona a problemática da representatividade do “patrimônio nacional”, qual seja: este patrimônio representaria a quem?

Uma ideia mobilizada pela imprensa, nesse contexto de luta de representações, afirma que a “terra pertence à geração que nela vive” e, por isso, os próprios são-joanenses tinham o direito de decidir sobre seu legado, avaliando os objetos que entram e os que ficam de fora da memória coletiva: “Nem todas as coisas velhas têm o mesmo valor histórico e artístico. É preciso distinguir. Será possível que todos os são-joanenses, mesmo os mais cultos e mais ufanos de sua terra estejam atacados de incompreensão e que só os técnicos do patrimônio estejam certos?”<sup>294</sup> Nessa perspectiva, os grupos locais reivindicavam o direito de interpretação do seu patrimônio.

---

<sup>292</sup> CHUVA, Márcia. A história como instrumento na identificação dos bens culturais. In: MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz Resende (orgs.). *Inventários de identificação: um panorama da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998, p. 47-48.

<sup>293</sup> Gonçalves, José Reginaldo. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Iphan 2007, p. 21.

<sup>294</sup> Diário do Comércio, 18 de junho de 1946, n° 2476. Matéria: “S. João del-Rei e o Patrimônio Histórico”; Gato Félix (pseudônimo). Matéria publicada também no Diário da Tarde de Belo Horizonte em 15/06/1946.

Dando prosseguimento a série de questionamentos contra o tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João del-Rei, Guilherme Luiz Guedes, servidor da Prefeitura Municipal, reiterou justamente a ideia de que é preciso distinguir o que é de fato “histórico” ou “artístico”, de “velharias inúteis que só prejudicam a cidade em sua estética e em seu governo”.<sup>295</sup> E acrescentou, na publicação seguinte, que o Serviço de Patrimônio em São João del-Rei se mostrava como órgão “mistificador”, pois não compreendia as próprias tradições locais:

Ora, todos sabem que o Sphan é uma das primeiras criações do falecido ‘Estado Novo’. Nasceu em 30 de novembro de 1937. (...) Não seria agora que iríamos tolerar a tutela de indivíduos sem nenhum conhecimento de nossas tradições e de sua projeção na História do Brasil, que, sem ao menos apelar para os conhecedores de nossas verdadeiras relíquias artísticas e históricas, vêm, numa demonstração insofismável de sua ignorância, procurando conservar abomináveis velharias.<sup>296</sup>

Nessa batalha de definições do “patrimônio legítimo”, o passado tornou-se “lugar de disputa”, e o discurso de Guilherme Luiz Guedes procurou demarcar uma fronteira simbólica que separava “nós”, guardiões do passado local, em oposição a “eles”, agentes “mistificadores” desse passado. Nessa linha de pensamento, se “eles” desconheciam as próprias tradições do “lugar”, guardada por seus praticantes, então também não possuíam autoridade para legislar sobre os seus domínios. E, mais ainda, essa autoridade estava sendo contestada por se tratar de um órgão criado durante a ditadura do Estado Novo e que, portanto, carregava consigo os rudimentos do autoritarismo desse regime.

Decerto, os técnicos do Patrimônio conceberam as cidades coloniais mineiras como um objeto estético a ser preservado, desconsiderando tanto a historicidade da conformação dos sítios urbanos quanto as próprias sociabilidades do local. Desse modo, “a história local, a intrincada teia de relações sociais, econômicas e culturais que compõem a fisionomia de um lugar e a vida de uma cidade, desaparece, assim, para dar lugar a um símbolo nacional idealizado.”<sup>297</sup>

---

<sup>295</sup> Diário do Comércio, 17 de maio de 1946, nº 2449. Matéria: “Mais uma voz”; Guilherme Luiz Guedes.

<sup>296</sup> Diário do Comércio, 21 de maio de 1946, nº 2452. “Motim em São João del-Rei. A história se repete”; Guilherme Luiz Guedes.

<sup>297</sup> CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 145.



O campo do patrimônio é uma “arena” na qual há combates e enfrentamentos declarados. A estrutura desse campo depende em cada momento do estado das relações de força entre os jogadores, das suas posições e das estratégias e “trunfos” acionados no espaço do jogo. Dito isso, pensamos essa associação entre a imagem do Sphan e o autoritarismo estadonovista como um “trunfo” usado pelos grupos locais nesse contexto de luta simbólica pela transformação das relações de força no interior do campo. E no momento em que esse paralelo Sphan/ditadura foi universalizado, entrando no domínio público, deixou a instituição do Patrimônio com o flanco exposto a inúmeros ataques.

Certamente, os funcionários do Sphan e, sobretudo, o seu digno diretor, apenas estão executando um decreto-lei, que tem o nº 25, e é de 30 de novembro de 1937, 1º ano da ditadura getuliana. O que é preciso é modificar o ditatorial decreto-lei, não permitir a um departamento governamental excessiva intromissão em propriedade particular, não deixar todo o julgamento de obras de arte e de história a cargo de alguns senhores, que moram nas capitais e que pouco conhecem o nosso interior e sua história antiga.<sup>298</sup>

Os empreendedores urbanos Tancredo de Almeida Neves, João Lombardi e Aziz F. Elias, representantes da Companhia de Melhoramentos e Obras S/A. (Cimosa), em correspondência enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade, contestavam, por exemplo, a própria legitimidade do tombamento do conjunto urbanístico da cidade de São João del-Rei, bem como os critérios de inclusão dos seus imóveis no canto do “patrimônio nacional”. Para eles, os critérios de seleção adotados pelo Sphan eram imprecisos e arbitrários, já que inclusive o sobrado situado à Praça Severiano Resende foi eleito como “patrimônio”, mesmo não constituindo uma obra de “excepcional valor” histórico e nem artístico:

Não havia no prédio nada que o recomendasse à preservação. Não era um exemplar de arquitetura tradicional. Modelos mais preciosos aqui, felizmente existem, ainda em bom número (...) que são, na verdade, obras dignas de todo carinho e proteção, como por exemplo: os nossos templos religiosos, notadamente, os de São Francisco, Matriz e Carmo, o edifício do Paço Municipal, os solares do Barão de Itambé, da Baronesa de São João del-Rei, das famílias Cunha e Lustosa, para citar os mais expressivos, não falando nas nossas monumentais pontes romanas. Nunca serviu o sobrado em questão de cenário ou de palco a qualquer fato de nossa história. (...) Não é, portanto, admissível a inclusão no tombamento, de modo arbitrário e por mero capricho, de um ou outro prédio, mais ou menos curioso, ou mais ou menos avelhantado e sem qualquer outro mérito, despido de excepcional valor artístico e não encerrando qualquer reminiscência histórica.<sup>299</sup>

---

<sup>298</sup> Diário do Comércio, 24 de maio de 1946, nº 2455. Matéria: “Sphan”; editorial.

<sup>299</sup> NEVES, Tancredo de Almeida; LOMBARDI, João; ELIAS, Aziz F. Carta enviada em 23 de abril de 1946. Bens Tombados/Processo 0361-T-46... Op. Cit.

Novamente, verificamos os atores locais demarcando suas posições e reclamando o poder de seleção do que é ou não “memorável” no espaço público. Os empreendedores fizeram questão de listar os bens da cidade dos quais eles se reconheciam e conferiam significado. Nesse caso, a própria competência exclusiva do Sphan de classificar e consagrar os bens culturais da cidade entrou em discussão, e a “excepcionalidade” dos objetos, uma das categorias-chave das narrativas preservacionistas oficiais, se tornou “lugar de disputa”. Aliás, a ideia da “exemplaridade” dos objetos constituía um dos pilares de sustentação da prática do tombamento. E os discursos dissonantes dos grupos locais questionavam justamente esse critério. Mais do que isso, procuravam descentrá-lo e adaptá-lo ao contexto local a partir de suas próprias relações sensíveis com os bens culturais.

José Belline dos Santos, ao qual o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais atribuiu o título de historiador de São João del-Rei, também procurou instruir a opinião pública e direcionar um olhar sobre o passado e sobre a História da cidade. Em seu almanaque intitulado “São João del-Rei: a cidade que não olhou para trás”, ele se esforçou em guiar o olhar do visitante em direção ao que chama de “verdadeiros relicários da história e da arte”:

**Coisas Dignas de Serem Vistas:** As ricas alfaías de prata da Matriz de N. Senhora do Pilar; A mobília de jacarandá existente no Consistório da Venerável Ordem Terceira do Carmo; Os pálios da Irmandade dos Passos e da Ordem do Carmo; A mobília conjugada do definitório da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco de Assis; A mesa de ébano e marfim existente no Colégio de N. Senhora das Dores; O Museu de História Natural do Colégio de Santo Antônio; A imagem de Cristo inacabada da Igreja do Carmo; A imagem de N. Senhor do Monte Alverne de S. Francisco; Os missais existentes nas Igrejas Matriz e S. Francisco; As ricas telas que ornaram o definitório da Igreja do Carmo; O monumento de pedra que é da Igreja de S. Francisco de Assis; A obra de talha no interior da matriz do Pilar; a estátua de bronze do Cristo Redentor; o riquíssimo paramento para missa solene existente na Matriz do Pilar; A imagem de N. Senhor Morto da Igreja de S. Francisco; A Casa de Pedra; As betas de mineração de ouro; A Fazenda do Pombal, onde nasceu Tiradentes; As duas pontes de pedra; A casa mais antiga da cidade, rua Santa Teresa n° 7; A balança que serviu para pesar o ouro dos “quintos” na Biblioteca Municipal; A casa que serviu de fortim dos portugueses comandados por Manuel Nunes Viana, no alto das Mercês.<sup>300</sup>

Acirrando esse clima de contestação dos critérios do Sphan de seleção e atribuição de “valor” aos bens materiais e simbólicos da cidade, a redação do Diário do Comércio trouxe ainda um senhor de 82 anos, chamado Bartolomeu Cândido Balbino, como testemunha ocular de que o sobrado à Praça Severiano Resende não possuía um século de existência como defendia os

---

<sup>300</sup> SANTOS, José Belline dos. *São João del-Rei: a cidade que não olhou para trás*. São João del-Rei: Gráfica do Diário do Comércio, 1949, p. 55-56 (grifo nosso).

especialistas em história da arte do âmbito da “academia Sphan”. E Bartolomeu Cândido Balbino se mostrou incisivo quanto ao problema: “ponha no jornal, se o sobrado que é mais moço do que eu foi tombado, quero também ser tombado. (...) Quero ser tombado, mas conservado.”<sup>301</sup>

Evidentemente, os grupos em competição dispõem de armas, de estratégias e de poderes simbólicos desiguais na luta pela conservação ou transformação das categorias de percepção do mundo social. Em última análise, o órgão federal de preservação conta com o exercício do poder de polícia como mecanismo de coerção. Ainda assim, a figura desse senhor foi articulada pelo jornal como um “trunfo”, isto é, um recurso simbólico que tinha o objetivo decisivo de se contrapor aos critérios oficiais de nomeação, classificação e consagração dos bens urbanos da cidade como “patrimônio histórico e artístico nacional”. Como fica patente, o próprio instituto do tombamento tornou-se objeto de ironia e de sarcasmo a partir da expressão, “quero ser tombado, mas conservado”. Aliás, esta se aproxima também de outra expressão recorrente na imprensa local, que afirmava que o Sphan “tomba, mas deixa tombar”. Ambas as ideias dão a entender que o Serviço de Patrimônio inscreve o bem em um dos livros do Tombo, mas não lhe dá o devido suporte para a sua conservação.

No campo de disputa pelo “patrimônio legítimo”, encontramos também os membros do Conselho Consultivo, “órgão máximo do Serviço do Patrimônio, ao qual compete a arbitragem última pelo ato do tombamento”<sup>302</sup>, exercendo seu poder de réplica e reafirmando suas posições no sentido de assegurar o monopólio dos critérios de seleção e classificação dos objetos.

Os arquitetos Lúcio Costa e Alcides da Rocha Miranda, por exemplo, em parecer favorável ao tombamento do sobrado da Praça Severiano Resende, certificaram que o mesmo constituía uma obra de “excepcional valor artístico”. Segundo estes, ainda que os impugnantes negassem tal valor, o sobrado deveria ser conservado, por se tratar de um exemplar da arquitetura tradicional ainda remanescente do século XIX, tido como “como padrão de construção altamente expressivo do que foi a arquitetura civil em São João del-Rei nos

---

<sup>301</sup> Diário do Comércio, 10 de julho de 1946, nº 2491. Matéria: “Assistiu à construção do sobrado da Praça Tamandaré”; editorial.

<sup>302</sup> SANTOS, Mariza Veloso Mota. Nasce a academia Sphan. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília: Iphan, nº 24, 1996, p. 82.

meados do último século, caracterizada principalmente pela profusão ornamental e pelo ar festivo das fachadas.”<sup>303</sup> Nesse caso, o “valor estético” da edificação é ressaltado como motivo crucial para a sua inclusão no canto do “patrimônio nacional”.

Pedro Calmon, político e historiador, que ocupou o cargo de conservador do Museu Histórico Nacional, se valendo do parecer técnico de Lúcio Costa e Alcides da Rocha Miranda, julgou improcedente a impugnação do tombamento do sobrado feita pelos empreendedores Tancredo Neves, João Lombardi e Aziz F. Elias, e votou em favor da manutenção do seu tombamento. Ele acrescentou que somente o corpo de especialistas do Sphan poderia arbitrar sobre os valores que conformam o “patrimônio histórico e artístico nacional”.

Considerando que **é da competência exclusiva e soberana da Sphan dizer do valor histórico ou artístico dos bens existentes no território nacional**, determinando-lhe a inscrição no competente Livro do Tombo, com recurso, apenas, para este Conselho; considerando que o imóvel de que se trata, é citado, de há muito, pelos especialistas, como de excepcional valor artístico, tendo sido, mesmo, indicado, no ‘Documentário Arquitetônico’, do sr. José Wash Rodrigues [especialista em história colonial], como possível modelo da maioria das casas da cidade, o que constitui uma das principais características das obras de arte, em matéria de construção.<sup>304</sup>

Com esse discurso focado na competência técnica dos membros do Conselho Consultivo, Pedro Calmon naturaliza, institucionaliza e universaliza as próprias ações impositivas do Sphan, afirmando assim a sua hegemonia e o monopólio do poder de seleção e nomeação do “patrimônio histórico e artístico nacional”.

Afonso Arinos de Melo Franco, jurista e historiador, apresentou um parecer que corroborou as versões anteriores de que o sobrado em questão constituía uma obra de “excepcional valor” artístico e histórico. Para ele, o “critério de classificação” dos bens patrimoniais é uma questão eminentemente técnica, assunto em que o Sphan exerce exatamente a sua autoridade: “não hão de ser interessados desconhecedores dos rudimentos do problema, que venham oferecer, no caso, palavras que mereçam consideração.”<sup>305</sup> Assim, ele contestou o pedido de

---

<sup>303</sup> COSTA, Lúcio; MIRANDA, Alcides da Rocha. Parecer Técnico, 7 de Maio de 1946. Bens Tombados/Processo 0361-T-46... Op. Cit.

<sup>304</sup> CALMON, Pedro. Resolução do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 31 de julho de 1946. Bens Tombados/Processo 0361-T-46... Op. Cit. (grifo nosso).

<sup>305</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Resolução do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 26 de julho de 1946. Bens Tombados/Processo 0361-T-46... Op. Cit.

cancelamento do tombamento do sobrado. Além de destacar a competência exclusiva do Conselho Consultivo no pronunciamento de veredictos acerca do “patrimônio nacional”, Afonso Arinos ressaltou também os trabalhos empreendidos pelo Sphan na preservação do que chama de “legado cultural e cívico da nacionalidade”. No seu entendimento, a criação do Sphan representava um grande serviço prestado ao país pelo “infeliz Estado Novo”. Nessa perspectiva, ele rebateu os discursos dissonantes que põem em questão o papel desempenhado por esse órgão dizendo não acreditar que um brasileiro consciente do seu “dever patriótico” ponha “em dúvida a singular contribuição que o Sphan, em poucos anos de existência, graças aos seus ininterruptos trabalhos especializados, inclusive de publicações, vem prestando à nossa consciência nacional.”<sup>306</sup> Comentou, ainda, que ele mesmo combateu frontalmente a ditadura Vargas, sem nunca compactuar com esse regime. Se reportando diretamente ao ambiente de conflito em relação à implantação das políticas de patrimônio em São João del-Rei, ele afirmou que se criou na cidade uma “atmosfera crítica e vexatória” para o Sphan, identificado como o seu maior inimigo. Afonso Arinos de Melo Franco acrescentou ainda que a “faculdade de tombamento” dos conjuntos urbanísticos nunca tinha sido posta em dúvida antes e, portanto, cabia aos técnicos daquela repartição defendê-la com todo empenho, resguardando assim a legitimidade do próprio decreto-lei nº 25/1937:

Meu voto, pois, senhores membros do Conselho é (...) no sentido de que se mantenha o tombamento. O Sphan está jogando nesta questão uma cartada decisiva. Difícilmente se dará, de novo, um desrespeito tão brutal à legislação que ele é obrigado a defender, com o agravante da autoridade municipal que se coloca entre os infratores. Qualquer transigência de nossa parte, qualquer curvatura aos processos de intimidação de que somos objeto, corresponderia, na minha opinião, à deserção de um dever.<sup>307</sup>

A partir da leitura do processo de tombamento do sobrado em questão (Processo 0361-T-46), observamos os agentes do Conselho Consultivo do Sphan afirmando um status estritamente técnico no sentido de resguardar os critérios de descrição e classificação dos objetos. Encontramos também uma reação imediata desses agentes quando outras formulações discursivas entram no domínio público questionando tais critérios e reivindicando o poder de interpretação do patrimônio. Nesse caso, a emergência de críticas às ações impositivas do Serviço do Patrimônio é rapidamente combatida e estigmatizada no debate público. Em última instância, seus técnicos figuram nos enunciados como os únicos “capacitados”, empossados

---

<sup>306</sup> Idem.

<sup>307</sup> Idem.

do poder de atestar e consagrar os bens culturais, enquanto os setores da sociedade civil não passam de “ignorantes” que desconhecem os domínios da “arte”, da “história” e do próprio “patrimônio”, por isso, se voltam contra o “interesse coletivo”, contra a “causa nacional da preservação”. A estigmatização da fala do “outro” é acionada, portanto, como um “trunfo” na luta política pela imposição de uma determinada ordem de compreensão do mundo social. No campo de disputa por posições um poder dominante pode legitimar-se:

promovendo crenças e valores compatíveis a ele; naturalizando e universalizando tais crenças de modo a torná-las óbvias e aparentemente inevitáveis; denegrindo ideias que possam desafiar-lo; excluindo formas rivais de pensamento, mediante alguma lógica não declarada mas sistemática; e obscurecendo a realidade social de modo a favorecê-lo.<sup>308</sup>

Em suma, a partir desse campo de disputa pela seleção e nomeação do patrimônio legítimo da cidade de São João del-Rei, percebemos que o processo de escolha e conservação de objetos no espaço social expressa sempre os valores, as apropriações, os usos, os projetos, e as relações sensíveis de indivíduos e grupos que os reivindicam no presente como ícones de suas próprias posições, trajetórias e identidades nesse espaço. Aliás, não somente a configuração de patrimônios engendra distintas apropriações e construções de sentido, mas também um aspecto marcante do “espacial” é a possibilidade de (co)existência de multiplicidade de leituras e narrativas.<sup>309</sup>

### **3.2 – Estratégias de mobilização da opinião pública**

Conforme abordamos, Afonso Arinos de Melo Franco, em seu parecer sobre o tombamento do sobrado da Praça Severiano Resende, relatou que na “ilustre e acolhedora” São João del-Rei se criou uma “atmosfera crítica e vexatória” para o Sphan, identificado como o seu maior inimigo.<sup>310</sup> A partir dessa constatação, procuramos, então, nessa parte do trabalho, perscrutar essa “atmosfera” presente na cidade, da qual Afonso Arinos se refere. Pretendemos, ainda, elucidar os procedimentos e as estratégias de mobilização da opinião pública em torno das

---

<sup>308</sup> EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Unesp/Boitempo, 1997, p. 19.

<sup>309</sup> MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

<sup>310</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Resolução do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 26 de julho de 1946. Bens Tombados/Processo 0361-T-46... Op. Cit.

posições e projetos defendidos pelos grupos locais, nesse caso, os integrantes do núcleo da Associação Comercial.

Quando direcionamos a escala de observação<sup>311</sup> para a cidade de São João del-Rei, nos deparamos com uma intensa mobilização política dos setores locais, refratários ao tombamento do seu conjunto arquitetônico e urbanístico. A aplicação das normas e critérios de preservação do conjunto urbano da cidade, ainda nos seus primeiros anos de implantação e, portanto, com as suas fronteiras não tão bem delimitadas, provocou os ânimos e suscitou a reação dos diversos grupos sociais locais, passando pelas autoridades municipais, eclesiásticas, comerciantes, industriais, intelectuais, setores médios e, muito provavelmente, pelas camadas mais baixas da população são-joanense. Ao analisarmos os processos de recepção associados a essas políticas, verificamos, de um modo geral, uma recusa a patrimonialização de São João del-Rei, com os grupos locais reivindicando, inclusive, o “destombamento” da cidade.

Nesse contexto de mobilização política, o espaço relacional da Associação Comercial de São João del-Rei se destacou como o eixo articulador das “vozes discordantes” do Patrimônio. A Associação Comercial assumiu um papel crucial nas tomadas de posições e nas decisões sobre o devir da cidade, porque conseguiu reunir estes diferentes setores locais em torno de um programa comum, como assinalou o *Diário do Comércio*: “na momentosa questão entre o Sphan e a cidade, os são-joanenses se apresentam unidos e coesos na mesma causa, esquecidos das profundas divergências políticas e ideológicas em defesa de sua terra e do seu progresso.”<sup>312</sup> A coesão política e a solidariedade dos grupos locais foi um fator determinante para o empoderamento desse movimento oposicionista. Nesse sentido, a Associação contou ainda com o apoio dos dois jornais mais expressivos em circulação, o *Diário do Comércio* e o *Correio*, como ferramenta de formação da opinião pública. Encontramos, portanto, a questão da preservação do patrimônio ocupando as primeiras páginas desses jornais e adquirindo, inclusive, um status de enquete em seus espaços, o que implicou em uma maior sistematicidade e regularidade das notícias. Além das diversas matérias e enquetes publicadas nos jornais locais, que tornaram a questão da preservação um assunto recorrente, os membros da Associação Comercial promoveram ainda a distribuição de manifestos contra o

---

<sup>311</sup> LEPETIT, Bernard. Arquitetura, geografia, história: usos da escala. In: *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Ed. USP, 2001.

<sup>312</sup> *Diário do Comércio*, 23 de junho de 1946, n° 2480. Matéria: “Em defesa do povo são-joanense”; editorial

tombamento do conjunto urbano de São João del-Rei nos clubes e cafés, a circulação de abaixo-assinados, recolhendo as assinaturas dos cidadãos nas ruas e praças, e mantiveram uma constante troca de correspondências seja com os políticos da capital de Minas Gerais, no intuito de intermediarem a situação, seja com os agentes do Patrimônio, no sentido de se chegar a um entendimento entre as partes envolvidas.

Os grupos locais não economizaram esforços nesse campo de disputa pelo direito de dizer sobre as coisas e classificá-las. Eles travaram uma intensa batalha política no sentido de defender seus domínios, ideias e convicções. E se valeram de ferramentas políticas diversas para demarcar suas posições e relações sensíveis com os objetos, reivindicando, principalmente, serem consultados nesse processo de configuração de um “patrimônio histórico e artístico nacional.” Conforme assevera Pierre Bourdieu, os indivíduos e grupos investem nas lutas de classificação todo o seu ser social, “tudo o que define a ideia que eles têm deles próprios, todo o impensado pelo qual eles se constituem com ‘nós’ por oposição a ‘eles’, aos ‘outros’ e ao qual estão ligados por uma adesão quase corporal. É isto que explica a força mobilizadora excepcional de tudo o que toca à identidade.”<sup>313</sup>

José Belline dos Santos, representante do Diário do Comércio, em carta enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade, explicou que o ponto de vista das classes sociais da cidade, contrário ao tombamento, se deveria ao fato de elas desejarem ver São João del-Rei “avançar e não se fixar no passado como tantas outras cidades suas contemporâneas”.<sup>314</sup> Nessa carta, esse historiador e intelectual local se refere às demais cidades coloniais mineiras como “cidades-mortas”, na mesma acepção utilizada por Monteiro Lobato, ou seja, como cidades velhas, decadentes e paradas no tempo. Já São João del-Rei, na perspectiva de José Belline, não se enquadraria nessa legenda de “cidade-morta”, pois caminhava na esteira da civilização e do progresso e as transformações na sua fisionomia urbana confirmariam esse “movimento qualitativo”. Desse modo, ele combateu o tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João del-Rei e defendeu a execução da retificação da rua Direita, embargada pelo Sphan, dizendo que esse empreendimento visava, antes de tudo, o embelezamento da própria cidade. Acrescentou que a intervenção do Sphan na estruturação da paisagem da cidade deveria se proceder de maneira “benéfica”, conservando somente o que

---

<sup>313</sup> BOURDIEU, Pierre. Op. Cit. p. 124.

<sup>314</sup> SANTOS, José Belline dos. Correspondência enviada a Rodrigo Melo Franco, de 7 de julho de 1946. Bens Tombados/Processo 0361-T-46... Op. Cit.



fosse realmente “digno” de ser preservado para a posteridade. Ainda assim, atentou José Belline que existiria um fosso separando a “veneração ao passado” e a permanência de edificações que não apresentassem “aspecto histórico, cultural e cívico” para seus cidadãos. Por fim, ele fez um convite a Rodrigo Melo Franco de Andrade para que o diretor-geral do Sphan pudesse ouvir pessoalmente as queixas e os anseios dos próprios habitantes da cidade. Evidentemente, no calor dos embates, esse convite pode ter soado a Andrade muito mais como uma afronta a sua figura e à instituição que ele representava do que propriamente como um esforço de negociação política.

José Belline dos Santos, consciente desse desgaste entre representantes locais e agentes oficiais da preservação, buscava na figura de Gabriel Passos, deputado mineiro da UDN que compunha a rede de políticos mineiros amigos de Rodrigo Melo Franco de Andrade, o elo de mediação entre as fileiras de força política. Em correspondência com Gabriel Passos, José Belline considera as normas e critérios de preservação do conjunto urbano de São João del-Rei um entrave ao progresso da cidade, já que vinham impedindo desde obras de grande vulto, como o alargamento da rua Direita e a introdução de edifícios novos acima de três pavimentos, até pequenos reparos nos telhados, na pintura e nas fachadas de um modo geral de imóveis residenciais, sob a alegação de alterar o aspecto “tradicional” do sítio histórico da cidade. José Belline solicitou, então, ao deputado Gabriel Passos, colaboração e intermediação nesse conflito: “o prezado amigo prestaria ótimo e relevante serviços a S. João del-Rei se conseguisse do dr. Rodrigo o tombamento só dos templos católicos, pontes e prédios realmente dignos de tal.”<sup>315</sup>

José Belline dos Santos e Tancredo Neves estiveram engajados durante todo o processo de litígio e negociação com o Sphan. Eles assumiram um papel de destaque nessa conjuntura de luta política, conferindo coerência e organização aos grupos locais, uma vez que se posicionavam como porta-vozes dotados do pleno direito de falar e agir em nome da cidade. Eles criaram, inclusive, um comitê como canal de mediação das posições e do interesses locais frente ao Sphan. O chamado “Comitê Patrocinador das Aspirações de São João del-Rei” esteve composto, além de José Belline e Tancredo Neves, por figuras proeminentes na cidade como o Pe. Mário Quintão, vigário da igreja de Nossa Senhora do Pilar; Belisário Leite

---

<sup>315</sup> SANTOS, José Belline dos. Correspondência enviada ao deputado Gabriel Passos, de 6 de maio de 1946. Bens Tombados/Processo 0361-T-46... Op. Cit.

Neto, advogado; Ivan de Andrade Reis, médico; Fidélis Guimarães, industrial; e Carlos Alberto Alves, proprietário da loja de materiais de construção “Alves e Neto” e também presidente da Associação Comercial. Essa comissão organizada no interior do espaço político da Associação Comercial seria, então, responsável por encontrar um entendimento entre as “aspirações locais” e o projeto de preservação do patrimônio empreendido pelo Sphan.<sup>316</sup> Seus representantes destacaram, em correspondência enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade, que o “Comitê” surgiu da necessidade de “interpretar o sentido da cidade e de remover obstáculos que possam prejudicar seu progresso.”<sup>317</sup> Nesse intuito, o comitê trabalharia em duas frentes de batalha, a da negociação, no sentido de se encontrar uma mediação entre os interesses conflitantes, e a da luta política, propriamente dita, em prol da defesa das demandas locais.

O comitê dispôs da publicação de manifestos como parte de seu arsenal de combate e como ferramenta de mobilização da opinião pública em torno dos projetos locais. O manifesto intitulado “Ao Povo”, circulado na cidade entre os meses de março e novembro de 1946 e encaminhado ao governador do Estado de Minas Gerais, transformou o “patrimônio nacional” em objeto de contestação pública. Esse manifesto informou, a partir de uma concepção linear e “objetiva” do tempo social, que São João del-Rei não podia se transformar em uma “cidade-morta”, arruinada pelo passado, mas sim por ele ser embelezada. E sinalizou, ainda, que o culto ao passado e a tradição não significava repulsa à transformação. Ao contrário, o passado serviria de referência aos projetos de futuro locais: “a fidelidade ao passado e o culto da tradição são um estímulo para uma incessante marcha para as novas conquistas, pois a vida é movimento e toda parada significa a desolação e a morte.”<sup>318</sup> O manifesto avaliou a atuação do Sphan na cidade como severa, intransigente e marcada pelo “excesso de zelo”, condenando São João del-Rei a viver à margem do progresso. Nessa perspectiva, seus representantes oficiais tinham uma “mentalidade misoneísta”, isto é, hostil à mudança e à inovação da ciência e da técnica, entrando assim em conflito com a própria “mentalidade” dos grupos locais.

---

<sup>316</sup> Diário do Comércio, 9 de junho de 1946, nº 2469. Matéria: “Comitê Patrocinador das Aspirações de S. João del-Rei”; editorial.

<sup>317</sup> “Comitê Patrocinador das Aspirações de São João del-Rei”. Correspondência enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade, de 12 de junho de 1946. Bens Tombados/Processo 0361-T-46... Op. Cit.

<sup>318</sup> “Ao Povo”. Manifesto circulado entre março e novembro de 1946. Bens Tombados/Processo 0361-T-46... Op. Cit.

Dizer que “eles” tem mentalidade “misoneísta” enquanto “nós” somos “progressistas” é disputar um jogo de poder no âmbito da própria linguagem. Como se sabe, os indivíduos e grupos travam suas batalhas no âmbito dos signos, significados e representações de categorias no mundo social. Eles concorrem então pelo poder de “denotação”, ou seja, aquele poder de dizer sobre as coisas e classificá-las.

Outro manifesto, que apresentamos na figura 12, reiterou alguns argumentos empregados no manifesto “Ao Povo”, como, por exemplo, a ideia de que o Sphan estaria obstinado a transformar São João del-Rei em uma “cidade-morta”, trazendo a solidariedade de algumas figuras de elevado prestígio nos diversos setores da sociedade são-joanense à pessoa do prefeito Antônio Viegas, pela sua postura de “defesa da autonomia municipal” contra a ingerência do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na cidade. Este manifesto, difundido na cidade no dia 16 de maio de 1946, coincidiu então com o episódio da disputa entre instâncias administrativas, que descrevemos no segundo capítulo, quando a Prefeitura Municipal decidiu embargar uma reforma realizada pelos próprios técnicos do Sphan em um imóvel da rua Direita anexo a um “Passo”. Segundo relatos, como a instituição federal de preservação não havia formalizado um requerimento diretamente à Prefeitura Municipal, ou sequer informado ao proprietário do imóvel quanto à execução da reforma, este poder municipal resolveu embargá-la, alegando que aquela forma de ingerência externa nos assuntos da cidade afrontava os princípios da sua autonomia administrativa. O manifesto, assim, demonstra o apoio político das diferentes “classes sociais” locais, reunidas em torno da Associação Comercial, a essa atitude do prefeito Antônio Viegas, identificada como uma “defesa da autonomia municipal”. Provavelmente esses indivíduos se reuniram em bloco, em solidariedade ao prefeito, temendo algum tipo de penalidade a Viegas ou à Prefeitura Municipal.

# MANIFESTO

As classes sociais de São João del-Rei, interpretando o sentir unanime do seu povo, vêm hipotecar de publico a sua irrestrita solidariedade ao Prefeito Antonio Viegas pela sua nobre e patriótica atitude de defesa da autonomia politica e administrativa do nosso municipio, opõndo-se energicamente contra os excessos e a imoderada atuação, em nosso meio, do SERVIÇO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL, que parece estar possuido do deliberado proposito de transformar a nossa bela e progressista terra, numa «CIDADE MORTA».

Povo eminentemente conservador, cioso das suas tradições de civismo e sinceramente orgulhoso dos seus monumentos de arte, jamais negaria o seu apoio e os seus aplausos ao SERVIÇO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL si este se limitasse á defesa e preservação daquelas nossas obras ou conjunto de obras que, na realidade, oferecessem interesse historico ou cunho artistico, mas não se conformará nunca com a odiosa tutela daquela repartição federal que, sob o pretexto de proteger a nossa fisionomia tradicional e característica, outra cousa não tem feito que impedir as expansões do nosso progresso e obstar as nossas legitimas aspirações de possuir um conjunto urbanistico á altura da nossa vitalidade economica e dos nossos foros de povo que se preza de civilisado.

As classes sociais de São João del-Rei, afirmando, nesta oportunidade, o seu incondicional apoio ao Prefeito Antonio Viegas, declaram que não as anima quaisquer intuitos de ordem politica ou partidaria, mas tão somente a elevada preocupação de com ele cooperar na defesa de vitais interesses do nosso municipio, cuja evolução está ameaçada pela atitude injustificavel e intransigente assumida contra nós pelo SERVIÇO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL.

São João del-Rei, 10 de maio de 1946.

Medicos	- Dr. E. Garcia de Lima Dr. Mario de Castro Monteiro	Industriais	- Luiz Avila João Kallak
Advogados	- Dr. Mario de Castro Cunha Dr. Belisario Leite de Andrade Neto Dr. José Caetano de Carvalho	Comerciantes	- Manoel de Almeida Netto A. Lincoln Costa Sergio Garcia
Engenheiros	- Dr. Carlos Velasco Dr. Aziz F. Elias	Fazendeiros Comerciaris	- Augusto Martins Penna Bento Castanheira Luiz Gonzaga Campos
Dentistas Farmaceuticos	- Dr. Gil Mendes Onesimo Guimarães José do Carmo Barbosa	Bancarios	- Aureo José da Costa Adenor Simões Coelho
Tabeliães	- Dr. Francisco de Almeida Magalhães Dr. José Caetano de Carvalho Francisco Celestino de Campos	Barbeiros	- Carlos Rozzito Geraldo Henriques
Professores	- Thomaz Perilli Domingos Horta	Transportadores	- José Narcizo da Silva Antonio Lombelo Rocha
Funcionarios publicos	- Mario Luis Guedes Mario Senna	Industriarios	- Milton Couto Alberto Ferreira da Silva Alfredo Pereira Chula
Jornalistas	- José Bellini dos Santos Asterack Germano de Lima	Artista sacro	- Americo Teixeira

Figura 12: Manifesto, de 14 de maio de 1946. In: Bens Tombados/Processo 0361-T-46. Op. Cit.

Os manifestos, quando entram no domínio público, pretendem não somente informar, mas, sobretudo, conduzir à ação política, intervindo assim na própria realidade do mundo social. Aliás, os discursos tem como objetivo produzir certos efeitos em seus receptores. E os manifestos pretendem então estruturar as práticas sociais através de seus discursos imperativos que encorajam e inspiram os indivíduos e grupos a perseguirem seus interesses políticos desejados.

Nesse clima de mobilização da opinião pública, o “Comitê Patrocinador das Aspirações de São João del-Rei” passou a reivindicar junto aos técnicos do Serviço do Patrimônio o estabelecimento de um perímetro preciso da área tombada de forma a orientar os empreendimentos e as práticas de agenciamento sobre a paisagem da cidade. Buscava-se uma mediação entre as partes conflitantes através da delimitação de uma área que compatibilizasse preservação do patrimônio e desenvolvimento urbano. O perímetro seria então fruto de concessões mútuas entre projetos de cidade concorrentes. Como destacamos, o comitê procurou trabalhar em duas frentes de batalha, a da negociação e a da luta política. Nessa arena, seus membros se empenhavam tanto, de um lado, em obter a (re)definição do tombamento, quanto, de outro lado, cogitavam o próprio “destombamento” da cidade.

Além da publicação dos manifestos, o comitê encaminhou também uma carta ao então presidente da República, o general Eurico Gaspar Dutra, reivindicando o seu apoio em três pontos centrais. O primeiro ponto diz respeito à obra de alargamento da rua Direita, embargada pelo Sphan. O principal argumento utilizado foi que ela daria tanto uma maior mobilidade ao tráfego, quanto um realce na visibilidade da igreja de N. Sra. do Carmo. O segundo ponto se referia à demolição do sobrado à Praça Severiano Resende. O comitê solicitou então a intervenção do presidente da República nessa questão, argumentando que esta edificação não possuía nem o “valor histórico” e nem o “valor artístico” que justificassem o seu tombamento e a sua preservação para a posteridade. Nesse caso, o presidente poderia dispor do decreto-lei nº 3866, de 29 de novembro de 1941, e cancelar o tombamento do imóvel. O terceiro ponto reivindicava justamente o estabelecimento de um perímetro de preservação do patrimônio, de modo a encontrar um “*modus vivendi*” entre o Sphan e os interesses dos grupos locais. Mas este perímetro, reclamava o comitê, deveria ser traçado por uma comissão de técnicos estranhos aos quadros do Sphan. Estes deveriam, então, catalogar o que tivesse “relevo artístico ou interesse histórico e os aspectos típicos e veneráveis da cidade

que merecessem ser resguardos e traçando mesmo um plano urbanístico que conciliasse as exigências do crescimento, da higienização, do conforto e da modernização.”<sup>319</sup>

Como se percebe, essa carta encaminhada diretamente ao presidente da República expressa o enrijecimento e o desgaste da relação política entre setores locais e agentes do Patrimônio, tanto que aqueles solicitam a delimitação de um plano urbanístico por uma comissão de técnicos estranhos aos quadros do Sphan, já que estes são “misoneístas”.

Na réplica a essa carta, Rodrigo Melo Franco de Andrade dizia ao general Eurico Gaspar Dutra que os interessados promoviam uma campanha desrespeitosa à autoridade do Sphan e que as suas exigências eram no mínimo descabidas.<sup>320</sup> Em carta encaminhada a José Belline dos Santos, Andrade acrescentou que se criou, em São João del-Rei, uma situação “inquietante e crítica”, uma “campanha intensa e agressiva” movida contra o Sphan: “Não haveria habilidade que pudesse resistir àquela campanha, em que foram mobilizados representantes de todas as classes sociais de São João del-Rei para recriminar o Sphan e em que os editoriais do seu jornal dia a dia se empenhavam por desacreditar em todos os sentidos esta repartição.”<sup>321</sup>

Essa constatação de que os grupos sociais locais empreenderam uma verdadeira campanha de mobilização da opinião pública – o que implica em um certo grau de meticulosidade, organização e articulação desses atores políticos – vai na mesma direção da versão de Afonso Arinos de Melo Franco, quando ele afirma que se criou na cidade uma “atmosfera crítica e vexatória” para o Sphan, identificado como o seu maior inimigo. Ambas as versões nos oferece um panorama privilegiado da dimensão do conflito em torno da definição de um patrimônio em São João del-Rei. Como destacamos, os grupos locais não economizaram esforços nessa luta pelo direito de dizer sobre os objetos e classificá-los. Eles investiram todos os seus capitais acumulados e se posicionaram como “guardas de fronteiras” entre um domínio e outro no espaço no sentido de fazer valer seus projetos, valores e concepções

---

<sup>319</sup> Diário do Comércio, 29 de junho de 1946, n° 2485. Matéria: “Ainda o Sphan”; editorial.

<sup>320</sup> ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Ofício enviado ao presidente Eurico Gaspar Dutra, de 10 de agosto de 1946. Bens Tombados/Processo 0361-T-46... Op. Cit.

<sup>321</sup> ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Correspondência enviada a José Belline dos Santos, de 17 de junho de 1946. Bens Tombados/Processo 0361-T-46... Op. Cit.

políticas. Mais adiante trataremos exatamente da ressonância e da projeção nacional desse conflito.

Honório Nicholls Pereira, em sua dissertação de mestrado intitulada “Permanências e transformações nas cidades-monumento: teatro social e jogos de poder (São João del-Rei 1937-1967)”, apresenta uma preocupação analítica semelhante a nossa, a de perscrutar as motivações e visões de mundo dos sujeitos locais que participaram ativamente do processo de produção do espaço urbano de São João del-Rei. O autor procurou entender os motivos dessa reação à implantação das políticas de patrimônio na cidade.<sup>322</sup> Entretanto, sua conclusão apresenta divergências em relação à interpretação que propomos nesse trabalho acerca dos posicionamentos dos atores em disputa. Esse autor não atentou para o fato de que os grupos divergentes entraram em uma arena de luta, em um sistema competitivo pelo próprio poder de nomeação, classificação e interpretação do patrimônio de São João del-Rei. Quando não se observa que no campo do patrimônio os grupos concorrentes disputam o monopólio do direito de dizer o patrimônio e classificá-lo como legítimo, o maior risco em que se incorre é o de deixar fugir o caráter contingencial e, portanto, histórico e cultural da configuração das categorias do mundo social, como a de “patrimônio”, por exemplo. Nesse caso, ele desconsidera que categorias como a de “história”, “memória”, “tradição”, “monumentalidade”, “arte”, “autenticidade” e etc., também estiverem em jogo nesse “teatro social”.

O trabalho em questão subestima a racionalidade dos atores políticos locais, tendendo a reduzir suas práticas de intervenção na paisagem urbana da cidade, como por exemplo a demolição de edificações, à mera motivação econômica. Evidentemente, o ganho econômico é um fator de relevo nas ações de agenciamento do espaço, mas outros valores complexos que ajudaram a estruturar as próprias posições desses grupos sociais e que impulsionaram a ação política não podem ser desconsiderados em um trabalho de investigação. Ademais, o autor afirma que as críticas levantadas pelos grupos locais às normas e critérios estabelecidos pelo Sphan resultava do “jeito mineiro de fazer política”<sup>323</sup>, isto é, uma concepção nebulosa usada para taxar e estigmatizar a ação política desses atores sociais locais. Nesse prisma, esses

---

<sup>322</sup> PEREIRA, Honório Nicholls. *Permanências e transformações nas cidades-monumento: teatro social e jogos de poder* (São João del-Rei, 1937-1967). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, 2009.

<sup>323</sup> Idem, p. 86.



atores não passam de “progressistas” adeptos ao que chama de “modelo político-liberal” e que só oferecem resistência ao Patrimônio para obter maiores “vantagens”. Ele defende ainda a tese de que os agentes locais “produtores de espaço” não dispunham de um arsenal ideológico “coerente” que legitimasse suas práticas de intervenção sobre o espaço urbano da cidade. Nas suas palavras, os sujeitos locais “não tinham um substrato ideologicamente coerente; ou antes, mudavam seus argumentos ao sabor do vento.”<sup>324</sup> E continua Pereira,

Para além de chistes [piada, gracejo] e das galhofas [risada, zombaria], é importante resumir aqui os procedimentos e as posturas dos principais atores envolvidos com a produção dos espaços públicos da cidade. Como visto, o espaço público transformou-se, ao longo do tempo, em objeto de disputa político-partidária, tabuleiro onde foram jogados os jogos de poder, cenário onde ocorreram o teatro social. **Recorreu-se, para justificar as permanências e transformações dos espaços públicos, a raciocínios razoavelmente elaborados, mas que não continham um fundo filosófico ou ideológico preciso.**<sup>325</sup>

Notadamente, a noção de ideologia é controversa, mesmo na tradição marxista, mas ainda não perdeu a sua dimensão explicativa, sobretudo numa conjuntura em que os indivíduos estão cada vez mais dispostos a matar e morrer por suas ideias. Por ideologia estamos nos referindo às ideias, crenças e valores que não somente simbolizam, mas estruturam as experiências dos grupos sociais, encorajando-os a perseguir interesses políticos considerados desejáveis.<sup>326</sup> Na assertiva de Terry Eagleton, as ideologias são, sobretudo, orientadoras da ação política; capazes de promover motivações, prescrições, interesses e de legitimar formas de poder. Como destacamos no primeiro capítulo, as ideologias são substância das representações coletivas e ajudam a criar, difundir e padronizar hábitos que refletem decisivamente nas ações de apropriação e uso do território. Nessa perspectiva, podemos concluir que a planificação do espaço é fundamentalmente permeada de imaginações sociais, valores, crenças e projetos políticos que se dissimulam sob a aparência da neutralidade e coerência espacial. “O espaço é político e ideológico. É uma representação povoada de ideologia. (...) Por quê? Porque esse espaço, que parece homogêneo, que parece dado de uma vez na objetividade, na sua forma pura, tal como o costumamos, é um produto social.”<sup>327</sup> Entretanto, Honório Nicholls Pereira parece não perceber que as ideologias constituem-se como ferramentas através das quais os grupos sociais se orientam e procuram atingir suas finalidades políticas e que elas

---

<sup>324</sup> Idem, p. 242.

<sup>325</sup> Idem, p. 117-119 (grifo nosso).

<sup>326</sup> EAGLETON, Terry. Op. Cit.

<sup>327</sup> LEFEBVRE, Henri. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008, p. 62.



correspondem a necessidades objetivas e que são capazes de legitimar os interesses de grupos diante de interesses opostos. Entendemos, portanto, que esse autor subestima a racionalidade da ação política dos sujeitos locais, furtando-lhes a sua principal característica: a de potência de enunciação e manifestação de dissenso. Os “chistes” e “galhofas” mencionados pelo autor, por exemplo, não receberam a devida apreciação como recursos discursivos empregados na luta política e, por isso, não passam de mera zombaria, ou piada destituída de potência enunciativa. “Aquele que recusamos contar como pertencente à comunidade política, recusamos primeiramente ouvi-lo como ser falante. Ouvimos apenas ruído no que ele diz.”<sup>328</sup> Seria mais profícuo a um trabalho de investigação indagar, entre outras coisas, os interesses de poder a que esses “chistes” e “galhofas” servem e os efeitos políticos que geram na organização das práticas sociais.

A tese do autor de que os grupos locais não dispunham de um arsenal ideológico “coerente” que justificasse suas práticas de intervenção sobre o espaço urbano da cidade entra em contradição com todo o resto da sua própria argumentação, ao considerar que as transformações urbanas empreendidas no Brasil ao logo do final do século XIX e XX eram pautadas em valores como de “higiene, educação, racionalidade, ciência, progresso e civilização”<sup>329</sup>, e que os “empreendedores urbanos” de São João del-Rei eram nada menos que “defensores ferrenhos do progresso”<sup>330</sup>. Pereira se mostra surpreso quando percebe que esses “ferrenhos defensores do progresso” – que empreendiam desde a demolição de casarões coloniais, passando pela construção de prédios “modernos” até a abertura de ruas no centro da cidade – conferiam significados a determinados bens simbólicos da paisagem de São João del-Rei: “Curiosamente, o discurso que justificava as reformas arquitetônicas e urbanas para a construção de uma imagem de progresso, evolução e modernidade, podia, vez por outra, ser revertido, principalmente quando se tratava da preservação dos prédios em que a população via algum valor histórico e artístico”<sup>331</sup>. Como o autor traça a fórmula da “tábula rasa” para explicar as transformações da cidade, tudo o que foge a ela soa como um sobressalto. Isto posto, entendemos que o trabalho, intitulado “Permanências e transformações nas cidades-monumento: teatro social e jogos de poder (São João del-Rei 1937-1967)”, mistifica a atuação

---

<sup>328</sup> RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, Adauto (org.). *A crise da razão*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p. 373.

<sup>329</sup> PEREIRA, Honório Nicholls. Op. Cit. p. 2.

<sup>330</sup> PEREIRA, Honório Nicholls. Op. Cit. p. 147.

<sup>331</sup> PEREIRA, Honório Nicholls. Op. Cit. p. 155.

política dos atores são-joanenses face ao projeto de preservação do “patrimônio histórico e artístico nacional” empreendido pelo Sphan em São João del-Rei, dificultando, assim, o avanço das investigações acerca das especificidades das ações de proteção do patrimônio no Brasil.

### **3.3 – Projeção nacional do conflito**

Como destacamos, os grupos locais, reunidos em torno do núcleo da Associação Comercial, se valeram de estratégias diversas no sentido de arregimentar formas de solidariedade política e de conquistar a adesão da opinião pública em torno das suas posições e de seus projetos traçados para a cidade. Essa intensa campanha de mobilização da opinião pública extrapolou os próprios domínios da cidade de São João del-Rei e adquiriu uma projeção nacional. A imprensa forânea contribuiu decisivamente para esse processo, uma vez que não somente relatou esse conflito em torno da definição e preservação de um patrimônio em São João del-Rei, mas também, por vezes, tomou partido, fornecendo às vozes discordantes do Patrimônio seus espaços, ou seja, mais um arsenal de combate.

Antônio Ribeiro Avelar, professor e redator do Diário do Comércio, em entrevista ao jornal Folha de Minas, de Belo Horizonte, comentou que os são-joanenses estavam mobilizados em favor da “causa” da cidade. Eles queriam vê-la progredir, mas o Patrimônio colocava obstáculos a esse progresso, levando-os a “conservar velharias” em desacordo com a sua própria mentalidade.<sup>332</sup> Percebemos então que não são somente projetos de uso distintos, mas também “mentalidades”, isto é, visões de mundo conflitantes que competiam pelo mesmo objetivo, pelo monopólio do direito de dizer o patrimônio legítimo de São João del-Rei.

Antônio Ribeiro Avelar acrescentou, no O Diário, também de Belo Horizonte, que São João del-Rei tinha necessidades mais prementes a serem atendidas pelo poder público, que não a preservação de “pardieiros anti-higiênicos”: “Queremos fábricas, indústrias, mais colégios, palacetes, hotéis, casas para operários etc., etc.”<sup>333</sup> Nesse caso, a preservação de todo conjunto urbano é considerada por esse ator, porta-voz da Associação Comercial, como um

---

<sup>332</sup> Folha de Minas, Belo Horizonte, 15 de junho de 1946. Matéria reproduzida também no Diário do Comércio, de 15 de junho de 1946, nº 2947, intitulada: “O presente em conflito com o passado”; Antônio Ribeiro Avelar.

<sup>333</sup> O Diário, Belo Horizonte, 25 de setembro de 1946. Matéria reproduzida também no Diário do Comércio, de 2 de outubro de 1946, intitulada: “Caprichos de falsos patriotas”; Antônio Ribeiro Avelar.

empecilho ao desenvolvimento da cidade. Ainda no espaço de O Diário, Henrique Furtado Portugal, sanitarista chefe do Centro de Saúde de São João del-Rei, corroborou as palavras de Antônio Ribeiro Avelar, destacando que além de entrar o progresso econômico, o Sphan dificultava práticas de “higienização” das residências e imóveis da cidade.<sup>334</sup> Provavelmente, Henrique Furtado Portugal deveria estar se referindo ao seu projeto de combate às alcovas e instalação de venezianas nos domicílios, sendo que 300 imóveis já tinham sido notificados. Seu projeto implicava em algum grau de alteração na estrutura dos imóveis e, portanto, entrava em conflito com as normas e critérios de preservação definidos pelo Sphan. O sanitarista prescrevia a reforma ou a demolição de imóveis como medida preventiva de “higienização”, responsável pela retirada do “organismo doente” do espaço urbano. E com a imposição das políticas de preservação do conjunto urbano, essa “profilaxia” encontrava-se ameaçada.

Um tema recorrente, veiculado na imprensa forânea como recurso de contestação aos critérios de preservação do Serviço de Patrimônio, diz respeito à construção do hotel de arquitetura modernista (1938) por Oscar Niemeyer na cidade colonial de Ouro Preto. O jornalista dr. Custódio Batista de Castro do Correio da Manhã, do Rio de Janeiro, argumentou que a atuação do Sphan em Minas Gerais era no mínimo incoerente, já que vinha impedindo retificações de ruas, construções e demolições de prédios em São João del-Rei, mas em Ouro Preto havia sido condescendente com a introdução de uma edificação “moderna” em seu sítio tombado.<sup>335</sup> A Revista Comercial de Minas Gerais, de Belo Horizonte, reiterou essa mesma versão de que o Sphan “barra a demolição de um prédio, em ruínas, na cidade de São João del-Rei, quando, mesmo assistido pela autoridade de um decreto imperativo, não teve força para impedir que o excelente hotel construído em Ouro Preto desrespeitasse o estilo arquitetônico da velha e tradicional cidade.”<sup>336</sup> Aliás, Lúcio Costa, arquiteto responsável por “explicar e situar a obra tombada, assim como aquela que não merecia tal inscrição”<sup>337</sup>,

---

<sup>334</sup> O Diário, Belo Horizonte, 03 junho de 1947. Matéria reproduzida também no Diário do Comércio, de 12 de julho de 1947, nº 2809, intitulada: “São João del-Rei, SPHAN, etc.”; Henrique Furtado Portugal.

<sup>335</sup> Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 8 de junho de 1946. Matéria reproduzida também no Diário do Comércio, de 11 de junho de 1946, nº 2470, intitulada: “obstinada e tacanha intransigência do Sphan”; Custódio Batista de Castro.

<sup>336</sup> Revista Comercial de Minas Gerais, Belo Horizonte, nº 86. Matéria reproduzida também no Diário do Comércio, de 28 de julho de 1946, nº 2506, intitulada: “Uma cidade briga com o bolor...”

<sup>337</sup> RUBINO, Silvana. Lúcio Costa e o patrimônio histórico e artístico nacional. Revista USP, São Paulo, n. 53, 2002, p. 9.

defendia a construção do hotel de linhas modernas de Niemeyer em Ouro Preto, em detrimento de outras propostas. Argumentos semelhantes aos descritos foram acionados anteriormente por José Mariano Filho, expoente do estilo arquitetônico neocolonial brasileiro e diretor da Escola Nacional de Belas Artes. José Mariano Filho, ao lado de Gustavo Barroso, competia com os modernistas a primazia da construção e gestão oficial do patrimônio nacional. E esse episódio da construção do hotel de arquitetura modernista, em Ouro Preto, representou, sem dúvida, mais um momento dessa disputa que girava em torno também da condução oficial da renovação arquitetônica nacional.<sup>338</sup> Para José Mariano Filho, com a construção desse hotel, Ouro Preto tinha perdido parte de seu “encanto primitivo”. E questionava: “que força moral terá o Serviço do Patrimônio para impedir que particulares, legitimamente apoiados ao exemplo oficial, procedam do mesmo modo?”<sup>339</sup> Como se depreende, a construção desse hotel em Ouro Preto representou mais um momento de “auto-consagração” da arquitetura modernista no âmbito do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. E com a hegemonia dos modernistas nos quadros do Sphan, o estilo arquitetônico neocolonial, considerado por estes como “tradicionalista”, “passadista” e “nostálgico”, fora então relegado do rol do “patrimônio nacional”.

As correspondências de Vicente de Andrade Raciopi, diretor do Instituto Histórico de Ouro Preto, e do reverendo Ely Carneiro, professor do Seminário de Diamantina, prestando solidariedade política ao movimento de resistência dos setores locais de São João del-Rei às normas e critérios do Sphan, vêm engrossar as fileiras de batalha dessa “campanha anti-Patrimônio”. Vicente de Andrade Raciopi contestava as ações impositivas do Sphan no conjunto urbano de Ouro Preto, retirando dos imóveis, por exemplo, elementos da arquitetura eclética, como frontões e platibandas. Para ele, São João del-Rei foi a primeira cidade que teve a ousadia de reagir. “Em outras cidades o agachamento tem sido lamentável. A terra, o berço de Tiradentes, mostra-se digna de suas tradições de coragem, altaneira e altivez.”<sup>340</sup> Já o reverendo Ely Carneiro dizia viver em uma cidade “sacrificada” pelo Patrimônio: “Quem vive numa cidade mais sacrificada pelo Patrimônio Artístico, como Diamantina, sabe avaliar a

---

<sup>338</sup> CAVALCANTI, Lauro. *Modernistas, arquitetura e patrimônio*. In: PANDOLFI, Dulce (org.). Rio de Janeiro. Ed. FGV, 1999.

<sup>339</sup> FILHO, José Mariano. Apud. BONAMIM, Giovana. *Elites intelectuais e nation building: conflitos na organização e funcionamento do serviço do patrimônio histórico e artístico nacional durante o estado novo*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFP, 2011, p. 73.

<sup>340</sup> Correspondência reproduzida no Diário do Comércio, de 14 de maio de 1946, nº 2446. Enquete: “São João del-Rei não quer fixar-se no passado”; Vicente de Andrade Raciopi.

razão de ser desta campanha realmente redentora e libertadora.”<sup>341</sup> Esses discursos, ao mesmo tempo em que conferem apoio político aos questionamentos dos grupos locais de São João del-Rei, fazem destes o seu próprio questionamento, sinalizando para uma dimensão mais ampla do conflito entre Sphan e sociedade civil, nesse caso, abrangendo outras cidades que também tiveram seus conjuntos urbanos tombados. As ações impositivas do Sphan suscitaram questionamentos e também uma série de dúvidas. Em Diamantina, por exemplo, o prefeito perguntava aos técnicos do Sphan quais os procedimentos “adequados” deveriam ser adotados pela municipalidade a partir do tombamento:

a) Poderá o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional especificar e definir os bens, nesta cidade, ora levados a tombamento? b) São permitidas, nesta cidade, as construções em estilo moderno – bangalôs, chalés e semelhantes? c) Qual o modelo-padrão a ser obedecido e aconselhado nas futuras construções? d) Toda e qualquer reconstrução depende de planta e deve ser feita sem alteração de estilo? e) Nas construções antigas é permitida a colocação de telhas francesas? f) Qual o tipo de esquadilhas a ser adotado em construções ou reconstruções? g) Em caso de reconstruções, podem as casas comerciais colocar portas de ferro?<sup>342</sup>

Como se depreende a partir do enunciado acima, a imposição de normas específicas de conservação e uso dos bens implicou na alteração das fronteiras entre um e outro domínio no espaço. O tombamento, por exemplo, pode ser entendido, fundamentalmente, como um ato de territorialização, isto é, um empreendimento de definição e classificação do que deve ou não conter o espaço através da imposição de regras de uso e apropriação do mesmo. A prática do tombamento procura alterar, em um só tempo, as fronteiras do espaço e incidir nos próprios comportamentos sociais, criando um fato novo no universo cultural. Evidentemente, esse processo não está imune a críticas e depende de uma constante negociação entre agentes sociais locais e órgão federal de preservação. Ainda assim, os valores patrimoniais estão sempre sujeitos à reelaboração e deslocamento, podendo ser tanto integrados quanto recusados por seus usuários. Não basta que o Estado proclame a importância de um bem para que ele seja inserido às práticas culturais.<sup>343</sup>

Como vimos, as ações impositivas do Sphan desembocaram em uma série de discordâncias e conflitos entre atores locais e gestores do Patrimônio. Segundo Sylvio de Vasconcellos,

---

<sup>341</sup> Correspondência reproduzida no Diário do Comércio, de 18 de junho de 1946, nº 2476. Matéria: “Mais uma autorizada voz apóia a campanha contra a atitude do Sphan”; Ely Carneiro.

<sup>342</sup> Carta anexada ao processo 64-T-38, de 08 de abril de 1938. Apud. BONAMIM, Giovana. Op. cit. p. 36.

<sup>343</sup> ARANTES, Antônio Augusto. Patrimônio cultural e cidade. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (orgs.). *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Almedina, 2009.

arquiteto e chefe do 3º Distrito do Sphan, que correspondia a Minas Gerais, essas discordâncias e conflitos decorrem de incompreensões, inclusive de autoridades municipais e eclesiásticas, quanto à própria finalidade do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O conflito começa, nas palavras de Vasconcellos, pela definição do que é ou não importante “no quadro da nossa civilização material, exercida por quem não dispõe de elementos suficientes de informação a respeito.”<sup>344</sup> No seu entendimento, nem sempre as autoridades e a população local aceitam as restrições visando a conservação dos conjuntos urbanos, “achando sempre que nenhuma importância tem uma casinha a mais ou a menos, de um beco, de uma capela secundária, etc.”<sup>345</sup> E se colocam em oposição às medidas que visam proteger e resguardar a “harmonia” e a “ambiência” estética dos conjuntos tombados, perturbando assim a soma de seus elementos componentes.

Verificamos, portanto, que sempre quando surgem proposições concorrentes, tornando o “patrimônio nacional” objeto de contestação pública, os agentes da “academia Sphan” afirmam um status estritamente técnico, no sentido de assegurar o monopólio da descrição e classificação dos objetos. A afirmação de um saber “técnico-científico” implica nessa arena de luta discursiva na exclusão e estigmatização da fala do “outro”, que não tem “refinamento” e nem “gosto correto”.

Um caso emblemático ocorrido na imprensa, que aponta para essa estratégia política de esvaziamento da crítica através da estigmatização e anulação do “outro” no debate público, aconteceu quando Rubens Navarra, colaborador do jornal A Noite, do Rio de Janeiro, rebateu uma entrevista de Guilherme Luiz Guedes, um dos “porta-vozes” das reivindicações dos grupos locais de São João del-Rei.<sup>346</sup> Dizia Rubens Navarra,

Outro dia li num jornal a entrevista de um mineiro de São João del-Rei, que tomara umas fumaças de civilizado, e veio à Corte denunciar o Serviço do Patrimônio (...). Tenho medo que um desses coronéis irresponsáveis, um desses mineiros de anedota, (...) se arvorem de urbanistas como arma de cabala eleitoral, e encontrem

---

<sup>344</sup> Jornal das Minas Gerais, Belo Horizonte, (s.d.) Matéria: “Patrimônio Histórico e o ‘Patrimônio’”; Sylvio de Vasconcellos. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades: Sylvio de Vasconcellos.

<sup>345</sup> Idem.

<sup>346</sup> Entrevista publicada no jornal A Noite, Rio de Janeiro, de 3 de maio de 1946. E veiculada também no Diário do Comércio, de 21 de maio de 1946, nº 2452, intitulada: “Motim em São João del-Rei. A história se repete”; Guilherme Luiz Guedes.

na metrópole advogados para os seus crimes contra o patrimônio espiritual da nação.<sup>347</sup>

As palavras de Rubens Navarra foram recebidas pelos grupos locais como uma ofensa à própria população de São João del-Rei. E a sua réplica, encaminhada pelo próprio Guilherme Luiz Guedes, em uma extensa crônica intitulada, “Sphan: as pupilas do sr. Rubens Navarra”, esteve, portanto, repleta de farpas e ataques que sinalizam a exaltação dos ânimos dos atores naquele momento. Retemos aqui apenas a distinção que Guilherme Luiz Guedes estabeleceu entre “passado-morto” a ser superado pelo progresso em um salto qualitativo, e “passado-presente”, que serve de baliza para iluminar os projetos de futuro desses atores locais: “A nossa história é feita com o passado que temos de fato e do qual nos orgulhamos, mas não significa isso que qualquer pardieiro velho venha marcar a nossa história.”<sup>348</sup>

A partir desse episódio, uma estratégia política acionada pelos atores locais, diretamente envolvidos no conflito com os intelectuais do Sphan, foi apontar, no próprio processo de transformação acelerada da paisagem urbana do Rio de Janeiro, elementos que entendiam serem evidências da contradição dos critérios dessa instituição, que apesar de assistida pelo decreto-lei nº 25/1937, não impediu, por exemplo, a demolição de um sem número de edificações coloniais durante a abertura da Avenida Getúlio Vargas. Desse modo, esses grupos locais questionaram a diferença de tratamento, no que tange a política de preservação do patrimônio, entre as cidades mineiras e a capital federal: “protesto contra o arrasamento dos magníficos templos de São Pedro e do Senhor Bom Jesus do Calvário, desta mui leal cidade, que não escaparam ao martelo da destruição ante os olhos dos cariocas...”<sup>349</sup>

Outro assunto também discutido pelos atores locais, como vimos no segundo capítulo, foi o da construção do edifício do Ministério da Educação e Saúde, sede do Sphan no Rio de Janeiro, construído por uma equipe de arquitetos de vertente modernista sob a direção de Lúcio Costa e orientação de Le Corbusier. O edifício do MES tornou-se um dos marcos do reconhecimento oficial da arquitetura modernista no Brasil. O que se questionou, a partir

---

<sup>347</sup> Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 12 de maio de 1946. Matéria reproduzida também no Diário do Comércio, de 2 de junho de 1946, nº 2462. Intitulada: “Idiotice. Ofensas, mentiras e Sphan”.

<sup>348</sup> Diário do Comércio, 11 de julho de 1946, nº 2492. Matéria: “Sphan: As pupilas do sr. Rubens Navarra”; Guilherme Luiz Guedes.

<sup>349</sup> Diário do Comércio, 19 de julho de 1946, nº 2498. Matéria: “O sobrado de São João del-Rei. Uma carta de ‘A Noite’ sobre o assunto histórico”; editorial.

desse caso, foi que se, por um lado, os próprios representantes do Patrimônio concorriam para dotar o Rio de Janeiro de ajustes espaciais em conformidade com os preceitos modernos, por outro lado, os mesmos impunham a preservação do passado às cidades coloniais mineiras, subtraindo delas essa mesma possibilidade de “abertura espacial” e/ou de auto-transformação.

O tombamento da Igreja da Pampulha de Belo Horizonte (1947), um dos marcos da afirmação da arquitetura modernista no Brasil, também foi objeto de crítica por parte dos grupos locais de São João del-Rei. Henrique Furtado Portugal dizia que o Sphan queria fazer das “coisas sagradas” apenas objeto de admiração artística, se esquecendo ou ignorando da “verdade que elas contêm”.<sup>350</sup> Nesse caso, ele vincula o tombamento à “perda da experiência” e dos usos culturais cotidianos. O bispo Dom Geraldo Proença Sigaud, colaborador de O Diário, de Belo Horizonte, escreveu uma carta a Associação Comercial de São João del-Rei, que foi reproduzida no Diário do Comércio, acrescentando ainda que aquela igreja era uma “blasfêmia gritante”, um “verdadeiro achincalhe a fé católica”. O bispo censurava a participação de Niemeyer e Portinari na construção da igreja, figuras associadas ao “perigo comunista” e, sobretudo, ao ateísmo: “o povo católico de Belo Horizonte e de Minas, (não o catolicismo de fachada) tem na conta a zombaria dos símbolos cristãos, tanto mais que hoje a finalidade comunizante de certos ‘artistas modernos’ como Portinari.”<sup>351</sup> O bispo recomendava então a destruição daquela igreja, sobretudo, a via sacra, de Cândido Portinari. Argumentos próximos a esses foram articulados também por José Mariano Filho na sua crítica a essa obra e a perspectiva “comunista” dos modernistas. O fato é que esse tombamento imediato da Igreja da Pampulha representou mais um momento de “auto-consagração” da arquitetura modernista no âmbito do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Como percebemos, o Serviço de Patrimônio esteve com o flanco aberto a ataques com o fim do Estado Novo. E seus intelectuais em diferentes ocasiões tiveram que vir a público e exercer o seu poder de réplica para desfazer qualquer associação entre órgão de preservação e autoritarismo estado-novista. Rodrigo Melo Franco de Andrade, por exemplo, em suas matérias de jornais e conferências, enfatizava o postulado de que a preservação do patrimônio

---

<sup>350</sup> O Diário, Belo Horizonte, 03 junho de 1947. Matéria reproduzida também no Diário do Comércio, de 12 de julho de 1947, n° 2809, intitulada: “São João del-Rei, Sphan, etc.”; Henrique Furtado Portugal.

<sup>351</sup> Diário do Comércio, 24 de dezembro de 1947, n° 2969. Matéria: “Sob a proteção do Sphan a ‘Igreja’ da Pampulha”; D. Geraldo Proença Sigaud.



resultava de uma antiga “aspiração nacional”. Durante inauguração do Museu do Ouro na antiga “Casa da Intendência” de Sabará, ocorrida em 16 de maio de 1946, ele rebatia as críticas que vinculavam esse órgão ao regime varguista, dizendo se tratar de uma incompreensão da sua finalidade, inclusive nos meios mais “cultos”.

...acusaram com acrimônia, como se fora demasiado insólito ou intransigência abusiva, o empenho com que a repartição criada pela lei federal para proteger o acervo histórico e artístico legado pelos nossos maiores, procura discreto e esforçadamente, defender e poupar à destruição os remanescentes desse acervo, no exercício estrito e escrupuloso das atribuições que lhe foram conferidas.<sup>352</sup>

A naturalização e universalização do patrimônio constituíram, então, as peças-chave dos discursos oficiais dos agentes da “academia Sphan”, tendo implicações cruciais nas ações de proteção dos bens culturais no Brasil. Essas ações estiveram marcadas pela rotinização dos critérios de seleção de quais bens mereceriam receber cuidado especial do Estado, através do tombamento e restauro, e quais bens seriam, portanto, alvo de esquecimento, sendo relegados da “consagração” oficial.<sup>353</sup>

Como assevera Márcia Chuva, o sucesso desse projeto empreendido pelo Sphan, dependia, fundamentalmente, da conjugação de esforços entre instituição de preservação, administração estadual e poderes locais – autoridades municipais, eclesiásticas, intelectuais e segmentos da população local – em favor da “causa” do patrimônio. Como vimos, indivíduos e grupos com projetos de uso e apropriação do espaço concorrentes ao do Sphan poderiam impor sérios limites às práticas de conservação do “patrimônio histórico e artístico nacional”. Além disso, o Serviço de Patrimônio se deparava com outros desafios como a escassez de recursos financeiros e de técnicos suficientes que lhe garantisse uma atuação efetiva em todo território nacional, contando então com o apoio e a cumplicidade dos proprietários dos imóveis tombados. Desse modo, em várias situações os intelectuais do Sphan tiveram que tecer alianças, redes de relações e negociar a conservação e gestão dos bens patrimoniais com os poderes locais. Eles foram desafiados então a pôr em ação uma diplomacia política no sentido de equacionar os conflitos. Mesmo assim, essas redes de solidariedade em favor da “causa” da preservação poderiam não surtir o efeito esperado. Para exercer a hegemonia – estabelecer

---

<sup>352</sup> Estado de Minas, Belo Horizonte, de 17 de maio de 1946. Matéria reproduzida também no Diário do Comércio, de 22 de maio de 1946, nº 2453. Enquete: “São João del-Rei não se fixará no passado”.

<sup>353</sup> CHUVA, Márcia. CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

liderança moral, política e intelectual – da classificação dos objetos, eles tiveram ainda que encontrar um certo grau de ajustamento entre interesses antagônicos e fazer concessões a projetos concorrentes. Aliás, nenhuma hegemonia pode ser absoluta, “uma ideologia dominante tem de reconhecer que há necessidades e desejos que jamais foram gerados ou implantados por ela mesma.”<sup>354</sup> E naquelas ocasiões quando nem mesmo a diplomacia dos agentes do Patrimônio foi suficiente para garantir a salvaguarda desses bens, entendemos que houve um rompimento nessa relação política, e mundos sensíveis, isto é, práticas distintas de apropriação e uso, entraram em disputa pela interpretação da herança cultural legítima.

O episódio do “destombamento” da igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Porto Alegre, por exemplo, é representativo do fracasso dessas redes de alianças entre Sphan e demais poderes, no caso, a Igreja, prevalecendo muito mais o conflito do que a sintonia entre projetos de apropriação e significação de um mesmo bem. Como destaca Márcia Chuva, o poder eclesiástico questionava a própria atribuição de “monumento artístico” ou “histórico” à igreja. E depois de acirradas disputas, o tombamento da igreja de Nossa Senhora do Rosário foi cancelado, em 8 de dezembro de 1941, através de decreto presidencial.

Em São João del-Rei, essa relação política entre Sphan e poderes locais foi marcada pela tensão e pelo enrijecimento do diálogo desde os primeiros embargos na execução de obras públicas e privadas, decorrentes do tombamento do seu conjunto arquitetônico e urbanístico. O próprio Rodrigo Melo Franco de Andrade avaliou a situação de conflito que se criou na cidade como “inquietante e crítica” para o Sphan. Por fim, com o acirramento das disputas, percebemos em seu discurso um certo desencantamento em relação a manutenção das características “tradicionais” do sítio urbano da cidade. O tom da correspondência endereçada ao diretor da redação do Diário do Comércio, José Belline dos Santos, sinaliza, portanto, esse momento de desgaste da relação entre a instituição e os setores locais:

...já me encontro bem ciente e consciente de que a opinião unânime ou quase unânime da população dessa cidade é apaixonadamente favorável à demolição do sobrado do Largo Tamandaré, ao alargamento da rua Direita no trecho correspondente ao Passo, à demolição de todas as edificações antigas e em mau estado de conservação aí existentes, do mesmo modo que é, coerentemente, hostil a esta repartição. Não tenho dúvida a esse respeito nem alimento ilusão alguma sobre a possibilidade de impedir que o Prefeito e a população de São João del-Rei ponham abaixo todas as velhas construções da cidade, quando assim entenderem, a despeito da Constituição, do Código Penal e de quaisquer decretos-leis. Se for isso,

---

<sup>354</sup> EAGLETON, Terry. Op. Cit. p. 51.

se é isso a aspiração geral da cidade, nada poderá, sem dúvida, obstar à sua realização.<sup>355</sup>

Suas palavras revelam ainda os limites do poder regulador do Estado quando não há um grau de acordo mútuo, ou quando os mecanismos de mediação entre visões de mundo conflitantes fracassam. A negociação constitui, portanto, uma peça fundamental no processo de condução das políticas de patrimônio. Mas, de qualquer forma, é um recurso sempre provisório que pode, inclusive, ser deslocado nas disputas políticas, nas “guerras e posições”.

### **3.4 – O perímetro de tombamento**

Como destacamos, uma das estratégias de mobilização política dos grupos locais foi a criação do “Comitê Patrocinador das Aspirações de São João del-Rei”, órgão responsável por encontrar uma mediação entre os interesses locais e o projeto de patrimônio empreendido pelo Sphan. Nessa perspectiva, esse comitê passou então a reivindicar do Sphan o estabelecimento de um perímetro da área tombada, indicando precisamente as zonas, ruas, praças, travessas, prédios e etc. que estariam incluídos no tombamento. No calor das tensões, o comitê solicitou ao então presidente da República, general Eurico Gaspar Dutra, que esse perímetro fosse elaborado por uma comissão de técnicos estranhos aos quadros do Sphan, de modo que esse plano conciliasse desenvolvimento urbano e preservação do patrimônio. Evidentemente, a relação entre agentes sociais locais e técnicos do Patrimônio encontrava-se bastante desgastada, o que justificaria esse pedido ao presidente. Como mecanismo de pressão, o comitê chegou ainda a cogitar o “destombamento” da cidade: “Depressa, depressa, srs. do Sphan, com a redução da área tombada ou até com a desapareição do tombamento!”<sup>356</sup>

Tendo em vista as sucessivas reações dos setores locais, a aplicação das normas e critérios de conservação dos imóveis estabelecidas pelo Sphan e a sua insatisfação pública com o tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João del-Rei, bem como o desencantamento da própria instituição em obter a preservação das características “tradicionais” da cidade, o perímetro de preservação do patrimônio, instituído em 28 de

---

<sup>355</sup> ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Correspondência enviada a José Belline dos Santos, de 17 de junho de 1946. Bens Tombados/Processo 0361-T-46... Op. Cit.

<sup>356</sup> Diário do Comércio, 24 de maio de 1946, nº 2455. Enquete: “São João del-Rei não se fixará no passado”; editorial.

novembro de 1947 (Processo 0068-T-38), soou naquele momento como um ajustamento entre as partes conflitantes, como um acordo envolvendo concessões mútuas.

Alcides da Rocha Miranda, arquiteto do Sphan encarregado de definir o perímetro, tomou como base de estudo uma proposta apresentada pelo então prefeito da cidade, o Pe. Oswaldo Toga (1947-1951). O critério usado por Alcides da Rocha Miranda foi no sentido de incluir no perímetro apenas os grupos de casas e monumentos que destacassem uma perspectiva de “unidade” e “harmonia” do conjunto arquitetônico:

...propomos que o tombamento abranja os seguintes trechos: Ruas: Duque de Caxias, Santo Antonio, Rezende Costa, Marechal Bittencourt, do Carmo, Santo Elias, Santa Tereza, João Mourão, Dr. José Mourão, Vigário Amâncio, Monsenhor Gustavo, Padre José Maria, Dr. José Bastos até a Rua F. Mourão, Artur Bernardes (compreendendo o trecho da rua Duque de Caxias até a ponte da Cadeia). Praças: Barão do Rio Branco, Carlos Gomes, Francisco Neves, Gastão da Cunha, Paulo Teixeira, Frei Orlando. Largos: Largo do Carmo. Becos: Beco do Cotovelo, Beco do Salto. Pontes: Ponte da Cadeia, Ponte do Rosário. Igrejas: S. Francisco (inclusive o Cemitério), N. S. Carmo (inclusive o Cemitério), Matriz, N. S. do Rosário, Santo Antônio, Mercês, Bonfim, Senhor dos Montes, Matosinhos, Fontes e Passos. Travessas: Travessa Dr. José Mourão, Travessa Mons. Gustavo. Prédios: Rua João Salustiano 289, 293, 297; Balbino da Cunha 196; Marechal Deodoro 255, 260, 265, 268, 269, 259, 263; Rua Ribeiro Bastos 54; Eduardo Magalhães 194; Severiano Resende (prédio do Sphan); Casa do Fortim dos Emboabas.<sup>357</sup>

O perímetro do tombamento se concentrou, portanto, em áreas com predominância de edificações do século XVIII, no sentido de manter uma certa “ambiência” estética de cidade “tradicional” ou “pitoresca”. Ele deixou de incluir as “edificações isoladas”, já que destoavam do seu critério de “unidade”. O plano não considerou, por exemplo, todo o conjunto que margeia o lado direito do Córrego do Lenheiros, como a rua Hermílio Alves, a rua Ministro Gabriel Passos, a avenida Tiradentes, dentre outras, provavelmente, por se tratar de um trecho com predominância de edificações ecléticas, estilo relegado da “consagração” oficial. Esse perímetro de tombamento também não tratou de articular políticas de preservação com projetos de desenvolvimento urbanísticos mais gerais.

Nitidamente, o perímetro de tombamento significou um duro golpe sofrido pela instituição federal de patrimônio, já que ela teve que rever seus próprios critérios e, a partir de então, desconsiderar o tombamento do conjunto urbano da cidade, instituído em 1938. Entre os grupos locais, reunidos em torno da Associação Comercial, a notícia implantação do

<sup>357</sup> MIRANDA, Alcides da Rocha. Parecer de tombamento, de 14 de novembro de 1947. Bens Tombados/0068-T-38: Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de São João del-Rei (Livro de Belas Artes, Volume 1, Folha 2, Inscrição 1 de 04 de março de 1938). Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro.

perímetro de tombamento foi recebida com certo entusiasmo, como uma vitória da “causa” daqueles “guardiões de fronteiras” que lutaram pelo “sentido” da cidade: “A retificação do tombamento será mais uma vitória, não desta folha [do Diário do Comércio], nem de quem que se arrogue a isto, mas do povo, ou por outras palavras, do direito e da justiça.”<sup>358</sup> Com o desfecho do perímetro de tombamento, parece ter havido também um acordo tácito entre a imprensa local e o Sphan, tanto que de dezembro de 1947 a 1953, aproximadamente, não encontramos maiores críticas a essa instituição como nos anos de 1945-1947, momento auge da mobilização das “vozes discordantes” do Patrimônio em São João del-Rei.

Contudo, se por um lado o perímetro de tombamento foi fruto da negociação entre as partes conflitantes, por outro, podemos inferir que na prática cotidiana esse “acordo formal” não foi efetivado tal qual o projeto de Alcides da Rocha Miranda, que resultou no processo de tombamento 0068-T-38. Ao relatar a negociação de Alcides da Rocha Miranda com o prefeito Oswaldo Toga, por exemplo, o Diário do Comércio não informou aos habitantes da cidade exatamente os limites traçados por aquele, e sim uma área de preservação mais reduzida ainda.

...a não ser a zona montante à rua Direita, inclusive, largo do Rosário, ruas de Santo Antônio, Pe. José Maria, Ribeiro Bastos uma e outra casa de construção antiga nas demais ruas e avenidas, não há impedimento para construções e reconstruções modernas. Prevaleceu, afinal, o ponto de vista defendido por este jornal quando protestou contra o tombamento integral da cidade.<sup>359</sup>

Desse modo, podemos concluir que mesmo com o perímetro de tombamento indicando trechos específicos, ruas, praças, becos, pontes, igrejas e conjuntos de casas, predominou no cotidiano da cidade aquela prática de interpretação, classificação, significação e reconhecimento dos bens patrimoniais, tecida pelas próprias sociabilidades locais.

Em 1948, logo após a implantação do perímetro de tombamento, Luiz Bacarini, chefe do Departamento de Obras da Prefeitura Municipal, sugeria aos técnicos do Sphan a exclusão do tombamento de um quarteirão compreendido entre a rua Marechal Deodoro, Praça Severiano de Resende, Av. Rui Barbosa e Rua Artur Bernardes, ou seja, justamente no trecho onde se situava o sobrado tombado compulsoriamente pelo Sphan (Processo 0361-T-46). Ele dizia se

---

<sup>358</sup> Diário do Comércio, 28 de maio de 1946, n° 2458. Matéria: “Em via de solução do caso do Sphan”; editorial.

<sup>359</sup> Diário do Comércio, 6 de novembro de 1947, n° 2929. Matéria: “Tombamento da cidade”; editorial.

tratar de um quarteirão sem “prédios de valor”.<sup>360</sup> Contudo, em parecer contrário, Rodrigo Melo Franco de Andrade reiterou a ideia da necessidade de se preservar a “unidade” do conjunto urbano. E mesmo se o trecho em questão não possuísse “prédios de valor”, o seu tombamento tinha o objetivo de evitar que construções novas prejudicassem as “perspectivas mais características da cidade antiga.”<sup>361</sup> Nessa compreensão da cidade como uma expressão estética, pesava mais entre os técnicos do Patrimônio a manutenção de características homogêneas, que transmitissem uma perspectiva de “unidade”, “ambiência” e “autenticidade” do conjunto.

Porém, em correspondências internas, os técnicos do Patrimônio tinham dúvidas se os poderes locais realmente observavam o perímetro de tombamento.<sup>362</sup> Como o Sphan não possuía um escritório técnico na cidade, sendo este implantado somente no final da década de 1970, apenas o engenheiro Artur Arcuri ficava responsável pela inspeção periódica do conjunto urbano local. Além disso, havia obstáculos na comunicação entre o técnico, a regional de Belo Horizonte e a administração central do Sphan no Rio de Janeiro. Como resultado dessa dificuldade de comunicação, os próprios critérios de conservação dos bens urbanos se divergiam internamente. Sylvio de Vasconcellos, por exemplo, informou a Rodrigo Melo Franco de Andrade que o sistema de aprovação de reformas e de introdução de casas novas adotado por Artur Arcuri parecia “muito liberal”, o que propiciaria a “perturbação” da “unidade” do conjunto. Aliás, no mesmo ofício, Sylvio de Vasconcellos reconhecia não ter mais esperança de “obter a preservação da arquitetura civil local, já bastante alterada e sob constante progresso e valorização da cidade.”<sup>363</sup> Assim, aos poucos os técnicos da instituição iam admitindo a tal “perturbação” estética do conjunto e, com isso, tornando mais flexível as normas e critérios de preservação do “patrimônio nacional”.

---

<sup>360</sup> ARCURI, Artur. Correspondência enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade, de 9 de agosto de 1948. Bens Tombados/0068-T-38... Op. Cit.

<sup>361</sup> ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Correspondência enviada ao prefeito Oswaldo Toga, de 16 de novembro de 1948. Bens Tombados/0068-T-38... Op. Cit.

<sup>362</sup> VASCONCELLOS, Sylvio de. Ofício n° 187, enviado ao eng. Artur Arcuri, de 18 de março de 1954. São João del-Rei: Conjunto Urbano. Arquivo Permanente da 13ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Belo Horizonte.

<sup>363</sup> VASCONCELLOS, Sylvio de. Ofício n° 473, enviado a Rodrigo Melo Franco de Andrade, de 23 de agosto de 1956. São João del-Rei: Administrativo 1938-1957. Arquivo Permanente da 13ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Belo Horizonte.

Mesmo assim, o estabelecimento do perímetro de tombamento não significou a trégua definitiva da luta política em torno da definição do patrimônio legítimo de São João del-Rei. Acordos podem ou não ser alcançados e, de todo modo, são recursos provisórios que precisam ser continuamente renovados, recriados e defendidos, uma vez que podem sempre retroceder nas “guerras de posições”. Como inferimos a partir das fontes pesquisadas, no cotidiano das práticas de agenciamento do espaço urbano da cidade esse “acordo formal” de preservação da “unidade” estética do seu conjunto não foi efetivado, resultando ainda em desentendimentos entre os agentes sociais locais e o Serviço de Patrimônio.

No ano de 1959, Nelson Lombardi, presidente da Câmara Municipal de São João del-Rei, solicitou, junto ao Sphan, a revisão do perímetro de tombamento da cidade. O seu intento era que o tombamento se restringisse a monumentos pontuais e não a logradouros inteiros conforme estabelecia esse perímetro.

Justo será dizer que devemos conservar as nossas relíquias antigas, mas somente aquelas que de fato merecem serem conservadas, como igrejas, monumentos e alguns prédios que tiveram fatores relevantes em nossa história Pátria, e igualmente servem como atrativo turístico, mas, quanto ao resto melhor será o seu destombamento, em prol do progresso premente de nossa imortal São João del-Rei.<sup>364</sup>

No tempo da aceleração do horizonte de expectativas, o passado é convocado pelo e para o futuro, devendo assim autorizar um salto qualitativo desse futuro rumo a um *telos*. Como vimos, os grupos locais valorizavam o ideário da “ruptura de horizontes”, isto é, a prática de intervenção e modernização da paisagem urbana como parte do processo de afirmação de um “novo tempo” na cidade, combatendo assim toda a impressão de “cidade-morta”. Nessa perspectiva, os grupos locais disputavam com o Serviço de Patrimônio o poder de intervenção na estrutura urbana da cidade.

O procedimento adotado pelo Sphan de abranger logradouros inteiros tinha o intuito de preservar tanto o monumento pontual, quanto todo o seu entorno livre das pressões do mercado imobiliário. Assim, o Sphan negou o pedido de revisão do perímetro, encaminhado

---

<sup>364</sup> LOMBARDI, Nelson, ofício de 6 junho de 1959, n° 90. Bens Tombados/0068-T-38... Op. Cit.

por Nelson Lombardi, informando-lhe que somente em casos especiais o órgão deveria reduzir as áreas dessas regiões limítrofes ao monumento tombado.<sup>365</sup>

Contudo, a manutenção do perímetro de tombamento não foi impedimento para que o comerciante Chafick Haddad iniciasse a demolição, em 1961, do casarão localizado à rua Artur Bernardes e Marechal Deodoro, ou seja, justamente na área onde o chefe do Departamento de Obras da Prefeitura Municipal havia dito se tratar de um quarteirão sem “prédios de valor”. Começada a demolição, ele encaminhou ainda um pedido de cancelamento do tombamento do casarão diretamente ao então presidente da República, Jânio Quadros. Segundo Haddad, os custos da reforma eram elevados e o Serviço do Patrimônio não apresentava maiores soluções para o problema. E argumentou, ainda, à luz do decreto-lei n° 25/1937, que na falta de providências o proprietário poderia requerer o cancelamento da coisa tombada.<sup>366</sup>

As tentativas de demolição e/ou as resistências à reforma dos imóveis constituíram-se em estratégias acionadas pelos proprietários como forma de questionamento do valor de “patrimônio nacional” atribuído ao bem tombado. As demolições, via de regra, eram empreendidas aos poucos, de modo encoberto e sem deixar maiores pistas. Elas poderiam variar desde a retirada de telhados e exposição do imóvel a ação do sol e da chuva, abalo nas vigas e pilares de sustentação, até incêndios encomendados. O resultado disso é que os imóveis se encontravam em um estado avançado de ruína, inviabilizando assim a sua reforma tanto pelo proprietário, que se negava a arcar com os custos da obra, quanto pelo Sphan, que não dispunha de recursos suficientes para a prática de conservação em todo o território nacional. Apresentamos nas figuras 13, 14 e 15 a imagem da fachada do casarão à rua Artur Bernardes e Marechal Deodoro, onde se pode verificar o estado avançado de ruína de algumas destas edificações. Pode-se notar o abandono dos prédios, o destelhamento, as paredes já comprometidas e a própria cidade que os isola como prevenção a algum acidente.

---

<sup>365</sup> BARRETO, Paulo T. (chefe da S. Arte). Informação n° 69, de 11 de abril de 1961. São João del-Rei: Conjunto urbano... Op. Cit.

<sup>366</sup> HADDAD, Chafick. Solicitação de cancelamento de tombamento de imóvel, de 24 de julho de 1961. Bens Tombados/0068-T-38... Op. Cit.





**Figura 13:** Frente e lateral da fachada do casarão à rua Artur Bernardes e Marechal Deodoro – (S/d) – Arquivo do Museu Regional de São João del-Rei



**Figura 14:** Lateral da fachada do casarão à rua Artur Bernardes e Marechal Deodoro (a) – (S/d) – Arquivo do Museu Regional de São João del-Rei



**Figura 15:** Lateral da fachada do casarão à rua Artur Bernardes e Marechal Deodoro (b) – (S/d) – Arquivo do Museu Regional de São João del-Rei

Rodrigo Melo Franco de Andrade se empenhou pessoalmente no caso desse último casarão, realizando inclusive visita técnica na cidade no intuito de impedir essa demolição. Certamente, ele temia o mesmo desfecho do sobrado da Praça Severiano Resende, imóvel que só não foi completamente demolido por conta de um embargo do Ministério Público Federal, seguido do seu tombamento compulsório. No indeferimento ao pedido de “destombamento” do casarão da rua Artur Bernardes e Marechal Deodoro, Andrade argumentou que se o imóvel fosse demolido haveria uma quebra das características “tradicionais” na paisagem da cidade. Ele recomendou, então, a realização de obras de restauro no local, já que parte da sua fachada e do seu telhado poderia desabar. Para o diretor-geral do Serviço do Patrimônio, o proprietário Chafick Haddad era o único responsável pelo estado em que se encontrava o imóvel, uma vez que o deixou abandonado, na expectativa que viesse a desabar, consumando de fato a sua destruição.<sup>367</sup>

---

<sup>367</sup> ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Parecer de 4 de abril de 1961. Bens Tombados/0068-T-1938 V. 2... Op. Cit.

Como fica patente, esse trecho compreendido entre as ruas Marechal Deodoro, Artur Bernardes, Praça Severiano Resende e Avenida Rui Barbosa, ou seja, o principal eixo comercial da cidade, passou a sofrer pressões de progresso e modernização. Além deste trecho, as ruas do Carmo, João Mourão, Avenida Eduardo Magalhães, Praça Salustiano e dr. Antônio Viegas e a região da Santa Casa foram bastante transformados ao longo da década de 1960 com a disseminação dos sobrados “modernos”.

Em janeiro de 1962, o Sphan recebeu um novo pedido de revisão do tombamento do trecho citado. Milton Resende Viegas, então presidente da Câmara Municipal, promovia um abaixo-assinado em favor da expansão do centro comercial da cidade. Para ele, o tombamento deveria se restringir às igrejas, pontes de pedra e a monumentos pontuais, como as edificações públicas: “Nossas igrejas e nossas pontes, principalmente, constituem verdadeiras relíquias recebidas de nossos antepassados e cujas conservações transformam-se em verdadeiro dever, afim de que sejam legados àqueles que nos seguirem como exemplos de arte, de trabalho e de capacidade de um povo.”<sup>368</sup>

Diante das pressões em torno da revisão do perímetro de tombamento da cidade e das sucessivas transformações na sua fisionomia urbana, o que se verifica é uma flexibilização das normas e critérios de preservação e/ou mesmo um gradativo recuo da atuação do Sphan em São João del-Rei. Rodrigo Melo Franco de Andrade apresentou parecer favorável à revisão do perímetro de tombamento, mais especificamente das ruas Marechal Deodoro, Artur Bernardes e Praça Severiano de Rezende, “a fim de atender, como alegam, aos reclamos da vida econômica da cidade, sem prejuízo dos interesses históricos e artísticos locais.”<sup>369</sup> Se em um primeiro momento o arquiteto Paulo T. Barreto informava que somente em casos especiais o órgão deveria reduzir as áreas das regiões limítrofes ao monumento tombado, em um segundo momento, mais exatamente em 1962, ele revê essa posição, reforçando assim a perspectiva de Sylvio de Vasconcellos de que a “ambiência” do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade encontrava-se em um estado bastante “prejudicado”, ou mesmo “perdido”, em função da introdução de construções novas entre as “tradicionais”. Com isso, o parecer de Paulo T. Barreto, em consonância com a ideia de Sylvio de Vasconcellos, foi no

---

<sup>368</sup> VIEGAS, Milton de Resende. Carta de 31 de janeiro de 1962. São João del-Rei: Conjunto urbano... Op. Cit.

<sup>369</sup> ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Ofício n° 413, de 4 de abril de 1962. São João del-Rei: Conjunto urbano... Op. Cit.

sentido de se limitar o tombamento a adjacências dos monumentos ou mesmo a bens específicos, contanto que a área tombada não recebesse construções acima de três pavimentos.<sup>370</sup>

Ainda assim, essa questão da redução do perímetro de tombamento de São João del-Rei suscitou divergências entre os próprios técnicos do Patrimônio. O arquiteto Augusto da Silva Teles fez ressalvas a esse projeto por considerá-lo um exemplo “nocivo” as ações de preservação do patrimônio em outras cidades brasileiras de conjuntos urbanos tombados. Ele avaliou que, a despeito da “perturbação” e “descaracterização” do núcleo histórico de São João del-Rei, ainda havia arruamentos que guardavam certa “autenticidade” e, nesses locais, a sua preservação deveria ser “rigorosa”, garantindo assim uma perspectiva de “unidade” estética do acervo tombado.

Julgamos (...) que é totalmente desaconselhável, qualquer resolução que resulte em redução ou alteração do demarco da área preservada não só pelo precedente que isto iria representar, como pela necessidade de ser assegurada, pelo menos nesta área, alguma das características que ainda se mantêm, tais como gabarito, e certo disciplinamento de fachadas e de telhados. Há, no entanto, necessidade urgente, creio eu, de uma distinção entre as áreas e prédios que guardam maior autenticidade e real valor artístico, e esses trechos urbanos, mais descaracterizados...<sup>371</sup>

O argumento de Augusto da Silva Teles em prol da manutenção do perímetro de tombamento, instituído em 28 de novembro de 1947, obteve certo consenso entre os técnicos da agência. Não obstante, consideramos que essa manutenção do perímetro se deu muito mais como medida cautelar, no sentido de resguardar a própria imagem da instituição federal de patrimônio, bem como do seu critério aplicado, do que como medida efetivamente usada e aplicada no cotidiano das práticas de estruturação urbana da cidade. Ademais, o perímetro de tombamento não foi suficiente para conter a disseminação dos sobrados “modernos”, assim como as pressões urbanas de expansão do centro comercial. E a permanência do perímetro de tombamento também foi acompanhada da flexibilização das normas e critérios de preservação do patrimônio. Provavelmente, essa foi a motivação que levou o arquiteto Augusto da Silva Teles a pedir mais “rigor” na manutenção da “autenticidade” do sítio tombado.

---

<sup>370</sup> BARRETO, Paulo T. Ofício de 23 de abril de 1962. São João del-Rei: Conjunto urbano... Op. Cit.

<sup>371</sup> TELES, Augusto da Silva. Informação n° 64, de 16 de fevereiro de 1967. São João del-Rei: Conjunto urbano... Op. Cit.

Mesmo diante da flexibilização das normas e critérios de preservação do conjunto, encontramos, no final do ano de 1967, mais uma solicitação de revisão do perímetro de tombamento da cidade. O deputado João Nogueira Resende demandava a redução do tombamento a monumentos pontuais como as igrejas, pontes de pedra e edifícios públicos.<sup>372</sup>

No entanto, esse pedido fora novamente indeferido. Sylvio de Vasconcellos constatou que a área tombada estava “ilhada” enquanto todo o resto se modificava livremente. Com isso, esta área, por se tratar também do centro comercial da cidade, sofria pressões da periferia, em constante expansão. No seu entendimento, o conjunto urbano de São João del-Rei já tinha sido “perturbado” e perdido as suas características “tradicionais, “autênticas””: “A despeito de todo esforço da Repartição, não há dúvidas que a área tombada não conserva mais características que justifiquem seja considerada monumento nacional.”<sup>373</sup> Nesse caso, o conjunto havia sido “contaminado” com as recorrentes “descaracterizações” das fachadas dos imóveis e introdução de sobrados “vulgares”, “sem valor arquitetônico”, perdendo a sua “aura”, a sua “autenticidade”. Para Sylvio de Vasconcellos, só poderia ser considerado patrimônio, então, as “igrejas e curas ou outra arquitetura civil.”<sup>374</sup> Ainda assim, a anulação do tombamento de São João del-Rei não seria a melhor saída, avaliou ele, pois traria consequências imprevisíveis às outras cidades brasileiras também com seus conjuntos urbanos tombados. A medida encontrada seria, portanto, manter o tombamento existente, mas limitando-se as restrições aos edifícios vizinhos dos monumentos específicos, através do controle da altura desses edifícios. De qualquer forma, ele ponderou que seria apenas uma medida atenuante e que não impediria, ao longo dos anos, a introdução de edifícios mais altos no interior do perímetro tombado.

O parecer de Sylvio Vasconcellos evidencia, portanto, o desgaste e o desencantamento dos técnicos do Patrimônio em obter a preservação da “unidade/autenticidade” estética do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João del-Rei, diante dos sucessivos pedidos de “destombamento” e das pressões pela transformação da paisagem urbana da cidade. As medidas adotadas foram somente paliativas e, de todo modo, ineficientes para garantir a preservação da “unidade” desejável do conjunto, expondo assim as próprias brechas, inflexões

---

<sup>372</sup> RESENDE, João Nogueira. Carta de 25 de outubro de 1967. São João del-Rei: Conjunto urbano... Op. Cit.

<sup>373</sup> VASCONCELLOS, Sylvio de. Ofício nº 377, de 14 de dezembro de 1967. São João del-Rei: Conjunto urbano... Op. Cit.

<sup>374</sup> Idem

e limites do projeto de patrimônio do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Aliás, os resultados das políticas de preservação apresentam sempre um certo grau de imprevisibilidade e podem não obter sucesso junto a seu público. Como assevera José Reginaldo Gonçalves, o trabalho de construção de identidades e memórias coletivas pode, de vários modos, não se realizar.<sup>375</sup>

As ações impositivas desse órgão, em nome da preservação das raízes artísticas e culturais genuinamente nacionais, trataram a cidade como um objeto estético a ser preservado, desconsiderando os usos, as apropriações, os projetos e as sociabilidades tecidas no próprio local, desembocando em acirrados e ininterruptos conflitos entre “guardiões” locais e agentes do Patrimônio.

O processo configuração de patrimônios, mediante a escolha e conservação de objetos no espaço, expressa sempre os valores, as apropriações, os usos, os projetos, e as relações sensíveis de indivíduos e grupos que os reivindicam no presente como ícones de suas próprias posições, domínios e subjetividades individuais e coletivas nesse espaço social. Os patrimônios comunicam, sobretudo, valores, ideias e identidades, orientando e conferindo sentido as próprias experiências sociais. A negociação de significados e valores entre sociedade e Estado constitui, portanto, uma peça fundamental no processo de configuração e salvaguarda desses patrimônios. Mas, de qualquer forma, os acordos são sempre recursos provisórios que precisam ser continuamente renovados, recriados e defendidos, e podem, inclusive, ser deslocados nas disputas políticas, nas “guerras e posições”. Nesse caso do tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João del-Rei, os acordos se mostraram ineficientes quando mundos sensíveis, isto é, práticas distintas de apropriação e uso entraram em disputa pela interpretação da herança cultural legítima da cidade.

---

<sup>375</sup> GONÇALVES, José Reginaldo. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, 2005.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos, ao longo do trabalho, descrever e elucidar as tensões decorrentes do tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João del-Rei entre os anos de 1938 e 1967, em uma conjuntura de transformação acelerada da paisagem urbana da cidade. Esforçamo-nos em investigar como se deu a implementação e condução das políticas de preservação do patrimônio cultural em São João del-Rei, assim como a relação entre os atores envolvidos com essa prática, no caso, os técnicos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e os agentes sociais locais.

Partimos da premissa de que a seleção dos itens a serem tombados e consagrados como patrimônio cultural é uma operação política que envolve sempre tensões, negociações e conflitos de interesses.<sup>376</sup> Os bens culturais não são neutros, com sentidos fixos ou estáveis, mas são sempre interpretados com valor nas relações dos homens entre si. Os objetos corporificam ideias, valores, utopias, e projetos políticos, servindo como ferramentas para a manutenção e reprodução do poder. Eles são decisivos nos processos de formação das modalidades de autoconsciência individual e coletiva, uma vez que não só orientam, mas também estruturam as próprias posições e domínios desses indivíduos e grupos no espaço social.<sup>377</sup> As disputas pela definição de quais bens entram e quais ficam de fora do cânon do patrimônio indicam, portanto, os modos distintos como os indivíduos e grupos se apropriam, atribuem sentido e articulam a categoria “patrimônio” em suas experiências culturais e históricas.<sup>378</sup>

Nessa perspectiva, buscamos pensar o patrimônio como um fato social atravessado por tensões, negociações e conflitos de interesse entre distintos projetos de uso, apropriação e significação da herança cultural. A partir de uma leitura atenta de fontes variadas como jornais, ofícios, cartas, processos de tombamento, procedimentos e pareceres de intervenção em edificações urbanas, destacamos a emergência de um campo de conflito de representações

---

<sup>376</sup> VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. Maná, Rio de Janeiro, vol. 12, n° 1, 2006.

<sup>377</sup> Gonçalves, José Reginaldo. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Iphan 2007.

<sup>378</sup> CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias de sair e entrar na modernidade*. São Paulo: Edusp, 2006.

acerca do devir da paisagem urbana de São João del-Rei entre os agentes sociais locais, que partilhavam do espaço de sociabilidade da Associação Comercial de São João del-Rei, e os intelectuais do Sphan, responsáveis por levar a cabo as políticas federais de patrimônio. Tal “campo do patrimônio” expressa, portanto, a luta desses grupos pela interpretação, demarcação, classificação e apropriação de espaços simbólicos do passado legítimos na “histórica” São João del-Rei.

A análise desse espaço de luta material e simbólica facultou ao trabalho captar os projetos, bem como os valores simbólicos em disputa, assumidos pelos indivíduos que entraram nessa arena. Interpretamos a estrutura do “campo”, a partir da proposição de que os atores em disputa apresentavam práticas distintas de uso, apropriação e significação da paisagem urbana de São João del-Rei. Essas práticas, por sua vez, demarcavam fronteiras simbólicas que evidenciavam e reafirmavam as diferenças desses atores no espaço da cidade. Em síntese, entendemos que foi justamente o projeto dos grupos locais de transformação urbana acelerado – profundamente vinculado aos ideais de progresso e de modernidade e aos preceitos higienistas e sanitaristas – que colidiu com outro projeto político para São João del-Rei: o projeto de salvaguarda das “raízes” artísticas e culturais “genuinamente” nacionais encampado pelos intelectuais do Serviço de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

As ações impositivas do Serviço do Patrimônio trataram São João del-Rei como um objeto estético a ser preservado, buscando manter na sua paisagem certas características homogêneas que transmitissem uma perspectiva de “unidade” e “ambiência” do conjunto urbano. Esse projeto de invenção de um “patrimônio nacional” procurou, então, arbitrar sobre os domínios da cidade e dizer quais elementos deveriam ou não conter o seu espaço, enquadrando assim o passado, a memória social e as próprias sociabilidades locais em uma “ideologia unificadora”<sup>379</sup> que projetou nos objetos de arte e arquitetura – lugares históricos, igrejas, casas, fontes, palácios, praças – a substância fundadora da nação.

Contudo, esse projeto de ritualização nacionalista do patrimônio, que desembocou no tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João del-Rei, não obteve respaldo nos setores da população local, no caso, nos grupos reunidos no espaço relacional da

---

<sup>379</sup> HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.



Associação Comercial de São João del-Rei, tornando-se então objeto de desentendimentos, negociações e de acirradas disputas políticas entre esses agentes sociais locais e os intelectuais envolvidos na condução das políticas federais de patrimônio. Como vimos, tais setores locais valorizavam – a partir de uma concepção linear e absoluta do tempo social – a mudança como sintoma da aceleração da marcha do espírito em direção à liberdade, progresso e civilização. A prática de intervenção e modernização da paisagem urbana seria, então, parte de um processo de afirmação de um “novo tempo” na cidade, uma forma de se adaptar o ambiente à uma ideia de espaço e de cidade civilizados.

As tensões e conflitos decorrentes das políticas de preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João del-Rei expressam, portanto, os valores, as concepções e os projetos de cidade de indivíduos e grupos que se posicionaram como “guardiões de fronteira” e disputaram as formas de uso e posse dos bens simbólicos do passado, no presente. Eles se esforçaram, assim, em estabelecer os nexos entre herança cultural e sua transmissão.

As objeções levantadas pelos grupos locais ao tombamento da cidade, através de questionamentos sobre a objetividade do patrimônio – o que é histórico, o que pode ser preservado e, principalmente, o que deve ser preservado – e sobre a legitimidade da ação do Sphan em São João del-Rei, expressam também os sintomas das contradições do próprio projeto cultural do Estado Novo, ou seja, a invenção das tradições a partir de “símbolos integradores” da nação foi também permeada por resistências e conflitos sociais. Em síntese, entendemos que as reivindicações das “vozes discordantes” do Patrimônio em São João del-Rei: a) trazem à tona modos de apropriação e uso distintos daqueles pregados pelas narrativas oficiais do Estado; b) expõem as brechas do tombamento enquanto instrumento de proteção; c) desafiam a noção de “autenticidade” e “excepcionalidade” dos bens edificados, mostrando que são categorias interpretativas e ligadas a interesses; d) põem em xeque a noção de “unidade” de conjunto urbano, vinculando a categoria “patrimônio” a monumentos específicos; e) evidenciam a relação tensa entre propriedade privada e política de preservação; f) expressam o caráter negociado e conflitivo da seleção e consagração de objetos no espaço social; g) traduzem uma experiência de rejeição de um modelo de patrimônio, demonstrando os limites do Estado enquanto árbitro cultural.

O trabalho de institucionalização e consagração do patrimônio não é automático e nem está fadado ao sucesso. Seus resultados apresentam um certo grau de imprevisibilidade e

dependem sempre da recepção, interpretação e significação por parte de seus usuários. Desse modo, não basta que o Estado proclame a importância de um bem para que ele seja inserido às práticas culturais.<sup>380</sup> “Para que exista patrimônio reconhecível, é preciso que ele possa ser gerado, que uma sociedade se veja no espelho de si mesma, que considere seus locais, seus objetos, seus monumentos reflexos inteligíveis de sua história, de sua cultura.”<sup>381</sup> Os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar “ressonância” junto a seu público, ou seja, aquele poder de “evocar no expectador as forças complexas e dinâmicas de onde eles emergiram.”<sup>382</sup> Assim, “não basta agir, pensar e criar para produzir patrimônio. É necessário também transmiti-lo. É, sobretudo, preciso que o herdeiro o aceite.”<sup>383</sup> Como assevera Jean-Michael Leniaud, o herdeiro deve aceitar o seu legado, e avaliá-lo como coisa útil no presente. Nesse processo, as configurações pretéritas são inteiramente atualizadas e seus sentidos renovados pelos usos sociais no presente.<sup>384</sup> Em suma, entendemos que o sucesso de uma política cultural depende, fundamentalmente, se ela considera o uso, o reconhecimento e o significado conferido aos bens culturais por seus próprios praticantes. Nesse caso, as formas de patrimônio devem estar fortemente ligadas às “relações vividas”, às experiências e aos usos culturais cotidianos das populações.

As ações impositivas do Sphan, que incidiram sobre o espaço da cidade procurando enquadrar seus bens simbólicos em um conjunto ordenado segundo regras, princípios e padrões de uso, não atentaram para os próprios usos e modalidades de apropriação tecidos pelas sociabilidades locais. Nem mesmo os questionamentos e reivindicações dos grupos sociais locais acerca de quais bens entrariam no rol do “patrimônio nacional” foram considerados pelos técnicos do Patrimônio, fato que contribuiu para o acirramento do conflito. Além disso, a instituição não articulou projeto de preservação com políticas urbanas mais gerais, vendo os planos de desenvolvimento urbanísticos como antagônicos à conservação e salvaguarda desse “patrimônio nacional”.

---

<sup>380</sup> ARANTES, Antônio Augusto. Patrimônio cultural e cidade. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (orgs.). *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Almedina, 2009.

<sup>381</sup> JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005, p. 19.

<sup>382</sup> GONÇALVES, José Reginaldo. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, 2005, p. 20.

<sup>383</sup> LENIAUD, Jean-Michael. O patrimônio recuperado: o exemplo de Saint-Denis. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 335.

<sup>384</sup> LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Ed. USP, 2001.

Não obstante ao empenho dos intelectuais do Serviço do Patrimônio – “mediadores culturais” entre Estado e sociedade – na condução das políticas de preservação e luta pela atribuição de valores nacionais aos bens simbólicos, verificamos, com o estudo de caso do tombamento do conjunto urbano de São João del-Rei, uma experiência de rejeição de um modelo de patrimônio. Consideramos, portanto, os questionamentos dos agentes sociais locais como potências de enunciação e manifestação de dissenso. Eles apontam as brechas, as inflexões e os limites desse projeto de teatralização e enquadramento das tradições locais a um ideário nacionalista do patrimônio.

Procuramos, com o estudo do tombamento de São João del-Rei, oferecer também uma contribuição a respeito das práticas de recepção, apropriação e interpretação do patrimônio por seus usuários, nesse caso, pelos habitantes do conjunto urbano tombado, preenchendo, inclusive, lacunas a respeito da historicidade da gestão do patrimônio cultural no Brasil. Esse estudo abre margens para outros desdobramentos de pesquisa, como, por exemplo, o de investigar os processos de recepção associados às políticas de patrimônio em outras cidades mineiras, pensadas como mediadoras do nacional e que também tiveram seus conjuntos urbanos tombados, o que certamente ampliaria o foco desta pesquisa.

## **FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

### **1 – FONTES**

#### **1.1 – Fotografias encontradas no Arquivo do Museu Regional de São João del-Rei:**

Rua Getúlio Vargas e Igreja do Carmo (s/d.).

Vista Panorâmica da Matriz de São Francisco de Assis (s/d.).

Demolição do Sobrado à Praça Severiano Resende (a) - (S/d.).

Demolição do Sobrado à Praça Severiano Resende (b) - (S/d.).

Frente e Lateral do Casarão à Rua Artur Bernardes e Marechal Deodoro - (s.d.).

Lateral do Casarão à Rua Artur Bernardes e Marechal Deodoro (a) - (s.d.).

Lateral do Casarão à Rua Artur Bernardes e Marechal Deodoro (b) - (s.d.).

#### **1.2 – Fotografia encontrada no Arquivo da Prefeitura Municipal de São João del-Rei:**

Planta da Cidade de São João del-Rei (1948).

#### **1.3 – Imagens encontradas nos Jornais:**

Desenho de Antônio Rocha – Jornal O Correio, 1930.

Edifício João Lombardi – Jornal A Tribuna, 1933.

Praça Severiano Resende – Jornal A Tribuna, 1930.

#### **1.4 – Imagem encontrada no Arquivo Permanente da 13ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Belo Horizonte.**

O Jornal, Rio de Janeiro, 04/05/1947 – Desenho encontrado na pasta: São João del-Rei: Diversos.

#### **1.5 – Imagem encontrada no Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro.**

Manifesto, de 14 de maio de 1946. In: Bens Tombados/Processo 0361-T-46.

#### **1.6 – Fontes primárias consultadas no Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Regional São João del-Rei):**

BRAGA, Tancredo. *Álbum da cidade de São João del-Rei*, em comemoração à data de 8 de dezembro de 1913. São João del-Rei, s/ed., 1913.

CAPRI, Roberto & BELLO, André (orgs.). *São João del-Rei, Minas*. São Paulo: Pocaí & Comp., 1918.

CARVALHO, Horácio (org.). *Almanaque de São João del-Rei*. São João del-Rei: s/ed., 1924.

SANTOS, José Belline dos. *São João del-Rei: a cidade que não olhou para trás*. São João del-Rei: Gráfica do Diário do Comércio, 1949.

VIEGAS, Augusto das Chagas. *Notícias de São João del-Rei*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1942.

Jornal Diário do Comércio de São João del-Rei. Pesquisado os exemplares publicados entre o período de 1938 e 1964.

#### **1.7 – Fontes primárias pesquisadas na Biblioteca Municipal Batista Caetano (São João del-Rei):**

Jornal A Tribuna de São João del-Rei. Pesquisado os exemplares publicados entre o período de 1914 e 1938.

Jornal O Correio de São João del-Rei. Pesquisado os exemplares publicados entre o período de 1926 e 1963.

#### **1.8 – Fontes primárias pesquisadas no Arquivo do “Projeto de Revitalização da Memória São-joanense: Higienização, Organização e Conservação do Acervo Documental da Prefeitura Municipal de São João del-Rei”:**

Pasta de Requerimentos (1941-1946).

Relatório apresentado à Câmara Municipal em 1949, pelo Prefeito Padre Osvaldo da Fonseca Torga.

**1.9 – Arquivo Permanente da 13ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Belo Horizonte. Pastas:**

São João del-Rei: Conjunto Urbano.

São João del-Rei: Escritório Técnico.

São João del-Rei: Administrativo.

São João del-Rei: Diversos.

**1.10 – Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Seção Rio de Janeiro. Pastas:**

São João del-Rei: Série Conservação e Restauração/Obras.

São João del-Rei: Série Inventário.

Rodrigo Melo Franco de Andrade: Série Personalidades.

Sylvio de Vasconcellos: Série Personalidades.

Bens Tombados/Processo 410-T-49. Passos das Ruas Duque de Caxias e Getúlio Vargas.

Bens Tombados/Processo 0361-T-46. Sobrado à Praça Severiano Resende.

Bens Tombados/Processo 0068-T-38. Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de São João del-Rei.

### 1.11 – Decretos-lei:

Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 – que regulamenta as atribuições do Sphan e institui o tombamento como instrumento da gestão do patrimônio nacional.

Decreto-lei nº 3866, de 29 de novembro de 1941 – que dispõe sobre o cancelamento do tombamento de bens do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pelo chefe do executivo.

## 2 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina. *A fabricação do imortal*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

\_\_\_\_\_. O museu histórico nacional e a nostalgia de um império idealizado. In: HEIZER, Alda; VIEIRA, Antônio Augusto Passos. *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

AMARAL, Aracy A. *Blaise Cendrars no Brasil e os modernistas*. São Paulo: Ed. 34/Fapesp, 1997.

\_\_\_\_\_. *Tarsila: sua obra e seu tempo*. São Paulo. Edusp, 2003.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

ANDRADE, Mário de. *A arte religiosa no Brasil*. São Paulo: Experimento/Giordano, 1993.

ANDRADE, Oswald. *Poesias reunidas*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o Sphan: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Sphan/PróMemória, 1986.

ARANTES, Antônio Augusto. *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Editora Brasiliense/Condephaat, 1984.

\_\_\_\_\_. Patrimônio cultural e nação. In: ARAÚJO, Ângela Maria (org.). *Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira*. São Paulo: Scritta, 1997.

\_\_\_\_\_. Patrimônio cultural e cidade. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (orgs.). *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Almedina, 2009.

ARMUS, Diego. O discurso da regeneração: espaço urbano, utopias e tuberculose em Buenos Aires, 1870-1930. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, 1995.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Ed. Papirus, 1994.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (org.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1985.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In: *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. Sobre o conceito da história. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

BITTENCOURT, José. Invenção do passado: assensos e descensos da política de preservação do patrimônio cultural (1935-1990). In: MENEZES, Lena Medeiro de (et alli). *Olhares sobre o político: novos ângulos, novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. UERG, 2002.

BOMENY, Helena. *Guardiães da Razão: modernistas mineiros*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

\_\_\_\_\_. Infidelidades eletivas: intelectuais e política. In: *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

BONAMIM, Giovana. *Elites intelectuais e nation building: conflitos na organização e funcionamento do serviço do patrimônio histórico e artístico nacional durante o estado novo*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFP, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.



CAMPOFIORITO, Ítalo. As primeiras árvores. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: Iphan, n. 26, 1997.

CANCLINI, Néstor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Nacional*. Brasília: Iphan, n. 23, 1994.

\_\_\_\_\_. Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação. *Opinião Pública*, Campinas, Vol. 8, n° 1, 2002.

\_\_\_\_\_. *Culturas híbridas: estratégias de sair e entrar na modernidade*. São Paulo: Edusp, 2006.

\_\_\_\_\_. *Leitores, espectadores e internautas*. São Paulo: Iluminuras, 2008.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume, 2009.

CAVALCANTI, Lauro. *Modernistas, arquitetura e patrimônio*. In: PANDOLFI, Dulce (org.). Rio de Janeiro. Ed. FGV, 1999.

CAVALCANTI, Lauro (org.). *Modernistas na repartição – 2. Ed.* – Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Minc-Iphan, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: Ed. UFF, 1997.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1990.

CHASTEL, André. La notion de patrimoine. In: NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984.

HEYMANN, Luciana. De “arquivo pessoal” a “patrimônio nacional”: reflexão acerca da produção de legados. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005.

CHOAY, Françoise. *Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia. A história como instrumento na identificação dos bens culturais. In: MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz Resende (orgs.). *Inventários de identificação: um panorama da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

\_\_\_\_\_. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, 2003.

\_\_\_\_\_. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. 2. ed. Bauru: Edusc, 2002.

DINIZ, Clélio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1981.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Unesp/Boitempo, 1997.

FERREIRA, Jurandyr Pires. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Vol. XXIV. Rio de Janeiro: IBGE, 1957-1964.

FLORES, Ralf José Castanheira. *São João del-Rei: tensões e conflitos na articulação entre o passado e o progresso*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2007.

FONSECA, Maria Cecília Londres. A invenção do patrimônio e a memória nacional. In: BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

\_\_\_\_\_. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Minc-Iphan, 2005.

FOUCAUT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GAIO SOBRINHO, Antônio. *História do comércio de São João del-Rei*. São João del-Rei: Ed. Indep., 1997.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

\_\_\_\_\_. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS et al. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Unesp, 1997.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1998.

\_\_\_\_\_. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.

\_\_\_\_\_. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

\_\_\_\_\_. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, 2005.

\_\_\_\_\_. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Iphan 2007.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

\_\_\_\_\_. *História, região e globalização*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GRAMISCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GUINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.

HARTOG, François. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. *Revista de História*, São Paulo, nº 148, 2003.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. *París, capital de la modernidad*. Madrid: Akal, 2008.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOCHMAN, Gilbert. *A era do saneamento*. As bases da política de saúde no Brasil. São Paulo. Huitec/Anpocs, 1998.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* – 4ª Ed. – Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.

JUNIOR, James Willian. Impressões sobre a cidade: a urbanização vista pelos jornais. Diamantina e Juiz de Fora, 1884-1914. In: Douglas Colle Libby (org.). *Cortes, cidades, memórias: trânsitos e transformações na modernidade*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 2010.

JASMIM, Marcelo G. & FERES JR., João (org.). *História dos Conceitos*. Debates e perspectivas. Rio de Janeiro: PUC-Loyola-Iuperj, 2006.

JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; ed. Puc-Rio, 2006.

LAMARÃO, Sérgio. Os Estados Unidos de Monteiro Lobato e as resposta ao ‘atraso’ brasileiro. Lusotopie, Paris, v. 1, 2002.

LE GOFF, Jacques. Progresso/reação. In: *História e memória*. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2003.

LEFEBVRE, Henri. *La producion de l' espace*. 4 éd. Paris: Antropos, 2000.

\_\_\_\_\_. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LENIAUD, Jean-Michael. O patrimônio recuperado: o exemplo de Saint-Denis. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Ed. USP, 2001.

LIMA, Pablo Luiz de Oliveira. *A máquina, tração do progresso*. Memórias da ferrovia no Oeste de Minas: entre o sertão e a civilização (1880-1930). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

LOBATO, Monteiro. *Cidades mortas*. 3 ed. São Paulo: Monteiro Lobato, 1921.

MALHANO, Clara Emília Sanches Monteiro de Barros. *Da materialização à legitimação do passado: a monumentalidade como metáfora do Estado (1920-1945)*. Rio de Janeiro: Lucerna: FAPERJ, 2002.

MALTOS, Roberto. *Formação urbana de São João del-Rei*. São João del-Rei: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Escritório Regional de São João del-Rei, 1997 (mimeo.).

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O museu na cidade, a cidade no museu. Para uma abordagem histórica dos museus de cidade. *Revista Brasileira de História*, Rio de Janeiro, v. 5, n° 8/9, 1984.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005.

MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília: Iphan, n° 22, 1987.

\_\_\_\_\_. As cidades mineiras e o IPHAN. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

\_\_\_\_\_. Ouro Preto: de monumento nacional a patrimônio mundial. In: SORGINE, Juliana. *Salvemos Ouro Preto: a campanha em benefício de Ouro Preto, 1949-1950*. Rio de Janeiro: Iphan, Copedoc, 2008.

MENESES, José Newton Coelho. Memória e historicidade dos lugares: uma reflexão sobre a interpretação do patrimônio cultural das cidades. In: AZEVEDO, Flavio Lemos Mota de; CATÃO, Leandro Pena; FERREIRA, João Ricardo (orgs.). *Cidadania, memória e patrimônio: as dimensões o museu no cenário atual*. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. *Por um inventário dos sentidos*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005.

\_\_\_\_\_. Inventário do patrimônio cultural no Brasil. *História*, São Paulo, v. 26, n. 2, 2007.

\_\_\_\_\_. Arte patrimonial como base para o patrimônio imaterial. UNESP-FCLAS-CEDAP, São Paulo, v. 4, n. 1, 2008.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, São Paulo, v. 10, 1993.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles de. Museu Paulista: Espaço celebrativo e memória da independência. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. *Memória e (re)sentimento*. Campinas: Unicamp, 2004.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PEREIRA, Honório Nicholls. *Permanências e transformações nas cidades-monumento: teatro social e jogos de poder (São João del-Rei, 1937-1967)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n° 16, 1995.

PESSOA, José (org.). Lucio Costa. *Documentos de trabalho*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Iphan, 2004.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RABELLO, Sonia. *O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993,

RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, Adauto (org.). *A crise da razão*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Ed. 34, 2009.

REIS, José Carlos. Da história total à história em migalhas: o que se ganha e o que se perde? In: *História e teoria, historicismo, modernidade, temporalidade, verdade*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIBEIRO, Rubia Soraya. *As fotografias de André Bello (1879-1941): imagem da modernidade em São João del-Rei*. Belo Horizonte: Dissertação apresentada ao Programa de Pós-

Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2003.

ROMERO, José Luis. *América Latina: as cidades e as ideias*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.

RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: Iphan, nº 24, 1996.

\_\_\_\_\_. Lúcio Costa e o patrimônio histórico e artístico nacional. *Revista USP*, São Paulo, n. 53, 2002

SANTOS, Mariza Veloso Mota. Nasce a academia Sphan. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília: Iphan, nº 24, 1996.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1986.

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (SPHAN). *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: Mec/Sphan/Pró-Memória, 1980.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Cia das Letras; 1992.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

SILVA, Helenice Rodrigues da. A História como 'a representação do passado': a nova abordagem da historiografia francesa. In: CARDOSO, Ciro F; MALERBA, J. *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papyrus, 2000.

SILVA, Lúcia. *Luzes e sombras na cidade: no rastro do Castelo e da Praça Onze (1920-1945)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 2006.

SILVA, Regina Helena. *A invenção da metrópole*. Tese de Doutorado do Programa de História Social da Universidade de São Paulo, 1997.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. Maná, Rio de Janeiro, vol. 12, nº 1, 2006.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA & DELGADO (orgs.). *O Brasil republicano 2 – O tempo do nacional estadismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ZUKIN, S. Paisagens pós-modernas. In: Arantes, A. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000.



**ANEXO:**

**1 – Movimento de “atualização” do eixo central de São João del-Rei. Requerimentos à Prefeitura Municipal de São João del-Rei (1941-1946):**

Requerente	Requerimento	Local	Data
Dib Matar	P.R.F	Rua Paulo Freitas, 41, Centro	17/02/1941
José Lobosque	P.R.G	Rua do Comércio, s/nº, Centro	22/02/1941
David Haddad	P.R.G	Rua Sebastião Sette, 20, Centro	08/03/1941
Reinaldo Gomes	P.R.F	Rua São Roque, 15, Centro	17/03/1941
José Ambrósio Xavier	P.R.F	Largo das Mercês, 1, Centro	06/05/1941
José Lopes de Jesus	P.R.F	Rua Cel. Tamarindo, nº 58	28/05/1941
Tarcísio Pedro de Alcantara	P.R.F	Rua dr. Balbino da Cunha, 26, Centro	07/06/1941
Márcio Cesar Lopes	P.R.G	Rua José Bastos s/nº, Centro	13/06/1941
Henrique Alvarenga	P.R.G	Av. Getúlio Vargas, Centro	25/06/1941
José Jacinto de Resende	P.R.F	Rua Resende de Costa, 19, Centro	18/07/1941
João Faleiro	P.R.G	Rua Duque de Caxias, Centro	05/08/1941
Romano Frigo	P.R.G	Vila Cel. Alberto Magalhães, Chagas Dória	18/08/1941
João Boscolo	P.R.G	Av. Leite de Castro	26/08/1941
Albano Faria	L.D	Praça dr. Paulo Teixeira, 7, Centro	26/08/1941
Armando Baqui	P.R.G	Rua Duque de Caxias, Centro	29/08/1941
Eduardo Ávila	P.R.F	Rua João Mourão, 22, Centro	14/10/1941
Flávio Cicero da Silva	P.R.F	Largo do Rosário, 33, Centro	15/10/1941
Raul Faleiro	P.R.F	Rua Resende de Costa, 24, Centro	13/11/1941
João Evangelista da Silva	P.R.G	Rua Carvalho de Resende, 31	18/11/1941
Idalina da Paixão Damasco	P.R.G	Praça Paulo Teixeira, 1, Centro	18/11/1941
João Faleiro	P.R.G	Rua João Mourão, 21, Centro	20/01/1942
Rodolfo M. Faleiro	P.R.G	Rua João Mourão, 26, Centro	23/03/1942
Alberto Antonio Jaison	P.R.G	Rua Cel. Tamarindo	25/05/1942
Antonio Lombello Rocha	P.R.G	Av. Leite de Castro	27/06/1942
Francisco C. Oliveira	P.R.F	Rua General Osório, nº 24, Tejuco	01/07/1942

Abigail da Costa e Silva	P.R.G	Chagas Dória	26/08/1942
Roque Silva	P.R.G	Rua Marechal Deodoro, 64, Centro	22/09/1942
Luiz Gonzaga	L.D	Praça Paulo Teixeira (Largo da Cruz), 13, Centro	06/10/1942
Antonio Lombello Rocha	P.R.F	Praça Raul Soares, nº 141-A, Centro	05/12/1942
José Cirilo Assunção	P.R.G	Rua São Miguel, 43, Centro	08/01/1943
Pedro Honório de Oliveira	P.R.G	Travessa Gomes Pedroso, Centro	02/03/1943
Geraldo Torres de Araújo	L.D	Rua Duque de Caxias, 33, Centro	04/03/1943
José Lúcio da Costa	P.R.G	Rua Pe. José Pedro, 6, Centro	15/03/1943
João Cesar de Ramos	P.R.F	Rua Resende Costa, 56, Centro	23/03/1943
José do Nascimento Teixeira	P.R.G	Rua Pe. José Maria, Centro	03/04/1943
Alcides Tomaz	P.R.G	Rua Santa Teresa, Centro	20/05/1943
José Inácio Neves	P.R.G	Rua João Mourão, 20, Centro	20/05/1943
Belmiro Nogueira	P.R.G	Rua São José	12/06/1943
José Antonio da Silva	P.R.G	Rua Quintino Bocaiúva, 208, Centro	20/07/1943
João Bassi	P.R.G	Rua Bernardo Guimarães, Chagas Dória	26/07/1943
Manoel Soares de Azevedo	P.R.G	Av. Eduardo Magalhães, 24, Centro	21/09/1943
Maria Geraldina de Araújo	P.R.G	Rua dr. José Mourão, 58, Centro	21/12/1943
Valter Batista de Castro	P.R.G	Rua D. Pedro, 2	29/05/1944
Sebastião Atila	P.R.F	Rua Maestro Batista Lopes, 52	12/02/1945
Antonio Otoni Sobrinho	P.R.G	Rua dr. Balbino da Cunha, 75, Centro	02/03/1945
João Hallak	P.R.G	Rua Aureliano Mourão, Centro	03/03/1945
Maria Ramalho Barbosa	P.R.F	Rua Cristovão Colombo	28/03/1945
Carlos Guedes	P.R.G	Rua Dr. Balbino da Cunha, 90, Centro	18/06/1945
Cristovam de Abreu Braga	P.R.G	Rua Dr. Gastão da Cunha, 35, Centro	20/07/1945
Silvio da Silva Rios	L.D	Rua General Osório, Tejuco	27/10/1945
Sebastião Dias da Silva	P.R.G	Rua Homem de Almeida, 155, Centro	25/02/1946
Vicente Vale	P.R.F	Rua Paulo Freitas, 5, Centro	26/03/1946
João de Deus de Souza	P.R.G	Chagas Dória	10/05/1946
Pedro do Nascimento	P.R.F	Rua Bernardo Guimarães, Chagas Dória	13/05/1946
Strefezzi e Cia	P.R.G	Rua João Jacob, Centro	16/05/1946

Eurides Veiga	P.R.F	Rua Rezende Costa	14/06/1946
Luiz Bini	P.R.G	Marechal Deodoro, 216, Centro	18/06/1946
João Pedro de Souza	P.R.F	Rua Santo Elias, Centro	23/07/1946
Francisco José da Silva	P.R.F	Rua Antônio Rocha, 93, Centro	16/08/1946
João Teixeira	P.R.G	Av. Rui Barbosa, Centro	05/09/1946
José Chala Sade	P.R.G	Av. Rui Barbosa, 11, Centro	15/10/1946

**Legenda:**

**P.R.F:** Planta para Reconstrução de Fachada;

**P.R.G:** Planta para Reforma Geral de Imóvel;

**L.D:** Licença para Demolição de Imóvel.

**Fonte:** Pasta de Requerimentos (1941-1946). Projeto de Revitalização da Memória São-joanense: Higienização, Organização e Conservação do Acervo Documental da Prefeitura Municipal de São João del-Rei.